

**Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de
Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo**

16º Relatório Gerencial de Resultados

Período Avaliatório

01 de outubro a 31 de dezembro de 2022



JUSTIÇA E
SEGURANÇA
PÚBLICA



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Data de entrega à Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão:

10/01/2023

Lista de Abreviaturas

Ceapa: Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

IElo: Instituto Elo

PA: Período Avaliatório

PMC: Programa Mediação de Conflitos

PrEsp: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional

OEP: Órgão Estadual Parceiro

OS: Organização Social

SEJUSP: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais

SUPEC: Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade

UPC: Unidade de Prevenção a Criminalidade

1- INTRODUÇÃO

Este Relatório Gerencial de Resultados tem como objetivo demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão (CG) nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo, **no 16º Período Avaliatório (01/10/2022 a 31/12/2022)**. Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e ao artigo 50 do Decreto Estadual nº 47553/2018, o presente **documento apresentará o comparativo entre as metas estabelecidas e resultados alcançados**, bem como informações relevantes acerca do contexto da execução das atividades previstas, as justificativas para os resultados não alcançados e as propostas de ação para superação dos problemas enfrentados neste período avaliatório. Ao final, serão disponibilizados os comprovantes atualizados de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da OS.

Como relatado nos Relatórios Gerenciais anteriores, após mais de dois anos pandemia e com a recente ampliação da vacinação, o ano de 2022 traz condições minimamente estáveis para atuação dos Programas a patamares similares aos seus padrões metodológicos tradicionais. Apesar do surto de contaminações com a nova variante da Covid-19 no mês de janeiro, os meses seguintes apresentaram significativa melhora das condições sanitárias, e, graças ao aprendizado e dedicação de todos os envolvidos, foi possível cumprir quase que integralmente todas as metas previstas no primeiro e do segundo trimestre desse ano (13º, 14º e 15º PAs).

O 16º PA marca o final de um ano histórico para a Política de Prevenção Social à criminalidade em Minas Gerais. Esse trimestre (01/10/2022 a 31/12/2022) mantém o padrão positivo dos períodos avaliatórios anteriores, de modo que se observa o cumprimento integral de quase todos os indicadores pactuados e o início, continuidade e conclusão de produtos que estavam suspensos há 2 anos devido as restrições da pandemia, quais sejam:

- 1) Formatura dos alunos do Curso do Programa Mediação de Conflitos “Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para Enfrentamento às Violências”. Um projeto que apresentou alto nível de sucesso com a qualificação de 182 referências comunitárias em 28 UPC's e excelente avaliação dos cursistas;
- 2) Realização dos Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade em 15 municípios (Betim, Contagem, Ibirité, Ipatinga, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Juiz de Fora, Montes Claros, Patos de Minas, Sete Lagoas, Uberaba, Uberlândia, Vespasiano, Divinópolis e Governador Valadares). Os encontros visaram promover a discussão de temáticas relevantes ao convívio social e à segurança pública em um espaço de

participação popular a partir da integração do público dos programas da Política de Prevenção Social à Criminalidade e das organizações parceiras. Ao todo já participaram mais de 1.256 pessoas e, para fechar o projeto, está prevista a realização do Fórum Multiterritorial de Belo Horizonte em fevereiro de 2023.

- 3) Realização do Curso de Capacitação de Oficineiros e Oficineiras do programa Fica Vivo!, um evento que reuniu, ao todo, 375 pessoas afetas à Política de Prevenção, sendo mais de 158 delas oficineiros(as) de todas as 32 UPCs e os 11 municípios abrangidos pelo Programa no estado. Foi um evento que capacitou diretamente cerca de 64% dos oficineiros(as) ativos do *Fica Vivo!*.
- 4) Conclusão do Produto Qualificação e empreendedorismo de adolescentes e jovens atendidos pelos programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade. Seis meses após a conclusão do projeto, realizou-se uma pesquisa onde reestabeleceu-se mais uma vez o contato com os jovens que concluíram algum dos cursos. Os concluintes foram consultados acerca de sua experiência laboral e no mercado de trabalho após o término do curso, a fim de conferir os efeitos do Projeto na empregabilidade destes jovens. Do total de entrevistados, 40, foram contabilizados 27 jovens que fizeram ou ainda fazem alguma atividade remunerada após a finalização do curso (68%).
- 5) Continuação do Circuito Liberdade, do Programa Se Liga. Projeto que já realizou 19 das 21 atividades de circulação previstas e passou por um momento de avaliação interna e adequação do escopo junto aos parlamentares responsáveis pela emenda que financia esse produto. Outra novidade em relação ao projeto é a inclusão do Programa Se Liga da Zona da Mata no escopo de atividades com o seu público alvo.

Por fim, como será possível perceber, apesar da melhora do contexto pandêmico e dos resultados positivos, os muitos desafios e dificuldades da execução dos programas continuam presentes no 16º PA. Contudo, o esforço coletivo das equipes e de todas as pessoas envolvidas na construção da Política de Prevenção tem sido capaz de romper as adversidades e promover o cumprimento integralmente de grande parte dos objetivos pactuados. Na sequência, descreve-se os resultados e desafios apresentados ao longo do trimestre para cada um dos indicadores.

2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					16º Período Avaliatório Out/22 a Dez/22	
1	Programa Mediação de Conflitos	1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	35.213	49.146
		1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	1.520	1.822
		1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	12.261	12.777
2	Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.1	Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	2.470	2645,67
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	8.740	6.266,7
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	79.014	72.974
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	423	604
3	Programa Se Liga	3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5	900	1.912
		3.2	Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social	5	210	1.497
		3.3	Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4	720	1.427
4	Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	58.140	59.929
		4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial	5	74%	72,6%
		4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	4.140	3859

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					16º Período Avaliatório Out/22 a Dez/22	
5	Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional	5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PRESP	5	23.184	21.661
		5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	5	78%	81,4%
		5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	1.608	2.108
6	Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	6.1	Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher	2	220	13
		6.2	Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica	3	2.005	692
		6.3	Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social	3	315	315
7	Programa Selo Prevenção Minas	7.1	Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas	4	1.350	1.473
8	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	8.1	Número de participações em capacitações e supervisões para desenvolvimento e aprimoramento dos profissionais que atuam na Política de Prevenção à Criminalidade	1	4.800	6.711
		8.2	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	1	15	10,8
9	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	9.1	Número de Relatórios Analíticos das UPC's de Base Local	4	28	32
		9.2	Número de relatórios de gestão dos Programas	4	9	9
10	Gestão da Parceria	10.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	1	100%	-
		10.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	1	100%	-
11	Produtos	1.1	Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade	1	100%	94%
		1.2	Formação e Capacitação de Referências Comunitárias para Atuação Como Agentes de Segurança Cidadã	1	100%	100%
		1.3	Capacitação de Oficineiros no Programa <i>Fica Vivo!</i>	1	100%	100%

		1.4	Qualificação e empreendedorismo de adolescentes e jovens atendidos pelos programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade	1	100%	100%
		1.5	Projeto Circuito Liberdade: novas conexões com a cidade	1	100%	-
		2.1	Diagnóstico de Implantação de Unidades de Prevenção à Criminalidade de base local	1	100%	-
		3.1	Pesquisa de Recorrência Prisional de egressos do Sistema Prisional acompanhados pelo PrEsp	1	100%	-

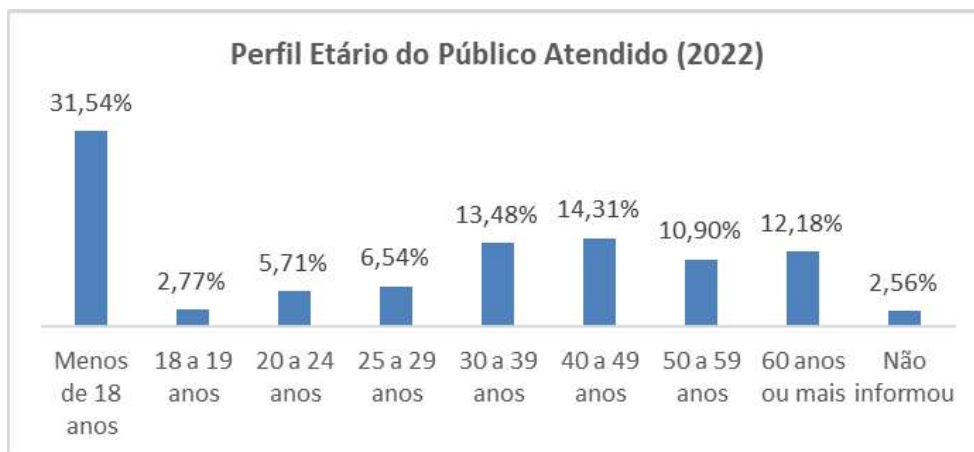
2.1 – Detalhamento dos resultados alcançados:

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
35.213	49.146
Descrição do Indicador	
O Programa Mediação de Conflitos - PMC tem por objetivo promover meios pacíficos de administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais, que contribuam para minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violências e criminalidade, a partir de atendimentos. Tem como público-alvo moradores dos territórios correspondentes às áreas de abrangência das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC, que registram elevada incidência de criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais. Seu foco é prevenir fatores de riscos, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas e delituosas entre o seu público atendido. Esse indicador visa mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo PMC, alinhada à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária. Considera-se atendimento cada intervenção realizada nas seguintes modalidades: 1) casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos; 2) casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos; 3) projetos temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos; 4) projetos institucionais: intervenções que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou minimizando fatores de risco; 5) ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam. Os atendimentos deverão ser contabilizados de acordo com a quantidade de intervenções realizadas com cada pessoa, na mesma modalidade ou em modalidades diferentes.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Contextualização geral do Programa e dos indicadores no período avaliatório

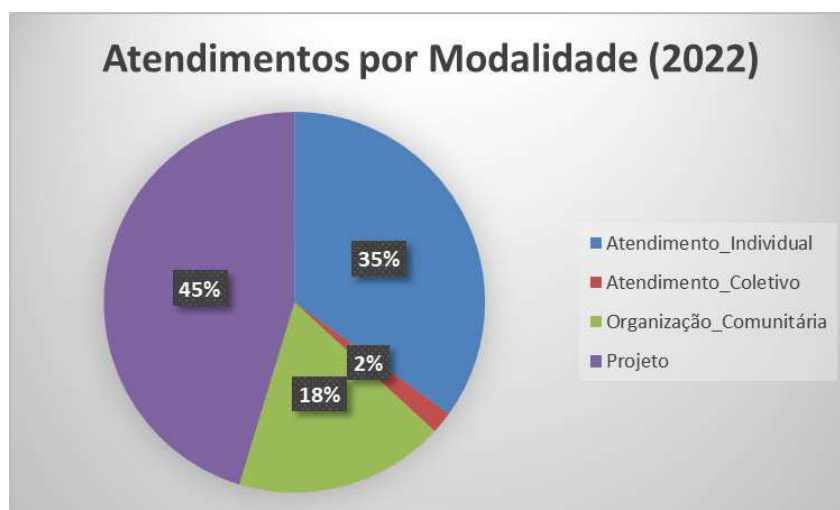
O ano de 2022 foi marcante para o Programa Mediação de Conflitos. Ao longo deste ano o PMC desenvolveu diversas ações de grande alcance nas comunidades atendidas.

No primeiro semestre, o projeto *É na Base*, voltado à prevenção das violências de gênero entre adolescentes e jovens, ampliou sobremaneira a capilaridade do programa no ambiente escolar, promovendo o aprofundamento de parcerias institucionais entre o PMC e as escolas públicas localizadas nas comunidades. Trata-se de um avanço importante para o programa, na medida em que enfrentávamos dificuldade em superar a recorrente atomização das instituições escolares, isto é, o seu fechamento em relação à construção de linhas estratégicas de ações em rede para prevenção à violência. O êxito do *É na Base* também se expressa em números. Em março, quando a maioria das equipes realizou o projeto, o PMC atingiu seu melhor resultado mensal em termos de atendimentos (5422) e de pessoas atendidas (3245). O perfil etário das pessoas atendidas pelo programa em 2022 dimensiona bem o impacto do projeto, pois indica a prevalência do público adolescente, fenômeno não observável nos anos anteriores:



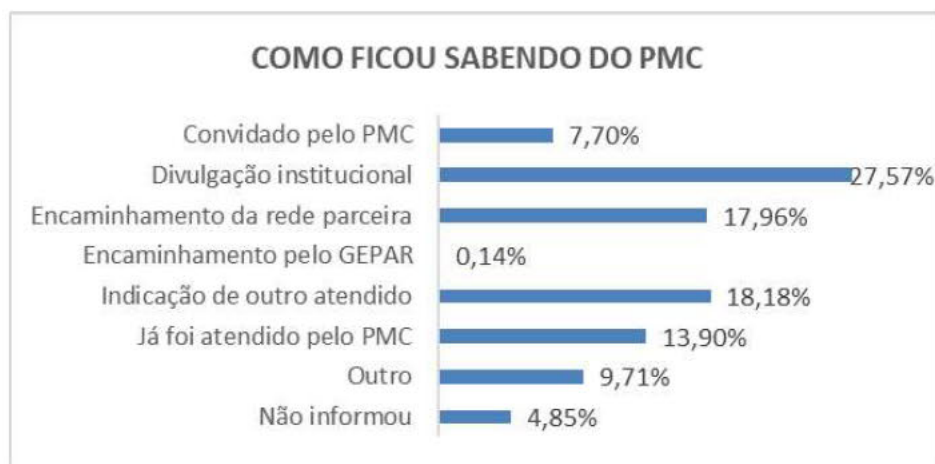
No segundo semestre, o PMC realizou *Curso de Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para o enfrentamento às violências*. O principal objetivo do curso é instrumentalizar a atuação de referências comunitárias nas áreas de intervenção do Programa Mediação de Conflitos. O intuito foi contribuir para a prevenção de homicídios oriundos da violência contra a mulher, dos conflitos de vizinhos, da violência intrafamiliar e da violação de direitos. Por essa razão o conteúdo programático do curso versou sobre a relevância da promoção de meios pacíficos de gestão de conflitos, o estímulo à organização comunitária, a aplicação e disseminação de princípios e técnicas de mediação, bem como a promoção da cultura de paz em sua comunidade, abordados em 280 encontros das equipes técnicas do PMC com as participantes. Foram capacitadas 182 referências comunitárias, superando com folga a meta estipulada para esta ação (135).

Este ano também foi especialmente importante para a consolidação e ampliação do *Projeto ComAgente*, que visa prevenir violências por meio de espaços coletivos de acolhimento e aprendizado de ofícios, além de estimular o protagonismo de referências comunitárias mulheres no campo da segurança pública cidadã. Em 2021, o projeto-piloto foi implementado por 6 equipes do PMC. Já em 2022, esse número dobrou. Atualmente 12 equipes acompanham a execução de oficinas do *ComAgente*. O alcance significativo das oficinas está diretamente atrelado à prevalência de atendimentos na modalidade “Projetos” em 2022, superando a modalidade “Individual”, que vinha sendo nos anos anteriores aquela de maior incidência no programa. Esse dado sugere que o *Projeto ComAgente* tem sido decisivo em conferir materialidade à orientação metodológica do PMC, no sentido do aprofundamento da parceria com as comunidades atendidas na execução de uma política pública de segurança cidadã.



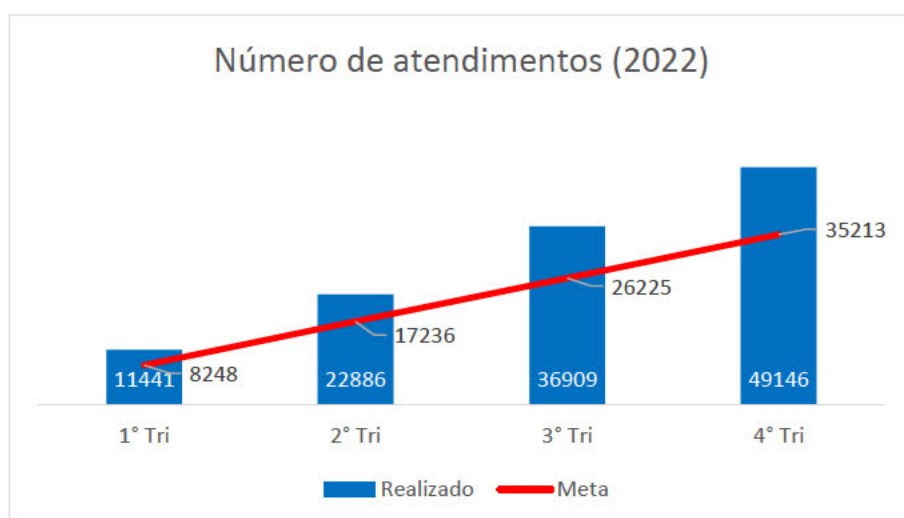
Essa ênfase em intervenções coletivas alavancou o Programa Mediação de Conflitos em 2022. Devemos destacar também o notável investimento das equipes técnicas em tornar o programa mais conhecido nas comunidades. Os resultados desse investimento podem ser quantificados a partir do dado coletado no instrumental socioeconômico respondido pelas pessoas atendidas. Quando perguntadas como conheceram o PMC, a maioria delas indicou a “divulgação institucional” como o meio de acesso a essa política pública. A “indicação” do PMC por outra pessoa

atendida, como forma de tomar conhecimento do programa, sinaliza ainda a referencialidade e a qualidade do atendimento oferecido por analistas sociais e estagiárias.



A ampliação da visibilidade do programa, a aposta em frentes coletivas de atendimento, associada à qualidade do serviço prestado, conferiu maior envergadura para o PMC neste ano. O programa alcançou resultados expressivos em todos os três indicadores pactuados no Contrato de Gestão.

Quanto ao indicador 1.1. *Número de Atendimentos*, o PMC realizou quase **50 mil atendimentos, 40% acima da meta estabelecida**. Trata-se de um resultado quantitativo histórico para o programa.

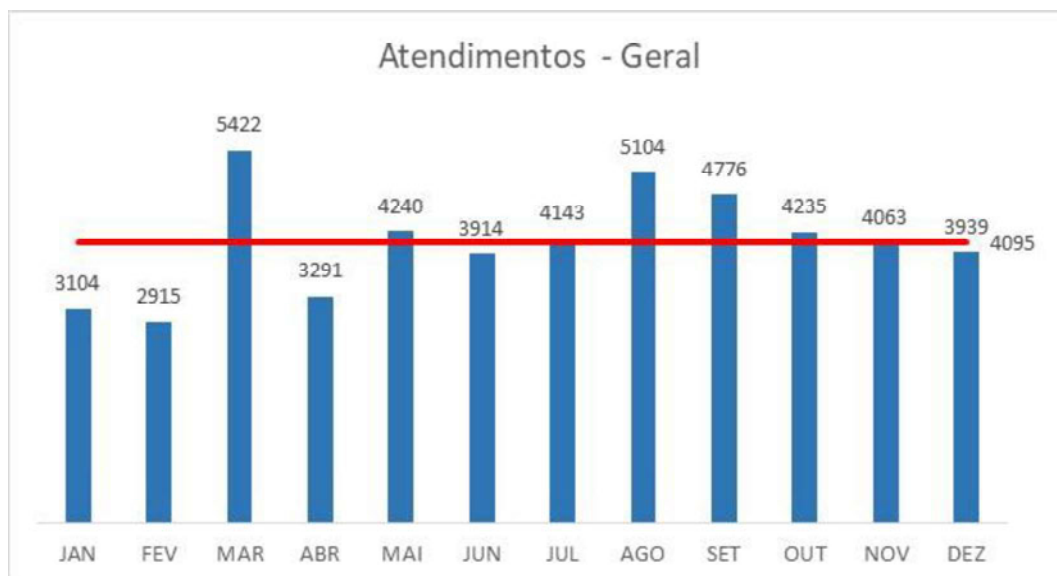


No atual período avaliatório, o PMC novamente superou a meta de atendimentos realizados. Neste trimestre, o programa realizou 12.237 atendimentos, 36% acima da meta estipulada. Entretanto, houve uma diminuição no número de atendimentos se comparado com o trimestre anterior. Ainda assim, foi o segundo melhor desempenho trimestral do ano para este indicador.



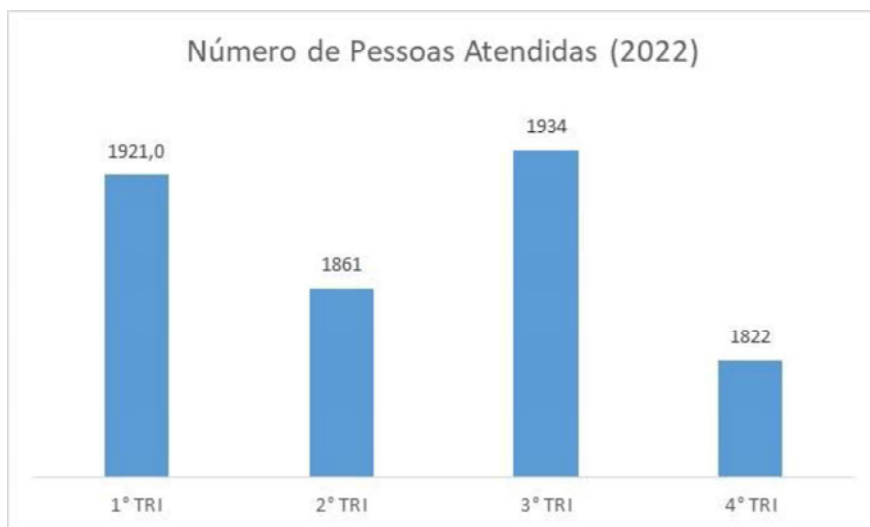
Alguns fatores podem ter contribuído para esta redução do número de atendimentos. No período avaliatório anterior foi executado o *Curso de Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para o enfrentamento às violências*. A condução dos encontros de formação com as referências comunitárias pela equipe técnica - classificada como atendimento na modalidade "Projetos" - produziu um impacto quantitativo impossível de ser reproduzido no trimestre seguinte, quando o curso já estava encerrado. O considerável esforço de preparação metodológica dos encontros empreendido pelas equipes na execução do curso redundou em uma esperada desaceleração no ritmo das mobilizações comunitárias, que costuma ser seguida de uma gradativa reorganização do trabalho para a realização de ações coletivas futuras. Inclusive, para o ano de 2023, diversas equipes técnicas têm planejado linhas de ação conjuntas com as referências formadas no curso.

Fatores sazonais também condicionam o desempenho das equipes. Aos feriados e festas de fim de ano - ainda mais recorrentes em função da Copa do Mundo -, soma-se o início do período chuvoso. Tais aspectos reduzem a disponibilidade de agenda da equipe e da rede parceria, desmobilizam as pessoas para os atendimentos no programa e dificultam a realização de atividades na cena comunitária, como a realização de atendimentos itinerantes e de atividades de circulação no território. Essa desaceleração paulatina fica evidente no gráfico a seguir:

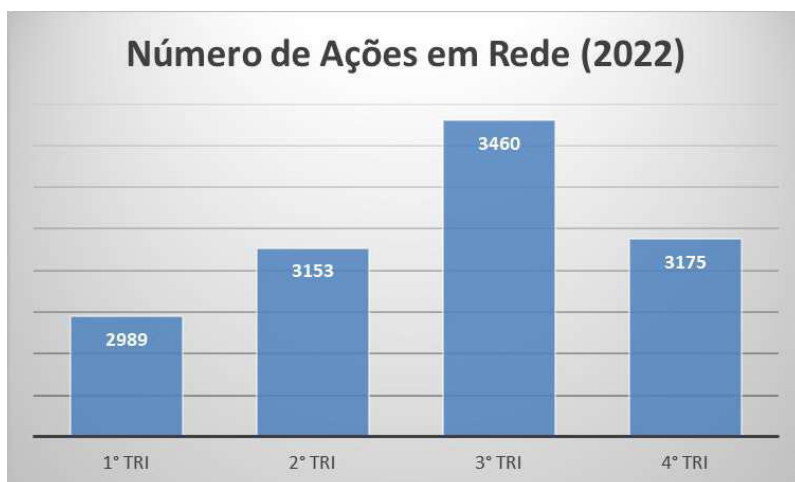


Análise similar pode ser feita em relação ao *Indicador 1.2 - Número de Pessoas Atendidas*. Durante todo o ano, o PMC superou com alguma margem a meta definida para este indicador. O melhor desempenho ocorreu entre julho e setembro, por ocasião do *Curso de Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para o enfrentamento às violências*. No atual trimestre avaliatório, o PMC atingiu a meta proposta, mas houve uma redução no alcance das equipes. Essa redução pode estar associada à mencionada latência que costuma suceder uma ação de grande fôlego como o curso

acima, acrescida de fatores sazonais (chuvas, feriados e festas de fim de ano, Copa do Mundo etc.), que encurtaram a disponibilidade de agenda, reduziram as possibilidades de atividades a céu aberto e desmobilizaram o público em relação às propostas de atendimento do programa.



Por sua vez, o alcance do *Indicador 1.3 - Ação em Rede* foi desafiador para o PMC em 2022. Embora o programa tenha atingido a meta estipulada nos 4 períodos avaliatórios, isso se deu com uma margem bastante reduzida. No atual período avaliatório, o PMC superou a meta (3130) em 2% (3175), mesmo com a redução do ritmo de atividades em rede observada nos últimos meses do ano. Novamente, foi no 3º trimestre avaliatório o melhor desempenho do PMC, impulsionado pelas diversas articulações institucionais e comunitárias exigidas para a realização do *Curso de Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para o enfrentamento às violências*.



Vale frisar que a meta do Indicador 1.3 foi firmada a partir do acréscimo de 5% sobre o número total de ações em rede realizadas em 2021, quando as equipes técnicas tiveram de investir maciçamente no diálogo e na construção conjunta com instituições parceiras, a fim de superar os gargalos produzidos no auge da pandemia. Em 2022 o cenário era diverso: a ênfase em articulações de rede cedeu lugar à urgência da retomada dos atendimentos presenciais e das ações coletivas nos espaços comunitários. Ainda assim, as equipes técnicas conseguiram corresponder à expectativa quantificada na meta.

Quando analisamos a distribuição do esforço das equipes técnicas entre as modalidades de ações em rede, verificamos a recorrência das construções de fluxos e estratégias articuladas de intervenção. É possível que esta prevalência esteja associada aos imperativos de alinhamento institucional impostos por ações coletivas robustas como projeto *É na Base* e o *Curso de Segurança Cidadã e Mediação Comunitária para o enfrentamento às violências*. Já a incidência significativa de encaminhamentos (3005) e de discussões de caso (3473) com atores da rede parceira

podem estar correlacionadas à complexidade das 1365 situações de violência atendidas pelo programa, que exigem sempre uma atuação intersetorial bem amarrada. Com relação à participação em espaços de rede, trata-se de uma atribuição que as equipes técnicas desenvolvem apenas em nível local e que conta com o protagonismo da gestão social.



Por fim, vale dizer que as principais instituições destinatárias de encaminhamento do PMC foram a Defensoria Pública do Estado de Minas (33%), seguida da Assistência Social (14%). Esse fato reflete o volume marcante de conflitos intrafamiliares atendidos pelo PMC: 50% das demandas individuais (se somarmos temas como pensão alimentícia, guarda, divórcio, violência doméstica etc.). Os defensores públicos responsáveis por ajuizar ações nas Varas de Família são os que atendem as pessoas encaminhadas pelo PMC. O quadro se completa quando verificamos que 60% das situações de violência individual atendidas pelo programa têm as mulheres como vítimas. O perfil desse conjunto de dados relacionados ao acionamento da rede de proteção social em 2022, sugere que esse tema foi objeto de uma abordagem cuidadosa e articulada por parte das equipes técnicas do PMC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Indicador 1.1 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos

No 16º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10 a 31/12/2022 foram realizados cumulativamente 49.146 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista até dezembro de 2022 era de 35.213, atingiu-se o objetivo previsto. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 1 – Distribuição do Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos por UPC					
UPC	JANEIRO A SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
CABANA	1021	51	105	85	1262
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	525	75	106	37	743
JARDIM FELICIDADE	885	79	106	68	1138
JARDIM LEBLON	1188	157	121	123	1589
MINAS CAIXA	179	43	58	53	333
MORRO DAS PEDRAS	784	121	73	105	1083
PEDREIRA PRADO LOPES	1039	184	181	163	1567
PRIMEIRO DE MAIO	163	67	68	74	372
RIBEIRO DE ABREU	1213	150	154	104	1621
SANTA LÚCIA	977	113	140	185	1415
SERRA	1776	321	325	217	2639
TAQUARIL	4130	299	314	471	5214
VILA PINHO	1185	279	222	123	1809

CITROLÂNDIA	829	50	68	74	1021
JARDIM DAS ALTEROSAS	31	46	109	111	297
JARDIM TERESÓPOLIS	2095	193	203	226	2717
PTB	879	67	46	60	1052
NOVA CONTAGEM	1606	168	177	220	2171
RESSACA	837	64	55	57	1013
CARAPINA	907	86	81	93	1167
TURMALINA	2547	328	211	201	3287
BOM JARDIM	474	44	41	44	603
OLAVO COSTA	2126	200	245	178	2749
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	1632	176	129	208	2145
JUSTINÓPOLIS	502	36	53	42	633
ROSANEVES	212	33	58	55	358
VENEZA	1472	118	102	71	1763
PALMITAL	2827	271	220	125	3443
VIA COLÉGIO	721	87	68	74	950
JARDIM CANAÃ	747	167	97	77	1088
MORUMBI	882	119	113	199	1313
MORRO ALTO	518	43	14	16	591
TOTAL	36909	4235	4063	3939	49146

A exemplo do 15º período avaliatório, no presente período de que trata este relatório (16º PA), praticamente todas as UPCs atingiram a meta estabelecida para o trimestre (27), o que demonstra maior estabilidade das equipes no cumprimento das metas em relação a este indicador, e maior assertividade na projeção de metas, realizada pela supervisão e diretoria do PMC trimestralmente. Sendo assim, apenas a equipe do Morro Alto realizou 80% abaixo da meta estabelecida para o período.

Em relação a um desempenho acima do previsto, várias UPCs figuraram nesse cenário (26), para fins de análise, vamos considerar aquelas que apresentaram desempenho superior a 100%: Jardim das Alterosas, Jardim Canaã e Taquaril.

Ao contrário do trimestre anterior, no qual a equipe do Jardim das Alterosas, na época recém implantada, apresentou resultados inferiores à 80% da meta prevista, neste 4º trimestre, o desempenho da equipe aumentou de forma significativa em relação ao número de atendimentos, realizando 216% da meta prevista para o período. Esse resultado esteve diretamente relacionado a projetos que a equipe desenvolveu em uma escola do território durante os meses de novembro e dezembro, atendendo adolescentes, através do fomento de discussões voltadas para o campo da Segurança Cidadã. Além desses projetos, a equipe também participa de maneira frequente de um grupo de mulheres artesãs do território, desenvolvendo diálogos sobre formas pacíficas de gestão de conflitos, violência contra a mulher, violência intrafamiliar, entre outros. Dessa forma, este ótimo desempenho da equipe está diretamente relacionado às práticas coletivas de atendimento.

De maneira semelhante ao trimestre anterior, a equipe do Jardim Canaã segue apresentando um desempenho superior ao esperado em termos de meta, tendo atingido 219% da meta prevista para este indicador no trimestre. Em grande parte, esses resultados são frutos de práticas coletivas de atendimento que a equipe realizou durante os meses. Cabe destacar que, o Curso de Segurança Cidadã, propiciou o planejamento de diversas ações em conjunto com os cursistas, como, por exemplo, duas ações de combate ao abuso infantil que aconteceram em outubro e contaram com a participação das crianças e de seus responsáveis, contribuindo para que, só neste mês, o desempenho da equipe correspondesse a 321% da meta. Nos meses seguintes também foram realizadas ações junto a um grupo de mulheres e uma blitz de conscientização sobre a violência de gênero, contribuindo para estes resultados.

A equipe do PMC Taquaril continua realizando um volume grande de atendimentos nas oficinas do ComAgente. A equipe ficou 132% acima da meta, ultrapassando a marca dos 400 atendimentos no mês de dezembro. Ao longo do ano, 86% dos atendimentos da equipe se concentraram na modalidade “Projetos”. Esse resultado se deve à regularidade da presença de participantes nas oficinas. Contudo, essa prevalência sinaliza a necessidade de sustentar outras modalidades de atendimento que perderam espaço na agenda da equipe, como é o caso dos atendimentos individuais. Atualmente a equipe realiza menos essa modalidade de atendimento do que nos anos anteriores, mas a recorrência de casos individuais com violência indica uma melhor orientação do foco de trabalho.

Já a equipe do Morro Alto não conseguiu atingir a meta prevista para este indicador, realizando 39% da meta. Este baixo desempenho se deve ao fato da equipe atual que está desenvolvendo o trabalho no território ser composta por duas analistas novas, que chegaram ao programa no começo de dezembro. Antes disso, a analista mais antiga do programa foi desligada e a outra analista entrou de licença maternidade. Portanto, houve um período em que o

programa ficou somente com uma analista e até sem nenhuma analista até a chegada da nova equipe. Todas essas mudanças dificultaram o desenvolvimento do trabalho, que repercutiu nas metas.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
1.520	1.822
Descrição do Indicador	
Descrição: Para além do quantitativo de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos, é importante verificar o alcance do Programa quanto ao número de pessoas atendidas por ele. Para fins desse indicador, serão consideradas as pessoas atendidas nas seguintes modalidades de atendimento, alinhado à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária: 1) casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos; 2) casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos; 3) projetos temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos; 4) projetos institucionais: intervenções que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou minimizando fatores de risco; 5) ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam. A pessoa atendida deverá ser contabilizada apenas uma vez em cada mês, independente da modalidade de atendimento.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 16º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10 a 31/12/2022 foram atendidas em média 1.822 pessoas nas diversas modalidades de atendimentos do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 1.520, alcançou-se 19,8% acima do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de pessoas atendidas em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DA MÉDIA MENSAL POR UPC					
UPC	JANEIRO A SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
CABANA	612	37	94	58	63
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	269	63	95	21	60
JARDIM FELICIDADE	586	50	74	49	58
JARDIM LEBLON	568	50	40	27	39
MINAS CAIXA	44	11	21	18	17
MORRO DAS PEDRAS	375	48	36	59	51
PEDREIRA PRADO LOPES	568	88	77	76	80
PRIMEIRO DE MAIO	130	60	60	67	62
RIBEIRO DE ABREU	731	52	57	44	51
SANTA LÚCIA	389	58	41	43	47
SERRA	705	76	89	81	82
TAQUARIL	890	53	56	68	59
VILA PINHO	542	162	91	53	102

CITROLÂNDIA	563	41	51	59	50
JARDIM DAS ALTEROSAS	16	26	67	69	54
JARDIM TERESÓPOLIS	835	88	76	72	79
PTB	554	43	37	33	38
NOVA CONTAGEM	909	64	66	54	61
RESSACA	458	41	36	38	38
CARAPINA	484	32	52	32	39
TURMALINA	974	131	73	87	97
BOM JARDIM	358	36	40	37	38
OLAVO COSTA	644	54	66	66	62
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	881	72	43	89	68
JUSTINÓPOLIS	362	21	45	39	35
ROSANEVES	143	23	50	35	36
VENEZA	1154	115	89	66	90
PALMITAL	925	100	84	67	84
VIA COLÉGIO	456	45	42	35	41
JARDIM CANAÃ	311	83	82	64	76
MORUMBI	416	74	41	40	52
MORRO ALTO	297	27	13	13	18
TOTAL	17149	1924	1884	1659	1822

Em relação ao indicador “Média de pessoas atendidas”, observamos uma consolidação dos resultados ao longo do ano. Se compararmos o atingimento das metas por equipe, o resultado do 3º trimestre e do 4º trimestre são bem próximos; 23 equipes atingiram a meta no 3º trimestre e 22 equipes no 4º trimestre. Dessa forma, destacamos algumas equipes com resultados abaixo de 80% do previsto para o período: Minas Caixa, Morumbi, Morro Alto e Ribeiro de Abreu. As equipes com desempenho acima de 100% da meta estabelecida foram: Jardim das Alterosas, Jardim Canaã, Primeiro de Maio e Vila Cemig.

A equipe do Minas Caixa tem encontrado dificuldades em ampliar o alcance do programa em direção aos Jardim dos Comerciantes e ao Nova Iorque, incluído na área de abrangência no momento da reimplantação. A equipe tem atendido de maneira recorrente as mesmas pessoas, sem conseguir diversificar o foco de atendimento. No decorrer do trimestre, além dos desafios característicos de processos de retomada no trabalho - reconstrução do vínculo comunitário, expansão para novos territórios, reativação dos contatos com a rede local -, os analistas sociais têm encontrado dificuldade no trabalho em equipe. O diálogo e a construção conjunta não vêm ocorrendo. Cada integrante tem atuado de maneira atomizada, inviabilizando as ações coordenadas e o alcance das metas. Supervisão Metodológica, Diretoria do PMC, Gestão Social e RH do Instituto Elo já definiram um planejamento estratégico de acompanhamento da situação, de maneira a estimular o aprimoramento do desempenho da equipe em 2023.

A equipe do Ribeiro de Abreu, nesse trimestre, realizou 73% da meta estabelecida para o trimestre, o que corresponde ao quantitativo de 153 pessoas atendidas em detrimento da meta, que era de 210 pessoas atendidas para o período. A equipe vem investindo em um processo de diversificação das práticas de atendimento, e também na vinculação com atores da comunidade, uma vez que internamente, a equipe passou por um período de organização dada a configuração recente da equipe. A tendência é que no próximo ano, a equipe consiga uma maior diversificação do público atendido e consequentemente uma melhora nos resultados desse indicador.

Assim como já explicado no indicador 1.1, a equipe do Morro Alto mostrou um desempenho abaixo do esperado, atingindo somente 55% da meta devido às mudanças que ocorreram na formatação da equipe. Inclusive, para o próximo trimestre ainda é esperado que a equipe apresente dificuldades, já que as analistas estão se apropriando do trabalho.

De forma semelhante à equipe do Morro Alto, a equipe do Morumbi também passou por uma mudança em sua formação com a saída de uma analista, o que também gera impacto nos números, já que existe um processo de transição do trabalho. Sendo assim, a equipe atingiu 77% do esperado para o trimestre. Além disso, no 3º trimestre houve um aumento significativo das metas, devido à implantação das oficinas do ComAgente, mas a equipe passou por algumas dificuldades para consolidar esse trabalho com as oficinas, pois houve troca de oficinairas. A perspectiva é que o trabalho se desenvolva melhor nos próximos meses.

A equipe Vila Cemig realizou neste trimestre um quantitativo de 179 pessoas atendidas (239% da meta), enquanto a meta para o período, era de 75 pessoas atendidas; somente no mês de novembro a equipe atingiu 95 pessoas atendidas, o que elevou consideravelmente os patamares previstos para esse indicador. Esse resultado se deve, particularmente, a duas ações realizadas em organização comunitária; um grupo com mães e pais de uma escola de educação infantil do território, para discutir o fenômeno da violência doméstica e os encontros pré fórum

multiterritorial. Tais ações possibilitaram um alcance muito diversificado do público, que ainda não havia tido nenhum contato com o PMC, impactando diretamente os resultados deste trimestre.

A equipe do Jardim Canaã realizou 294% da meta prevista, conseguindo um ótimo desempenho neste indicador que é um dos mais desafiadores. Esses números também se devem aos projetos de prevenção que a equipe realizou, principalmente nos meses de outubro e novembro, destacando as temáticas de prevenção à violência contra criança e adolescente e a violência contra a mulher. A realização de projetos de prevenção impacta de forma substancial a média de pessoas atendidas, já que, através deles é possível atender e expandir a capilaridade do programa para pessoas que talvez não chegassem para o atendimento de forma individualizada.

Outra equipe que se destacou com um resultado superior ao esperado, foi a equipe do Jardim das Alterosas, que atingiu 245% da meta. Este resultado, assim como já trazido anteriormente, reflete os esforços da equipe em práticas coletivas de atendimento, principalmente a partir do projeto que desenvolveram em conjunto com uma escola do território, trabalhando conflitos, violências e outras temáticas com adolescentes.

A equipe do PMC Primeiro de Maio esteve 183% acima da meta para o período avaliatório. Nos últimos três meses, a equipe tem investido semanalmente em circulação pela comunidade, especialmente nas ruas comerciais distantes da UPC. A equipe também tem realizado atendimentos itinerantes em pontos fixos fora da Unidade de Prevenção, já que a localização da UPC não favorece o acesso da comunidade. Além disso, os analistas sociais têm participado de diversas ações da rede de proteção local. Aliás, a diversificação das modalidades de atendimento é um desafio a ser superado pela equipe. Neste ano, o PMC Primeiro de Maio realizou um número significativo de atendimentos em organização comunitária (78% do total). Investir na realização de projetos de prevenção e na ampliação dos atendimentos individuais é um caminho necessário para a equipe em 2023.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
12.261	12.777
Descrição do Indicador	
O Programa Mediação de Conflitos atua na perspectiva da mediação comunitária concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com a rede parceira. Metodologicamente entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido. Este indicador objetiva mensurar as ações construídas em rede que favoreçam o acesso a direitos do público atendido pelo PMC. Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados: 1) Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã e mediação comunitária; 2) Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno da violência e criminalidade com a rede de proteção social; 3) Discussão de casos com a rede de proteção social; 4) Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Programa.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Até o mês de dezembro de 2022 do Contrato de Gestão 002/2019 haviam sido realizadas cumulativamente 12.777 ações junto às redes de apoio do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 12.261, o objetivo foi alcançado integralmente (4,2% acima da meta). Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 3 - Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social					
UPC	JANEIRO A SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
CABANA	247	39	30	49	365
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	232	37	26	17	312
JARDIM FELICIDADE	303	35	39	24	401
JARDIM LEBLON	442	44	39	42	567
MINAS CAIXA	52	33	32	27	144
MORRO DAS PEDRAS	328	57	51	59	495
PEDREIRA PRADO LOPES	244	27	41	17	329
PRIMEIRO DE MAIO	121	25	41	27	214
RIBEIRO DE ABREU	301	39	28	29	397
SANTA LÚCIA	297	38	28	61	424
SERRA	383	53	49	20	505
TAQUARIL	434	52	37	49	572
VILA PINHO	455	50	62	20	587
CITROLÂNDIA	330	17	22	19	388
JARDIM DAS ALTEROSAS	34	13	14	11	72
JARDIM TERESÓPOLIS	424	20	34	33	511
PTB	340	40	31	46	457
NOVA CONTAGEM	431	32	27	55	545
RESSACA	263	25	23	15	326

Tabela 3 - Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social					
UPC	JANEIRO A SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
CARAPINA	375	40	38	37	490
TURMALINA	480	60	56	45	641
BOM JARDIM	142	20	19	13	194
OLAVO COSTA	534	56	65	66	721
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	319	35	35	20	409
JUSTINÓPOLIS	210	24	21	21	276
ROSANEVES	99	18	20	18	155
VENEZA	408	25	19	24	476
PALMITAL	423	53	52	35	563
VIA COLÉGIO	248	32	29	20	329
JARDIM CANAÃ	237	47	31	30	345
MORUMBI	288	35	18	10	351
MORRO ALTO	178	13	10	15	216
TOTAL	9602	1134	1067	974	12777

Neste indicador, conforme explicitado no tópico anterior, “análise global”, as equipes vivenciaram um período com muitos atravessamentos que impactam nas articulações de rede, dessa forma, apresentaram desempenho, em sua maioria, dentro do limite da meta ou inferior; apenas 50% das UPCs cumpriram a meta estabelecida. Desse modo, vamos considerar para análise, algumas equipes que apresentaram resultados abaixo de 80% da meta estabelecida para o trimestre, sendo elas: Jardim Teresópolis, Morro Alto e Veneza.

A UPC do Veneza realizou nesse período 52% da meta estabelecida para o trimestre, o que correspondia a 132 ações de rede, totalizando 68 ações de rede realizadas no 4º trimestre. Nos últimos meses do ano (out-nov-dez), a equipe precisou direcionar o trabalho para ações que estavam previstas para esse período, tais como os atos preparatórios para o fórum multiterritorial e organização interna da equipe, já que nesse período houve mudança praticamente de todos os analistas da equipe, isso significa organizar o trabalho e recuar de alguns espaços e articulações com a rede, e também maior investimento na apropriação do trabalho dos profissionais recém-chegados. Historicamente, as metas previstas para esse indicador, vem sendo atingidas pela equipe ao longo do ano, exceto no 3º trimestre (95%) e no 4º trimestre (52%). A tendência é que no próximo período seja experimentada uma estabilidade do cenário, possibilitando uma certa regularidade nas articulações com a rede do território.

Assim como nos demais indicadores, a equipe do Morro Alto também apresentou um desempenho inferior à meta de ações de rede estabelecida, atingindo 55% do previsto. Este resultado está relacionado à mudança da equipe de analistas, tanto que o mês com o pior desempenho foi novembro, no qual houve um período sem a presença de analistas no programa.

A equipe do Jardim Teresópolis também apresentou um resultado modesto neste indicador, atingindo 59% da meta, o que pode ser explicado em grande medida também por modificações na equipe. Neste trimestre, duas analistas entraram de férias e também duas analistas da equipe foram desligadas. Dessa forma, a capacidade de participação da equipe em espaços de rede, bem como articulação e alinhamentos com a rede parceira, discussão de caso, dentre outros, ficaram prejudicados, já que a equipe priorizou os atendimentos neste período de transições; impactando assim, o indicador de rede.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.1: Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
2.470	2.645,67
Descrição do Indicador	

As oficinas do Programa Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa (adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, moradores das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Local) que extrapolam a dimensão do ofício.

As oficinas devem ser realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência das UPC (chamados deicineiros), e que possuam experiência de trabalho com adolescentes e jovens anterior à chegada ao Programa. Os icineiros se vinculam à Política de Prevenção Social à Criminalidade/Programa Fica Vivo! de forma a receber orientações no que tange a ações voltadas para a prevenção e redução de homicídios de adolescentes e jovens.

As propostas de oficinas deverão ser selecionadas via edital público permanente e aprovadas pelas equipes técnicas do Programa Fica Vivo!, considerando a demanda local, as especificidades dos territórios atendidos e se as mesmas respondem aos objetivos e diretrizes do Programa. A realização de cada oficina deverá se dar, no mínimo, em 2 (dois) encontros por semana, totalizando 5 (cinco) horas semanais de execução de projeto.

Este indicador visa a mensurar a média mensal de encontros de oficinas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso será contabilizado o somatório do número de encontros de oficinas realizados em cada mês do período, dividido pelo número de meses do período avaliatório.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Contextualização Geral dos Indicadores do Programa:

Diante do último período avaliatório de 2022, faz-se necessário tecer considerações sobre o panorama do ano para o Programa Fica Vivo!, destacando os avanços, os feitos, os desafios e os percalços nos trajetos pelos quais esta política pública percorreu para a efetivação dos seus objetivos.

O ano começou com 29 Unidades de Prevenção e finalizou com 32, ou seja, com as (re)implantações das UPC's Rosaneves, Minas Caixa, Primeiro de Maio e Jardim das Alterosas, ampliou-se a capilaridade de intervenções nos territórios com demandas para a atuação do Programa. O número acumulado de atendimentos no primeiro trimestre do ano foi de 12.704 e no último trimestre foi de 72.974, crescimento que ao longo do ano demonstra o investimento dos trabalhadores em fortalecer o Programa nos territórios através de ações de proteção social construídas para e com os adolescentes e jovens.

Com as melhoras progressivas nos indicadores de saúde no decorrer do ano, os Projetos Locais e de Circulação passaram a ser estratégias focais para fortalecimento e reestabelecimento de vínculos com os públicos atendidos, abrangendo diversas temáticas e formatos, de acordo com as pluralidades das juventudes. Não faltou criatividade e empenho para elaboração de projetos que incidiram nas problemáticas vivenciadas pelas juventudes nos territórios. As equipes com os jovens e icineiros desenvolveram ações que evidenciaram as potências dos territórios, proporcionaram o acesso a direitos, discutiram sobre violências, favoreceram o acesso à cidade e à novos horizontes e descobertas, promoveram conexões e intercâmbios territoriais, valorizaram as culturas e esportes como importantes recursos para prevenção de violências e criminalidades.

Foram realizados 169 Projetos Locais que atenderam 5351 jovens e 32 Projetos de Circulação que alcançaram 1784 atendimentos ao longo do ano de 2022, fortalecendo o vínculo do programa com as juventudes e territórios atendidos e também ampliando os horizontes dessas mesmas juventudes através da garantia do direito de acesso à cidade.



Imagem 1 - Copa Fica Vivo! Governador Valadares, 12/2022



Imagem 2 - Copa Fica Vivo! Governador Valadares, 12/2022



Imagem 3 - Projeto Local Fica Vivo Tá On, Palmital. 07/22



Imagem 4 - Projeto Local Fica Vivo Tá On, Palmital. 07/22



Imagens 5 - Projeto Local Mostra de Oficinas, JD Teresópolis. 10/22



Imagens 6 - Projeto Local Mostra de Oficinas, JD Teresópolis. 10/22



Imagens 7 - Projeto Local Mostra de Oficinas, JD Teresópolis. 10/22



Imagem 8 - Projeto de Circulação, Veneza. 11/22



Imagem 9 - Projeto Local Hip Hop, JD Canaã, 12/22



Imagem 10 - Projeto de Circulação, Cabana, Veneza e Rosaneves, 06/22

No que se refere ao número de oficinas, em janeiro, o Programa contou com 210 oficinas implantadas, chegando a 293 em Dezembro, expandindo em 40% o número de projetos atuantes nos territórios. A média mensal de jovens participantes em oficinas - historicamente a principal forma de atendimento do Programa - apresentou avanços ainda mais significativos, evoluindo de 3721,3 no primeiro trimestre para 6266,7 no último trimestre do ano, totalizando um aumento expressivo de 68,4%.

Qualificar as oficinas já implantadas e ampliar o quantitativo de oficinas nos territórios, se apresentaram como os grandes e principais desafios do ano. Diante da escassez de proponentes e de propostas, houveram várias tentativas locais de incentivo ao recebimento de novos projetos de oficinas, tais como: chamamento público presencial e virtual, divulgação em redes territoriais, ações com os jovens para orientação sobre a escrita de projetos, retomada de contatos com referências que foramicineiros, ações para visibilidade do Programa nas comunidades. Nos espaços de supervisão, essa realidade foi incessantemente discutida e trabalhada em menor e maior proporção de acordo com a gravidade dos cenários.

De maneira geral, o fluxo de implantações ocorreu em temporalidade dilatada, não acompanhando a necessidade de celeridade de respostas para o alcance das metas dos indicadores. A esta questão, soma-se o quantitativo de desligamentos daquelas oficinas que não mais produziam efeitos qualitativos no atendimento ao público. Assim, o Fica Vivo! vivenciou num mesmo ano desafios proporcionais que se entrelaçaram - *implantações x desligamentos* - que exigiram das equipes, cálculos assertivos para tomadas de decisões. Movimentos de iniciar, dar continuidade, encerrar e retomar processos, acontecendo emaranhados todos ao mesmo tempo.

Outro ponto fundamental para consideração relaciona-se aos espaços das redes para implantação e desenvolvimento das oficinas. Segundo o relatório da gestão dos projetos do mês de novembro, a maioria das oficinas são realizadas em quadras públicas (14,3%), associações (12,2%) e escolas (11,1%). Ou seja, o mesmo padrão verificado nos meses

anteriores. Diante disso, ao longo do ano, as aberturas para parcerias com o Programa Fica Vivo! ocorreram gradualmente, visto que as próprias redes e serviços vivenciaram e vivenciam complexos problemas estruturais para se recompor diante das precarizações “após” a pandemia.

Assim, os espaços disponíveis para a oferta dos atendimentos do Programa impactam no seu desenvolvimento. As escolas, por exemplo, foram as instituições que demandaram do Programa Fica Vivo! um maior tempo de espera para retomada de articulações, sendo estas fundamentais para ampliação das oficinas de esportes. O esporte é uma modalidade que abarca historicamente considerável volume de atendimentos no Programa e diante dos entraves reais, suas retomadas também foram lentas, reverberando nos indicadores.

O ano de 2022 também foi o ano da elaboração e execução dos Fóruns Multiterritoriais, ação estratégica construída pelos Programas da Política de Prevenção. Ainda que tal ação não some de maneira direta aos indicadores do Programa Fica Vivo!, é importante destacar o comprometimento das equipes no fomento à participação de adolescentes e jovens nesse espaço. Em vários municípios, os Fóruns contaram com atividades preparatórias, onde foram discutidas de maneira introdutória as temáticas dos fóruns. Tais atividades tinham como alguns de seus objetivos: sensibilizar o público para os temas que estariam em discussão e realizar a mobilização para o evento final (o próprio fórum).

As equipes lançaram mão dos mais variados expedientes criativos no fomento à discussão, haja visto o grande desafio que se localiza em realizar discussões que provoquem o interesse da juventude em determinados temas. Exibições de filmes, rodas de conversa e realização de dinâmicas foram algumas das estratégias utilizadas nas atividades preparatórias para os Fóruns. No aspecto quantitativo, podemos visibilizar o esforço das equipes ao aferir que foram executadas 22 atividades preparatórias que contaram com a participação de 480 adolescentes e jovens. Considerando que um dos objetivos das atividades era a mobilização de adolescentes e jovens para os Fóruns, podemos verificar certo êxito nesse investimento, pois nessa etapa final participaram 317 jovens. Ou seja, foi possível a participação nos Fóruns Multiterritoriais de cerca de 66% do público que participou da mobilização inicial. Ainda que não seja um número tão próximo do total participante das atividades preparatórias, cabe ressaltar que entre o processo de mobilização e atividade final há vários desafios, como questões relacionadas a transporte e outros entraves sócio-históricos que incidem sobre o público do programa. Isso faz com que a presença de jovens alcançada seja avaliada positivamente.

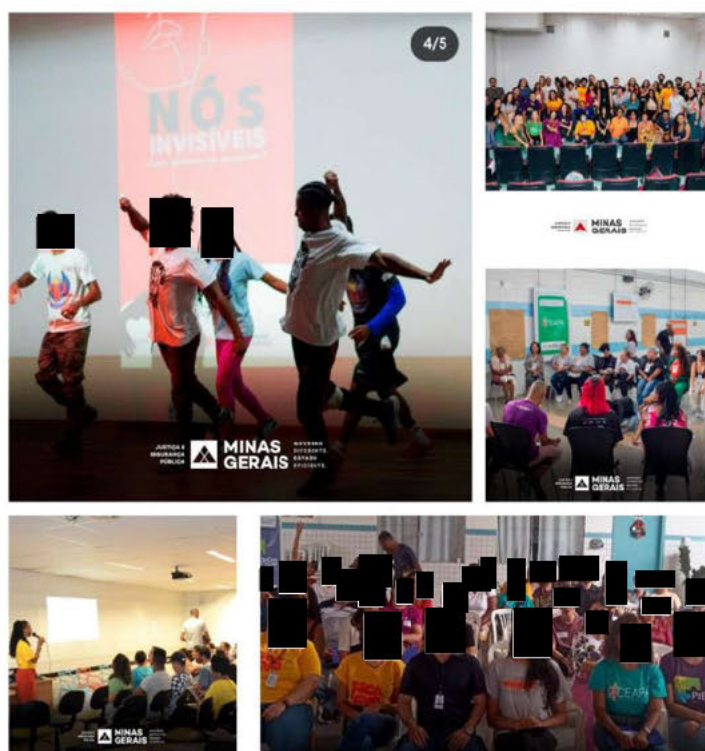


Imagem 11 - Fóruns Multiterritoriais, 2022.

Outra ação que merece enfoque é a capacitação dosicineiros e icineiras do Programa Fica Vivo!, que ocorreu nos dias 20 e 21 de dezembro. Tal ação foi construída ao longo do ano de 2022, com sua execução no fim do ano. Foi um momento importantíssimo, em que icineiros e icineiras de diferentes partes do estado puderam se encontrar, trocar experiências, e vivenciar de maneira mais ampliada o fato de pertencerem a uma política pública. Cabe

ressaltar que esses momentos de encontro dos/as oficinairos/as com representantes do Instituto Elo e da Supec, num evento dessa magnitude, oferecem outra dimensão sobre o papel deles e delas na política pública. Assim, podem compreender melhor a importância de seus lugares como referências para adolescentes e jovens, sendo parte de um processo ampliado, que busca a manutenção da vida e proteção social do público atendido pelo Programa Fica Vivo!.

Um fator importante de ser destacado é o quantitativo de presentes na capacitação: foram feitas 481 inscrições e 375 credenciamentos, sendo que, desse total de credenciamentos, 158 foram de oficinairos e oficinairas do Programa. Portanto, ao analisar o quantitativo de pessoas inscritas e o quantitativo de pessoas efetivamente credenciadas, é possível verificar 78% de presença na capacitação.

Durante o evento, foi anunciado um reajuste no valor do recurso que os/as oficinairos/as recebem para execução das oficinas, que foi de 1030 para 1330 reais. A mobilização da comissão de oficinairos em torno da pauta de aumento no recurso esteve ao longo do ano como uma questão bastante pungente. O aumento da bolsa para prestação de serviço representa um auxílio no custeio de materiais e lanche para as oficinas, bem como um investimento no trabalho desses atores primordiais do Programa. A propositiva da Comissão é que para o próximo ano o grupo de oficinairos/as continue articulado para novos pleitos e reforço dos que se mantêm.

Nesta perspectiva, o momento da capacitação se configurou como um reconhecimento dos atores e atrizes estratégicos do estado e do Instituto Elo sobre a importância desses e dessas profissionais no cotidiano da execução do Programa Fica Vivo!. Tal reconhecimento é relevante para o grupo de oficinairos e oficinairas, para que possam dar sequência ao seu trabalho, e para a representação do Programa nos territórios. Ademais, os momentos de discussão nos grupos foram riquíssimos, envolvendo muito debate, diálogo e trocas. Foi possível, através desse encontro, que eles/as pudessem perceber os desafios semelhantes no trabalho com a juventude, mesmo sendo de localidades distintas. Foi possível perceber que a impressão geral é o desejo de que momentos de capacitação desses e dessas trabalhadoras façam parte de um cronograma recorrente nas ações do Programa Fica Vivo!.



Imagem 12 - Capacitação de Oficineiros/as, 12/2022.

Logo, mediante as contextualizações acerca do ano de 2022 do Programa Fica Vivo!, analisaremos a seguir o desempenho de cada indicador no trimestre outubro-novembro-dezembro que corresponde ao 16º período avaliatório, considerando as realidades específicas de algumas equipes. Evidenciaremos os cenários críticos que precisam de intervenções, bem como os cenários que se destacaram de forma positiva e auxiliaram no aumento do quantitativo.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No que se refere especificamente ao indicador 2.1, nota-se que o Programa realizou, **em média, 2.645,67 encontros de oficinas por mês, superando a meta para o período que era de 2.470**. Na Tabela abaixo pode-se observar a quantidade de encontros realizados nos territórios em que as oficinas foram retomadas.

Tabela 4 - Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!				
UPC	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	MÉDIA
CABANA	126	133	125	128,00
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	58	62	63	61,00
JARDIM FELICIDADE	98	109	101	102,67
JARDIM LEBLON	84	86	89	86,33
MINAS CAIXA	19	30	27	25,33
MORRO DAS PEDRAS	116	120	118	118,00
PPL	80	72	61	71,00
PRIMEIRO DE MAIO	28	28	55	37,00
RIBEIRO DE ABREU	100	101	120	107,00
SANTA LÚCIA	98	99	101	99,33
SERRA	93	97	95	95,00
TAQUARIL	143	139	136	139,33
VILA PINHO	95	99	90	94,67
CITROLÂNDIA	100	102	105	102,33
JARDIM DAS ALTEROSAS	0	6	27	11,00
JARDIM TERESÓPOLIS	56	50	57	54,33
PTB	71	79	80	76,67
NOVA CONTAGEM	155	151	176	160,67
RESSACA	88	81	83	84,00
CARAPINA	91	76	89	85,33
TURMALINA	68	60	37	55,00
BOM JARDIM	0	0	0	0,00
OLAVO COSTA	79	89	81	83,00
CRISTO REI	0	0	0	0,00
SANTOS REIS	64	75	81	73,33
JUSTINÓPOLIS	76	88	83	82,33
ROSANEVES	45	47	50	47,33
VENEZA	123	140	118	127,00
PALMITAL	114	127	124	121,67
VIA COLÉGIO	83	87	79	83,00
JARDIM CANAÃ	78	81	80	79,67
MORUMBI	73	80	81	78,00
MORRO ALTO	76	77	76	76,33
TOTAL	2578	2671	2688	2645,67

Conforme destacado nos relatórios anteriores, apesar dos avanços, um dos desafios do Programa Fica Vivo! é o aumentar o número de projetos de oficinas nos territórios circunscritos, após os quase dois anos de suspensão dessas atividades devido às restrições da Covid-19. Contudo, o cumprimento da meta no 16º PA, está associado à evolução da meta proposta a partir no Contrato de Gestão, uma vez que para os três primeiros trimestres do ano a meta se movimentou de forma crescente - sobretudo entre os 14º e 15º PA, partindo de 2184 para 2808 encontros, respectivamente - e, em seguida, há um decréscimo desse número de encontros, reduzindo a meta para 2470 encontros de oficina realizados.

Nesse contexto, três UPC's se destacaram pela elevação do resultado alcançado no indicador: Nova Contagem, Taquaril e Cabana. Pode-se elencar dois fatores para o resultado dessas unidades. O primeiro refere-se ao número de oficinas implantadas em cada território, uma vez que quanto maior o número de oficinas, maior o número de encontros executados. As unidades acima contam com 17, 15 e 14 oficinas respectivamente, o que contribui para o elevado número de encontros realizados ao longo do trimestre representando, sozinhas, 48,53% do alcançado no indicador. O segundo fator, refere-se à diminuição de intercorrências que inviabilizam os encontros, tais como: oficina não dada e sem reposição, ausências dosicineiros por questões de saúde, locais de oficinas indisponíveis por tempo indeterminado (o que exige intervenção rápida para mudança de espaço), entre outras.

Por outro lado, as UPCs do Bom Jardim, Jardim das Alterosas e Minas Caixa apresentaram desempenho aquém da expectativa para esse trimestre. Os desafios apresentados ao programa para a sua execução nos territórios acima e as estratégias utilizadas pelas equipes para respondê-los estão descritos no tópico a seguir (Indicador 2.2 - Média

mensal de jovens participantes em oficinas), uma vez que os resultados dos indicadores 2.1 e 2.2 estão estreitamente vinculados.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
8.740	6.266,7
Descrição do Indicador	
As oficinas do Programa Fica Vivo! a partir da realização de atividades esportivas, culturais e artísticas possibilitam: o estabelecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens e o Programa; a abertura de espaços para expressão de diferenças e singularidades sem julgamentos morais e preconceituosos; a criação de espaços de reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas; a promoção da circulação de adolescentes e jovens pela região de moradia; o favorecimento da integração entre os adolescentes e jovens atendidos. Este indicador visa mensurar o número absoluto mensal de jovens que frequentam as oficinas executadas pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso, será contabilizado o somatório do número absoluto de jovens que participaram em alguma oficina no período, dividido pelo número de meses do período avaliatório. Não poderão ser contabilizados em duplicidade os jovens que participam em mais de uma modalidade de projeto de oficina.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 16º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10/2022 a 31/12/2022 foram atendidos em média 6.266,7 jovens nas oficinas em execução até dezembro de 2022, sendo a meta de 8.740 jovens não atingida. Ou seja, o programa atingiu somente 71% da meta. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de jovens em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 5 - Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!				
UPC	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	MÉDIA
CABANA	267	266	277	270,0
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	141	148	148	145,7
JARDIM FELICIDADE	208	232	207	215,7
JARDIM LEBLON	179	183	186	182,7
MINAS CAIXA	60	82	85	75,7
MORRO DAS PEDRAS	308	288	316	304,0
PPL	214	211	213	212,7
PRIMEIRO DE MAIO	104	106	125	111,7
RIBEIRO DE ABREU	192	188	182	187,3
SANTA LÚCIA	212	220	206	212,7
SERRA	213	214	252	226,3
TAQUARIL	279	253	258	263,3
VILA PINHO	233	211	210	218,0
CITROLÂNDIA	218	193	237	216,0
JARDIM DAS ALTEROSAS	0	15	54	23,0
JARDIM TERESÓPOLIS	113	106	101	106,7
PTB	161	156	127	148,0
NOVA CONTAGEM	332	322	309	321,0
RESSACA	126	126	116	122,7
CARAPINA	243	242	247	244,0
TURMALINA	157	168	146	157,0

Tabela 5 - Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!				
UPC	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	MÉDIA
BOM JARDIM	0	0	0	0,0
OLAVO COSTA	193	180	182	185,0
CRISTO REI	0	0	0	0,0
SANTOS REIS	146	142	151	146,3
JUSTINÓPOLIS	220	230	254	234,7
ROSANEVES	113	83	104	100,0
VENEZA	276	293	278	282,3
PALMITAL	353	313	288	318,0
VIA COLÉGIO	280	285	232	265,7
JARDIM CANAÃ	232	242	231	235,0
MORUMBI	327	378	412	372,3
MORRO ALTO	173	159	158	163,3
TOTAL	6273	6235	6292	6266,7

O programa não atendeu a meta estabelecida (8740) para o indicador 2.2 no 16º PA, alcançando a média de 6266,7 jovens participantes em oficinas. Compreendemos que o não alcance da meta estabelecida está atrelada aos desafios descritos nos relatórios anterior relacionados ao indicador 2.1, uma vez que o ano de 2022 apresentou, para as equipes técnicas, adversidades relacionadas à implantação de oficinas, como descrito na introdução deste relatório.

Ressaltamos, entretanto, que apesar do resultado abaixo da expectativa do contrato de gestão, as 293 oficinas implantadas contaram com uma média de 21,38 jovens participantes.

Segue abaixo, destacadas na tabela, as unidades que apresentaram quantitativos abaixo da meta no indicador 2.2:

Minas Caixa:

A UPC Minas Caixa suspensa em 2020, reiniciou suas atividades em Maio de 2022 e a partir dessa retomada, principiou-se um processo de diagnóstico territorial para análises atualizadas acerca dos territórios da área de abrangência. Após passados os primeiros meses de trabalho do Fica Vivo! na Unidade Minas Caixa configurado prioritariamente pelo diagnóstico, novas vias de atendimentos puderam ser construídas, ou seja, a retomada das oficinas passaram a compor o horizonte de planejamento da equipe.

No trimestre jul-ago-set foram realizados chamamentos públicos para recebimento de projetos de oficinas, sendo esta ação acolhida com interesse e empolgação pelas redes parceiras, juventudes e ex-oficineiros. Em consequência das ações de chamamento, no trimestre out-nov-dez foi possível a implantação de 3 oficinas, percebendo avanços na resposta do indicador que foi de 0 jovens atendidos em oficinas para 277. Diante das complexidades que envolvem o processo de retomada de uma Unidade de Prevenção, espera-se que gradualmente o Fica Vivo! no Minas Caixa, avance em seus atendimentos. Para tanto, a equipe em supervisão tem construído um plano para impulsionar as implantações dos projetos de oficinas recebidos.

Jardim das Alterosas:

A equipe da UPC Alterosas iniciou o trabalho na segunda semana de julho de 2022. A primeira etapa do trabalho da equipe compreendeu predominantemente: 1) formações iniciais, de âmbito metodológico; 2) realização de reconhecimento do território, da rede, das referências comunitárias e, dentre estes e estas, potenciaisicineiros e oficineiras; 3) realização de diagnóstico.

Após estas etapas, a equipe se lançou no território em busca de candidaturas para projetos de oficina. Entrou em contato com ex-oficineiros/as, buscou a indicação de referências, entre outras estratégias.

Algumas pessoas tiveram interesse em retornar ao Programa, no entanto, tiveram dificuldades com a documentação, o que fez com que a equipe tivesse que continuar a busca por novos projetos. Após isso, algumas pessoas conseguiram resolver suas pendências, e, a partir do mês de novembro, ocorreram a implantação de oficinas no Jardim das Alterosas, sendo: uma implantação em novembro, e duas em dezembro. Em que pese o fato de serem apenas três oficinas, o que faz com que a média de jovens dessa unidade seja mais baixa, é possível considerar como fato positivo o encerramento do último trimestre do ano com três implantações realizadas.

Bom Jardim/Esperança:

A UPC Bom Jardim/Esperança enfrentou, no último trimestre do ano os mesmos desafios enfrentados ao longo do ano: a falta de uma unidade física que pudesse ser a referência territorial do Programa e do trabalho dos oficineiros e oficineiras que viessem a ser contratados/as. A equipe já havia realizado, até aquele momento: o mapeamento dos locais relevantes para implantações de oficinas, tendo em vista a dinâmica criminal; contatos iniciais com potenciais

candidatos e candidatas para apresentação de projetos de oficina; diálogos com a rede para facilitação das futuras parcerias com o Programa.

Em novembro, a prefeitura deu andamento ao contrato de aluguel, o que possibilitou a organização do trabalho de forma a viabilizar o início das implantações. Foram retomados contatos com pessoas que já haviam manifestado o interesse em enviar projetos, e conduzidas as reuniões necessárias para andamento dos processos de implantação. Contudo, dentro do último trimestre não foi possível o início da oficina contratada, de futsal, que terá o início de seus trabalhos no princípio do mês de janeiro de 2023. Em dezembro, o público jovem do território já foi mobilizado, tanto pela equipe, quanto pela oficina. Espera-se, portanto, que a UPC Bom Jardim/Esperança já possa apresentar a presença do público atendido no mês de janeiro.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
79.014	72.974
Descrição do Indicador	
O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! desenvolve, a partir do Eixo de Proteção Social, atividades individuais e coletivas realizadas por meio de atendimentos ao público. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pelo Programa: 1) <i>Atendimentos individuais</i>: são realizados pelos Analistas Sociais à adolescentes e jovens de 12 a 24 anos moradores das áreas de abrangências das UPC. Baseiam-se, desse modo, em uma escuta e intervenção apuradas e na articulação entre os aspectos sociais e subjetivos. 2) <i>Atendimentos Coletivos</i>: a) <i>Projetos de Oficinas</i>: as oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa e que, por serem implantadas a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, articulada à demanda dos adolescentes e jovens, podem acontecer em diferentes locais das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Local. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes em todas as oficinas no período avaliatório. b) <i>Projetos Locais</i>: são conjuntos de ações planejadas, com início e fim determinados, a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, devendo alcançar objetivos estabelecidos previamente e, como perspectiva, a ampliação das possibilidades de aproximação e atendimento aos jovens. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos Locais no período avaliatório. c) <i>Projetos de Circulação</i>: se configuram como conjunto de ações planejadas a partir das especificidades de cada território e do público, com prazos e objetivos previamente definidos. Diferenciam-se, contudo, dos Projetos Locais por promoverem a circulação do público atendido para além da região de moradia, favorecendo, deste modo, a ampliação das perspectivas de circulação e de acesso à cidade. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos de Circulação no período avaliatório. d) <i>Projetos Institucionais</i>: são projetos que se configuram por ser uma atividade que envolve, em um só projeto, todas as localidades atendidas pelo Programa ou a maior parte delas. São elaborados pela Diretoria do Programa Fica Vivo! e executados conjuntamente com a OS. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos Institucionais no período avaliatório. Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo de todas as modalidades definidas acima, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 16º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10 a 31/12/2022 o número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! foi de 72.974, **sendo a meta de 79.014 não alcançada (92,3%)**.

A tabela abaixo apresenta o número acumulado de atendimentos realizados pelo programa no trimestre, por UPC.

Tabela 6 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!					
UPC	JANEIRO A SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
CABANA	1828	310	384	307	2829
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	1407	158	191	159	1915
JARDIM FELICIDADE	1822	230	253	228	2533
JARDIM LEBLON	1423	214	190	197	2024
MINAS CAIXA	3	60	84	85	232
MORRO DAS PEDRAS	2574	516	298	317	3705
PEDREIRA PRADO LOPES	2056	239	238	222	2755
PRIMEIRO DE MAIO	167	104	110	130	511
RIBEIRO DE ABREU	1734	271	188	218	2411
SANTA LÚCIA	1696	240	287	258	2481
SERRA	1423	239	233	328	2223
TAQUARIL	2665	317	282	278	3542
VILA PINHO	1492	301	278	219	2290
CITROLÂNDIA	2195	246	252	261	2954
JARDIM DAS ALTEROSAS	0	0	33	54	87
JARDIM TERESÓPOLIS	941	174	125	107	1347
PTB	1137	178	173	153	1641
NOVA CONTAGEM	2873	352	340	317	3882
RESSACA	1339	171	254	188	1952
CARAPINA	2067	313	262	350	2992
TURMALINA	2282	217	237	272	3008
BOM JARDIM	42	0	0	1	43
OLAVO COSTA	1714	251	204	287	2456
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	1630	160	213	202	2205
JUSTINÓPOLIS	2001	228	242	309	2780
ROSANEVES	593	101	165	118	977
VEZEZA	2476	325	305	389	3495
PALMITAL	3086	392	395	313	4186
VIA COLÉGIO	2140	290	288	234	2952
JARDIM CANAÃ	1365	267	322	298	2252
MORUMBI	1097	355	401	532	2385
MORRO ALTO	1421	176	171	161	1929
TOTAL	50689	7395	7398	7492	72974

O Programa não alcançou a meta estabelecida pelo Contrato de Gestão para o indicador, realizando 72974 atendimentos no ano frente aos 79014 previstos.

Compreendemos que o resultado abaixo da expectativa está relacionado aos desafios apresentados pelo indicador 2.1 ao longo de 2022, uma vez que as oficinas do programa Fica Vivo! são a mais importante e expressiva modalidade de atendimento na execução metodológica desta política pública.

Destacamos, entretanto, o investimento das equipes técnicas na elaboração de projetos e ações que visaram fortalecer o programa nos territórios e contribuíram, embora com escassez de recursos, de forma criativa e expressiva tanto para a consolidação do programa em sua retomada no cenário pós-pandêmico quanto para melhores resultados no número acumulado de atendimentos, com os resultados do ano mencionados na introdução deste relatório.

Para o período avaliatório presente tivemos, ainda, a execução dos Fóruns Multiterritoriais, que contaram com grande esforço das equipes para a construção dos projetos desde as preparatórias com seus públicos no território até a entrega do produto. Assim, as equipes investiram na construção dos fóruns - que não somam ao número

acumulado de atendimentos do programa - em detrimento de outras modalidades ao longo dos últimos três meses do ano.

O número de atendimentos por modalidade, sua representatividade e número de projetos executados no 16º P.A podem ser verificados nas duas tabelas a seguir:

Total de Projetos		%
Projetos Locais	58	46%
Projetos de Circulação	32	26%
Preparatórias Fórum	22	18%
Fóruns	13	10%
Total	125	72%

Tabela 3 - Número de projetos executados no trimestre

Total de Atendimentos		%
em Oficinas	19973	87%
Individuais	286	1%
Preparatórias Fórum	480	2%
Fóruns	317	1%
Projetos Locais	1351	6%
Projetos de Circulação	516	2%
Total	22923	100%

Tabela 4 - Número total de atendimentos no trimestre

Na tabela abaixo, as equipes que se destacaram nos resultados para o presente indicador no trimestre:

UPC	Total de atendimentos
MORUMBI	1294
MORRO DAS PEDRAS	1131
PALMITAL	1100

Tabela 5 - Total de atendimentos no trimestre por unidade

Morumbi:

O Programa Fica Vivo! no Morumbi passou ao longo do ano por processos de reformulação das estratégias para ampliação de seus atendimentos, tais como: alterar as localidades e espaços de oferta das oficinas, reforçar chamamentos públicos para recebimento de novos projetos e promover ações de visibilidade do Programa nos territórios.

No presente trimestre, o avanço quantitativo no número acumulado de atendimentos está relacionado a dois fatores principais: o amplo atendimento realizado pelas oficinas de esportes que em dezembro somaram 397 jovens atendidos; a realização em dezembro do Projeto Local “Copa Fica Vivo” que atendeu 103 jovens.

Morro das Pedras:

O Programa Fica Vivo! Morro das Pedras realizou em Outubro o Projeto Local “Festival de Futebol do Fica Vivo! Morro das Pedras e Ventosa”. O projeto foi realizado na Arena Morro das Pedras, contou com a participação de 120 adolescentes e jovens atendidos nas 7 oficinas de futebol, ofertadas no morro das pedras e na ventosa. O projeto objetivou o fortalecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens atendidos nas oficinas, além de favorecer a integração entre os adolescentes e jovens atendidos pelo Programa no território.

O desempenho em destaque no indicador 2.2 pode estar associado ao aumento no número de jovens participantes nas 14 oficinas implantadas, acrescido do quantitativo de jovens atendidos no Projeto Local.

Palmital:

O relevante número de atendimentos realizados pelo programa Fica Vivo! na UPC Palmital ocorre, principalmente, através das oficinas, que realizaram 979 dos 1100 atendimentos no território ao longo do trimestre.

É importante destacar a relação histórica e o significativo vínculo das oficinas e oficinairos e oficinairas com as juventudes do território e demais moradores, que contribuem para o fortalecimento e efetividade do programa no Palmital e possibilita intervenções assertivas diante dos desafios apresentados na garantia do direito à vida e liberdade do público atendido.

As unidades Minas Caixa, Jardim das Alterosas e Bom Jardim/Esperança apresentaram desempenho aquém do esperado com relação ao alcance do indicador 2.3. Sobre as análises das particularidades e desafios de cada território, recomendamos o retorno ao tópico 2.2, em que é feita análise situacional que engloba também o indicador 2.3.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
423	604
Descrição do Indicador	
Descrição: Base de sustentação do Eixo Proteção Social, o Eixo Intervenção Estratégica é resultado da articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, as Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Órgãos Municipais de Segurança Pública e gestores sociais como representantes da OS. Para fins deste indicador, são consideradas ações de Intervenção Estratégica: 1) reuniões dos Grupos Especiais de Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR) da Polícia Militar de Minas Gerais com os gestores sociais de Base Local e equipes técnicas, que ocorrem, no mínimo, 1 (uma) vez ao mês em cada território de atuação e que possuem como pauta aquelas definidas na Resolução Conjunta SEDS-PMMG nº 160/2013, que estabelece as diretrizes de atuação conjunta entre o GEPAR e as UPCs. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, as reuniões com o GEPAR, conforme a Resolução Conjunta supra. 2) reuniões preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica (GIE) ocorridas entre a Gerência de Intervenção Estratégica, da SUPEC, e a gestão social, com o objetivo de promover o alinhamento sobre as pautas a serem apresentadas, no âmbito da proteção social, pela gestão social no espaço do GIE, além de favorecer a qualificação tanto da atuação da gestão social neste espaço, quanto o desenvolvimento das ações de proteção social. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, as reuniões preparatórias para o GIE. 3) reuniões ordinárias dos Grupos de Intervenção Estratégica (GIE) com a participação dos gestores sociais de Base Local, representando a proteção social de cada um dos territórios atendidos. O GIE objetiva a prevenção e a redução de conflitos e rivalidades violentas por meio da ampliação da assertividade e da tempestividade das ações repressivas realizadas nas áreas de abrangência do Programa. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, cada ação de representatividade da proteção social realizada por meio dos gestores sociais no espaço do GIE. Desta forma, nos casos em que o gestor social estiver representando mais de 1 (uma) UPCs, serão contabilizadas tantas ações de representatividade da proteção social quantas feitas pelo referido gestor social na mesma reunião do GIE. Este indicador será calculado pelo somatório das ações de intervenções estratégicas nas modalidades acima, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 16º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10 a 31/12/2022 foram realizadas cumulativamente 604 ações de intervenções estratégicas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 423, foi realizado 42,7% acima do esperado. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 7 – Distribuição das ações de intervenção estratégica por tipo e UPC											
UPC	JAN A SET	OUTUBRO			NOVEMBRO			DEZEMBRO			TOTAL
	GEPAR/GIE/RP	GEPAR	GIE	RP-GIE	GEPAR	GIE	RP-GIE	GEPAR	GIE	RP-GIE	
CABANA	17	1	0	0	0	1	1	1	1	0	22
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	16	0	0	0	1	1	1	1	1	0	21
JARDIM FELICIDADE	15	1	0	0	1	0	0	1	1	0	19
JARDIM LEBLON	15	1	0	0	0	0	0	0	1	0	17
MINAS CAIXA	6	1	0	0	0	0	0	1	1	0	9
MORRO DAS PEDRAS	28	2	0	0	2	2	2	1	2	0	39
PEDREIRA PRADO LOPES	12	1	1	0	1	0	0	1	1	0	17
PRIMEIRO DE MAIO	2	1	0	0	1	0	0	1	1	0	6
RIBEIRO DE ABREU	17	2	0	0	2	0	0	2	1	0	24
SANTA LÚCIA	18	1	1	1	0	0	0	1	1	0	23
SERRA	16	1	1	1	0	0	0	0	1	0	20
TAQUARIL	10	0	1	0	1	0	0	0	1	0	13
VILA PINHO	15	1	0	0	1	1	1	1	1	0	21
CITROLÂNDIA	14	1	1	1	0	0	0	0	1	0	18
JARDIM DAS ALTEROSAS	3	1	1	0	0	0	0	1	1	0	7
JARDIM TERESÓPOLIS	12	1	1	1	1	0	0	0	1	0	17
PTB	11	1	1	0	0	0	0	1	1	0	15
NOVA CONTAGEM	15	1	0	0	0	1	0	1	1	0	19
RESSACA	14	1	0	0	1	1	0	0	1	0	18
CARAPINA	16	1	1	1	0	0	0	1	1	0	21
TURMALINA	16	0	1	1	1	0	0	1	1	0	21
BOM JARDIM	14	1	1	1	0	0	0	1	1	0	19
OLAVO COSTA	17	1	0	0	1	1	1	1	1	0	23
CRISTO REI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	8	0	0	0	1	1	0	1	1	0	12
JUSTINÓPOLIS	16	1	0	0	1	1	1	1	1	0	22
ROSANEVES	10	1	0	0	1	1	1	1	1	0	16
VENEZA	16	1	0	0	1	1	1	1	1	0	22
PALMITAL	15	1	0	0	1	1	1	0	1	0	20
VIA COLÉGIO	24	2	0	0	2	1	1	0	1	0	31
JARDIM CANAÃ	11	1	1	1	0	0	0	1	1	0	16
MORUMBI	9	1	1	1	0	0	0	1	1	0	14
MORRO ALTO	17	1	0	1	1	0	0	1	1	0	22
TOTAL	445	31	13	10	22	14	11	25	33	0	604

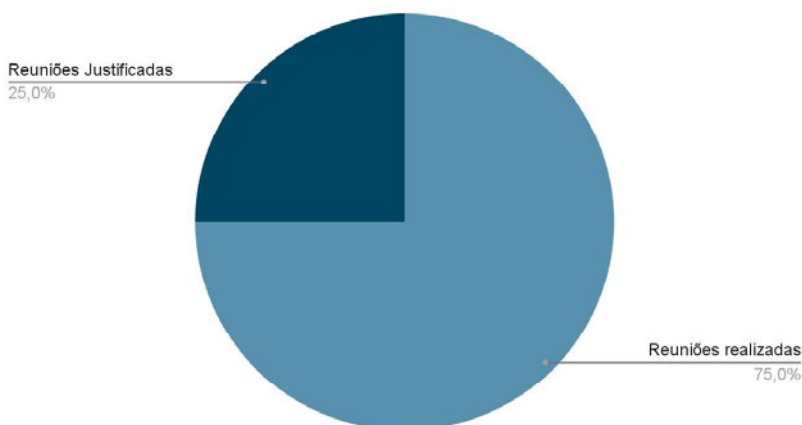
No 16º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10 a 31/12/2022 foram realizadas cumulativamente 604 ações de intervenções estratégicas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Como se sabe, a partir da assinatura do V Aditivo ao Contrato de Gestão, a ação "Reuniões Preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica" passou a compor o Indicador 2.4 do Programa Fica Vivo! "Número acumulado de ações de intervenção Estratégica realizadas por meio do Programa Fica Vivo!". Essas reuniões se somam às ações "Reunião mensal com GEPAR" e "Participação da gestão social representando a proteção social nos GIEs", a partir do mês de agosto de 2021. Nos documentos elaborados a partir das Reuniões Preparatórias para o Grupo de Intervenção Estratégica, a Gerência de Intervenção Estratégica alinha as pautas que serão apresentadas pela proteção social, avaliando os principais pontos das discussões da dinâmica e as ações desenvolvidas pela Proteção Social por intermédio dos programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos para responder a cada uma das demandas apresentadas pela dinâmica social das violências e criminalidade de cada território. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

A reunião mensal entre a unidade de prevenção e o Gepar é uma diretriz estabelecida na Resolução conjunta nº 160 de 2013. Ela tem o objetivo de aprimorar a articulação e atuação conjunta entre a Unidade de Prevenção à Criminalidade e o Grupamento de Intervenções Estratégicas em Áreas de Risco - GEPAR. Conforme metodologia do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo, nesses espaços de articulação devem ser abordados assuntos relacionados à dinâmica das violências e da criminalidade, com o propósito de construção, avaliação e monitoramento de ações conjuntas na prevenção da violência e na promoção da segurança. Como desdobramentos dos encontros, espera-se o aumento da segurança na área de abrangência das unidades de prevenção e a execução de ações assertivas no território pautadas no conceito de segurança cidadã, favorecendo a interlocução entre a repressão qualificada e a proteção social.

Conforme resolução supramencionada, é orientado aos Gestores das UPCs bem como aos Tenentes do GEPAR a realização de reuniões mensais, as quais originam atas que são assinadas por ambos e são contabilizadas enquanto um dos indicadores da Política de Prevenção à Criminalidade. Contudo, em que pese os esforços de ambos os atores, identificamos que em algumas ocasiões esses encontros não acontecem, motivo pelo qual passaremos a abordar as justificativas levantadas pela gestão social.

No 16º período avaliatório do Contrato de Gestão, no trimestre em análise, que compreende os meses de outubro, novembro e dezembro, foram realizadas 78 (setenta e oito) reuniões entre a Gestão Social e o GEPAR. E foram apresentadas 26 (vinte e seis) justificativas para a não realização do encontro. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações realizadas por Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

Reunião entre UPC e Gepar



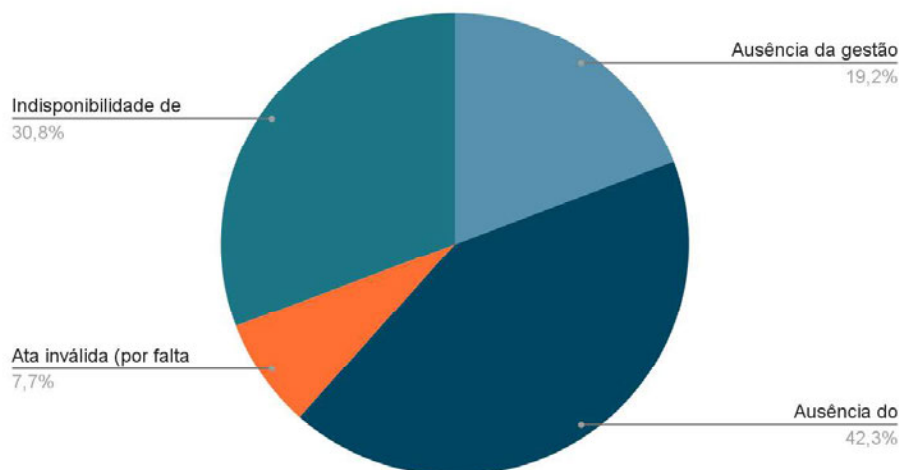
Nesse contingente, podemos dizer que 75% dos encontros esperados para o período foram executados, enquanto 25% foram justificados. Quando comparado ao período avaliatório anterior, compreendido entre os meses de julho a setembro de 2022, identificamos que a média manteve-se muito próxima, pois tivemos 77% das reuniões realizadas em detrimento de 22% de justificativas apresentadas. Tivemos a continuidade do cenário positivo com a manutenção de mais de 70% de reuniões contempladas. Acreditamos que o esforço em destacar a importância dessa parceria junto à gestão social tem contribuído de forma positiva, dado o escopo de efetividade esperado nessa troca e a complexidade das pautas que devem ser contempladas nas reuniões. Vale destacar que as unidades do Ribeiro de Abreu, Via Colégio e Morro das Pedras/ Ventosa, possuem uma divisão de cobertura da área de abrangência feita pelo Gepar. Dessa forma, a gestão realiza duas reuniões mensais, uma com cada um dos comandantes do Gepar que atuam nestas áreas vizinhas.

Conforme mencionado anteriormente, é orientado aos Gestores das UPC's e aos Tenentes do GEPAR que realizem uma reunião por mês. Como produto deste encontro, fica a cargo da Gestão confeccionar uma Ata e esta é contabilizada enquanto um dos indicadores da Política de Prevenção. Contudo, em que pese os esforços de ambos os atores, identificamos que em algumas ocasiões esses encontros não acontecem, motivo pelo qual passaremos a abordar as justificativas levantadas pela gestão sobre a não realização do encontro mensal.

Para analisarmos os fatores e desafios que justificaram a não realização das reuniões com o GEPAR neste período avaliatório, dividimos as justificativas em quatro categorias, a saber: ausência da gestão social (férias, licença médica, unidade sem gestor social); ausência do comandante do GEPAR (troca de comando, férias e licença médica); indisponibilidade de agenda dos atores (Gepar) e ata inválida (por falta de assinatura ou erro no preenchimento).

De modo descritivo temos como principal justificativa, neste trimestre, para a não realização da reunião a "ausência do comandante do GEPAR" que correspondeu a 11 justificativas apresentadas. Seguida de 8 justificativas relacionadas a "indisponibilidade de agenda dos atores (Gepar)" e 5 "ausência da gestão social". Quanto à "ata inválida", onde a reunião foi realizada, mas não houve assinatura ou teve erro no preenchimento do documento, foram somente 2 justificativas correspondentes.

Justificativas



As reuniões preparatórias para os encontros dos grupos de intervenção estratégica consistem na discussão prévia entre a gerência de intervenção estratégica e a gestão social. Neste momento, esses atores realizam o alinhamento das pautas que serão apresentadas no encontro do grupo de intervenção estratégica, identificando quais os principais desafios enfrentados naquele território, bem como as ações desenvolvidas pelos programas da política de prevenção à criminalidade enquanto resposta à dinâmica social das violências e criminalidades. Nesse sentido, as reuniões preparatórias tendem a ocorrer no dia que antecede o encontro do GIE. Importante destacar que muitos dos encontros do GIE são bimestrais, logo, nem todos os territórios realizarão discussões prévias mensalmente.

No período que compreendeu o 16ª PA, ocorreram 21 reuniões preparatórias para os encontros dos grupos de intervenção estratégica, sendo: 10 (dez) realizadas no mês de outubro e 11 (onze) em novembro. No mês de dezembro não ocorre reunião preparatória, pois não é previsto que o encontro do GIE acontece no mês de janeiro, por conta do recesso forense.

O grupo de intervenções estratégicas - GIE, é um encontro formal conduzido pelo Ministério Público e que conta com a participação de diversos atores envolvidos com a segurança pública, dentre eles: representantes das delegacias de homicídios, tenentes do GEPAR, representantes da prefeitura, gestão social e outros. Localizado no eixo “intervenção estratégica” do programa Fica Vivo, o GIE tem como objetivo principal *“a prevenção e a redução de conflitos e rivalidades violentas, por meio da ampliação da assertividade e tempestividade das ações realizadas nas áreas de abrangência do Programa”*.

Conforme calendário anual de reuniões, a previsão de encontros prevista para os meses de outubro, novembro e dezembro, era de 14 encontros do GIE, contemplando os aglomerados de Belo Horizonte, Região Metropolitana e interior de Minas Gerais onde temos a implantação do programa Fica Vivo e do grupamento da polícia militar, Gepar. Esse montante foi plenamente alcançado, mas pontuamos que: no mês de outubro e novembro ocorreram 11 encontros, respectivamente, com apenas uma ausência de um gestor social por motivo de férias. No mês de dezembro foram realizados 3 encontros de fechamento do ano, sendo 1 com representantes de Belo Horizonte, 1 com representantes da região metropolitana de BH e por fim o último encontro com os representantes do Interior de Minas Gerais, somando a 60 representações de gestores sociais no trimestre do 16ª PA.

Percebemos, por fim, que no que tange às duas ações analisadas (reuniões preparatórias e participação da gestão social no GIE), vislumbramos avanços da proteção social, com falas mais qualificadas e assertivas por parte da gestão social. Acreditamos que, em grande parte, isso se deve ao investimento da política de prevenção na implementação das reuniões preparatórias para o encontro do GIE e o acompanhamento realizado pelos supervisores da gestão.

Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
900	1.912
Descrição do Indicador	
Descrição: O Programa Se Liga visa corroborar para a construção de alternativas ao ato infracional a partir do acompanhamento de adolescentes/jovens que concluíram, ou estão em processo de desligamento, das medidas de semiliberdade ou internação. Desse modo, para o alcance deste objetivo, o Programa realiza atividades coletivas e/ou individuais por meio de atendimentos nas seguintes modalidades: 1) Modalidades no pré-desligamento: a) Atividade de apresentação individual: atendimentos realizados pelos Analistas Sociais, na sede do Programa, aos adolescentes em processo de desligamento. Baseiam-se em uma escuta e intervenção apuradas que visam a vinculação do atendido com o Programa Se Liga. b) Atividade de apresentação coletiva: oficinas de apresentação do Programa destinadas a todos os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade ou internação nas Unidades Socioeducativas com o objetivo de despertar o interesse deste público ao apresentar as propostas, possibilidades de intervenção e formas de acesso ao Programa Se Liga. c) Atividades Temáticas Internas: atividades com diferentes temáticas que ocorrem nas Unidades Socioeducativas destinadas aos adolescentes em processo de desligamento que remetam ao período pósdesligamento, de forma a despertar o interesse deste público específico pelo Programa Se Liga. d) Atividades Temáticas Externas: atividades ofertadas fora das Unidades Socioeducativas com o objetivo de estabelecer e/ou fortalecer os vínculos dos adolescentes com o Programa, podendo agregar, quando possível, adolescentes de mais de uma Unidade. e) Atividades culturais: forma a oportunizar o acesso à cidade como espaço de possibilidades múltiplas, suscitando, assim, o enlaçamento do adolescente aos dispositivos da rede de proteção. f) Ações com familiares: ações que proporcionam espaços de fortalecimento de vínculo entre os adolescentes e as famílias frente aos entraves que fragilizam os laços entre eles, como a distância entre a residência e a Unidade, por exemplo. g) Acolhimento: momento de escuta, onde é acolhida e trabalhada a escolha do egresso em participar do Programa; tem-se como objetivo, entender os pontos que levaram o adolescente/jovem à conectar-se ao Se Liga. 2. Pós-desligamento a) Atendimentos individuais: atendimentos realizados aos adolescentes egressos das medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade a partir de escuta e intervenção apuradas, sendo estratégia fundamental para a formação e manutenção do vínculo do atendido com o Programa. São acolhidas as suas expectativas com relação ao Programa Se Liga, as questões que emergem após o desligamento e o estudo dos efeitos dos atendimentos e encaminhamentos quanto aos aspectos sociais e objetivos. b) Oficinas: são estratégias pontuais de atividades coletivas, sempre orientadas por temáticas que tangenciam as possibilidades distintas ao envolvimento com a criminalidade, como profissionalização, trabalho e renda, por exemplo. c) Acolhimento: momento de escuta, destinado aos egressos já incluídos no Se Liga. Caracteriza-se pela presença do adolescente/jovem na sede do Programa, não necessariamente motivada pelo atendimento previamente agendado com o analista social de referência, mas para tratar de alguma demanda pontual. Em sua grande maioria, pauta-se na busca por orientações e serviços, mas também em situações de urgência e emergência. d) Visita domiciliar: instrumento técnico metodológico, de caráter pontual, e que tem por objetivo acessar o egresso após o cumprimento da medida socioeducativa, seja ele acompanhado ou não pelo Se Liga, em virtude da impossibilidade do contato telefônico, para convidá-lo a participar do Programa ou para a manutenção do próprio acompanhamento. e) Ações com familiares: forma de atendimento no qual o familiar ou a pessoa do convívio do egresso acompanhado pelo Se Liga é incluído no Programa. Portanto, as ações com a família devem ser estabelecidas de acordo com o direcionamento do caso, objetivando trazer-lhe contribuições importantes para seu acompanhamento. As ações com a família podem contemplar o encaminhamento do familiar a cursos que serão custeados pelo Programa, quando esta estratégia se constituir propícia ao caso, ou afetar diretamente o adolescente. f) Atividade de circulação: modalidade de atendimento individual e coletiva. Individual: ferramenta que visa promover a autonomia e a reinserção social, elaborada de maneira singular, com ocorrência em diferentes espaços da cidade, a partir das demandas do adolescente/jovem, considerando o seu projeto de vida no reencontro com a liberdade. Coletiva: forma a oportunizar o acesso à cidade como espaço de possibilidades múltiplas, suscitando, assim, o enlaçamento do adolescente aos dispositivos da rede de	

proteção. Esse indicador será calculado pelo somatório cumulativo de todas as modalidades definidas acima. Nas modalidades coletivas, será considerada a quantidade de participantes em cada atendimento realizado.

Unidade de medida: nº absoluto.

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pela equipe técnica da sede do Se Liga à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Fórmula de Cálculo: número de atendimentos realizados em todas as modalidades do período avaliatório e, cumulativamente, dos períodos anteriores.

Polaridade: quanto maior melhor.

Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Contextualização

O vigente período avaliatório foi distinto, por múltiplos acontecimentos marcantes no Programa Se Liga tanto em Belo Horizonte, Região Metropolitana e Central Mineira quanto em Juiz de Fora, cada um com suas especificidades e realidades territoriais.

Iniciamos outubro vivenciando a extensão do Projeto “Circuito liberdade” para o Programa Se Liga de Juiz de Fora. Sendo assim, foram necessários que a gestão realizasse diversas articulações e reuniões de alinhamentos junto às Unidades Socioeducativas e com a equipe de analistas que se mobilizaram na busca de locais no Município para a execução das atividades, exigindo da gestão e equipe esforços cotidianos para que as atividades obtivessem êxito e o menor número de defasagens possíveis.

Foi necessário ainda, que o Programa Se Liga obtivesse alinhamento institucional com os Programas da UPC Olavo Costa; Repasse de informações pela DPJ; Capacitação de estagiários dentre outras articulações necessárias para a realização das atividades necessárias. As Unidades Socioeducativas, sem exceção, se colocaram a disposição das atividades e abertas a participação dos adolescentes/ jovens.

Com isto, o eixo cultura, esporte e lazer está prestes a ser finalizado com o recurso da Emenda Parlamentar. A previsão de conclusão é fevereiro de 2023. Sendo assim, no vigente período avaliatório foi possível contemplar a Casa de Semiliberdade Bethânia que contou com a participação de sete adolescentes/jovens, a Casa de Semiliberdade Caminheiros de Jesus com a participação de onze adolescentes/jovens, o Centro Socioeducativo de Juiz de Fora com dez jovens, além da atividade no Parque Alfred, com a participação de cinco adolescentes egressos que encontram-se incluídos no Programa Se Liga. Sendo assim, a Unidade de Prevenção à Criminalidade regional do Programa Se Liga na Zona da Mata incluída no Eixo cultura, esporte e lazer realizou no último bimestre de 2022, seis atividades de circulação, sendo quatro em parceria com as unidades socioeducativas de Juiz de Fora e Muriaé e duas com egressos acompanhados pelo Se Liga, totalizando quarenta e seis participações de jovens/adolescentes, denotando um ganho significativo no que tange ao acesso a cidade.

Cabe destacar que, concomitante a execução do Circuito Liberdade, a equipe de Juiz de Fora realizava os pré-fóruns. Em novembro iniciou-se os atos preparatórios do Fórum Multiterritorial dos Programas de Prevenção à Criminalidade de Juiz de Fora com os egressos de medida socioeducativa. Sendo assim, a equipe, realiza uma das atividades em um centro de convivência no Independência Shopping, para conversarem sobre a temática da Segurança Cidadã e Comunitária, buscando preconizar o acesso dos adolescentes/jovens a espaços que estimulem o pertencimento à cidade. É importante pontuar o quanto aparece na fala dos adolescentes acerca do território ao qual se encontra situado hoje o Centro de Prevenção à Criminalidade, sendo este um local onde muitos deles são impedidos de circular devido a alguma situação de risco ou ameaça.

Em dezembro os pré-Fóruns Multiterritoriais dão continuidade com a Casa de Semiliberdade Caminheiros de Jesus contando com a participação de doze adolescentes, no Centro Socioeducativo de Juiz de Fora estando presentes sete adolescentes/jovens, na Casa de Semiliberdade Bethânia estavam presentes doze adolescentes, além da atividade com os egressos que contou com a participação de três adolescente, somando um total de trinta e quatro participações de adolescentes/jovens nos pré-fóruns.

A partir disso, a equipe pôde dialogar a respeito das instituições que abrangem a Segurança Cidadã e Comunitária, enfatizando que além das instituições tradicionais, citadas por eles, existe também a participação do social, o qual contribui para elaboração de políticas públicas para a própria comunidade.

A Supervisão Metodologia pôde estar presente no Fórum Multiterritorial de Prevenção Social à Criminalidade que teve como tema: Fortalecendo o Diálogo e Disseminação sobre a Segurança Cidadã e Comunitária. Estavam presentes

os públicos e a rede socioassistencial convidada pelos cinco programas de Prevenção Social à Criminalidade (PrEsP, CEAPA, Programa Mediação de Conflitos, Fica Vivo! e Se Liga). Foi notória a organização, empenho e dedicação das equipes. O evento contou com a participação da Comunidade que se envolveu ativamente nas discussões em grupo, ocupando o espaço e se apropriando do mesmo, tal como deve transcorrer um Fórum, atingindo assim o objetivo proposto.

A Regional de Belo Horizonte e Região Metropolitana inicia o vigente período avaliatório com a chegada da nova Gestora no dia 05/09. Logo em seguida foi dada continuidade as atividades do Circuito Liberdade, que haviam sido suspensas. Até o presente momento, foram realizadas quinze ações de circulação, treze em parceria com as unidades socioeducativas e duas com os egressos vinculados ao Se Liga, atendendo desta forma, setenta e três adolescentes e jovens. Cabe destacar que temos ainda, a previsão de realizar três atividades de circulação nos meses de janeiro e fevereiro de 2023, haja vista que o Centro Socioeducativo Santa Clara, única unidade ainda não contemplada com o projeto, em decorrência de particularidades que dizem do contexto da Unidade Socioeducativa, já tem atividade agendada para janeiro de 2023. As outras duas atividades estão previstas para serem realizadas com os adolescentes acompanhados pelo Programa.

Ainda no que tange a Belo Horizonte, ao iniciarmos o vigente período avaliatório com a reconfiguração de uma nova Gestão, deparamos também com a chegada de mais uma estagiária ao Programa, totalizando três profissionais de estágio. O espaço físico que já era limitado, ficou ainda mais incompatível dado que totalizou cinco analistas e três estagiárias. Contudo, no atual trimestre concretizou-se a mudança para o Edifício Juscelino Kubitschek (JK), trazendo novos ares e uma sala mais ampla e aconchegante. Porém, a mudança impacta também nos atendimentos realizados e acaba trazendo alguns atravessamentos deixando a equipe bastante atarefada para além das atribuições Metodológicas, o que de certa maneira impacta diretamente nos indicadores.

Cabe pontuar ainda que ao iniciarmos o último do período avaliatório a Regional de Belo Horizonte se depara com o maior desafio hoje do trabalho do Programa Se Liga, uma vez que três analistas solicitaram desligamento, fato este, que denota o quanto a rotatividade das equipes tem limitado o trabalho desenvolvido, sobretudo pelas Analistas Sociais e suas referências/diálogos com as Unidades Socioeducativas e nos atendimentos aos adolescentes/jovens. Sendo assim, dado o fato ocorrido, três analistas iniciarão suas atividades laborais no Programa Se Liga, em janeiro de 2023. Podemos concluir como análise, um novo desafio pensando que teremos uma inovação na equipe, sendo necessário um minucioso repasse da Metodologia e acompanhamento sistematizado.

Outro ponto a ser destacado seria o planejamento, em reuniões conjuntas da Supervisão Metodológica com a DPJ, para a 1ª Jornada Formativa do Programa Se Liga com previsão para acontecer em Agosto/Setembro de 2023. Esta reuniria os (as) analistas de Belo Horizonte e Juiz de Fora para um momento de reflexão do trabalho e temas que se relacionam diretamente ao atendimento e acompanhamento dos adolescentes/jovens egressos das Medidas Socioeducativas.

Para tanto, a supervisão analisa de forma geral os desafios a serem enfrentados no Programa Se Liga em especial na Regional Belo Horizonte, Região Metropolitana e Central Mineira que irá demandar uma presença maior da gestão e Supervisão no apoio, suporte e manejo frente às intercorrências destacadas. No que se refere a Juiz de Fora, cabe à manutenção do acompanhamento, uma vez que localização do Centro de prevenção à criminalidade é algo que aparece com frequência como um ponto de preocupação para a rede e para os atendidos.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 16º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10 a 31/10/2022 foram realizados cumulativamente 1.912 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Se Liga. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 900, atingiu-se 212,4% do estabelecido.

Abaixo segue uma descrição dos atendimentos realizados por modalidade.

Tabela 8 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	
Atendimentos Acautelados e Pré Inclusão	
Tipos de atendimentos	Nº
Atividades de Apresentação Coletiva	356
Atividades de Apresentação Individual	136
Atividades Temáticas INTERNA à Unidade	235
Atividades Temáticas EXTERNAS à Unidade	53
Atividades Culturais	55
Ações com Familiares	26
Acolhimento	11

Total	872
Atendimentos Egressos Incluídos no Se Liga	
Atendimento Individual	811
Atendimento em Oficina	6
Acolhimento	33
Visita Domiciliar	59
Atividade de Circulação	32
Total	941
Atendimentos a familiares	
Atendimentos individuais	99
Total Geral	1912

Com o intuito de melhor qualificar os resultados, serão abordados os resultados desse indicador discriminando pela Regional BH/Região Metropolitana/Central Mineira e Regional Zona da Mata.

REGIONAL BH/REGIÃO METROPOLITADA DE BH E CENTRAL MINEIRA

Como já destacado na análise global, a retomada das atividades do circuito liberdade foram muito bem recebidas pelas Unidades Socioeducativas, o que favoreceu o processo de diálogo e construção da integração entre o programa e as Unidades. O Circuito liberdade propiciou que em outubro fosse possível realizar atividades de circulação com a Casa de Semiliberdade Santa Amélia, Unidade esta que se mantinha distante do Programa Se Liga, sendo necessários melhores articulações e manejos estratégicos. Na ocasião, duas adolescentes tiveram a oportunidade de irem ao cinema e assistirem ao filme “Pantera Negra”. As atividades geraram retornos positivos ao Programa e maior aproximação das adolescentes para com a analista de referência.

No início do vigente período avaliatório foi possível realizar ainda duas apresentações coletivas sendo uma no Centro Socioeducativo Santa Clara (CSESC) contemplando sete adolescentes/jovens e outra no Centro Socioeducativo Santa Terezinha (CEST), que contou com a participação de oito adolescentes/jovens. A equipe efetiva no mês de outubro quatro inclusões no Programa Se Liga, sendo uma do Centro Socioeducativo Lindéia (CSEL); uma da Casa de Semiliberdade Ipiranga; e uma referente à Casa de Semiliberdade Venda Nova e uma egressa da Casa de Semiliberdade Letícia. O circuito Liberdade tem propiciado maior interação entre as Unidades e o Programa e, para além disso, tem gerado um fator mobilizador aos adolescentes na procura pelo Programa. É possível identificar durante as atividades os relatos dos adolescentes que por vezes se emocionam por terem a oportunidade de estarem em atividades das quais infelizmente nunca tiveram acesso.

Houve um número significativo também de apresentações individuais do Programa Se Liga, o que facilitou ainda mais a posterior inclusão dos adolescentes/jovens acutelados. A relação com as Unidades Socioeducativas tem se tornado cada vez mais próxima ao Programa, sinalizando às equipes a realização das apresentações individuais do Programa anterior ao desligamento. Felizmente foi possível realizar cinco apresentações individuais em outubro, além de quatro inclusões, demarcando ainda mais o quão importante se faz que os adolescentes/jovens conheçam o Programa e se vinculem ao analista de referência mesmo antes que o desligamento se efetive. Dado todos os esforços e empenho da equipe o Programa atinge com êxito o indicador em questão.

ZONA DA MATA

Ao iniciarmos o vigente período avaliatório, a equipe de Juiz de Fora não mediu esforços para a realização de atendimentos aos adolescentes em cumprimento de medida de Internação e Semiliberdade. Em outubro foi realizada atividade preparatória para o Mercado de trabalho formal, com o objetivo de abordar sobre o tema empregabilidade, além de propiciar o entendimento de como se portar em uma entrevista de emprego. Esta atividade contemplou o Centro Socioeducativo de Juiz de Fora (CSEJF) que contou com a participação de seis adolescentes, a Casa de Semiliberdade Caminheiros de Jesus com a participação de nove adolescentes/jovens; Semiliberdade Bethânia, oito adolescentes/jovens; Semiliberdade Caminho e Vida (Muriaé) dezenove adolescentes/jovens. Totalizando quarenta e dois adolescentes/jovens.

Em novembro foi possível iniciar as ações da Emenda Parlamentar Circuito liberdade como já destacado na “Análise Global” que atingiu um total quarenta e seis atendidos.

Mesmo com as demandas apresentadas à equipe através do Liberta Minas, pré-Fórum e Fórum Multiterritorial, esta realizou no mês de outubro um total de seis visitas domiciliares e cinco inclusões, sendo duas do CSEJF, uma da Casa de Semiliberdade Caminheiros de Jesus e uma da Casa de Semiliberdade Bethânia. Assim como a equipe de Belo Horizonte, Juiz de Fora se empenhou bastante e atingiu com êxito a meta do referido indicador.

Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.2. Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
210	1.497
Descrição do Indicador	
Descrição: O Programa Se Liga, de forma integrada, busca o desenvolvimento de uma ampla rede de atendimento, promovendo o fomento à atuação de uma rede de proteção social mista, que abarca tanto a rede institucional quanto a sociocomunitária, a partir do que cada adolescente/jovem endereça ao Programa. Por meio deste fortalecimento da rede de proteção é possível construir alternativas que visem romper a trajetória infracional de adolescentes e jovens, conciliando a responsabilização com a garantia de direitos. Para fins deste indicador deverão ser contabilizadas: 1) Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à juventude e socioeducação; 2) Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno de violência e criminalidade com a rede de proteção social; 3) Discussão de casos dos pré egressos e egressos acompanhados pelo Programa com a rede de proteção social; 4) Encaminhamentos das demandas dos casos acompanhados pelo Programa à rede parceira, para orientação, acesso a direitos e à cidade; 5) Número de visitas que visem estabelecer parcerias estratégicas para o Programa Se Liga e para a execução da política pública na área de abrangência da regional, de forma a garantir atuação articulada do Programa e encaminhamento do público atendido, bem como respostas mais eficientes ao fenômeno da criminalidade e violências; 6) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa. Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo de atividades de ações estratégicas junto à rede de proteção social nas modalidades acima, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa. Unidade de medida: nº absoluto. Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pela equipe técnica da sede do Se Liga à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC. Fórmula de Cálculo: número de atendimentos realizados em todas as modalidades do período avaliatório e, cumulativamente, dos períodos anteriores. Polaridade: quanto maior melhor. Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 16º período avaliatório (outubro a dezembro) o Programa realizou 565 ações estratégicas com a rede de proteção social, com um número acumulado de 1.497 ações durante o ano de 2022. Considerando que a meta para o período foi de 210 ações acumuladas, o programa executou 712,8% além do total pactuado.

Número acumulado de ações estratégica junto à rede de proteção social	
Modalidades	Nº
Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede	59
Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas	271
Discussão de casos dos pré-egressos e egressos com a rede	224
Encaminhamentos das demandas dos casos acompanhados pelo Programa à rede	283
Número de visitas que visem estabelecer parcerias estratégicas para o Programa	103
Número de entidades que participaram dos encontros de rede	557
Total	1497

Para qualificar os resultados, os resultados desse indicador serão descritos considerando a Regional BH/Região Metropolitana/Central Mineira e Regional Zona da Mata.

REGIONAL BH/REGIÃO METROPOLITADA DE BH E CENTRAL MINEIRA

Em detrimento da retomada das atividades do projeto Circuito liberdade, novas conexões com a cidade foram realizadas através de articulações com as Unidades Socioeducativas parceiras para construção e realização das ações. Além disso, foi necessário o alinhamento junto à unidade de acolhimento para a repactuação dos fluxos de trabalho. Neste mês iniciou-se uma aproximação com o território de Sete Lagoas por meio do diálogo com a Unidade Socioeducativa parceira e da Unidade de Prevenção à Criminalidade do município. A Unidade que desde a retomada do Programa Se Liga apresenta dificuldades em acessar o Programa, tem estado mais presente. Cabe destacar que até o momento o Programa Se Liga não realizou inclusões de adolescentes egressos da Unidade citada, porém as articulações em rede, diálogos frequentes, idas estratégicas até a Unidade Socioeducativa, visam futuramente, mudar este cenário. Sendo assim, em Sete Lagoas neste trimestre, foi possível estabelecer um diálogo sobre o território, o público atendido e a rede de proteção social com as equipes dos programas PrEsp e CEAPA.

Em outubro ocorreu a reunião da Comissão de Mobilização e Participação Juvenil com o propósito de alinhar a construção do encontro com os jovens acautelados das unidades Socioeducativas, garantindo a participação de oito adolescentes/jovens acautelados (as) nos Centros Socioeducativos do Santa Clara, São Jerônimo, Santa Helena e Horto. Esse encontro é uma das atividades que compõem as conferências livres do CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), sendo uma importante estratégia de ação com a rede de Proteção.

O encontro que contou com a participação das analistas do Programa Se Liga, tinha a seguinte pauta: o que os jovens acautelados entendem como violações e vulnerabilidades? O período da pandemia mudou alguma coisa para eles? Quais ações seriam necessárias para reparar e garantir os direitos durante e após a pandemia? Uma das sugestões de encaminhamento dessa construção foi à participação dos jovens na 10ª Conferência Municipal.

Foram realizadas ainda reuniões para alinhamento de fluxo e fortalecimento da parceria na unidade de acolhimento institucional Travessia, tendo em vista que atualmente o Programa Se Liga encontra-se com um número significativo de jovens em situação de abrigo. Apesar dos desafios vivenciados pela equipe, esta conseguiu atingir a meta estipulada pelo indicador em questão.

ZONA DA MATA

No mês de outubro a equipe da Regional Zona da Mata iniciou pontuais ações estratégicas com a Prefeitura, em conjunto com o Programa Fica Vivo! O momento foi promovido para a discussão sobre uma ação conjunta entre os programas de prevenção à criminalidade presentes no município. Este contou com a presença de alunos da Escola Municipal Prefeito Dilermando Costa Cruz, proposta pela prefeitura, com a finalidade de proporcionar aos adolescentes/jovens reflexões acerca da violência no contexto em que estão inseridos, haja vista a situação delicada em que se encontra o território.

Também, no presente mês, a equipe participou do evento “Dilermando em Ação”, ocorrido também na escola. Este foi articulado pela prefeitura de Juiz de Fora e contou com a participação de diversos atores da rede, como o CRAS, a UBS, e os Programas de Prevenção à Criminalidade (Se Liga, Fica Vivo! e Mediação de Conflitos), além de atividades de recreação para os estudantes.

Foram necessárias ainda, ações estratégicas para melhor efetivação do Projeto Circuito Liberdade em razão de sua expansão para Juiz de Fora. Sendo assim, foram realizadas reuniões com os membros do Centro Socioeducativo das Unidades de Internação e Casas de Semiliberdade, tendo a participação das assistentes sociais, pedagogas e auxiliares educacionais, além do diretor geral, cujo objetivo foi a apresentação da pauta sobre o Circuito Liberdade e a proposta de execução da primeira etapa.

Outubro foi marcado ainda pela realização de diversas visitas institucionais e contatos telefônicos em locais que ofertam algum tipo de atividades de lazer, como a visita ao Cine Veredas da cidade de Muriaé a fim de realizar articulação referente ao Circuito Liberdade.

Foi possível ainda a mobilização da equipe para realização de visita à Secretaria de Assistência Social de Eugenópolis para a Discussão de Caso de adolescente acompanhado pelo Programa Se Liga. Estavam presentes atores das redes da Secretaria de Assistência Social, da Escola Estadual Américo Lopes, da UBS e do CRAS do município. É essencial que a equipe mobilize a rede para que a mesma esteja também presente no acompanhamento dos casos atendidos, tendo em vista que o Programa Se Liga possui um tempo determinado para o seu acompanhamento com os adolescentes/jovens, haja vista que estes precisam ter o suporte necessário das Instituições das quais tem direito.

Cabe ressaltar ainda os manejos criados pela equipe, uma vez que o local onde funciona o Programa Se Liga é de difícil acesso a muitos adolescentes. Até mesmo em razão de algumas Unidades Socioeducativas não permitirem a ida dos adolescentes no Território do Olavo Costa, a equipe tem realizado alguns atendimentos tanto no CREAS II quanto no Parque Municipal como forma de fazer com que estes adolescentes tenham seus direitos garantidos em conhecer e acessar o Se Liga. Assim, tem sido possível realizar atendimentos de Apresentação individual do Programa Se Liga aos adolescentes e pré-egressos da Casa de Semiliberdade Caminheiros de Jesus.

No referido trimestre, foi possível realizar ainda reunião na UPC Centro com a participação das Gestoras Sociais e representantes dos programas Fica Vivo, PMC, CEAPA e PrEsp para a deliberação acerca do Fórum Multiterritorial de Prevenção Social à Criminalidade: Fortalecendo o Diálogo e a Disseminação sobre a Segurança Cidadã e Comunitária.

Cabe acrescentar ainda o fato da Secretaria de Segurança Urbana e Cidadã (SESUC) ter convidado o Programa para dialogar sobre parcerias futuras, como a realização de atividades sobre violência com jovens que compõe a rede do município e do Estado, situadas em territórios onde jovens do Programa residem. Assim como possíveis parcerias em oficinas e projetos de circulação. Ademais, várias articulações e alinhamentos do fórum multiterritorial foram realizados. A gestão também vem articulando com a Assistência Social a possibilidade de cessão de um espaço para atendimentos esporádicos devido ao contexto do território onde fica localizada a Unidade, como já mencionado. Para tanto, o Programa Se Liga Zona da Mata atinge a meta alcançada tendo em vista inúmeras articulações deliberadas a partir das propostas mencionadas.

Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.3. Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
720	1.427
Descrição do Indicador	
Descrição: As articulações do Se Liga junto às Unidades Socioeducativas é o primeiro e fundamental passo para que sejam possíveis e efetivas as intervenções a serem realizadas. Deste modo, parte considerável dos esforços das equipes técnicas deverá ser destinada a estas ações estratégicas para a articulação dos trabalhos a serem desenvolvidos. O alinhamento prévio entre o Programa e a Unidade antes da realização das atividades e as discussões conjuntas de estudo de caso são importantes para que não haja sobreposição de atividades, bem como direcionar todos os esforços para o alcance de melhores resultados. Para fins deste indicador, são consideradas ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas: 1) Estudos de casos realizados pela equipe técnica junto à Unidade Socioeducativa antes do desligamento dos adolescentes. 2) Articulações entre a equipe e as Unidades Socioeducativas para a construção dos atendimentos a serem realizados na Unidade em qualquer modalidade. Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo do número de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas nas modalidades acima, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa. Unidade de medida: nº absoluto. Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pela equipe técnica da sede do Se Liga à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC. Fórmula de Cálculo: somatório do número de ações estratégicas dentro das Unidades Socioeducativas de semiliberdade e internação realizados no período avaliatório e, cumulativamente, nos períodos anteriores. Polaridade: quanto maior melhor. Cálculo de desempenho (CD): (resultado / meta) x 10	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 16º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10 a 31/10/2022 foram realizadas cumulativamente 1.427 ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 720, o programa superou em muito o estabelecido.

Abaixo segue uma descrição das ações realizadas por modalidade.

Tabela 9 - Número acumulado de ações estratégica junto às Unidades Socioeducativas	
Tipos de ações	Nº
Articulações entre a Equipe e as Unidades Socioeducativas	1216
Estudo de caso	211
Total	1427

Assim como nos indicadores anteriores, a qualificação dos resultados será feita considerando as duas regionais.

REGIONAL BH/REGIÃO METROPOLITADA DE BH E CENTRAL MINEIRA

Como já destacado no Indicador 3.1, a retomada das atividades do circuito liberdade é algo que favorece imensamente a relação do Programa Se Liga com as Unidades Socioeducativas que receberam a proposta como algo muito favorável à parceria. Foram necessárias articulações e diálogos frequentes com as Unidades Socioeducativas e o assíduo acompanhamento. A Casa de Semiliberdade Santa Amélia foi contemplada com a atividade de Cinema, sendo assim duas adolescentes na companhia da analista foram ver ao filme, “Pantera Negra” além do lanche disponibilizado. O CSESL demandou também diversas articulações da equipe, em especial da analista de referência. Dez adolescentes/jovens foram à atividade de Circulação “Gruta do rei do mato” elogiando muito a atividade e o lanche fornecido. A atividade possibilitou uma relação de proximidade tanto dos adolescentes quanto da equipe para com o Programa. No CSEH oito adolescentes participaram da atividade Space kart que, por ser uma atividade que envolve corrida de carros, desperta de imediato o interesse dos adolescentes com retornos muito favoráveis à atividade. Contudo, no trimestre o Circuito liberdade contou com a participação de vinte adolescentes nas atividades de lazer de Belo Horizonte, Região Metropolitana e Central Mineira.

As equipes realizaram inúmeras articulações com as Unidades Socioeducativas para agendamentos de apresentações coletivas do Programa Se Liga, dinâmicas com o tema “O que é ser jovem”, além da dinâmica “figura humana”, na qual um voluntário se deita em um cartaz para que o seu corpo seja contornado. Após se levantar os adolescentes podem visualizar o desenho de uma figura humana. Neste momento os adolescentes/jovens eram interpelados sobre o que é ser jovem para eles. Todas as palavras eram colocadas dentro da figura, promovendo uma reflexão do que os adolescentes em cumprimento de Medida socioeducativa pensam sobre a juventude.

No referido período avaliatório foi possível, além disso, a realização da Dinâmica nas Unidades Socioeducativas, como o CSESC, contemplado com dois momentos no trimestre, com a participação de treze adolescentes, CSEST com oito adolescentes, CSEH participaram sete adolescentes/jovens e nas Casas de Semiliberdade SJB e SL cinco participantes em cada. Para tanto, trinta e oito adolescentes/jovens participaram de apresentação coletiva do Programa Se Liga, durante o citado período avaliatório.

Cabe ressaltar que no último trimestre de 2022, duas unidades socioeducativas de internação, os Centros Socioeducativos Santa Terezinha e Andradas, tiveram suas atividades encerradas por decisão judicial, ocasionando inclusive a reformulação do cronograma previsto para esse período, no que tange as atividades propiciadas pelo Circuito Liberdade. O fechamento das Unidades impacta também a reconfiguração de novas referências junto às ações estratégicas com as Unidades.

No Centro Socioeducativo de Sete Lagoas, Unidade cheia de desafios para o Programa Se Liga, foi possível avançar mais um passo na concretização de reunião com a diretora de atendimento e com o analista jurídico da unidade para realinhamento de fluxo e fortalecimento da parceria. Foi revisada a lista de adolescentes acautelados na unidade pertencentes à área de abrangência do Programa. Sendo que do total de trinta e três acautelados, sete são da área de abrangência, considerando a recente transferência de um para o CSE Santa Clara e posterior admissão de novo adolescente da área. Foi possível ainda o alinhamento para a efetivação da atividade do Circuito Liberdade.

Ademais, as ações com as Unidades Socioeducativas deve ser algo constante no Programa Se Liga, haja vista que estes são nossos parceiros para a possibilidade de inclusão dos adolescentes/jovens.

ZONA DA MATA

O programa Se Liga da Zona da Mata segue igualmente mantendo ações e contatos frequentes com as Unidades Socioeducativas. No destacado trimestre foi realizada atividade coletiva na Unidade Socioeducativa de Internação Santa Lúcia com seis adolescentes, atividade coletiva na Unidade Socioeducativa de Semiliberdade Bethânia com oito adolescentes, Unidade Socioeducativa de Semiliberdade Caminheiros de Jesus com nove adolescentes, na Unidade Socioeducativa de Semiliberdade Caminho e Vida com dezenove adolescentes e na Unidade Socioeducativa de Internação Santa Lúcia com dez adolescentes. As apresentações coletivas são essenciais para a Metodologia do Programa Se Liga, pois é a partir delas que os adolescentes têm a oportunidade de conhecerem o Programa Se Liga e despertarem o interesse para o mesmo.

Além das atividades de apresentações coletivas, foram necessárias diversas articulações com as Unidades para a realização do Circuito Liberdade e atividades advindas dos Pré-fóruns.

No que tange às atividades de circulação do Projeto Circuito Liberdade, como já mencionado em relatórios anteriores, têm como objetivo propiciar o acesso e circulação dos adolescentes/jovens incluídos no Programa aos espaços da cidade. Uma das atividades foi realizada no Independência Shopping, na qual os adolescentes assistiram ao filme Pantera “Negra Wakanda Para Sempre” e também foi disponibilizado pipoca, refrigerante e chocolate. Além disso, foi possível fazer um passeio pelo shopping.

Houve também uma visita ao Museu Mariano Procópio, onde foi possível circular pelo Parque e, posteriormente, visitar a Galeria “Maria Amália” que conta com a exposição de artigos da época imperial. Após, foi possível transitar pelo Shopping Jardim Norte, circular pelo espaço, lanchar e posteriormente, ir ao cinema assistir ao filme “Avatar: O Caminho da Água”.

Acerca das atividades dos pré-fóruns, o tema trabalhado com os adolescentes foi “Circulação e Apropriação dos Espaços Públicos”. A dinâmica escolhida foi a apresentação de um cartaz dividido ao meio com os dizeres “quais lugares consigo circular” e “quais lugares não consigo circular”. Junto ao cartaz, foram apresentadas palavras, caso os jovens não se sentissem à vontade em escrever. A atividade foi desenvolvida na Casa de Semiliberdade Bethânia, Casa de Semiliberdade Caminheiros de Jesus no CSEJF e com os egressos acompanhados pelo Programa Se Liga. No geral, os participantes inicialmente não se sentiram à vontade para escrever e pontuar que não tinham entraves relacionados à circulação. Porém, ao longo do diálogo, e ao ser pontuado o que seria essa circulação, os adolescentes/jovens narraram algumas situações, como a questão econômica, risco de encontrar alguém de outros territórios e bairros com os quais possuam conflitos, e a dificuldade de acessar espaços ou instituições devido a sua localização. Cabe destacar que em todas as atividades o Programa Se Liga, por estar localizado no território do Olavo Costa, aparece como um local pelo qual os adolescentes não podem circular, pois possuem situações de desavença e/ou ameaça no território.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
58.140	59.929
Descrição do Indicador	
Além de materializar as alternativas penais e garantir suporte ao Sistema de Justiça Criminal no monitoramento/fiscalização do cumprimento dessas medidas, o CEAPA também visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais. Para fins deste indicador serão contabilizados: 1) Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos cumpridores de Alternativas Penais; 2) Atendimentos individuais de acompanhamento de cumpridores; 3) Participação de cumpridores em cada (a) Grupo de Inicialização, (b) de Acompanhamento e (c) de Finalização ao longo da medida de Prestação de Serviços à Comunidade e assinaram lista de presença; 4) Participação de cumpridores em cada encontro dos Projetos de Execução de Alternativas Penais e assinaram lista de presença. 5) Participação de pessoas em encontros de práticas restaurativas e assinaram a lista de presença.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Contextualização

Antes de tecer as análises sobre as metas estabelecidas no Contrato de Gestão 002/2019, faz-se necessário o registro do cenário e das circunstâncias que, de maneira direta ou não, influenciaram o desempenho do Programa CEAPA neste trimestre.

Em primeira mão, cumpre destacar que o Período Avaliatório foi marcado pela execução de atividades que não geram impactos diretos nos Indicadores, mas exigiram esforços das equipes para a sua execução: os Fóruns Multiterritoriais. Já realizados em 14 municípios em que a CEAPA atua, estes espaços foram promovidos pelos Programas da Política de Prevenção à Criminalidade e em maioria precedidos de diferentes atos: de encontros para a organização e nivelamento das discussões à mobilização de público e da rede parceira. Com o apoio da Supervisão Metodológica, as equipes analisaram as demandas apresentadas pelo público e, a partir disso, construíram intervenções diversas para estimular a participação popular através da inclusão dos participantes nas discussões. De maneira inédita para as Centrais, os eventos trataram temas correlatos e transversais à Segurança Pública (como Violência de Gênero; Racismo; Vulnerabilização social de grupos; e Geração de Renda) e demandaram empenho para que a construção e execução fossem compatíveis com as demais frentes de trabalho. Ainda que desafiadora, a proposta repercutiu de maneira positiva para a visibilidade da Política de Prevenção à Criminalidade nos municípios e para o estreitamento de laços com serviços da Proteção Social. No âmbito do Programa CEAPA, destaca-se a adesão do público e da rede ao espaço que, ainda que promovido pelo Programa, não foi vinculado ao cumprimento das Alternativas Penais. Este elemento demonstra o interesse e o protagonismo das pessoas atendidas em pautas que as atravessam e, sobretudo, revela o potencial das alternativas penais na responsabilização social a partir da autonomia, dignidade e liberdade.

Em seguida, há que se registrar que a Unidade de Prevenção à Criminalidade de Belo Horizonte, a maior em volume de casos no estado, foi reinstalada em novo endereço e, com isso, todas as frentes de trabalho passaram a ser executadas plenamente de maneira presencial na nova estrutura. Por sua vez, o processo demandou a suspensão de atendimentos por curto período e o empenho de vários atores para a (re)organização das atividades.

Inadequado seria esquecer ainda, a chegada da equipe técnica de Araguari que desempenhou as atividades de maneira típica à reimplantação de uma Central. No mesmo cenário, a equipe de Barbacena, contratada para o "Projeto de Prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e Responsabilização de homens autores de violência", inaugurou a Unidade e o atendimento ao público. Mesmo que de maneira incipiente, os municípios geram

repercussão em Indicadores próprios - impulsionando principalmente o desenvolvimento de articulações de rede – e o (re)início das atividades movimentou os atores competentes para os alinhamentos e formações introdutórias.

A par disso, a instabilidade no quadro de funcionários que marcou todo o ano, mais uma vez se fez presente e gerou impactos no período em análise. Na Unidade de Belo Horizonte, após intervenção conjunta do Instituto Elo e da SUPEC, certo volume de funcionários iniciou o processo de encerramento de seus vínculos de trabalho. Por outros meios, o cenário se repetiu em Uberlândia e Contagem que, assim como em Belo Horizonte, em decorrência dessa situação, desempenharam performance aquém da meta estipulada em vários Indicadores.

De maneira complementar, é importante ressaltar que as análises tecidas neste Relatório navegarão no recorte trimestral de avaliação, mas não se limitarão a este intervalo, visto que o 16º Período Avaliatório é aquele que encerra o ano de 2022. Por isso, ainda que o diagnóstico aqui desenvolvido seja relativo aos meses finais, ampliar o olhar para todo o ano, mostra-se importante para a execução do trabalho e corrobora com a noção de trajetória do Programa no bojo dos indicadores.

Posta assim a questão, enquanto nos anos anteriores o cenário de execução das Alternativas Penais foi severamente impactado por questões de saúde pública, em 2022 a estabilidade se fez presente no âmbito do cumprimento e, por este e outros motivos que serão detalhados neste documento, o desempenho do Programa foi satisfatório nas metas – ressalvado o quase alcance de uma delas.

Verdade seja esta, a constância não se fez presente no âmbito interno do Programa. Em todos os trimestres, municípios diferentes sofreram com mudanças no quadro de funcionários que, em certos períodos, estavam demasiadamente reduzidos. Com isso, o trabalho precisou ser organizado para a manutenção de frentes prioritárias e as atividades que compõem os indicadores ficaram sujeitadas às urgências. Seja por desligamentos ou por afastamentos de saúde, o número de profissionais que compõem as equipes sofreu oscilações que, em alguns municípios, interrompeu processos de trabalho e demandou energia de diversos atores.

Em razão do exposto, nota-se que enquanto nos outros anos o desafio era a organização para a execução das Alternativas Penais em cenário de restrição por forças externas, no ano em análise as adversidades do Programa CEAPA tiveram cunho interior à sua estrutura.

Para o próximo ano, projeta-se grande investimento na organização do trabalho de maneira a tornar os processos mais fluidos, sustentáveis e estáveis. Através de ações contínuas e tempestivas, vislumbra-se a regularidade que a execução das Alternativas Penais demanda e sob a qual as metas do Contrato de Gestão foram estabelecidas.

No 16º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10 a 31/12/2022 foram realizados cumulativamente 59.929 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais. **Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 58.140, atingiu-se o objetivo estabelecido.** Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 10 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA					
UPC	JANEIRO A SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	0	9	10	10	29
BELO HORIZONTE	11186	1356	1308	959	14809
BETIM	3333	391	299	442	4465
CONTAGEM	3199	371	309	381	4260
DIVINOPOLIS	1423	139	122	135	1819
GOVERNADOR VALADARES	2149	274	346	262	3031
IBIRITE	1752	216	155	150	2273
IPATINGA	3316	387	327	349	4379
JUIZ DE FORA	3571	601	453	493	5118
MONTES CLAROS	2632	328	379	341	3680
R. DAS NEVES	2926	603	496	454	4479
SANTA LUZIA	1910	254	263	158	2585
SETE LAGOAS	1766	240	172	205	2383
UBERABA	2668	394	342	451	3855
UBERLÂNDIA	1483	95	136	150	1864
VARGINHA	0	-	-	-	0
VESPASIANO	577	89	127	107	900
TOTAL	43891	5747	5244	5047	59929

Com a intenção de promover a responsabilização das pessoas encaminhadas pelo Poder Judiciário, o Programa CEAPA realiza seus atendimentos visando o regular cumprimento das Alternativas Penais, através de ações de caráter educativo e reflexivo. Orientados pela restauração das relações, promoção de acessos a direitos e da cultura de paz, as oportunidades também viabilizam orientações e encaminhamentos para a rede de proteção social – intentando ações dos serviços em vulnerabilidades sociais, conflitos e violências.

Por isso, analisar o indicador 4.1 é também tratar a interação do Programa na promoção da restauração dos laços sociais e de prevenção a novos delitos por meio de estratégias de responsabilização diversas da prisão. Tal fato reconhece, então, que as ações desenvolvidas refletem frentes de trabalho diversas que estão suscetíveis às variações, de acordo com as circunstâncias que recaem, em diferentes escalas, sobre o Programa, o público, a rede e o Sistema de Justiça.

Em virtude destas considerações, justifica-se as modalidades de atendimentos que compõem o indicador 4.1: Atendimentos de Inscrição; Atendimentos de Acompanhamento; Atendimentos Grupais de PSC; Atendimentos Grupais de PEAP; e Atendimentos no âmbito da Justiça Restaurativa.

Posta assim a questão, desde logo, cumpre observar que o trimestre sobre o qual se dedica este Relatório foi encerrado com intensa proximidade da meta estipulada. Isso porque a CEAPA atingiu 99,73 % do quantitativo estipulado para o Indicador 4.1 se considerarmos somente a relação meta x resultado para os meses de outubro, novembro e dezembro, pois é importante ressaltar que o indicador pactuado no programa de trabalho é obtido cumulativamente, ou seja, leva em conta o obtido ao longo do ano. Assim, já nesta instância, os elementos que favoreceram o desempenho e levaram a CEAPA a realizar 16.038 atendimentos daqueles 16.080 estipulados como meta, ganham grande relevância.

Em primeiro lugar, a costumeira expressividade dos Atendimentos de Acompanhamento necessita destaque quanto ao impacto no quantitativo – visto que os 9.583 atendimentos desta modalidade correspondem a 59,75 % do alcançado neste indicador. Sendo a Alternativa Penal de Prestação de Serviços à Comunidade aquela de maior volume no Programa, este dado está, em maioria, associado aos 4.666 casos ativos desta modalidade. Levando em consideração que 74% deste montante está em situação de cumprimento regular ou irregular, pode-se afirmar que, para estes casos, os atendimentos foram voltados para o monitoramento/ fiscalização das medidas, para a manutenção da regularidade e/ou a interferência em adversidades que atravessam o cumprimento - procedimentos que tendem a gerar efeitos também nos demais indicadores.

Em seguida, cumpre observar, ainda sobre a Prestação de Serviços à Comunidade, o investimento das equipes em intervenções grupais. Sendo essa uma alternativa penal acompanhada em larga escala, a utilização com maior vigor dos atendimentos coletivos qualifica as intervenções na medida em que promove o acompanhamento e a responsabilização do público de maneira efetiva e mais ágil. Assim, ganha relevância a constatação de que este foi o Período Avaliatório, do ano de 2022, com maior volume de atendimentos grupais específicos desta modalidade: foram 625 atendimentos realizados pelos analistas sociais. Destes, sobressaem os Grupos de Inicialização e de Acompanhamento que, com boa adesão de público, vem sendo práticas implementadas e/ou retomadas com maior regularidade nos municípios.

Outrossim, este também foi o período do ano com maior quantitativo de atendimentos realizados em Projetos de Execução de Alternativas Penais – foram executados 3.504 atendimentos. Ainda que abordando temáticas diversas, tem visibilidade aqueles realizados nas “*Ação de Responsabilização com Homens autores de Violência contra as Mulheres*” e os outros de “*Pessoas em Situação de Conflitos*” - enquanto os primeiros sempre foram expressivos, mas tiveram maior volume de encontros neste ciclo; o segundo teve aumento progressivo e atingiu o ápice de 585 atendimentos neste trimestre. Neste ponto, é sobretudo importante assinalar que a constatação é significativa, ainda, por estar de acordo com o alinhamento da Diretoria de Alternativas Penais (DAL) e demonstra o esforço do Programa em consolidar frentes prioritárias de intervenção nesta modalidade de cumprimento.

Posta assim a questão, passa-se a análise pormenorizada de municípios que favoreceram o desempenho do Indicador:

- **Montes Claros:** Novamente esse município figura no trimestre como destaque dentro do indicador 4.1 devido ao elevado número quando comparada a meta esperada para unidade com essa estruturação. Apesar de municípios distantes geograficamente, o contexto de Montes Claros e Uberaba se assemelham no que se refere ao perfil das alternativas penas e público acompanhado. Nesse município a frente expressiva de atuação da equipe é junto aos casos de PSC e as demandas advindas dessa. Por esse motivo, a equipe é sempre pautada e orientada na organização dos espaços coletivos previstos para a PSC, o que já se observa nos números dentro dessa modalidade no trimestre. Contudo, as demandas ainda tratadas no âmbito do atendimento individual se colocam como desafio para superação no trimestre que se segue, visando fortalecer tais espaços. Nesse sentido, mesmo que seja possível avançar mais na

lógica das intervenções coletivas, o cenário vivenciado por essa unidade com número de atendimentos excedendo significativamente o pactuado na meta tende a permanecer devido as especificidades do tipo de alternativa penal mais acompanhada. É sobremodo também lançar luz sobre a contribuição dos atendimentos na perspectiva grupal na temática de Trânsito e Ações responsabilização com Homens Autores de Violência contra às Mulheres. Somado a isso, em relação aos Atendimentos Individuais de Inscrição, foi constatado aumento no trimestre, sendo que isso também é fator condutor para o aumento das demais modalidades do indicador.

- **Ribeirão das Neves:** o montante de atendimentos realizados neste município está diretamente relacionado à organização implementada no segundo semestre de 2022 que busca maior gerência sobre os casos que aguardam a inserção no cumprimento das Alternativas Penais – principalmente de Prestação de Serviços à Comunidade e Ações de Responsabilização com Homens Autores de Violências contra as Mulheres. Visando tornar as intervenções mais tempestivas, os profissionais se empenharam para realizar, no trimestre, 45 encontros de Ação de Responsabilização - através da execução simultânea de grupos por todas as analistas - e retomaram a execução de Grupos de Inicialização e de Acompanhamento. Como pontuado no Relatório anterior, a previsão da expressividade deste município no indicador era esperada já que a partir do suporte da Supervisão Metodológica e da Gestão Social, a equipe técnica construiu cronograma de atividades e conseguiu cumprir o planejado. Com isso, nos próximos períodos avaliatórios as intervenções desta Central tendem a ser mais oportunas, na medida em que o tempo de aguardo do público para o início do cumprimento será menor e os fluxos de trabalho poderão ser executados de maneira efetiva e sustentável. A esperança é ainda estendida a reflexos positivos que o novo cenário poderá gerar na qualidade e performance destes e demais indicadores no futuro - em destaque, o indicador 4.2.
- **Uberaba:** Repetindo o ocorrido em relatório anterior, o município de Uberaba se destaca nesse trimestre pela expressividade dos números gerados nesse indicador. À título de representação, se desponta que foi efetivado 85% a mais que a meta prevista para essa unidade dentro do período avaliado. Assim como proclamado, a leitura possível para esse fenômeno é expressamente ancorada nos dados acerca do cumprimento se manifestar por meio das Penas Restritivas de Direitos na modalidade de prestação de serviço à comunidade (PSC). Como previsão que se estende, esse cenário tende a se preservar, visto que mais de 90% do público está em acompanhamento na PSC, com demandas relacionadas ao processo da entrega da folha de ponto ou mediante a necessidade de intervenção na irregularidade do cumprimento. Como ferramenta para tratativa desse contexto, tem sido pautado constantemente com a equipe o acompanhamento seguindo recursos metodológicos grupais, o que é observável nos dados dessa modalidade de atendimento em crescente no trimestre. Todavia, isso ainda não favoreceu a diminuição dos atendimentos individuais e a otimização qualificada das frentes de intervenção com o público. Ao falar em intervenção no âmbito grupal, também se deve apontar que o indicador 4.1 apresentou o número expressivo em Uberaba pela expansão dos atendimentos na modalidade definida como PEAP. Grupos na temática de Trânsito e Ação de Responsabilização fizeram presença na contabilização trimestral.

Em noção contrária, ainda que os municípios supracitados e as considerações tecidas sejam sobre o favorecimento do executado, convém notar que o Programa não atingiu a meta esperada para o trimestre. Por isso, resta analisar as razões que afetaram o alcance das metas.

Notadamente, a instabilidade no quadro de funcionários de alguns municípios, impactou negativamente a organização e a disponibilidade das equipes para esta e outras frentes de trabalho. Ainda que comprometidas com os atendimentos decorrentes do acesso espontâneo do público às Unidades de Prevenção, diante da situação que perdurou, em diferentes escalas, trechos do período avaliatório, os analistas tiveram dificuldade de provocar novos atendimentos de casos que já foram inscritos no Programa – seja para a inserção ou para o monitoramento de PSC ou PEAPs. Assim, ainda que estas modalidades de intervenção já tenham sido destacadas pela relevância quantitativa no indicador, a precariedade de organização, regularidade e criatividade para lançar mão de recursos metodológicos mais efetivos e ágeis nestas circunstâncias, impactaram, em certos municípios, na capacidade de atuação da CEAPA, o que gerou efeitos negativos neste e nos demais indicadores.

Portanto, superada a inconstância do corpo técnico, a Supervisão Metodológica tem atuado e investido, cada vez mais, na qualificação de leitura para construir, em conjunto com os demais atores, estratégias prévias e posteriores às variações de cenários para que a execução das atividades seja menos impactada nos próximos períodos avaliatórios.

Sendo o indicador suscetível a interferências indiretas de atores externos, o funcionamento do Poder Judiciário influencia no quantitativo de casos que são encaminhados ao Programa – gerando efeitos, portanto, na modalidade

de Atendimentos de Inscrição. Fato que corrobora com a constatação é o período de recesso forense que, no mês de dezembro, suspendeu as audiências judiciais e levou a queda nesta modalidade de atendimento – a menor do trimestre e segunda menos expressiva no ano de 2022, com apenas 508 inscrições. Cumpre obtemperar, ainda na seara das justificativas que, nesta modalidade, a CEAPA enfrenta, em alguns municípios, dificuldades de consolidação do fluxo de encaminhamento de novos casos. À guisa de exemplo, nas Unidades reimplantadas em 2022 – Araguari e Vespasiano – o quantitativo de casos inscritos se mostra muito aquém do esperado. A par de todas as intervenções já realizadas, o estreitamento de laços com o Sistema de Justiça carece de evolução para que a confiabilidade nas Alternativas Penais e nos trabalhos desenvolvidos gerem o direcionamento de novos casos a serem acompanhados pelo Programa.

Por fim, frisa-se a contabilização de meta para o município de Varginha, o que leva a necessidade de sinalizar que a não implantação dessa unidade, conforme previsto, conduziu a valores não gerados no indicador e o consequente prejuízo no montante total executado.

Em virtude destas considerações e seguindo parâmetro estabelecido neste documento, destacam-se municípios que repercutiram negativamente na performance do Indicador:

- **Araguari:** Como supracitado, neste município a CEAPA ainda carece fortalecer os fluxos de encaminhamento de novas Alternativas Penais. Levando em consideração a reimplantação da Central no bojo do período avaliatório anterior, as inscrições foram inauguradas em outubro e, desde então, somaram apenas 12 casos. No acompanhamento destes, a equipe realizou atendimentos que, somados a outras modalidades, representam quantitativo insuficiente para o desempenho próximo à meta estipulada. Ciente que o quantitativo a ser alcançando é condizente com a realidade já apresentada no município em outras ocasiões, o empenho para o fortalecimento da parceria com o Poder Judiciário se torna urgente para que o potencial de intervenção em segurança pública da CEAPA seja completamente aproveitado no município. Em remate, cumpre observar que, enquanto o desenvolvido funcionou para rebaixar este Indicador, o expressivo número de ações do Programa junto à rede de apoio levou o município a contribuir de maneira expressiva no Indicador próprio e, sinaliza, desta forma, o direcionamento das forças de trabalho dos analistas sociais para a consolidação de uma rede parceira diversa e capaz de atender às demandas apresentadas pelo público em cumprimento de Alternativas Penais - ação que já propicia o melhor cenário para o recebimento dos casos.
- **Belo Horizonte:** neste trimestre observou-se resultado inferior ao pactuado para o período principalmente devido ao cenário de instabilidade na composição do quadro da equipe técnica, como desligamentos – que geraram redução da jornada de trabalho ou mesmo saída imediata – e afastamentos médicos, que impactaram nos resultados apresentados e exigiram reorganizações constantes para o desenvolvimento das diversas frentes de trabalho. Somado a isso, de 19 a 23 de dezembro ocorreu a mudança da Unidade de Prevenção para outro espaço físico, motivo pelo qual foi necessária a suspensão dos atendimentos por uma semana. Nesse sentido, destaca-se a ausência de realização dos grupos de PSC, a redução nos atendimentos de acompanhamento e, como de costume, a queda de encaminhamentos feitos pelo Poder Judiciário - especialmente a partir do mês de novembro, no que toca aos casos advindos das Audiências de Custódia e Juizado Especial Criminal, e em dezembro na maioria dos juízos parceiros diante do recesso forense. Dessa forma, o desempenho de Belo Horizonte no período correspondeu a 88,2% do esperado. Por fim, informa-se que a recomposição da equipe técnica já iniciou e ocorrerá em sua totalidade até fevereiro de 2023.
- **Uberlândia:** Como anunciado no 15º período avaliatório, o município de Uberlândia iniciou a reestruturação total da equipe após construção e deliberação da OS e DAL para salvaguardar atuação dentro das expectativas estabelecidas pelo Programa. Esse processo, iniciado no final do trimestre anterior, se concretizou nos meses finais do ano e impactou no período avaliatório que aqui se trata. Apesar de iniciada essa reorganização da equipe, já se vislumbrou nos meses de outubro a dezembro a retomada das frentes de trabalho e o aumento dos atendimentos na modalidade de grupos de PEAP, por meio da execução simultânea na temática do Artigo 28 e Ações de Responsabilização com homens. Contudo, pautar essa unidade dentro do indicador 4.1 faz imprescindível colocar em foco a porta de entrada de novas alternativas penais, especialmente na modalidade de PSC. O baixo número na entrada de novos casos afeta diretamente a promoção dos outros espaços de atendimento e acompanhamento. Tal problemática já é alvo de tratativa junto a DAL. Ainda na perspectiva do indicador 4.1, se faz mencionável o fato de que um montante expressivo dos casos ativos no ano se encontra em situação de pendência quanto a decisão do judiciário acerca da resolução do CNJ e o efetivo cumprimento no período pandêmico. Esse número revela que o público permanece em monitoramento no Programa, mas com pouca margem para acompanhamento e

atendimento, o que por sua vez afeta o indicador. Para compreender resumidamente esse contexto de tamanho impacto, basta observar que esse dado representa 57% do público da PSC e 34% de PEAP (dados esses que marcam somente o final de dezembro/22, pois em trimestres anteriores atingiu nível mais elevado).

Por derradeiro, sendo o 16º aquele que encerra os Períodos Avaliatórios do ano de 2022, é oportuno registrar que, neste parâmetro, o Programa CEAPA logrou êxito da execução da meta estipulada. Ainda que esperados 58.140 atendimentos no ano, as equipes realizaram 59.929 intervenções coletivas e individuais com as Pessoas com Alternativas Penais acompanhadas.

A performance total está associada ao quantitativo de atendimentos realizados em períodos avaliatórios anteriores, sendo destaques os meses de maio e junho - quando foram observados aumentos significativos em todas as modalidades de atendimento desenvolvidas pelo Programa. Naquele Período Avaliatório, a CEAPA superou em 12,3% o quantitativo de atendimentos estipulado que, somados a outros períodos, amortizaram o contratempo do 16º P.A. e permitiram que a execução das diretrizes do Contrato de Gestão atingisse plenitude neste Indicador.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.2. Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
74%	72,6%
Descrição do Indicador	
Este indicador objetiva mensurar o cumprimento das alternativas penais acompanhadas pela CEAPA. Entendem-se como alternativas penais cumpridas aquelas que tenham se concluído conforme determinação judicial, baixadas pelo cumprimento integral ou pela ocorrência de indulto concedido pelo Poder Judiciário. Não serão consideradas para fins de cálculo desse indicador as ocorrências de fatores externos ao Programa CEAPA, tais como: baixa processual devido a conversão por outra pena/medida não acompanhada pela CEAPA; baixa por conversão da pena/medida alternativa em prisão por motivo diverso do descumprimento; baixa por transferência de comarca; baixa por falecimento; baixa por prescrição; baixa realizada pelo Poder Judiciário por motivos diversos.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 16º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10 a 31/10/2022 o percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial foi de 72,6%. Considerando que a meta estabelecida foi de 74%, o programa não ultrapassou o estabelecido para o indicador. Abaixo seguem informações relativas ao percentual de cumprimento por município.

Tabela 11 - Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial			
	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS POR CUMPRIMENTO INTEGRAL	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS	% DE CUMPRIMENTO
ARAGUARI	0	0	0,0%
BELO HORIZONTE	407	528	77,1%
BETIM	85	141	60,3%
CONTAGEM	98	138	71,0%
DIVINOPOLIS	16	20	80,0%
GOVERNADOR VALADARES	87	108	80,6%
IBIRITE	42	60	70,0%

IPATINGA	42	71	59,2%
JUIZ DE FORA	63	75	84,0%
MONTES CLAROS	90	117	76,9%
R. DAS NEVES	139	186	74,7%
SANTA LUZIA	67	94	71,3%
SETE LAGOAS	27	51	52,9%
UBERABA	87	127	68,5%
UBERLÂNDIA	4	9	44,4%
VARGINHA	0	0	0,0%
VESPASIANO	10	16	62,5%
TOTAL	1264	1741	72,6%

Neste indicador, é esperado que o percentual de cumprimento das Alternativas Penais acompanhadas seja, no mínimo, de 74%. De antemão, cumpre destacar que, ainda que não atingido o quantitativo esperado, o desempenho do Programa CEAPA esteve muito próximo à meta, já que no período avaliatório em análise 72,6% das Alternativas Penais foram baixadas por cumprimento integral.

É importante considerar a complexidade de ações que estão em desenvolvimento - por atores diversos - e que interferiram no indicador. A primeira delas, e que carece de maior destaque, é o monitoramento regular e tempestivo de todas as alternativas penais acompanhadas. As equipes técnicas se empenham no procedimento para que as intervenções – de responsabilização com o cumprimento e em incidentes da execução penal – sejam construídas em momento oportuno e levando em consideração a especificidade de cada caso acompanhado. Somado a isso, é preciso sublinhar os constantes ajustes necessários para garantir a fluidez na comunicação com o Poder Judiciário no que toca a finalização dos casos, já que o elemento que confirma as baixas é o protocolo de ofícios e, por vezes, algumas Varas tornam esse fluxo intempestivo e ineficaz, o que impacta diretamente o desempenho no indicador. Por todo o exposto, mesmo diante dos esforços constantes sobre esta frente de trabalho, ainda é um desafio a manutenção da regularidade mensal do procedimento. Neste sentido, os analistas sociais, gestão social e a supervisão metodológica vêm construindo estratégias de organização e lançando mão de diferentes recursos para impulsionar os processos de trabalho que envolvem o indicador – para, consequentemente, interferir positivamente neste desempenho e no dos demais indicadores.

Isto posto, no referido trimestre as alternativas penais que registraram menor índice de cumprimento foram as Penas Pecuniárias e Prestação de Serviços à Comunidade.

A primeira sofre grande influência da vulnerabilidade social e econômica que recai sobre o público atendido e acaba impactando no pagamento regular das pecúnias determinadas. Ainda que considerando tais elementos, diante do esgotamento das possibilidades de intervenção, não resta outra estratégica para as equipes técnicas senão o informe de descumprimento ao Poder Judiciário – procedimento que foi executado de maneira constante durante todo o trimestre, mas teve auge no mês de dezembro.

Por sua vez, a Prestação de Serviços à Comunidade é a alternativa penal que sofre impactos diretos de fatores associados ao público, ao programa e à rede. Neste ponto, cumpre evocar os elementos supracitados que estão em desenvolvimento pela CEAPA no que tange ao investimento nos parceiros e na qualificação das intervenções com o público. Ainda que não executados de maneira plena e constante para apresentarem todos os seus efeitos ou atingirem patamares exigidos, todos os fatores citados devem ser considerados para a expressão da alternativa penal no indicador – principalmente o monitoramento mensal.

Diante disso, torna-se evidente que o não atingimento da meta sofreu a influência de fatores diversos e teve destaque nos seguintes municípios:

- **Araguari:** De antemão, na análise de desempenho deste indicador, é preciso ressaltar que neste município a inscrição das Alternativas Penais foi inaugurada neste período avaliatório. Em razão disso, todos os casos que entraram no Programa ainda estão em acompanhamento, razão pela qual o município não registrou baixas que geram efeitos de contabilização. Convém ponderar ainda que o tempo de cumprimento e de intervenção do Programa com os casos acompanhados pode variar. Sendo a partir destes elementos que os casos serão baixados por cumprimento ou descumprimento, não se esperam, em outros períodos, níveis em patamares observados neste trimestre.
- **Uberlândia:** Como exposto no bojo do indicador 4.1, o contexto de reestruturação da equipe nesse município condicionou a conjunturas desfavoráveis ao alcance da meta no que tange a organização das frentes, autonomia e repertório das novas integrantes. Mesmo nesse cenário de retomada e adequação, as frentes estão ganhando robustez e sinais de avanços já são observáveis, mas ainda assim não ocorreu alcance da meta do indicador 4.2. Como explicação para tal, se tem o cenário de interrupção dos grupos no mês de setembro que, por sua vez, reverberou no baixo encerramento de casos como cumprimento integral nos meses seguintes. Acrescido a isso, mesmo com a retomada da execução de grupos com encerramento dentro desse período avaliatório, foi identificado

junto a equipe morosidade para o protocolo dos ofícios de cumprimento junto aos juízos encaminhadores. Desta feita, a equipe produz o ofício, conforme previsto metodologicamente, mas a sinalização do juízo quanto ao recebimento do documento não ocorre em prazo hábil, o que leva ao não encerramento do caso no mês em questão e impacto direto no percentual de cumprimento. Destaca-se que, assim que isso foi identificado junto a nova equipe, OS e DAL já alinharam direcionamentos para tratativa.

- **Vespasiano:** Para analisar os fatores que destacam o município neste indicador, é necessário que a leitura seja feita a partir do recorte dos meses que compõem o trimestre em questão. Em primeiro lugar, o mês de outubro foi marcado pelo menor percentual de cumprimento registrado no ano de 2022. Trata-se de período em que houve o desligamento de casos que, inscritos para o cumprimento de PSC e de Medida Protetiva de Urgência, não responderam às investidas da equipe para a continuidade do cumprimento. Para a ressalva ao predicado, é importante registrar que, sendo a baixa por descumprimento consequência do esgotamento de possibilidades de atuação do Programa, o informe aos responsáveis deve ser tempestivo para que não tenha sua efetividade comprometida. Dando sequência, no mês de novembro a Central esteve próxima à meta de 74% de baixas por cumprimento integral das Alternativas Penais e, neste ponto, são relevantes as baixas por cumprimento e descumprimento registradas com a finalização de grupo de *Ação de Responsabilização com Homens autores de Violência contra as Mulheres* – que, com boa adesão de público, registrou o dobro de baixas por cumprimento se comparado aos descumprimentos. Por fim, maior destaque deve ser dado ao mês de dezembro, já que os dados revelam casos de PSC e PEAP que finalizaram o cumprimento às vésperas ou já no decorrer do recesso forense. Sendo a data do protocolo do ofício ao Poder Judiciário a referência para os efeitos no indicador, a ausência de comunicação impactou negativamente no desenvolvido pelo município. Há que se destacar ainda, que outros casos ativos revelam a fragilidade de organização da equipe para que os procedimentos sejam realizados com antecedência à interrupção de atividades do parceiro. Para evitar tal embaraço e não prejudicar o público assíduo ao cumprimento, as providências serão tomadas para o alinhamento metodológico, e tendem a surtir efeitos nos próximos períodos avaliatórios.

Por outro lado, convém analisar os municípios que contribuíram positivamente no indicador:

- **Divinópolis:** Este foi o trimestre com maior índice de cumprimento da Central no ano – média de 80%. Com o investimento do Programa no acompanhamento do público, foi possível garantir a tempestividade das ações de monitoramento e intervenções em atravessadores do cumprimento através da qualificação técnica da equipe nas intervenções de regularização, com a inclusão das notificações por AR que contribuíram na convocação do público para ajustes na Prestação de Serviços à Comunidade. Além disso, a adesão no cumprimento foi motivada, entre outros fatores, pela maior proximidade da rede parceira e ampliação de parcerias condizentes com a disponibilidade dos cumpridores. Lançando mão de recursos metodológicos diversos, a equipe conseguiu desenvolver ações com o público que elevaram o percentual de alternativas penais baixadas por cumprimento integral.

- **Governador Valadares:** nesta Central foram poucos os meses do ano de 2022 em que o percentual tido como meta não fora superado – fato que se repete em todos os meses do período avaliatório em análise. Ao examinar os dados do trimestre, verifica-se alta adesão do público no cumprimento de PEAPs assim como nas Medidas Cautelares e Protetivas – tanto de pessoas que passaram por intervenções coletivas quanto aquelas de modalidade individual. Dentre as razões para tanto, as estratégias de mobilização criadas pela equipe para vincular os participantes, aliadas à organização que atende à demanda do público, permitiu melhor manejo dos espaços e a amplitude das ações técnicas frente as intercorrências no cumprimento. Além disso, o olhar criterioso para as vulnerabilidades e a proximidade com as redes parceiras, facilitaram a atuação integrada na execução destas Alternativas Penais. O desempenho técnico reverberou ainda no cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade. Nesta Central, durante todo o ano de 2022, a equipe manteve a regularidade de monitoramento e estreitou os laços com a rede parceira para qualificar o acompanhamento e intervenção em atravessamentos. Com isso, em diversos meses, o percentual de cumprimento desta medida ultrapassou a meta – assim como ocorrido em 2 meses deste período.

- **Juiz de Fora:** Este foi o trimestre com maior índice de cumprimento da Central no ano – média de 84%. Com a abertura do fluxo de recebimento das Medidas Protetivas de Urgência, que gerou ampliação das modalidades de atendimento e maior apropriação metodológica da equipe, a Central apresentou bom índice de cumprimento através da execução das Ações de Responsabilização para homens. Somado a isso, com o investimento do Programa no acompanhamento do público, foi possível garantir a tempestividade das ações de monitoramento e intervenções em atravessadores do cumprimento através da qualificação técnica da equipe nas intervenções de monitoramento, com a inclusão das notificações por AR que contribuíram na convocação do público para regularização da Prestação de Serviços à Comunidade. Além disso, a maior adesão no cumprimento foi motivada, entre outros fatores, pela maior proximidade da rede parceira e ampliação de parcerias condizentes com a disponibilidade dos cumpridores. Lançando mão de recursos metodológicos diversos, a equipe conseguiu desenvolver ações com o público que elevaram o percentual de alternativas penais baixadas por cumprimento integral.

No que diz respeito ao desempenho do indicador neste ano, nota-se o atingimento da meta, com o percentual de baixas por cumprimento de 74% em 2022.

Os Projetos de Execução de Alternativas Penais (grupos reflexivos temáticos) se destacaram como a alternativa penal com maior índice de cumprimento no ano, o que afirma a eficácia das intervenções coletivas e incentiva a construção de outros espaços grupais.

Já o percentual registrado para as Penas Pecuniárias se mostrou o menor dentre as alternativas penais acompanhadas no ano, o que corrobora com a análise trimestral supracitada acerca das vulnerabilidades sociais do público. Esse desempenho aponta para a necessidade de intensificação do diálogo junto ao Sistema de Justiça Criminal, especialmente a Defensoria Pública, para que os contextos sociais sejam considerados, assim como as especificidades dos casos.

Por fim, vale ressaltar que o município de Varginha também foi considerado para este indicador, mas ainda não foi implantado.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.3. Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
4.140	3.876
Descrição do Indicador	
O Programa CEAPA desenvolve as alternativas penais com o suporte de equipamentos públicos e entidades do terceiro setor em cada município, numa perspectiva horizontal, e propõe um acompanhamento integrado das pessoas em alternativas penais. Este indicador objetiva mensurar as ações da CEAPA de orientação e acompanhamento dos profissionais que compõem essa rede. Para fins deste indicador, deverão ser contabilizados: 1) Visitas de monitoramento às entidades da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais; 2) Visitas de entidades da rede parceira à Unidade de Prevenção Social à Criminalidade; 3) Visitas a órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretarias Municipais e outras entidades correlatas para discussão sobre fluxos de alternativas penais; 4) Visitas em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes nos municípios que discutam temas transversais às alternativas penais; 5) Visitas de captação de novos parceiros; 6) Encontros para discussão de casos com a rede de proteção social; 7) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa, limitadas ao máximo de 30 entidades.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 16º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10 a 31/10/2022 foram realizadas cumulativamente 3.876 ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 4.140, o objetivo não foi alcançado. No entanto, alcançou-se 93,6% da meta. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 12 - Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio					
UPC	JANEIRO A	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL

	SETEMBR O				
ARAGUARI	13	16	24	32	85
BELO HORIZONTE	584	48	40	32	704
BETIM	113	19	20	21	173
CONTAGEM	261	13	14	12	300
DIVINOPOLIS	129	18	20	9	176
GOVAL	157	30	20	22	229
IBIRITE	181	16	20	21	238
IPATINGA	222	25	26	12	285
JUIZ DE FORA	287	30	34	28	379
MONTES CLAROS	132	7	9	18	166
RIBEIRÃO DAS NEVES	207	26	17	7	257
SANTA LUZIA	165	5	15	15	200
SETE LAGOAS	190	15	14	14	233
UBERABA	105	8	10	5	128
UBERLÂNDIA	113	15	17	16	161
VARGINHA	0	-	-	-	0
VESPASIANO	123	10	15	14	162
TOTAL	2982	301	315	278	3876

O período avaliatório sobre o qual se discorre nesse relatório também representa o encerramento das atividades no ano de 2022. Assim cabe, para além da leitura trimestral habitual, refletir sobre o indicador 4.3 ao longo de todos os meses do ano que se encerrou. Tal perspectiva pode ser resgatada de modo detalhado nos relatórios antecessores, mas como panorama geral se deve considerar que do 1º ao 3º trimestre o Programa sustentou progressão em seus números de ações junto à rede de apoio. Contudo, no quarto trimestre – referente ao 16º P.A. – o indicador sofreu expressiva baixa, apresentando o menor índice do ano.

Posto assim o litígio, em termos numéricos gerais, o 16º Período avaliatório produziu 17,5% ações de rede abaixo do esperado. Em leitura destrinchada, as modalidades que sofreram maior queda e favoreceram o não atingimento da meta foram as frentes voltadas para articulações com o poder público (executivo e poder judiciário) e as articulações promovidas para a captação de novos parceiros para recebimento do público da PSC. Acrescido a isso, outra modalidade cuja queda reverberou significativamente no indicador foi a de visitas de monitoramento e acompanhamento junto as redes que já atuam no campo da prestação de serviços à comunidade. Insta destacar que as demais modalidades também sofreram baixa em seus números e contribuíram para o cenário da meta não atingida. Todavia, se deve distinção em relação as ações entendidas como espaços estratégicos devido a transversalidade com a pauta do programa, vez que essas não sofreram queda, bem como apresentaram – mesmo que modesto – aumento em relação ao trimestre anterior.

Para pensar nesse cenário no qual não se manteve a continuidade no ritmo progressivo de execução das ações pertinentes ao indicador 4.3, alguns elementos exigem maior destaque e podem favorecer a compreensão do ocorrido, bem como possibilitar a sedimentação de estratégias assertivas para o período que se segue. Desta feita, como ponto inicial se marca a contabilização de meta para a UPC de Varginha, o que leva a necessidade de sinalizar que a não implantação dessa unidade, conforme previsto, conduziu a valores não gerados no indicador e o consequente prejuízo no montante total executado.

Outro elemento cabível para a análise desse período e que deve ser alvo de cuidadosa reflexão é o investimento demandado para a realização dos Fórum Multiterritoriais efetivados como produto do Contrato de Gestão 02/2019. Quando se remete a atuação exigida para a elaboração e execução do Fórum, se faz imperioso sinalizar que com a adição dessa frente de trabalho, em caráter excepcional e que não respondeu aos requisitos para pontuação no indicador, se observou impacto na organização e materialização das ações junto a rede de Alternativas Penais e, consequentemente, na meta prevista.

Em continuidade à reflexão sobre o indicador 4.3 no período de outubro a dezembro de 2022, compete mencionar o contexto de instabilidade enfrentado em diversas equipes e sobre o qual já foi ponderado no presente documento. Em linhas gerais, foi observado no trimestre a intensificação do cenário de reestruturação de algumas equipes após avaliação da OS e DAL. Ainda nesse tocante, se soma a isso, a recorrência de impactos na organização da equipe mediante o afastamento de profissionais por questões de saúde. Algumas equipes encontraram o desafio de assegurar as agendas de grupo, a sustentação da porta de atendimento e atividades diversas, com o quadro reduzido. Tal conjuntura demandou reorganização, que em análise mediante a necessidade de estabelecer prioridades, conduziu ao preterimento de agendas voltadas para atuações pertinentes a esse indicador.

Por fim, de modo a visibilizar alternativas para estratégias futuras, importa relatar acerca do caráter promissor, numérico e qualitativo dos dados gerados pelos encontros de rede. Dito isso, apesar da queda dessa modalidade no trimestre que aqui se versa, ela ainda se apresenta como potência para tratativa das demandas de atuação junto as entidades da rede de modo assertivo, bem como a suprir as expectativas da meta pactuada. Em breve leitura, se observa no trimestre que em apenas 11 espaços efetuados na categoria encontro de rede, foi possível intervir e promover acompanhamento com o total de 101 instituições. Logo, por um viés comparativo, com esse montante de ações realizadas nos referidos encontros (11), foi alcançado aproximadamente ¼ do quantitativo efetivado nas visitas as entidades parceiras no mesmo período. Desta feita, a fim de assegurar as metas do indicador e também a qualidade das ações, a tônica do coletivo aplicada ao acompanhamento com o público deve ser replicada também para as construções junto à rede.

Apesar do não alcance da meta estipulada no trimestre, alguns municípios merecem destaque e análise individual por apresentarem números que excederam os pactuados para unidades com seus respectivos portes.

- **Araguari:** a performance da Central neste indicador deve ser interpretada levando em consideração a recente retomada das atividades. Na medida da reimplantação, as ações que visam a (re)construção e fortalecimento da rede parceira tomam relevância e assim, a equipe técnica lança mão de todo o aporte metodológico para a efetivação de procedimentos que permitam o regular cumprimento da Prestação de Serviços à Comunidade – tendo destaque, portanto, as visitas para captação de parcerias. Além disso, como já destacado em outro campo de análise, as articulações com o Sistema de Justiça para o alinhamento de fluxos de encaminhamento de Alternativas Penais deste município também se avolumaram no indicador e, tendo o cenário posto, a frente de trabalho deve permanecer como prioridade para a equipe técnica e Gestão Social nos próximos períodos, já que a necessidade de captação e fortalecimento das parcerias é uma urgência.

- **Governador Valadares:** a visibilidade da Central no âmbito do indicador é provocada pela essencial necessidade de atualização das informações das instituições que recebem o público de Prestação de Serviços à Comunidade. O procedimento vem sendo necessário para o refinamento da organização da equipe, torna os encaminhamentos mais seguros e efetivos, assim como é útil para a qualificação das parcerias. Tratando a retomada dos laços ou mesmo o estreitamento do acompanhamento a equipe de Governador Valadares investiu intensamente em visitas de monitoramento em todo o trimestre, mas no mês de outubro, lançou mão ainda de modalidade coletiva de intervenção através da execução de Encontro de Rede. A iniciativa registra a retomada dos espaços no município e, dada a sua adesão, corrobora com a necessidade de aproximação do Programa de sua rede de Alternativas Penais. Por fim, há que se registrar que a intensidade de articulações registradas neste indicador foi organizada e alvo de planejamento da equipe, Gestão Social e Supervisão Metodológica para que o almejado fosse compatível com as demais frentes de trabalho – constatação que pode ser comprovada com os números dos demais indicadores e demais registros já feitos neste documento.

- **Ibirité:** Esse município sempre apresenta dados consideráveis na perspectiva desse indicador, o que se comprova ao resgatar relatórios passados. Entretanto, no trimestre em questão as motivações para esse contexto divergem de todos os outros períodos já analisados. A estrutura do poder público municipal tem passado por momentos de alterações e instabilidades mediante determinação judicial de cassação da chapa eleita. Desse modo, prefeito e vice-prefeito foram retirados de seus cargos e o lugar ocupado pela presidência da Câmara, o que levou a troca de diversos profissionais nos mais variados setores e a consequente necessidade de articulação da equipe e gestão para manutenção das parcerias, principalmente para a prestação de serviços à comunidade. Contudo, pouco após esse movimento, a chapa eleita foi reconduzida ao cargo por meio de liminar – o que se mantém até o momento de produção desse relatório – o que, por consequência demandou, e demandará, a continuidade de esforços da equipe nessa frente de modo mais robusto, o que se concretiza nos números desse indicador.

Como fenômeno de dois vieses, também seguem análises específicas de municípios cujo desempenho nesse indicador apresentou os índices menos satisfatórios dentro do trimestre em avaliação.

- **Belo Horizonte:** o desempenho desta equipe no que toca às articulações de rede se mostrou aquém do esperado no referido período, assim como em outros momentos do ano. O principal elemento que justifica tal execução é a despriorização dessa frente de trabalho, especialmente das visitas de monitoramento e encontros de rede, em que pese os esforços da supervisão metodológica em orientar o desenvolvimento técnico dessas ações. A reestruturação da equipe iniciada neste trimestre também contribuiu para a ausência das articulações de rede com maior robustez. Acrescido a isso, houve baixa adesão dos parceiros na maior parte dos encontros de rede promovidos na modalidade presencial. Diante do exposto, verifica-se a realização de 42% do esperado para o trimestre e registra-se, para fins de aprimoramento no desempenho desse indicador, a necessidade de organizar o trabalho de modo a fortalecer a execução dessas ações de forma contínua.

- **Contagem:** De início, cumpre observar que o desempenho deste município deve ser examinado, inevitavelmente, a partir do desequilíbrio de seu corpo técnico. Com o quadro de funcionários oscilando durante todo o trimestre, o investimento dos analistas sociais – recém contratados ou não – esteve voltado para a manutenção dos Atendimentos de Inscrição e Acompanhamento que, em maioria, ocorreu pelo acesso espontâneo

do público à Unidade. Somado à tal fato, os analistas que ao final deste período avaliatório compõem a equipe técnica, ainda estão se apropriando da metodologia do Programa e, por isso, são incipientes as ações com a rede parceira. Cumpre ressaltar que, por estas razões, a Supervisão Metodológica e a Gestão Social vem investindo no aprimoramento da frente e criando estratégias de vinculação com a rede parceira a partir da lógica regionalizada instituída metodologicamente. Quanto ao último ator, é imprescindível, ainda, jogar luz sobre a sua presença em espaços estratégicos que discutem pautas transversais às Alternativas Penais no município. No período em análise esta foi a ação desenvolvida com maior volume para resguardar a proximidade do Programa com os parceiros e a manutenção do indicador – mesmo sem o atingimento da meta.

- **Uberaba:** Para entender a performance desse município no indicador que afere atuação com a rede, se faz pertinente reiterar que essa unidade tem apresentado, como grande desafio no ano, a atuação com alto número de atendidos no escopo das PRD's na modalidade de PSC, com grande movimento de público para atendimento em caráter individual - conforme descrito no indicador 4.1 desse relatório. Ainda nessa perspectiva, uma segunda frente de trabalho apresentou impasses e se pôs como desafio para a equipe, demandando atuação constante de supervisão e gestão para amenizar os impactos. Aqui, se refere ao grande número de solicitações de informações dos casos via SEEU e também de acumulação de juntadas a serem feitas (reflexo da reestruturação da equipe, feita no início do ano). Nesse cenário, a organização priorizou as demandas de funcionamento e execução, na qual a atuação junto a rede sofreu pela ausência de investimento e atingiu nível insatisfatório da meta no trimestre. Além do posicionamento organizacional necessário para as atividades, essa equipe sofreu com redução de seus membros no mês de dezembro devido a questões de saúde e isso também repercutiu na necessidade de reestruturar prioridades para execução, a fim de garantir atendimento ao público.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 5.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
23.184	21.661
Descrição do Indicador	
O Programa PRESP busca garantir o atendimento qualificado às pessoas egressas do Sistema Prisional, enquanto direito assegurado na Lei de Execução Penal e disposto em legislações específicas, tornando extensivo o atendimento aos familiares a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos de apoio e suporte social. Os atendimentos são realizados pela equipe técnica do Programa e visam: intervir em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco e a vitimização; contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e de apoio comunitário; possibilitar e fomentar encaminhamentos para efetivação de direitos e garantias sociais bem como acesso às oportunidades existentes na rede de cada município; promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional. Para fins deste indicador serão contabilizados: 1) Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos egressos; 2) Atendimentos individuais de egressos em acompanhamento; 3) Atendimentos individuais com familiares de egressos; 4) Atendimentos individuais de pré-egresso e/ou familiar; 5) Participação de Egressos de cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença; 6) Participação de pré-egressos em atendimentos grupais nas unidades prisionais e assinaram a lista de presença. 7) Participação de familiares de egressos em cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença. 8) Participação de familiares de pré-egressos em cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 16º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10 a 31/12/2022 foram realizados cumulativamente 21.661 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 23.184, não foi possível alcançar o objetivo. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 13 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP					
UPC	JANEIRO A SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
BELO HORIZONTE	3.044	315	259	171	3.789
BETIM	1.177	151	118	134	1.580
CONTAGEM	1.197	118	55	80	1.450
DIVINÓPOLIS	329	21	33	23	406
GOVERNADOR VALADARES	811	95	58	79	1.043
IBIRITÉ	397	35	72	33	537
IPATINGA	1.330	165	116	97	1.708
JUIZ DE FORA	1.511	206	195	189	2.101
MONTES CLAROS	1.633	157	147	136	2.073
RIBEIRÃO DAS NEVES	1.493	158	98	114	1.863
SANTA LUZIA	802	82	100	106	1.090
SETE LAGOAS	600	55	70	55	780
UBERABA	720	62	52	89	923
UBERLÂNDIA	1.524	154	105	118	1.901
VESPASIANO	275	51	70	21	417
TOTAL	16.843	1.825	1.548	1.445	21.661

Neste período avaliatório foi observada uma queda no indicador de Atendimentos se comparado ao trimestre anterior, atingindo 83% da meta estipulada. Consequente, analisa-se os fatores que se apresentaram no contexto de trabalho das 15 equipes do PrEsp neste trimestre a fim de compor uma leitura sobre os elementos que incidiram sobre a queda do indicador.

Inicia-se a análise desse indicador apresentando o impacto da realização dos Fóruns Multiterritoriais nos 15 municípios de atuação do Programa. Cabe destacar que houve um grande investimento das equipes em mobilização do público, com o viés de trabalhar em etapas preparatórias as temáticas sugeridas ou viabilizar maior participação do público do Programa. Dada a possibilidade do espaço de pré-fóruns ou etapas preparatórias se configurarem como um espaço reflexivo conduzido pela equipe de analistas, essa ação foi contabilizada como atividade reflexiva ainda no indicador de Atendimentos no início do trimestre. Não foi possível ter essa interpretação acerca dos encontros do Fórum, uma vez que não houve investimentos metodológicos que justificassem a inclusão de tal ação no indicador.

Ainda no que diz respeito aos Fóruns, especificamente em relação às UPC's, Santa Luzia e Governador Valadares apresentaram cenários diferenciados. A primeira equipe citada conseguiu uma adesão considerável do público na etapa preparatória e isso possibilitou discussões sobre o tema e outros desdobramentos importantes no acompanhamento aos egressos e familiares participantes. Entretanto, a adesão ao encontro do Fórum foi reduzida, devido às chuvas e outros atravessamentos pessoais apresentados pelos convidados. Já em Governador Valadares não houve espaços para etapas preparatórias, optando-se por outras formas de mobilização do público. Entretanto, a participação do público no Fórum ocorrido no município em questão foi expressiva, sobretudo no que diz respeito à interação dos participantes com tal espaço.

Em Ibirité, Juiz de Fora e Sete Lagoas o cenário foi um pouco diferente, pois além de atos preparatórios com expressiva participação do público egresso e seus familiares, houve ainda a participação ativa destes no dia da realização do Fórum, de modo que tais resultados têm repercutido em retornos para atendimento na UPC neste período avaliatório.

Abordando outro aspecto do indicador, as ações com o público egresso em situação de rua referenciados pelo Centro POP têm sido extremamente estratégicas no município de Ibirité no que se refere à chegada do público à UPC. A partir da articulação com esse parceiro, que já vem sendo fortalecida há um tempo, somada à construção dos atos preparatórios do Fórum Multiterritorial, foi possível a execução de grupos com o público ali referenciados, além dos desdobramentos que impactam positivamente a circulação desses egressos na UPC e na participação efetiva no dia do Fórum.

Deste modo, a equipe vem, de forma contínua, realizando grupos reflexivos com os egressos no Centro POP, além de realizar ações coletivas de apresentação com periodicidade estabelecida e atendimentos individuais na unidade de prevenção. Tais abordagens têm tido impacto positivo nos indicadores do Programa.

Notou-se, então, a relevância para o PrEsp da execução e participação nos Fóruns Multiterritoriais. Reitera-se que o público do Programa foi convidado a estar e a se posicionar em um espaço de participação social e cidadania, mesmo com o panorama de privação de sua identidade política em função do estigma e processos de criminalização.

Isso possibilitou às equipes do PrEsp reflexões, diálogos e leituras junto à rede e ao próprio público atendido.

Nesse trimestre também se destacou a necessidade de intervenções amplas em aspectos observados em equipes. Dessa forma, foi necessário que atores da política como superintendência, diretoria, gestão de pessoas do Instituto Elo aliados à gestão social e supervisão metodológica se mobilizassem em torno da organização da UPC BH.

Diante disso, no que se refere aos resultados dos indicadores, a equipe de Belo Horizonte ainda no início do trimestre foi impactada pelo cenário supracitado. No trimestre anterior, a meta para o indicador foi atingida. Entretanto, essa equipe apresentava uma necessidade de intervenção de aspecto mais geral superando a lógica de atingimento de meta. Deste modo, observou-se a necessidade de alinhamentos metodológicos, visto que apesar do atingimento da meta, este não estava devidamente orientado pela metodologia do programa.

Tal equipe apresentou desafios significativos no que refere ao aspecto de gestão de pessoas. Como exemplos, tem-se dificuldades em cumprimento de horários, indisponibilidade para o trabalho, ausência de comunicação entre equipe, gestão social e supervisão metodológica, falta de organização de fluxos de trabalho, posição "resistente a orientações", entre outros. Além disso, no que diz respeito à metodologia, apesar da elevação dos indicadores, notou-se que esse alcance se orientava por "dados e entregas artificiais", pautados em ações excessivas junto a unidades prisionais para atividades coletivas ou grupo com pré-egressos e elevado quantitativo de ações de apresentação em serviços de rede com público não inscrito. Todas essas atividades impactavam na baixa disponibilidade da equipe para atendimento na Unidade de Prevenção à Criminalidade e para o acompanhamento ao público.

Detalhadamente, no início do trimestre, houve alteração das referências de gestão social e supervisão metodológica em acordo com o cenário de saída da gestão anterior e a necessidade de trânsito da supervisão conforme definição

da Diretoria do PrEsp. A partir dessas alterações foi necessário um período de “diagnóstico” junto à equipe com o viés de subsidiar as intervenções.

A partir da identificação dos pontos de atenção, buscou-se o alinhamento do trabalho às diretrizes metodológicas das ações desenvolvidas. Visto que a equipe não respondeu aos direcionamentos de trabalho de forma esperada, houve a queda do indicador ainda nos primeiros dois meses do período avaliatório.

Ainda em novembro houve uma intervenção em conjunto com diversos atores da Política de Prevenção (equipe do Instituto Elo - setor de RH e Monitoramento, Coordenação, Gestão Social e Supervisão Metodológica) com toda a equipe no viés de promoção de um espaço de devolutivas e apontamentos, a fim de favorecer a intenção de reorganização do trabalho que tem sido desenvolvido por essa equipe. Tal ação teve como resultado três desligamentos em uma equipe que era composta por oito analistas ainda no mês de dezembro, o que repercutiu na disponibilidade da equipe para frentes de trabalho e refletiu também na queda do indicador em tal mês.

Em meados de dezembro, último mês de referência desse período avaliatório, houve a mudança de sede da Unidade de Prevenção à Criminalidade de BH Centro. Com isso a equipe permaneceu uma semana com os atendimentos suspensos por causa das demandas geradas pela mudança e reorganização da UPC para receber o público. Na semana seguinte à mudança, a equipe retomou os atendimentos, porém carecendo ainda de intervenções que viabilizassem essa chegada de forma mais concreta.

Por fim, as intervenções em Belo Horizonte repercutiram em uma queda significativa do indicador de atendimentos para esse período avaliatório, considerando a disponibilidade da equipe para a execução do trabalho e alinhamentos metodológicos necessários. Sendo assim, tal cenário precisará de um prazo maior até se estabilizar de forma adequada.

A mudança de referências da supervisão metodológica ainda no início do trimestre também se apresentou com uma realidade para outras equipes e mereceu destaque nesse período avaliatório. Essa alteração, calcada em uma diretriz do Programa que prevê a necessidade de as referências da supervisão transitarem entre todas as UPC's, contribui para o desenvolvimento do trabalho a partir de diferentes perfis de supervisão. Dessa forma, essa alteração apresentou a necessidade de promover o vínculo com a figura da nova supervisão e a realização de um período de "diagnóstico" para a devida compreensão dos pontos de trabalho junto a equipe e a gestão social em equipes.

A queda no indicador de atendimentos em Divinópolis neste trimestre está associada a diversos fatores, destacando-se alguns como férias de analista com disponibilidade para atendimento e a presença em outras frentes de trabalho de mobilização de público. Há de se mencionar também as dificuldades em articular junto a espaços de rede a realização de atividades coletivas, seja na Unidade Prisional, que suspendeu as atividades coletivas por um breve período devido ao aumento interno de casos de COVID, ou em outros serviços em que a equipe já tem essa ação sendo desenvolvida de forma contínua.

Cabe destacar que Divinópolis, sendo um dos quatro municípios que foi implantado há um ano, ainda não apresentou um quantitativo expressivo de egressos acompanhados e atendimento a outros públicos. Ainda, é importante lembrar que o indicador de atendimento é impactado pela abertura e disponibilidade de espaços para atividades coletivas em serviços da rede parceira.

Outro ponto de destaque versa sobre a recomposição de equipes neste período avaliatório como algo desafiador para o alcance da meta no indicador de Atendimentos, cenário vivenciado nos municípios de Contagem, Ribeirão das Neves e Uberaba impactando nas entregas deste indicador.

Em Uberaba a equipe vem apresentando uma progressiva melhora dos números de atendimentos realizados, a partir de diversas ações coordenadas para alcance do público egresso nos mais diversos equipamentos da cidade. Por ser uma equipe que foi inteiramente renovada há apenas 3 meses, considera-se que o progresso está sendo satisfatório e o prognóstico é favorável, considerando o aumento da circulação de egressos na Unidade de Prevenção e da consolidação das ações com Pré egressos.

Em Contagem, no final do trimestre passado, havia permanecido apenas 1 (uma) analista com maior trajetória no PrEsp das 3 (três) analistas que compõem a equipe. Essa analista solicitou o desligamento no início deste trimestre em análise, necessitando de um novo investimento para que toda a equipe se apropriasse adequadamente da metodologia e isso pudesse repercutir em tal indicador. Já em Ribeirão das Neves a recomposição da equipe se deu com a contratação de 2 (duas) novas analistas, permanecendo um analista com 1 (um) ano de trajetória na equipe.

Isso fez com que a supervisão metodológica e gestão social dos municípios citados em questão investissem esforços no desenvolvimento dessas equipes que ainda apresentam gradual apropriação do trabalho. A não referência em uma analista com maior experiência com a metodologia do Programa faz com que a equipe precise recuar de algumas frentes de trabalho para apropriação do método, e, só então, iniciar a condução de ações previstas para o município.

Em Betim, Ipatinga e Ribeirão das Neves tem-se, também, destaques significativos nesse período avaliatório. Tais equipes apresentaram ligeira queda no desempenho no mês de novembro, sendo atribuída à redução de dias úteis do mês, recomposição de parte da equipe e ações atreladas a parceiros da rede do município onde há uma ingerência.

Em Betim e Ribeirão das Neves, especificamente, a incompletude da equipe se apresentou como um dificultador, fazendo com que o trabalho não fosse executado em sua completude. Ainda assim, em Ribeirão das Neves, ao compararmos o mês de novembro em que havia apenas dois analistas, a meta desejada para tal quantitativo de analistas foi cumprida. Já em dezembro isso não ocorreu, diante da apropriação da equipe após sua recomposição, porém, o investimento em ações com pré-egressos elevou os números de atendimentos na equipe de Ribeirão das Neves diante um maior quantitativo deste público no município.

Em Ibirité, onde se notou a elevação da chegada do público das ações realizadas com pré-egressos nas Unidade Prisionais, a equipe tem recebido novas inscrições de egressos que participaram de grupos enquanto ainda estavam reclusos em outros municípios e que, ao saírem, passaram a residir no município de Ibirité. Já em Ipatinga, observou-se a não execução de grupos com pré-egressos em um dos meses deste trimestre, impactando no alcance da meta dessa equipe. Ressalta-se que o período do final de ano, em virtude do tradicional recesso forense e da suspensão das atividades por muitos equipamentos públicos, faz cair o acesso ao Programa neste período.

Atrelado ainda no que se refere ao trabalho desenvolvido junto à rede parceira, vivenciamos neste trimestre no município de Contagem o recuo de atividades coletivas na Casa de Passagem. Este é um equipamento estratégico no município onde eram realizados grupos reflexivos e ações de apresentação com um número expressivo de público do programa, que neste período avaliatório não foi possível a condução de tais grupos pela equipe de analistas. O recuo em tal frente de trabalho se deu por fatores do próprio equipamento da prefeitura do município onde houve a reestruturação da Casa de Passagem com a diminuição do quadro de profissionais, o fechamento de vagas para mulheres, o fechamento da casa durante o dia (horário este em que a equipe realizava os grupos com os egressos que ali estavam) e a redução pela metade do número de vagas masculinas ofertadas pelo equipamento.

Apesar do recuo desta frente de trabalho, cabe destacar o investimento da equipe de Contagem na execução de grupos reflexivos com egressos inscritos na UPC, o que ainda era muito tímido no município. Foi possível maior investimento para sua execução ao final desse trimestre concomitantemente ao aumento de novas inscrições, comparando os períodos avaliatórios do ano. O investimento da equipe em perceber a demanda do público para o Programa nas ações de apresentação realizadas na UPC favoreceu tal aumento.

Em Ribeirão das Neves, as ações de apresentação na UPC neste trimestre foram repensadas e reestruturadas junto à supervisão metodológica. Foi necessário tal reformulação na tentativa de elevação do número de inscrições, o que ocorreu impactando positivamente na entrada de novos egressos para acompanhamento.

Por se tratar de uma das implantações mais recentes, Sete Lagoas apresentou números satisfatórios quanto aos atendimentos realizados. Notou-se um investimento maior em ações com egressos inscritos, seja em atendimentos individuais ou em atendimentos coletivos, além ainda das ações realizadas na Unidade Prisional com pré-egressos. Isso se deu diante do investimento da equipe e após proposição da supervisão metodológica, em executar um grupo com egressos inscritos na UPC.

A equipe também vem sendo acompanhada ainda mais de perto pela supervisão metodológica para o desenvolvimento tendo em vista do que se espera pelo Programa. Foi necessária a intervenção junto ao RH para o acompanhamento de uma das analistas, uma vez que a profissional não correspondeu ao esperado e será desligada no início do próximo trimestre. Dá-se ênfase a tal episódio uma vez que, por baixa identificação com o público e baixo investimento no trabalho, a equipe não tem entregado aquilo que se espera. A equipe do município em questão ainda passou por redução na equipe em algumas semanas neste trimestre por gozo de férias e compensação de horas devido a folgas da justiça eleitoral. Tais fatores impactam diretamente nas metas estipuladas devido à disponibilidade para atuação no Programa.

Em Vespasiano, a equipe apresentou neste trimestre o melhor desempenho do ano. Este foi muito impulsionado por uma importante elevação dos números de atendimento no mês de novembro. Esse aumento tem como causa as ações estratégicas implementadas para alcance da população egressa residente na região do Morro Alto. Essas ações incluíram atendimentos regionalizados realizados nas dependências do CRAS Morro Alto, com público identificado pelo referido equipamento.

Infelizmente, devido ao calendário específico dos equipamentos públicos do município que tiveram a suspensão de suas atividades em grande parte do mês de dezembro, essa ação não pôde ter continuidade no mês subsequente. Além disso, as ações de grupos nas unidades prisionais também não puderam ocorrer no referido mês, o que gerou um revés no número de atendimentos. Ações de articulação já estão sendo implementadas para evitar tais contratempos e garantir de maneira mais efetiva o alcance dos objetivos do Programa.

Dentre os municípios que conseguem atingir a meta, ou pelo menos quase sua totalidade, temos Juiz de Fora, Montes Claros e Santa Luzia. Esses não tiveram alterações nas equipes e o trabalho vem ocorrendo de maneira mais uniforme. Em Juiz de Fora, observou-se grande vinculação e circulação dos egressos na UPC. Além disso, o acompanhamento vem se apresentando como um ponto forte da equipe.

Montes Claros apresentou um desempenho satisfatório, alcançando a meta para o trimestre, mas ligeiramente menor que a média anual, isso se dá diante de intervenções realizadas para qualificar os atendimentos realizados, reforçando a lógica do acompanhamento sistemático. Além de favorecer a qualidade do acompanhamento, a redução do número de atendimentos, ainda dentro da meta, evita a fadiga da equipe, equilibrando qualidade e produtividade de maneira mais condizente com a metodologia do programa.

As intervenções realizadas junto a equipe de Santa Luzia no trimestre anterior versavam sobre investimento em aprofundamento na metodologia do programa, reorganização dos fluxos de trabalho e uma equipe reformulada com a chegada de novos profissionais. No período avaliatório referente, por sua vez, analista e estagiária repercutiram na consolidação do indicador de Atendimentos com alcance da meta de forma progressiva.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 5.2. Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
78%	81,4%
Descrição do Indicador	
O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de egressos do Sistema Prisional, minimizando as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento. Para tanto, os analistas responsáveis precisam construir uma vinculação do egresso do Sistema Prisional ao PrEsp, justamente porque as intervenções do referido Programa dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Dessa forma, este indicador visa avaliar a vinculação do público ao PrEsp. Para fins desse indicador, considera-se vinculado o egresso que retorna ao PrEsp após a sua inscrição. Para cálculo desse indicador não serão considerados os atendimentos de familiares ou de pré-egressos.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 16º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10 a 31/12/2022 o percentual de adesão dos egressos atendidos pelo PRESP foi 81,4%. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 78%, a meta foi alcançada. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 14 - Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório			
UPC	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE RETORNO	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE EGRESSOS	% DE VINCULAÇÃO
BELO HORIZONTE	441	571	77,2%
BETIM	282	368	76,6%
CONTAGEM	119	176	67,6%
DIVINOPOLIS	21	39	53,8%
GOVAL	130	161	80,7%
IBIRITE	74	89	83,1%
IPATINGA	190	249	76,3%
JUIZ DE FORA	425	457	93,0%
MONTES CLAROS	258	285	90,5%
RIBEIRÃO DAS NEVES	106	143	74,1%
SANTA LUZIA	192	212	90,6%
SETE LAGOAS	27	38	71,1%
UBERABA	141	156	90,4%

UBERLÂNDIA	160	190	84,2%
VESPASIANO	23	46	50,0%
TOTAL	2589	3180	81,4%

Neste trimestre, o indicador de Adesão manteve a superação da meta em 104%, em acordo com o cenário de continuidade de alcance desse indicador ao longo do ano de 2022. No entanto, em relação ao trimestre anterior, nota-se uma ligeira queda associada a determinados contextos de equipes, os quais receberão destaque seguir.

Na equipe de Belo Horizonte, observa-se queda em comparação aos períodos anteriores. Essa queda pode estar associada a diversos fatores. Pode-se citar os desdobramentos das intervenções que foram realizadas junto à equipe neste trimestre conforme apresentado na análise do indicador de atendimentos (5.1). Todavia, vale ressaltar que a mudança de endereço no último mês do trimestre repercutiu principalmente no retorno do público para o acompanhamento. Apesar das construções estruturadas com antecedência para minimizar esse impacto, observou-se que estas não foram suficientemente aplicadas devido ao momento de intervenção junto à equipe.

Já as equipes de Contagem e Sete Lagoas também apresentaram neste trimestre números bem abaixo do esperado neste indicador. Dessa forma, percebeu-se o aumento de novos egressos inscritos no Programa, mas em contrapartida a taxa de retorno de egressos já inscritos ainda ficou abaixo do esperado.

Tendo em vista a recomposição de toda a equipe, em Contagem, a necessidade de apropriação da metodologia, a construção de vínculo e manejo com público e o baixo conhecimento da rede de proteção social repercutiram diretamente na condução do trabalho neste trimestre, ocorrências tais acompanhadas de perto pela supervisão metodológica e gestão social.

Já em Sete Lagoas se observou uma entrega abaixo da meta esperada para o indicador de adesão. Entretanto, um salto no último mês deste período avaliatório fez com que a equipe ultrapassasse a meta estabelecida para este indicador. Isso se deu diante do investimento da equipe e, após proposição da supervisão metodológica, em executar um grupo com egressos inscritos na UPC. Tal grupo, após sua idealização e construção, foi realizado no mês de dezembro e a equipe propôs a manutenção de tal ação para continuidade da manutenção da elevação desse indicador.

A equipe de Sete lagoas também vem sendo acompanhada ainda mais de perto pela supervisão metodológica para o desenvolvimento tendo em vista do que se espera pelo Programa. Foi necessária a intervenção junto ao RH para o acompanhamento de uma das analistas, uma vez que a profissional não correspondeu ao esperado e será desligada no início do próximo trimestre. Dá-se ênfase a tal episódio uma vez que, por baixa identificação com o público e baixo investimento no trabalho, a equipe não tem entregado aquilo que se espera. A equipe do município em questão ainda passou por redução na equipe em algumas semanas neste trimestre por gozo de férias e compensação de horas devido a folgas da justiça eleitoral. Tais fatores impactam diretamente nas metas estipuladas devido à disponibilidade para atuação no Programa.

Ainda neste trimestre, em acordo com o cenário de Sete Lagoas, observou-se também oscilações associadas ao contexto geral das equipes, cuja implantação ocorreu há pouco mais de um ano, e à chegada do público para inscrição. Consequentemente, os acompanhamentos ainda não se apresentaram de forma expressiva.

Assim como no trimestre anterior, Vespasiano enfrentou desafios para atingir o indicador de adesão. A mobilidade no município é um fator que impacta o retorno do público ao Programa, o que se torna ainda mais sensível diante do acréscimo no número de inscrições realizadas neste trimestre. Entretanto, tal acréscimo é positivo pois se espera que progressivamente a equipe tenha êxito em alcançar mais egressos passando a acompanhá-los, afetando positivamente o indicador de atendimento. As ações regionalizadas também buscam garantir o acesso dos atendidos ao programa de maneira mais facilitada, o que deve favorecer o indicador de adesão.

Já em Divinópolis, o cenário apresentado representou a maioria dos municípios de implantação recente, cuja chegada ainda pequena do público para atendimento incidiu em taxas de retornos menores. Tal cenário também é impactado pelo quantitativo de atividades coletivas (grupos) realizados com o público não inscrito como pré-egressos e egressos ainda não inscritos. Nesse sentido, a supervisão metodológica junto à gestão social, tem buscado ampliar, a partir de ações estratégicas, o alcance ao público, sobretudo àqueles que já iniciaram o acompanhamento.

Por outro lado, mesmo diante de quedas do indicador em algumas equipes, nota-se que este se mantém a partir da constância ou evolução desse indicador em outras equipes, assegurando o alcance da meta de forma satisfatória. É o caso da equipe de Uberlândia que respondeu bem às intervenções realizadas no trimestre anterior e avançou no percentual de adesão, alcançando a meta.

Em Juiz de Fora, destacou-se o investimento da equipe no acompanhamento aos egressos vinculados ao Programa, repercutindo em uma considerável circulação do público na UPC, em um acompanhamento sistemático com discussão de casos junto à rede parceira e em atores da política de prevenção, e na sistematização do PAE - Plano de

Acompanhamento de Egressos com mobilização constante dos egressos inscritos. Mesmo com o número de inscrições elevado, a equipe sustentou o indicador de adesão acima da meta esperada com retornos sistemáticos do público já inscrito.

Já a equipe de Uberaba avançou significativamente no indicador de adesão, fruto do trabalho sistemático de retomada de contato para acompanhamento dos egressos em atendimento, o que favoreceu a vinculação dos mesmos ao Programa e o alcance da meta estipulada.

As equipes que apresentaram evolução satisfatória neste indicador são do município de Ibituripe em oposição às demais equipes de implantação recente. Em Ribeirão das Neves, percebe-se a constância na porcentagem em conformidade com a meta, mesmo com o aumento das inscrições com a chegada de novos egressos à Unidade Prevenção à Criminalidade.

Tal destaque resulta da maneira que a equipe realizou o acolhimento e a escuta qualificada do público, bem como na construção de vínculo com os egressos na condução de ações de apresentação e grupos reflexivos. Isso, de certo modo, propiciou o retorno de egressos aos agendamentos propostos e, conseqüentemente, repercutiu no indicador apresentado por essas equipes.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 5.3. Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
1.608	2.108
Descrição do Indicador	
O PrEsp desenvolve diversas atividades de mobilização da rede de apoio em cada município e entidades privadas com ou sem fins lucrativos, no sentido de sensibilizar sobre a pauta da inclusão social de egressos do sistema prisional, assim como para criar fluxos de encaminhamentos para o atendimento de egressos nos diversos serviços e projetos sociais existentes. Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados: 1) Encontros com entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para construção de fluxos de encaminhamento de egressos; 2) Reuniões com entidades da rede de proteção social para discussão de casos; 3) Número de participação das equipes do PRESP em conselhos, encontros ou outras atividades já desenvolvidas pela rede em cada município; 4) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa; 5) Encontros com entidades públicas e privadas para fomentar ações de profissionalização e empregabilidade de egressos. 6) Visitas às unidades prisionais.	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 16º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10 a 31/10/2022 foram realizadas cumulativamente 2.108 atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do sistema prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 1.608, o objetivo foi alcançado integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atividades em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

Tabela 15 - Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional					
UPC	JANEIRO A SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
BELO HORIZONTE	194	20	22	10	246
BETIM	74	11	8	8	101
CONTAGEM	65	4	7	9	85
DIVINOPOLIS	101	13	13	10	137
GOVAL	57	7	7	8	79

IBIRITE	196	13	35	19	263
IPATINGA	86	8	7	8	109
JUIZ DE FORA	115	10	19	13	157
MONTES CLAROS	119	6	7	9	141
RIBEIRÃO DAS NEVES	126	8	9	12	155
SANTA LUZIA	106	8	12	7	133
SETE LAGOAS	109	8	8	7	132
UBERABA	114	14	15	17	160
UBERLÂNDIA	77	6	12	10	105
VESPASIANO	79	11	5	10	105
TOTAL	1618	147	186	157	2108

Neste trimestre o indicador de mobilização de rede se manteve estável com relação aos demais períodos avaliatórios, atingindo o marcador de 121,8% da meta estipulada. O bom alcance da meta neste indicador é de vital importância para o Programa, uma vez que nos denota um Programa que apresenta saídas e construções viáveis para as demandas apresentadas pelo seu público, favorecendo o acesso a direitos e à disseminação da pauta da pessoa egressa nos municípios em que o Programa atua.

Traz-se como destaque neste período avaliatório, primeiramente, as articulações ocorridas para a mobilização de entidades parceiras para o Fóruns Multiterritoriais. De maneira geral, observou-se em todos os encontros a presença de atores estratégicos da rede construindo e validando as construções realizadas nos espaços.

Além disso, no que tange especificamente aos municípios, tem-se como ponto de atenção Belo Horizonte. Neste, o cenário de intervenções realizadas neste trimestre repercutiu também na queda do indicador de mobilização de rede, ainda associado à disponibilidade da equipe para executar tal frente de trabalho, bem como a chegada da gestão social e supervisão metodológica em caráter ainda de compreensão do trabalho realizado e intervenções necessárias como gestão de pessoas e alinhamento metodológico, respectivamente. Cabe mencionar que apesar da queda, essa entrega ainda esteve próxima à meta estabelecida, devido à busca por realizar as articulações já iniciadas com parceiros estratégicos e o mapeamento das regionais e das demandas que referenciam a organização para a mobilização de rede que está em curso sendo realizado por essa equipe.

Com cenários desafiadores tem-se também Contagem, em que a equipe, diante de uma situação de recomposição, não alcançou o indicador em um dos meses desse período avaliatório visto o número reduzido de analistas. A equipe se encontra no processo de mapear a rede com a finalidade de se apropriarem das ofertas do município no que toca o encaminhamento do público, bem como na confecção do catálogo de rede para uso e apropriação da própria equipe de analistas.

No município de Sete Lagoas, observou-se também a entrega abaixo da meta esperada para o indicador de mobilização de rede. Como já foi dito, a equipe também vem sendo acompanhada ainda mais de perto pela supervisão metodológica para o desenvolvimento tendo em vista do que se espera pelo Programa. Foi necessária a intervenção junto ao RH para o acompanhamento de uma das analistas, uma vez que a profissional não correspondeu ao esperado e será desligada no início do próximo trimestre. Dá-se ênfase a tal episódio uma vez que, por baixa identificação com o público e baixo investimento no trabalho, a equipe não tem entregado aquilo que se espera. A equipe do município em questão ainda passou por redução na equipe em algumas semanas neste trimestre por gozo de férias e compensação de horas devido a folgas da justiça eleitoral. Tais fatores impactam diretamente nas metas estipuladas devido à disponibilidade para atuação no Programa.

Destaca-se ainda os municípios que representaram as maiores elevações no indicador, Ibirité, Juiz de Fora e Uberaba. Todos, com intuito de propiciar ampliação de “portas de entrada” do público ao Programa, investiram em articulações com parceiros no município, impactando positivamente o indicador de mobilização de rede. Um exemplo principal é a chegada de novos egressos para acompanhamento, sendo que um número significativo destes foi encaminhado pela rede parceira do município.

Em Ibirité, foi possível perceber uma proximidade estratégica com o Centro POP, rede referência em pessoas em situação de rua, que possui um quantitativo significativo de pessoas com experiência prisional. Além do Centro POP, percebe-se ainda a chegada do público para inscrição no PrEsp através da Vara de Execuções Penais de Ibirité e dos grupos realizados na Comunidade Terapêutica. A equipe e a gestão social não medem esforços para que tal parceria continue sendo priorizada, uma vez que tem elevado a circulação de egressos na UPC encaminhados pelos equipamentos do município.

Em Juiz de Fora, foi percebido o aumento de inscrições deste último trimestre após investimento da equipe está mais presente na circulação da rede ampliando a chegada do público ao Programa. Em Uberaba, destaca-se o desempenho positivo, acima do esperado, no indicador de mobilização de rede. Tal desempenho resulta de ações sistemáticas de aproximação com a rede do município para estudo de casos acompanhados, visando imprimir mais qualidade na

intervenção. Além disso, essas ações favorecem a discussão da pauta do egresso nos mais diversos equipamentos da rede, estimulando o acesso ao Programa via encaminhamento da rede, estratégia que se faz muito necessária justamente em um município no qual o acesso é completamente espontâneo.

Análise do ano 2022:

O PrEsp no ano de 2022 teve como destaque o desempenho marcadamente satisfatório nos indicadores de Adesão e Mobilização de Rede, em que se apresenta o atingimento de 108% e 131% da meta estabelecida, respectivamente. Ressalta-se que ambos os indicadores se apresentam de maneira estratégica para o alcance dos objetivos do Programa, pois representam “ferramentas” indispensáveis para o acompanhamento das pessoas egressas do sistema prisional.

Quanto ao indicador de atendimentos, que alcançou 93,4 % da meta estipulada, cabe uma análise compartimentada de algumas situações específicas. Ainda no primeiro trimestre, um dos principais fatores que contribuíram para o não atingimento de meta foi uma “onda de contaminação” por covid-19 que atingiu um número expressivo de analistas que ficaram afastados de suas funções, impactando a boa execução do Programa. No restante do ano a necessidade de recomposição das equipes e treinamento de novos funcionários teve forte impacto.

Para entender esse impacto deve-se levar em consideração a altíssima especificidade do trabalho realizado pelos analistas, que, de maneira geral, não recebem formação a nível de graduação suficiente para o atendimento conforme a metodologia do Programa. Além disso, não existe outro órgão ou serviço que traga experiência o bastante para prescindir de um amplo período de treinamento e apropriação das técnicas, práticas e metodologias empregadas pelo Programa.

Como reforço ao afirmado, nota-se que o melhor desempenho apresentado no ano foi das equipes de Montes Claros, Juiz de Fora, Uberlândia e Ipatinga, equipes nas quais não houve trocas de membros no ano de 2022. Ainda sobre a situação acima descrita, vale ressaltar a importância ímpar da supervisão metodológica para o treinamento, aprimoração e desenvolvimento contínuo das equipes para promover a melhoria constante da qualidade do trabalho executado e o alcance dos objetivos propostos.

Outro fator que impactou de maneira sensível na oscilação do alcance das metas de atendimentos foi a viabilidade ou não de execução de ações com pessoas pré-egressas nas unidades prisionais. Essas ações representam uma parcela importante dos atendimentos realizados pelas equipes, além de serem extremamente estratégicas para favorecer a vinculação do público de maneira antecipada, favorecendo as intervenções mais potentes e assertivas logo quando da liberação dos mesmos para a vida “extramuros”. Diversos foram os desafios enfrentados para a execução de tais ações, cumprindo relevar a constante justificativa de baixo efetivo de policiais penais para realizar o deslocamento dos pré-egressos para os grupos, sendo as questões de segurança as que mais impactaram a execução de tais atividades.

Não obstante cumpre ainda destacar os desafios apresentados pelas equipes recém implantadas, nas quais se observou os indicadores substancialmente inferiores às demais equipes. A situação descrita se dá por uma confluência de fatores, que já foram destacados. Dentre eles está o desafio de levar a pauta da pessoa egressa com a visibilidade necessária para a adequada identificação do público, reconhecimento de sua situação especial de vulnerabilidade e sensibilização para o encaminhamento ao equipamento de atenção adequado, o PrEsp.

Fazer surgir em um município, através de articulações de rede, atendimentos à população e ações estratégicas, nos setores, público, privado e 3º setor, nas mais diversas áreas, segurança, saúde, assistência e educação uma cultura de visibilidade das pautas da pessoa egressa é um desafio que demandou tempo e esforço. Deste modo, é compreensível que essa entrada num novo território exija diversas adaptações, avanços e recuos estratégicos, para, enfim, consolidar a importância da presença do Programa e alcançar os objetivos almejados.

Importante destacar ainda ações relevantes executadas neste ano pelo Programa, tais como os cursos profissionalizantes ofertados aos egressos através do recurso do DEPEN federal e parceria estratégica como a JAMG, ações nas quais foi possível uma mobilização expressiva dos egressos e familiares de egressos do sistema prisional na participação de cursos, atendimentos individuais e coletivos desenvolvidos pelas equipes de analistas do PrEsp.

Por fim, cabe destacar o investimento da supervisão metodológica no acompanhamento das equipes, primando pela qualificação de frentes de trabalho desenvolvidas a partir da metodologia do Programa, em consonância com espaços contínuos de supervisão metodológica e espaços de capacitações metodológicas, cujas temáticas são transversais à prática do PrEsp.

Área Temática: Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	
Indicador nº 6.1. Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
220	13
Descrição do Indicador	
O Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência tem como estratégia de ação a realização de Grupos de Responsabilização para Homens Autores de Violência Contra a Mulher, no formato presencial (preferencialmente) e/ou virtual, a partir do requerimento do Ministério Público e encaminhamento do Poder Judiciário para cumprimento de medida protetiva de urgência imposta ou alternativa penal. Este indicador visa a mensurar a quantidade de encontros dos Grupos de Responsabilização para Homens Autores de Violência Contra a Mulher executados pelo Projeto, presenciais ou virtuais, alinhados à metodologia de acompanhamento de alternativas penais. A execução dos grupos será contabilizada de acordo com a quantidade de encontros realizados. Unidade de medida: nº absoluto. Fórmula de Cálculo: número de encontros dos grupos de responsabilização realizados no período avaliatório e, cumulativamente, nos períodos anteriores. Polaridade: quanto maior melhor. Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Quando o atual plano de trabalho foi pactuado entre a OS e a Sejusp havia uma expectativa de que o Projeto fosse implementado nas Comarcas de Curvelo, Barbacena e Pouso Alegre nos meses de abril e maio, tendo a construção das metas esse parâmetro. Contudo, alguns atravessamentos inviabilizaram o cumprimento desse planejamento, de modo que apenas Curvelo e Barbacena tiveram suas Unidades inauguradas em junho e dezembro, respectivamente. Tal situação tem impactado sobremaneira no cumprimento das três metas estabelecidas do Programa.

Diante do exposto e tendo em vista que o não cumprimento dos indicadores foi devido a fatores que extrapolam a atuação da OS, pede-se a desconsideração dos indicadores 6.1 e 6.2 na contabilização da nota final desse Período Avaliatório.

De todo modo, se faz importante apresentar um panorama sobre o funcionamento do Programa. Em um momento marco para os Programas Ceapa e Mediação de Conflitos, foram inauguradas as Unidades das comarcas de Curvelo e Barbacena por meio da parceria com Ministério Público Estadual e com o objetivo de acolher as atuações na Lei Maria da Penha no âmbito das Ações de Responsabilização com Homens Autores de Violência contra as Mulheres, conforme arcabouço metodológico já desenvolvido.

Os dois Programas vivenciam situação distintas, onde é possível destacar:

CEAPA:

Em caráter de contextualização acerca do Projeto e seus indicadores, se deve resgatar que a meta prevista para esse, leva em consideração a atuação de três unidades em conjunto: Curvelo, Barbacena e Pouso Alegre. Dito isso, até o momento de entrega desse relatório a unidade de Pouso Alegre ainda não havia sido implantada. Para além, de modo categórico, deve-se pautar que a implantação de Barbacena foi efetuada somente no mês de dezembro – encerramento do trimestre – com a contratação e capacitação da equipe de analistas do Programa CEAPA.

Assim como feito na unidade de Curvelo, o município de Barbacena agora conta com espaço físico devidamente estruturado e equipe capacitada para início dos trabalhos. O desafio se apresenta nas articulações e implementações para a chegada dos casos encaminhados no âmbito das Medidas Protetivas de Urgência na Lei Maria da Penha. Contudo, ainda antes do recesso forense, essa articulação foi iniciada e já se observou os primeiros casos chegarem para acompanhamento.

Nesse mesmo sentido, assim como no relatório anterior, se pondera aqui a fragilidade do fluxo de encaminhamento de casos para inscrição no Programa no município de Curvelo. Equipe se encontra em execução de grupo aberto e acompanhamento individual dos casos com atipicidade, mas ainda se observa o pouco movimento de entrada do público e impacto direto na produção dos indicadores que versam diretamente sobre os atendimentos.

Por fim, cabe pautar que a expectativa para o próximo trimestre, após superado o período do recesso forense, é de que o investimento nas articulações com a porta de entrada dos casos apresente resultados e seja possível expandir a execução de grupos e atuação com a rede, partindo da demanda do público acompanhado. Para além, com a previsão da implantação do terceiro município, será possível avançar no funcionamento do Projeto e na entrega das frentes esperadas nos indicadores.

Quando se fala sobre o Projeto sempre é importante marcar que seus indicadores tratam de elementos únicos desse tipo de unidade na qual atuam os Programas CEAPA e Mediação de Conflitos. Acresce-se que, novamente, Curvelo respondeu por toda meta prevista para o trimestre durante os meses de outubro e novembro – mesmo com a abertura de Barbacena em dezembro que, por ser implantação tão recente e em processo de estabelecimento de fluxo, sua contribuição na meta geral, em especial sobre atendimentos e grupos, não foi significativa.

PMC:

Por sua vez, no que se refere a atuação do PMC, em Curvelo, entre outubro e dezembro, a equipe planejou um plano de trabalho trimestral para que fosse possível iniciar o trabalho em campo, uma vez que esta é uma característica importante do Programa cuja política é feita também a céu aberto. Deste modo, tal prática permitiu que os profissionais da equipe saíssem da unidade de prevenção e comesçassem a atuar diretamente em locais de alto índice de violência doméstica.

Depois de feito um diagnóstico e um plano de trabalho, os atendimentos foram concentrados em dois territórios: Ipiranga e Passaginha. Em ambos foram promovidos atendimentos individuais, intervenções, ação em uma praça com panfletagem cuja temática abrangia violência contra a mulher e divulgação do Programa. Além disso, também foram feitas ações em escolas nos territórios citados.

Para além das atividades mencionadas, houve a manutenção da rede, cujo contato foi marcadamente constante a fim de discutir os casos de violência abrangidos pelo Programa. Estes foram encaminhados quando necessários e a equipe reforçou as articulações junto à rede de modo a amparar adequadamente tal público.

No que diz respeito à unidade de Barbacena, a equipe teve início no dia 20 de outubro e foi capacitada durante a primeira semana de atuação. Logo depois, os profissionais iniciaram o diagnóstico que já está sendo finalizado com previsão para janeiro. Ainda em relação ao diagnóstico, a equipe organizou entrevistas nos meses de novembro e dezembro e a escrita do documento no mês de janeiro, com a apresentação dos resultados prevista para fevereiro.

Adicionalmente às atividades descritas, a equipe atendeu casos complexos de violência contra mulher, sempre atuando junto à rede, em parceria à Casa da Mulher e em conjunto com a Assistência.

No mais, em novembro, ainda no que diz respeito à unidade de Barbacena, houve um desligamento de um analista social, que não conseguiu conciliar os horários com sua função no Programa e, por isso, apenas duas analistas atuaram no referido mês. Tal situação exigiu um pouco mais das profissionais que estavam investidas na produção do diagnóstico principalmente. Em dezembro, foi possível, finalmente, compor a equipe com uma nova integrante.

De modo geral, nota-se que, embora em período de produção do diagnóstico, as equipes têm sido legitimadas pelas redes, trabalhando de forma intersetorial, sendo este um fato significativo uma vez que influencia na atuação do Programa nos territórios. Além disso, observa-se atendimentos de casos emblemáticos assinalados com a presença de medida protetiva e com ameaça por parte do autor da violência.

Indicador 6.1: Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher													
	13º PA			14º PA			15º PA			16º PA			Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
CEAPA (Curvelo)	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4	4	4	13
CEAPA (Barbacena)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4	4	4	13

Por fim, sobre o indicador 6.1, “número acumulado de encontros dos Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher executados”, são contabilizados o total de encontros grupais realizados no mês/trimestre junto as pessoas inscritas no Programa Ceapa. Nesse sentido, com a continuidade do grupo na modalidade aberta em Curvelo e sem quórum para um segundo grupo, foi efetivado o total de 13 encontros dentro da meta esperada de 121 para o trimestre. Aqui, destaca-se novamente a observação que o quantitativo de Curvelo respondeu sozinho por toda a meta esperada pelo Projeto, vez que somente essa unidade se encontra com demanda de público para tal execução.

Pelas razões apontadas na contextualização acima, solicita-se a desconsideração desse indicador.

Área Temática: Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	
Indicador nº 6.2. Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
2.005	692
Descrição do Indicador	
O Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência tem por objetivo prevenir e enfrentar a violência a partir da estruturação de serviços de acompanhamento e atendimento a mulheres e homens em situação de violência (sofrida ou praticada), especialmente nos casos amparados pela Lei Maria da Penha, e serviços de responsabilização e atendimento a homens autores de violência contra a mulher, encaminhados pelo Poder Judiciário para cumprimento de medida protetiva de urgência imposta ou alternativa penal. Seu foco é prevenir fatores de risco, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas. Tem como objetivo atuar nas diversas violências vivenciadas pelas mulheres, para além da violência doméstica, compreendendo-se que a interseccionalidade potencializa os fatores de vulnerabilidade do público alvo. Tem seu caráter voluntário, dialógico e participativo. Atuando em conjunto com a rede de proteção social e a sociedade civil, tendo como basilares a Segurança Pública Cidadã, a Mediação Comunitária e o Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres. Ainda, quaisquer homens podem ser atendidos pelo Projeto voluntariamente, quando apresentarem demandas afetas à temática. Também, a partir da intervenção com homens autores de violências contra a mulher nos Grupos de Responsabilização, o Projeto visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais. Nos Grupos de Responsabilização a participação dos homens é obrigatória em razão do encaminhamento pelo Poder Judiciário. Para isso, o Projeto tem como público-alvo mulheres e homens moradores dos municípios correspondentes às áreas de abrangência das Unidades de Prevenção à Criminalidade – UPC Regionais. Este indicador visa a mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo Projeto, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia estabelecida. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos cada intervenção realizada nas seguintes modalidades: 1) atendimentos individuais: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas das mulheres e homens no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou praticada e ao baixo acesso a direitos (pessoas que chegam ao Projeto voluntariamente) e também dos homens que se apresentam para o cumprimento da medida protetiva de urgência imposta ou alternativa penal (e que chegam ao Projeto de forma obrigatória); 2) atendimentos coletivos: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas voluntárias de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, além do fomento da criação de redes de proteção, a partir de interesses coletivos; 3) projetos de prevenção: São intervenções planejadas e sistematizadas, com período estabelecido de duração, realizadas em uma determinada região identificada com alto índice de violência contra a mulher. Nestes projetos, a comunidade é parceira na construção e execução, pautando as intervenções na análise dos fatores de risco e/ou proteção, objetivando gerar resultados na prevenção e no enfrentamento do fenômeno citado; 4) atendimentos grupais - execução das ações de responsabilização para homens autores de violências contra a mulher: participação de pessoas com alternativas penais em cada encontro dos Grupos de Responsabilização e com assinatura da lista de presença.	

Os atendimentos deverão ser contabilizados de acordo com a quantidade de intervenções realizadas com cada pessoa, na mesma modalidade ou em modalidades diferentes.

Unidade de medida: nº absoluto.

Fórmula de Cálculo: número de atendimentos realizados no período avaliatório e, cumulativamente, nos períodos anteriores.

Polaridade: quanto maior melhor.

Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

O número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA - contempla em sua descrição os atendimentos de inscrição, os atendimentos individuais de acompanhamento e os atendimentos grupais. Para maiores esclarecimentos, novamente se faz imprescindível pautar que existe a meta estipulada para todo o Projeto, considerando as três comarcas, mas que até o momento de fechamento do presente relatório, somente Curvelo e a recém-inaugurada Barbacena se encontram com equipe capacitada e porta de entrada ativa para geração desse dado. Desta feita, da meta pactuada de 2.005 atendimentos para todo o Projeto, foram realizados 240 atendimentos no âmbito do Programa Ceapa e 452 do PMC em Curvelo.

Indicador 6.2: Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica													
	13º PA			14º PA			15º PA			16º PA			Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
CEAPA (Curvelo)	0	0	0	0	0	0	0	9	24	59	80	61	233
PMC (Curvelo)	0	0	0	0	0	0	5	122	15	59	164	81	446
CEAPA (Barbacena)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	7
PMC (Barbacena)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	1	6
TOTAL	0	0	0	0	0	0	5	131	39	118	249	150	692

Pelas razões apontadas no indicador 6.1, solicita-se também a desconsideração também desse indicador.

Área Temática: Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher

Indicador nº 6.3. Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
315	315

Descrição do Indicador

O Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência atua na perspectiva da incompletude institucional, concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social mista para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades nos níveis pessoais e comunitários. Nesse sentido, as intervenções do Projeto são construídas em diálogo, numa perspectiva horizontal de mobilização e cooperação com a rede parceira. Entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições territoriais, municipais e regionais atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido.

Este indicador objetiva mensurar as ações e estratégias construídas em rede, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Projeto, que favoreçam o acesso a direitos do público atendido e a criação/fortalecimento das redes de enfrentamento à violência nas comarcas/regiões contempladas pela atuação do Projeto.

Para fins deste indicador, são consideradas ações junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal:

1) Participação em comitês, grupos de trabalho, reuniões de rede social mista ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã, à mediação comunitária e à execução e acompanhamento de alternativas penais;

2) Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno de violência e criminalidade com a rede de proteção social;

3) Discussão de casos com a rede de proteção social;

4) Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Projeto;

5) Visitas para articulação e construção de fluxo com os órgãos do Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Secretarias Municipais e outras entidades correlatas para discussão afetas às alternativas penais.

Ademais, as UPC devem resguardar na sua sede os comprovantes de cada uma das ações indicadas. Todas essas ações possuem modelos de instrumento que serão fornecidos pela SEJUSP/SUPEC.

Unidade de medida: nº absoluto.

Fórmula de Cálculo: número de ações realizadas no período avaliatório e, cumulativamente, nos períodos anteriores.

Polaridade: quanto maior melhor.

Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10

Meta pactuada com o MP: 315 ações de articulação com

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social – dado referente a contabilização das articulações e ações desenvolvidas junto a rede para o desenvolvimento de frentes de demanda do público. No período avaliatório em questão as unidades de Curvelo e Barbacena promoveram juntas 107 articulações com instituições da rede no âmbito do Programa CEAPA, sendo, em sua maioria, motivadas pela necessidade de sedimentar a porta de entrada do programa e estabelecer maior robustez junto as redes diante do início das atividades. Observa-se também que, com a chegada do público, modalidades antes zeradas agora apresentaram resultados, tais como: encaminhamento e discussão de caso com a rede de proteção social. No que se refere ao PMC, nota-se que foram realizadas expressivas 208 ações indicadas na contextualização do indicador 6.1. Apesar das restrições indicadas, as equipes dos dois programas, nas duas comarcas, conseguiram cumprir a meta estabelecida para o indicador 6.3.

Indicador 6.3: Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social													
	13º PA			14º PA			15º PA			16º PA			Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
CEAPA (Curvelo)	0	0	0	0	13	8	7	8	4	14	4	10	68
PMC (Curvelo)	0	0	0	0	0	7	4	34	43	38	22	31	179
CEAPA (Barbacena)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	16	21	39
PMC (Barbacena)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	14	29
TOTAL	0	0	0	0	13	15	11	42	47	54	57	76	315

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas	
Indicador nº 7.1. Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
1.350	1.473
Descrição do Indicador	
Descrição: O Programa Selo Prevenção Minas, executado por meio da celebração de Termos de Cooperação Técnica com os municípios, atua na perspectiva da Segurança Cidadã, concebendo como essencial a interlocução com a rede parceira para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades nos municípios. Conforme metodologia do Programa, a rede parceira é composta por organizações, de caráter formal ou informal, que atuem nas áreas de segurança pública, justiça, proteção social e garantia de direitos humanos. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com a rede parceira. Para fins deste indicador, são consideradas ações de articulação de rede alinhadas à metodologia do Programa Selo Prevenção Minas: 1) Número de participantes nas reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade; 2) Número de ações de discussão de casos, construção de fluxos, alinhamentos institucionais e estratégias articuladas de intervenção em fenômenos de violência e criminalidade com a rede; 3) Número de ações de mobilização das instituições e sociedade civil para participação nos espaços de rede promovidos pelo Programa; 4) Número de encaminhamentos para a rede parceira de casos de violência, visando a prevenção e/ou o enfrentamento da violência; 5) Número de ações para apresentação institucional do Programa, instituição de novas parcerias, aplicação de diagnóstico e construção do Plano Municipal; 6) Número de participantes das organizações nas capacitações; 7) Número de ações de participação social e/ou a mobilização comunitária. Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo de ações de articulação de rede nas modalidades acima, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa. Unidade de medida: nº absoluto. Fórmula de Cálculo: somatório do número de ações de articulação de rede realizadas no período avaliatório e, cumulativamente, nos períodos anteriores. Polaridade: quanto maior melhor. Cálculo de desempenho (CD): (resultado / meta) x 10	
Fonte de comprovação do indicador	
Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 16º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10 a 31/10/2022 obteve-se um total acumulado de 1473 ações de articulação de rede pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de 1.350 ações, o programa superou a meta em 9%.

Tabela 16 - Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas 2022					
Municípios	Meses				
	JANEIRO A SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
Alfenas	194	0	0	0	194
RISP 10	702	169	228	180	1279
Total	896	169	228	180	1473

No 16º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 obteve-se um total de 577 articulações de rede pelo Programa Selo Prevenção Minas. A meta acumulada no trimestre era de 1350 ações, atingimos ao final do ano 1473 articulações, ou seja, ultrapassamos em 9,11% o valor previsto para os meses de janeiro a dezembro de 2022. Isso, em função, especialmente, dos resultados do segundo semestre do ano, no qual houve a execução do Programa em Patos de Minas/Risp 10. O gráfico abaixo demonstra o desempenho mensal do Programa em 2022:

Em consonância ao período avaliatório anterior, conseguiu-se manter a crescente no número de ações de articulações de rede realizadas e novamente alcançar a meta prevista para o período de 01/10/2022 a 31/12/2022. Tendo também sido superada em 28,22%.

Assim, evidenciado no relatório anterior trata-se de conquista quantitativa importante para o Selo, mas reflete, sobretudo, avanços na construção e execução do trabalho do Programa, que num mesmo ano, apresentou formas diferentes de implantação e implementação. Exemplos disso são as execuções em Alfenas, no qual no primeiro semestre do ano houve a certificação do município, Patos de Minas em que se iniciou a implementação do Selo em janeiro de 2022, pela primeira vez em caráter regional. E há a execução do Programa de forma direta com 03 outros municípios, não acompanhados por este Contrato de Gestão, mas que de certa forma reverbera em todo trabalho do Selo, tendo em vista as trocas e os momentos conjuntos, bem como a implementação em diferentes realidades que traz novos desafios, repertórios e potencialidades metodológicas a ser desenvolvidas e aplicadas no Programa, que é marcado pela inventividade e inovação.

Ainda importa destacar que o resultado alcançado é produto também do esforço e do trabalho compartilhado entre os colaboradores da OS parceira com os membros da SUPEC, que superam cotidianamente desafios impostos para este novo modelo de execução regional, como também exploram as potencialidades, que a implementação de uma Unidade de Prevenção à Criminalidade em uma Risp possibilitou. A seguir, quando analisado o trabalho mensal, serão trados mais aspectos relacionados aos desafios e potencialidades constatadas, mas antes apresentam-se as questões, conquistas e ponderações mais gerais do trabalho do Programa Selo Prevenção Minas, que também influenciaram o resultado e desempenho do Programa nesse período avaliatório.

Analisar o resultado e o desempenho do Programa Selo tornou-se menos desafiador, pois neste momento há 12 meses de execução em formato regionalizado e já temos dois períodos avaliatórios com condições de trabalho e implementação mais próximas, que são o 15º e o 16º período, em que se contabilizou somente os resultados do Programa em Patos de Minas/Risp 10. No entanto, o número de articulações pactuado para o 16º período avaliatório foi superior em 90 ações em relação ao 15º. Um aumento expressivo, mas que com planejamento, monitoramento, supervisão, capacitações e construção conjunta do trabalho foi possível de ser alcançado e superado.

Nesse período avaliatório demos continuidade a implementação do primeiro Plano de Ação do Programa e assim conseguimos estar presencialmente em mais 06 (seis) municípios, sendo que nestes realizamos a capacitação “Redes: Desafios e possibilidades na construção de espaços de trabalho integrado”. Tal capacitação, em nosso planejamento, foi elencada como importante, e não única, estratégia de aproximação e vinculação com o público-alvo do Selo e na prática tem se confirmado como tal, pois a partir destas temos conseguido estabelecer parcerias, executar novas ações nos próprios municípios e em Patos, com a participação de outros municípios que pertencem a Risp 10.

Neste aspecto, destacamos que somente com a capacitação supramencionada, a partir do mês de junho de 2022, quando começamos a ministrá-la, houve a participação de 514 (quinhentos e quatorze) profissionais provenientes de 150 (cento e cinquenta) instituições públicas e terceiro setor de 12 (doze) municípios. Uma ação com impactos significativos e que contribuiu para construção de vínculos e fomento de novas atividades entre o Selo, municípios, servidores de serviços públicos, trabalhadores do terceiro setor e sociedade civil e na Risp 10. A partir da proposição e/ou execução desta formação conseguiu-se realizar, por exemplo mais 06 capacitações, que tiveram 220 participantes de 63 instituições. Estas capacitações apresentaram discussões mais próximas ao nosso objeto de intervenção e temáticas prioritárias em nosso trabalho, no qual destacam-se: participação social; atendimento e atenção integrada a públicos específicos e vulneráveis; violência doméstica contra as mulheres; segurança pública no contexto municipal, contemplando principalmente aspectos da prevenção social é criminalidade e segurança cidadã.

Um dos desafios postos ao Programa para os próximos períodos avaliatórios, e que em supervisão já está sendo cuidado e estabelecido estratégias para a superação, é chegar nos outros 11 municípios com a capacitação sobre “Trabalho em Rede” e fortalecer o desenvolvimento de outras atividades, em todos os eixos do Programa, para além de capacitações pontuais.

Ademais, também haverá mudanças em relação às metas e aos indicadores para o próximo período avaliatório e Contrato de Gestão, que já estão sendo trabalhadas pela Supervisão Metodológica e Coordenação do Programa junto a equipe do Selo atuante na Risp 10, seja no cotidiano de trabalho, em supervisões (presencial e online) e nas capacitações, fazendo com que as mudanças para no próximo ano representem continuidade e qualificação do trabalho. Tais alterações são também fruto do primeiro ano da execução regionalizado do Selo e sobretudo são

resultados da construção e finalização do marco lógico do Programa, que apresenta elementos centrais e fundamentais para a teoria e implementação do Selo.

Retornando para a análise do trabalho na Risp 10, destacam-se os seguintes aspectos a cada mês deste período avaliatório:

outubro/2022: trata-se do mês com o 4º maior número de articulações do ano, no qual ultrapassou em 12,66% o valor mensal estabelecido. Em valores absolutos alcançamos resultados bem próximos ao do mês anterior, o que demonstra a continuidade e assertividade no trabalho realizado, que tem se desenvolvido com foco na qualidade e na “entrada” nos municípios pertencentes a Risp 10. Assim, realizamos a capacitação “Redes: Desafios e possibilidades na construção de espaços de trabalho integrado” em outros 03 municípios da Risp 10, trata-se de Matutina, São Gotardo e Serra do Salitre, tendo alcançado, respectivamente 17, 56 e 70 pessoas que atuam no poder público de tais localidades em 05, 12 e 10 instituições (também respectivamente).



Capacitação realizada no município de Matutina



Capacitação realizada no município de São Gotardo



Capacitação realizada no município de Serra do Salitre

Percebe-se que o número de participantes nessas capacitações ao longo do ano, assim como no mês de outubro possui variações entre os municípios por vezes significativas, constatamos que o principal fator para isso é próprio porte do município, aqueles com menor número de habitantes, como caso de Matutina em outubro, são também aqueles que tiveram o menor número de participantes, mesmo assim percebemos uma presença significativa da rede, pois o porte do município tem relação direta com quantitativo de equipamentos e servidores público em uma localidade.

O que demonstra novamente a diversidade presente em nossa região de atuação, o que requer de toda equipe responsável pelo Selo leituras e análises amplas e macro, mas sem perder de vista as especificidades locais, bem como a necessidade de potencializar os processos de mobilização por parte da equipe para as capacitações. A partir da entrada inicial do Programa nos municípios tem-se mais ferramentas e possibilidades para isso.

Dito isso, reforça-se a importância e a efetividade da capacitação de “Redes: Desafios e possibilidades na construção de espaços de trabalho integrado” como uma estratégia quase que universal na Risp 10 para entrada nos municípios, construção das relações e de novas ações, que deverão ser também focalizadas e customizadas às particularidades presentes nos territórios, nos municípios e nas microrregiões estabelecidas no nosso Plano de Ação.

Ainda sobre outubro destacamos a importância do aumento gradativo da meta estabelecida para o Selo na Risp 10, conforme mencionado o mês de setembro e outubro tivemos resultados, em números absolutos parecidos, mas em outubro a variação em relação ao proposto para o trabalho foi menor, pois a expectativa sobre o Programa aumentou à medida que a execução se fortaleceu na Risp 10.

Em outubro ainda se manteve, em relação a setembro, o mesmo número de articulações (26) em outras “categorias” para além do número de participantes em capacitação. O resultado final foi mesmo, mas houve oscilações dentro das “categorias” estabelecidas. Desta forma, considera-se como positivo o fato de não ter havido decréscimo nos números e entende-se como produto do trabalho que foi pontuado no Relatório anterior, no qual mencionou-se o desenvolvimento de estratégias para diversificação e ampliação das ações do Programa, que teve seu resultado mais expressivo no mês de novembro/2022, conforme será demonstrado a seguir. No entanto, tal aspecto é ponto constante de trabalho da Supervisão Metodológica, a fim de se estabelecer uma prática plural e capilarizada, capaz de atuar junto das administrações públicas municipais para a construção de respostas no âmbito da prevenção à criminalidade.

novembro/2022: mês com maior número de articulações de rede ano e que se destaca mais ainda pela qualidade, diversidade e abrangência das entregas. Trata-se do período em que houve 228 articulações de rede, nas quais 144 refere-se ao número de participações em atividades de formação realizada pelo Selo e 84 ações de articulação de rede em outras categorias do nosso indicador. Teve-se, portanto, o segundo maior número de participações em capacitações dentre todos os meses deste ano, bem como o maior número de articulações em outras categorias do indicador de articulações, superando, por exemplo o mês de abril, que estávamos no processo de implantação e construção do diagnóstico, no qual dedicávamos nossa força de trabalho para contato, coleta de informações e construção de vínculos com as instituições dos municípios pertencentes a Risp 10.

Destarte, o mês de novembro pode ser considerado como uma referência para execução do Programa para o trabalho que havia executado até aquele momento e pela diversidade de execução será também um bom exemplo para execução do Programa em 2023, já que novos direcionamentos e indicadores serão incorporados ao Selo. Nesse sentido, o trabalho em conjunto dos diferentes profissionais (da OSC e da SUPEC) possibilitaram boas entregas e resultados quanti e qualitativos interessantes e importantes, nos quais destacam-se:

- a. Atividades de formação - em novembro o Selo executou 04 atividades de formação em 03 municípios, alcançando 34 instituições de 07 municípios. Realizou-se duas capacitações em Serra do Salitre, uma cuja temática foi “Prevenção Social às Violências: desafios e possibilidades em práticas intersetoriais”, no qual o público-alvo foram os servidores municipais da Saúde e Assistência Social e outra capacitação sobre “Segurança Cidadã e Prevenção à Criminalidade” voltada para servidores da Câmara Municipal e vereadores do município. As capacitações realizadas em Serra do Salitre representam o desdobramento e a continuidade do trabalho iniciado a partir da capacitação sobre trabalho em rede, ministrada anteriormente. Também realizamos a primeira ação em Abadia dos Dourados, trata-se da capacitação de “Redes: Desafios e possibilidades na construção de espaços de trabalho integrado”, elencada em no Plano de Ação a partir Diagnóstico de Implantação, como estratégia prioritária para a entrada nos municípios. E por último, realizou-se uma capacitação sobre “Violência Contra a Mulher”, ministrada pela Superintendente Flávia [REDACTED] e realizada no Centro Universitário UNIPAM, em Patos de Minas, no qual participaram 69 pessoas, de 17 instituições, de 06 municípios da Risp 10.



Capacitação sobre “Violência Contra a Mulher” ministrada por Flávia [REDACTED]

Tal capacitação da forma como foi executada não estava no nosso planejamento inicial para este ano, no entanto, percebeu-se a oportunidade, potencialidade e necessidade da proposição deste espaço, tendo em vista a presença de Flávia [REDACTED] em Patos de Minas, bem como a pertinência de debater uma temática, que tem mobilizado a região em razão do histórico e de fatos recentes de violências doméstica contra mulheres, bem como a ocorrência recentes de tentativas e de feminicídios consumados na região.

Assim, conforme exposto, notou-se o aumento de repertório da equipe do Programa na proposição e execução de novas temáticas fundamentais de serem conhecidas e debatidas, junto aos diversos atores, das diferentes localidades da Risp, para a construção de ações e políticas de prevenção social à criminalidade. Ademais a capacitação de violência doméstica contra a mulher, reforça a possibilidade já trabalhada com a equipe do Programa, de promover espaços formativos, quando possível e estratégico do ponto de vista metodológico, para mais de um município, que amplia as nossas intervenções dentro da região, bem como otimiza tempo e recursos, já que as questões estruturais, como já mencionados em outros relatórios ao longo deste ano se constituem, por vezes, como desafios para o trabalho. Outro ponto importante que essa capacitação expõe é possibilidade e a importância de levarmos para os espaços de formação, quando julgarmos necessário, especialistas para debater determinados temas, tendo em vista a riqueza e o potencial, que práticas assim fornecem.

- b. mobilização comunitária e participação social – realizou-se na última semana de novembro o I Fórum Multiterritorial de Patos de Minas, cujo nome foi “Segurança Cidadã: prevenção à criminalidade, trabalho em rede e participação social”. Trata-se uma ação avaliada como importante para o trabalho do Selo na Risp 10, bem como para o desenvolvimento da equipe, no que tange aquisição de novos repertórios, habilidades e estratégias para desenvolver ações do Programa, bem como intervir sobre os fenômenos de violências e criminalidade e atuar diretamente junto aos públicos específicos da nossa política.

Segurança Cidadã: prevenção à criminalidade, trabalho em rede e participação social



O Programa Selo Prevenção Minas te convida para participar do nosso Fórum Multiterritorial que será realizado no Salão do Juri/ Bloco C, Unipam, Patos de Minas, no dia **29 de novembro de 2022** a partir das **14h**.

Um evento criado para amplificar Vozes da população: protagonismo e diversidade para construir uma cidade mais segura.

Segurança Cidadã: prevenção à criminalidade, trabalho em rede e participação social

29 NOV

14h00 Mesa de abertura e solenidades

14h30 Mesa de discussão: "Prevenção às violências e participação social: caminhos coletivos para a construção de uma cidade mais segura"

Temática 1: "Segurança Cidadã se faz com participação: o trabalho do Programa Selo em Patos de Minas"

Temática 2: "Vozes da população: protagonismo e diversidade para construir uma cidade mais segura"

Debatedores: representantes do Programa Selo Prevenção Minas e convidados da sociedade civil

16h00 Considerações finais

16h10 Lanche e confraternização

Parceiros:



Realização:



Parceiros:



Realização:



Convite e programação do Fórum

Foi fomentando com muita qualidade junto aos cidadãos de Patos de Minas um significativo espaço de participação social, reconhecido e valorizado no município, tendo ganhado visibilidade junto a Prefeitura Municipal, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Centro Universitário UNIPAM, Conselho Comunitário de Segurança Pública e sobretudo pela sociedade civil. Tais impressões foram colhidas a partir de falas no dia e após o Fórum, bem como a partir das repercussões positivas do evento na mídia local, que publicaram matérias, tanto antes, durante e depois da realização.



Cobertura do evento realizada pelo Jornal NTV – News de 29/11/2022
emissora NTV de Patos de Minas
Disponível em: <https://youtu.be/woPnbYUWJP8>

Participaram 88 pessoas do I Fórum Multiterritorial. Esse número significativo, foi resultado das supervisões, capacitações, investimento da equipe nessa frente trabalho, de articulações de rede para fortalecimento de vínculos com a Assistência Social do município, do fomento de parcerias por parte da gestão social e da expressiva mobilização comunitária realizada desde as etapas preparatórias. Todos esses processos amparados pelas diretrizes emanadas pela SUPEC, Coordenação e OS parceira.

Tais aspectos favoreceram a execução de um evento com boas discussões e com um número expressivo de participantes. O trabalho para o Fórum foi potencializado em novembro, mas os resultados verificados são fruto de um processo e de ações que aconteceram desde julho de 2022.



Registro fotográfico do I Fórum Multiterritorial de Patos de Minas



Registro fotográfico do I Fórum Multiterritorial de Patos de Minas

O Fórum evidenciou mais uma vez que a participação social é fundamental para a execução da Segurança Cidadã e nos trouxe muito ensinamentos quanto a necessidade de criar e fortalecer espaços, que favoreçam o protagonismo da sociedade civil. E esta foi a tônica do nosso trabalho desde as etapas preparatórias à realização do Fórum, no qual o Programa buscou possibilitar um espaço democrático e de circulação da palavra.

Ademais, ressalta-se a importância da existência de recursos, como foi previsto no Contrato de Gestão e executado pela OSC parceira, para ações desta natureza, que fazem com que o trabalho seja ampliado e potencializado, permitindo a aquisição de insumos que contribuíram diretamente para execução com muito mais qualidade da ação. Além disso, evidenciou-se o trabalho dos membros da SUPEC e do Instituto Elo para organizar, implementar e superar os desafios que encontramos ao longo da execução.

- c. construção e fortalecimento de vínculos com a rede parceira - nota-se, conforme o exposto, que o mês de novembro apresentou uma diversidade maior de ações, a título de exemplo já apresentamos a execução da capacitação sobre violência contra mulher e do Fórum Multiterritorial. Diante desta diversidade de ações, ao avançar e fortalecer as atuações do Programa, precisamos na mesma medida consolidar o trabalho em rede, que é condição fundamental para nossa prática e alcance do objetivo do Programa, nesse sentido, em novembro, também houve um número de significativos de articulações, cujo objetivo era mobilizar parceiros e sociedade civil para ações a serem desenvolvidas pelo Selo. Nessa perspectiva, houve 65 ações que contemplaram majoritariamente Patos de Minas, mas que também alcançou outros municípios da Risp 10, a saber: Abadia dos Dourados, Lagoa Grande e Serra do Salitre.

Assim, diante das particularidades, ações e esforços empreendidos pelos profissionais responsáveis pela implementação do Selo, constatamos e justificamos a variação para mais de 52% do resultado do Programa esperado para o mês de novembro/2022. Concebendo tal variação de maneira positiva, visto que foi produto do processo de trabalho, bem como foi fruto das oportunidades, necessidades e entregas que foram estabelecidas ao longo do ano.

dezembro/2022: refere-se o mês com o 2º maior número de ações de articulação de rede, mas com variação, para mais, inferior ao mês de novembro. Em dezembro, ultrapassou-se em 20% o valor que era esperado para o mês. E novamente, entende-se como positiva a variação, pois representou a continuidade em articulações iniciadas, o fortalecimento e consolidação de ações, bem como assertividade na construção e execução de estratégias para superar desafios que são próprios do mês de dezembro, como início de férias em algumas instituições, por vezes coletivas e outras vezes, tiradas por parte dos trabalhadores de serviços públicos, que são parceiros do nosso Programa, o que interfere diretamente em nossas ações, já que o nosso público-alvo são as administrações públicas.

Considerando estes aspectos, construiu-se junto a dois municípios a realização da capacitação presencial “Redes: Desafios e possibilidades na construção de espaços de trabalho integrado”. Tais ações aconteceram em semana anterior ao início das festas de final de ano, em razão disso e sobretudo pelo trabalho de mobilização realizado pela equipe, conseguiu-se realizar duas capacitações que alcançaram 17 e 90 pessoas, a primeira realizada em Rio Paranaíba e a segunda realizada em Lagamar.



Capacitação realizada no município de Rio Paranaíba



Capacitação realizada no município de Lagamar

Desta maneira, majoritariamente, o indicador foi alcançado a partir do fomento e execução de atividades de formação para estes dois municípios, mas também houve um número importante de ações de articulação de rede para o início da execução do Eixo Certifica em Patos Minas, o que reflete no número do indicador de articulações, especialmente àquela categoria que se refere a mobilização da rede para a participação de ações promovidas pelo Selo.

As ações, acima mencionadas, trarão ganhos e impactos diretos para a execução do Programa em Patos de Minas, tendo em vista às atividades e os produtos elaborados por meio deste eixo, que fortalecem a rede municipal a partir da formação da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade, bem como possibilita a criação e fomento de ações e políticas, em âmbito municipal, de prevenção social à criminalidade, a partir da elaboração coletiva de um Diagnóstico Municipal, do Plano Municipal de Prevenção à Criminalidade e pelo cumprimento demais fases e etapas previstas em tal eixo, que serão executadas nos próximos 2 anos.

Cabe destacar este trabalho a ser realizado em Patos de Minas, por meio do eixo Certifica, trará impactos e repercutirá em toda Risp 10, tendo em vista a referência e a visibilidade que o município possui na região, o que pode favorecer a nossa relação com outros municípios, bem como aumentar a nossa demanda de atuação.

Outro ponto importante do trabalho realizado pela equipe da nossa UPC, no mês de dezembro, que não trouxe grandes impactos numéricos para o indicador, mas que em termos qualitativos é importante, foi a leitura e a análise da ocorrência de determinados tipos de crimes e situações de violências na Risp, bem como a coleta de informações e produção de análises sobre um território específico da região, que tem se destacado por questões de vulnerabilidade social e segurança pública. Nessa perspectiva, destaca-se a participação da Gestora Social na reunião da Integração e Gestão da Segurança Pública (IGESP) na Risp 10. E evidencia-se que essas ações, desenvolvidas pela equipe, tornarão nos próximos meses de execução uma frente relevante do trabalho.

Diante do exposto destaca-se que o quarto período avaliatório apresenta características e conquistas, em relação a execução do trabalho e alcance da meta estabelecida, demonstrando a continuidade, fortalecimento e consolidação de um trabalho regional realizado pelo Programa Selo Prevenção Minas. A análise do indicador pactuado e o desempenho da UPC em que é executado Programa Selo Prevenção Minas desta vez foi menos desafiadora de fazê-la tendo em vista o alcançado no primeiro ano da execução.

Sobre a diversificação na execução de ações cumpre destacar que neste período avaliatório houve ações de formação da rede parceira que alcançaram 394 participações, o que representou 68,28% do resultado em relação do indicador do Programa, percentual inferior ao do 15º período avaliatório, o que pode indicar um equilíbrio maior no empenho no desempenho de outras frentes de trabalho, já que alcançou-se um número de participações maior em relação ao período avaliatório anterior, mas houve desenvolvimento e ampliação de outras atividades.

Mantem-se, neste relatório, a estratégia de refletir sobre a implementação do Programa ao longo dos meses deste ano, em que se compara a atuação mensal, consideramos e apontamos as particularidades, bem como promovemos a reflexão sobre os aspectos semelhantes, que por vezes carecem de continuidade ou de correção, a depender da situação. Tal alternativa permite a análise do trabalho, bem como possibilita qualificar a execução das ações, o que pode ser visto a partir da implementação de articulações de rede diversificadas e fora do território de Patos de Minas.

Nesta perspectiva destacam-se alguns produtos e resultados importantes que o Programa alcançou neste ano, somente na UPC Patos Minas/Risp 10:

- elaboração e entrega do Diagnóstico de Implantação (produto deste Contrato de Gestão) e primeira versão do Plano de Trabalho para Risp 10;
- realização de 1279 ações de articulação de rede;
- realização de 18 capacitações para a rede parceira, sendo que 17 foram presenciais e 01 on-line;
- 734 participantes em capacitações provenientes de 13 municípios;
- execução do I Fórum Multiterritorial que contou com a participação de 88 pessoas;
- realização de articulação com todos os municípios da Risp 10, seja na fase inicial, de diagnóstico e para além da coleta de dados e início de articulações. Conseguiu-se estar mais próximo dos municípios para construir e executar atividades junto 19 municípios, de maneira diferente, com esforços e tempos também distintos.

Assim, sobre o Programa Selo em Patos de Minas/Risp 10, após a síntese da execução mensal e apontamentos de conquistas ao longo de 2022, cumpre destacar que o cuidado e o esforço da Supervisão Metodológica, foi o de realizar: o acompanhamento do trabalho; a construção antecipada de cronograma de atividades e a proposição de ações, por meio das supervisões (online e presencial); participação in loco de ações desenvolvidas pela equipe do Programa; capacitações mensais; contatos com equipe técnica e gestão social. De modo a possibilitar e favorecer as entregas necessárias, o cumprimento do Plano de Trabalho e a execução de ações diversificadas que repercutem no alcance dos objetivos do Programa.

Deste modo, pretende-se continuar trabalhando para o alcance das metas estabelecidas, dentro das possibilidades de um trabalho que já se mostra mais amadurecido, a partir dos 12 primeiros meses de execução, que foi marcado pela inovação e qualidade. Assim, para o próximo ano pretendemos manter os aspectos e práticas que funcionaram e fazem sentido para o trabalho, bem como continuaremos atentos e trabalhando alguns pontos, como: incentivo e fortalecimento de execução de ações diversificadas do Programa (no que tange os eixos e as possibilidades do Programa), desenvolvimento de atuação cada vez mais capilarizada dentro da Risp 10, fortalecimento do registro e análise de dados produzidos pelo Programa.

E por último, cumpre destacar que a mudança nos indicadores para os próximos períodos avaliatórios poderá constituir-se enquanto desafios para a execução, que já está sendo cuidado de modo antecipar e minimizar riscos para não alcance da meta. Nesse sentido, também ressalta-se que esta mudança é avaliada como positiva para o trabalho, pois conseguirá traduzir com mais assertividade o trabalho desempenhado e os resultados alcançados, bem como trará mais clareza quanto esperado para o Programa no próximo ano.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
Indicador nº 8.1. Número de participações em capacitações e supervisões para desenvolvimento e aprimoramento dos profissionais que atuam na Política de Prevenção à Criminalidade	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
4.800	6.711
Descrição do Indicador	

Descrição: Para o aprimoramento da execução da Política Estadual de Prevenção à Criminalidade de Minas Gerais é necessário capacitar constantemente os profissionais que atuam nela. Desta forma, os espaços de capacitação e formação visam aprimorar as competências das equipes, garantir maior envolvimento e responsabilidade com relação aos objetivos dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade e promover a integração e o nivelamento das equipes, visando o aprimoramento contínuo da política pública.

São consideradas capacitações dos profissionais da Política de Prevenção à Criminalidade:

a) capacitações presenciais e/ou virtuais com a participação de gestores sociais, analistas sociais, estagiários, técnicos administrativos e supervisores, com objetivos e temáticas específicos e que tocam o trabalho desenvolvido nas Unidades de Prevenção à Criminalidade. Poderão ser contabilizadas capacitações promovidas pela OS, SUPEC/SEJUSP ou outro agente externo. Não são consideradas capacitações as reuniões rotineiras realizadas para alinhamento dos trabalhos.

b) Supervisões presenciais e/ou virtuais promovidas pela supervisão metodológica e da gestão, com ementas específicas, com a participação dos analistas sociais, estagiários e gestores sociais para o acompanhamento e o desenvolvimento das equipes técnicas das Unidades de Prevenção à Criminalidade. Não são consideradas supervisões de acompanhamento e desenvolvimento os alinhamentos rotineiros de trabalho, tais como ligações telefônicas, trocas de e-mail, discussão de casos específicos, entre outros.

Para fins de cálculo desse indicador, serão contabilizadas, cumulativamente, as participações dos profissionais contratados nas capacitações e nas supervisões realizadas nos formatos citados acima.

A OS cuidará integralmente do registro e aferição das participações nas capacitações. Para as capacitações presenciais, a OS deverá passar lista de presença. Para as capacitações no formato virtual, deverá tirar *print* da tela do evento acompanhado de ementa constando data, hora, tema e nº de participações.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: listas de presença, *prints*, atas, ementas.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 16º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10 a 31/10/2022 o número acumulado de participantes em capacitações de profissionais da política de prevenção social correspondeu a 6.711. Considerando que a meta estabelecida foi de 4.800, o **indicador foi alcançado**.

No que se refere especificamente aos os meses que compõem o 16º período avaliatório (outubro, novembro, dezembro), nota-se que houve um total de 300 capacitações e supervisões metodológicas e da gestão nos 6 programas de prevenção à criminalidade e a gestão das unidades. Os programas Selo Prevenção e Se Liga, a partir do final de março, passaram a contar com supervisores metodológicas e tiveram suas atividades devidamente incluídas na presente apuração desse indicador. Importante destacar também que parte das capacitações e supervisões ocorreu em formato de videoconferência e outras em formato presencial. Ao todo, tem-se uma participação total de 1.548 profissionais, dentre a participação de gestores sociais, analistas sociais, estagiários, técnicos administrativos, supervisores e diretoria dos Programas.

A seguir, apresenta-se a tabela com a síntese das capacitações e supervisões:

Programas/ Gestão	16º PA		Total de Participantes Acumulado
	Nº de encontros	Nº de participantes	
CEAPA	46	198	961
FVI	46	167	1.362
PMC	59	279	1.423
PrEsp	44	302	1.033
Se Liga	10	151	341
Selo Prevenção	26	124	317
Supervisão da gestão	69	327	1.274
Total	300	1.548	6.711

O indicador 8.1 contabiliza o número de participações em capacitações e supervisões para desenvolvimento e aprimoramento dos profissionais que atuam na Política de Prevenção à Criminalidade. Estas assumem como objetivo

aprimorar os profissionais que atuam na Política de Prevenção à Criminalidade. Dessa forma, o indicador sumariza o desenvolvimento em capacitação destes profissionais. A seguir, são descritas algumas das supervisões e capacitações de destaque no trimestre referente.

O Se liga junto ao Fica Vivo! contaram com uma capacitação de exibição e diálogo do Filme "Arteiro", no dia 27 de outubro. Estavam presentes 89 pessoas, situando esta como a capacitação de maior público no trimestre.

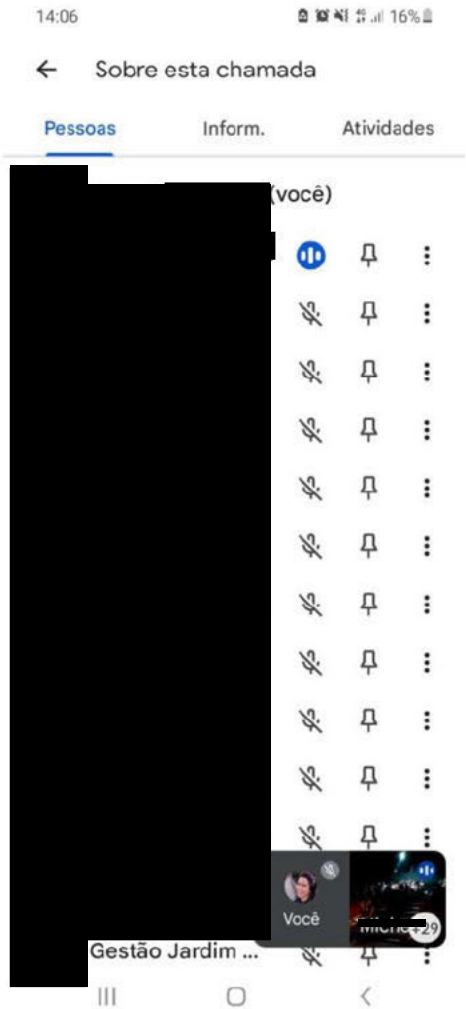


Figura 1 - Fica Vivo e Se Liga, 27/10/2022

A Supervisão da Gestão contabilizou uma capacitação ocorrida em 12 de dezembro, com 60 pessoas. O objetivo era avaliar os resultados de 2022 e discutir o planejamento do ano de 2023 no que se refere à Política de Prevenção. A capacitação teve presença de gestores de Belo Horizonte, RMBH, municípios interioranos e atores estratégicos.



Figura 2 - Supervisão da Gestão, 12/12/2022

O Projeto Mediação de Conflitos contabilizou uma capacitação no dia 13 de outubro, com 41 pessoas, sendo estas analistas, estagiários e técnicos administrativos do Programa. O tema foi “Aspectos administrativos do projeto ComAgente”.

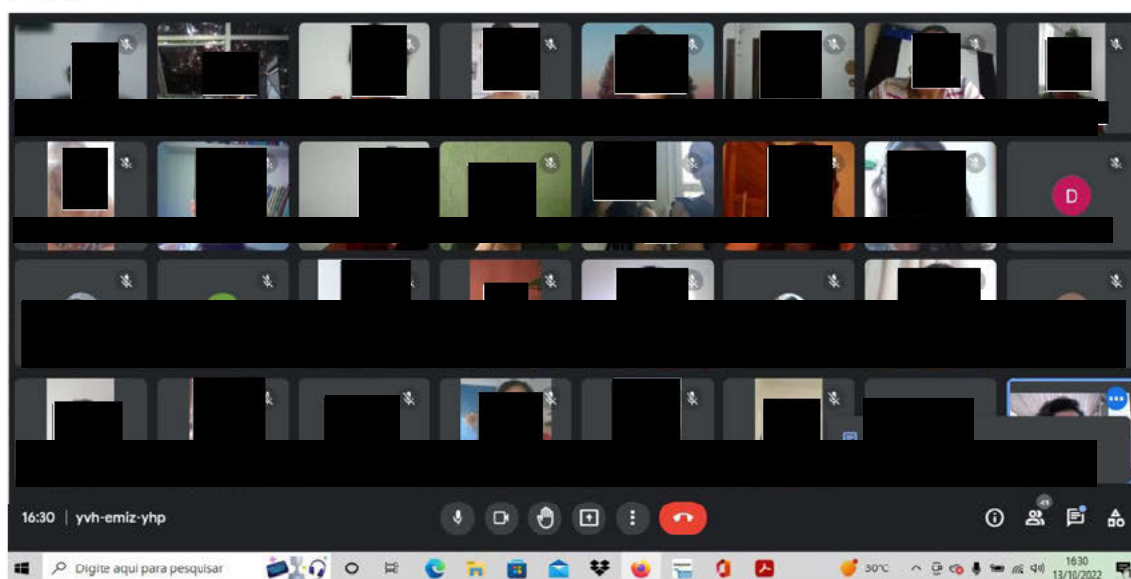


Figura 3 - PMC, 13/10/2022

Uma das capacitações conferidas pelo PrEsp foi a de tema “Justiça(s): reflexões sobre alternativas ao modelo tradicional”, ocorrida em 30 de novembro, com 55 pessoas. O público era composto pelas equipes do Programa: analistas, estagiários e gestores sociais.

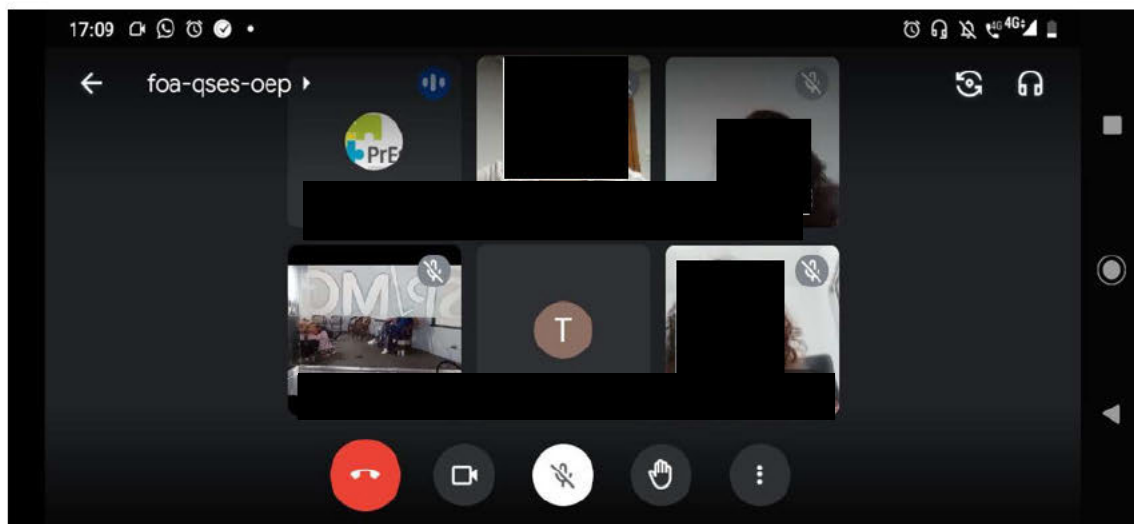


Figura 4 - PrEsp, 30/11/2022

O programa Selo Prevenção teve uma capacitação em 10 de novembro, com tema “Enfrentamento à Letalidade Juvenil: caminhos para a construção de uma política pública de atenção à jovens em situação de risco” e com 11 presenças. No mais, foram capacitados analistas sociais, gestora, técnico administrativo, estagiária, articuladores municipais e Coordenação do Programa.

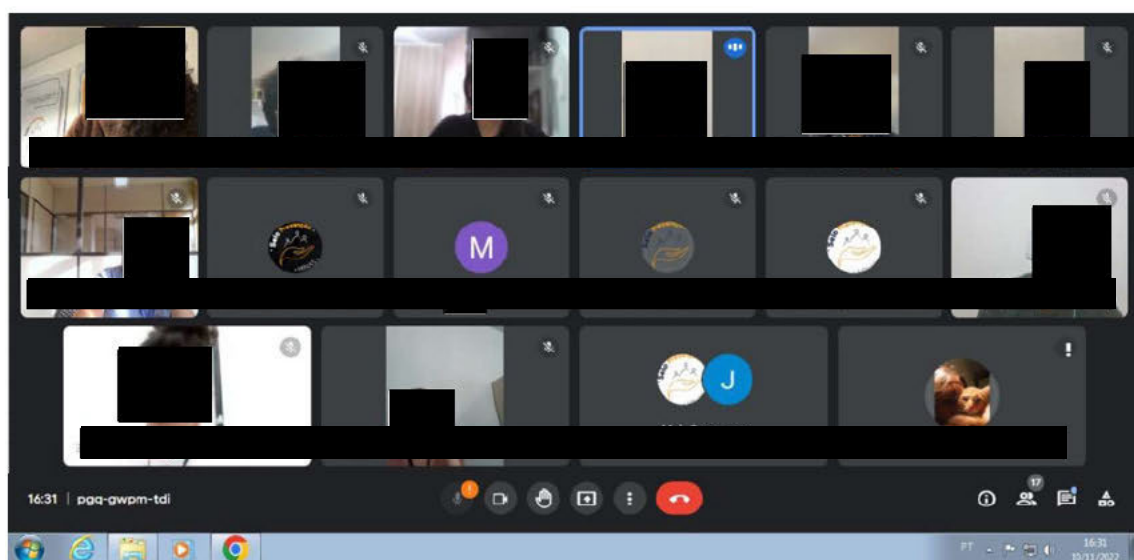


Figura 5 - Selo Prevenção, 10/11/2022

Por fim, o Ceapa contou com uma supervisão mensal da equipe que teve 17 pessoas presentes. Ocorrida em 9 de novembro, a supervisão teve a presença de analistas sociais e gestão Social de Belo Horizonte.

Fonte de Comprovação
Supervisão Metodológica – CEAPA
Reunião Presencial

Data: 09/11/2022
 Equipe/municípios: BUE Horizonte
 Participantes: Analistas sociais e Gestão social

NOME	CARGO	ASSINATURA
	Analista	
	Analista	
	Analista	
	Analista	
	Analista	
	Analista	
	Analista social	
	Analista Social	
	Analista Social	
	Analista Social	
	Analista Social	
	Analista Social	
	Analista Social	
	Analista Social	
	Analista Social	

Maira Rincó
 Maira Rincó
 Supervisora Metodológica

Figura 6- Ceapa, 09/11/2022

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
Indicador nº 8.2. Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
15	10,8
Descrição do Indicador	
Este indicador objetiva garantir a reposição das equipes dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade sejam realizadas em tempo hábil pela OS parceira a fim de garantir o quadro de trabalhadores planejado nas memórias de cálculo. Nos casos de reposição, o processo tem início com o encaminhamento de solicitação da chefia imediata para reposição de vaga e fim a assinatura do contrato de trabalho do substituto. Para esse indicador serão considerados tanto os profissionais das Unidades de Prevenção à Criminalidade quanto os profissionais da Sede da OS para execução do Contrato de Gestão. Para efeito do cálculo do indicador, cada desistência de candidatos convocados incidirá em uma subtração de 03 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação, visto que cada desistência no comum das vezes gera uma nova convocação e um novo prazo de resposta. Não havendo candidatos excedentes incidirá em uma subtração de 30 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação para fins de realização de novo processo seletivo. Para fins deste indicador, os prazos deverão ser computados excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento, sendo considerados os dias corridos e não somente os dias úteis. Da mesma forma, em caso de realização de processo seletivo e da ausência de candidatos aptos a assumirem a vaga, deverão ser subtraídos 30 dias do total de dias gastos para a reposição já que nesta circunstância deverá ser realizado novo processo de seleção, com todas as etapas previstas. A OS deverá promover processos seletivos para constituição de cadastro reserva para contratação e/ou reposição de profissionais dos cargos em vacância que surgirem. Os processos seletivos deverão ser regidos por edital público, com ampla divulgação, e observarão as normas do Regulamento de Compras e Contratação e legislação pertinente. A vacância se dará por motivo de: 1) Demissão; 2) Desligamento a pedido do funcionário; 3) Licenças/afastamentos superiores a 20 dias corridos; Unidade de medida: dias corridos. Fonte de Comprovação: solicitação da reposição de vaga, contrato assinado e comprovante que ateste o início de licenças Fórmula de Cálculo: (número de dias corridos de vacância do cargo) – (Número de desistências formais x 3) – (Número de processos sem candidatos excedentes aptos x 30) / nº de reposições realizadas Polaridade: quanto menor melhor. Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10	
Fonte de comprovação do indicador	
Solicitação da reposição de vaga, contrato assinado e comprovante que ateste o início de licenças.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Neste período avaliatório foi necessário a realização de um conjunto de processos seletivos para substituição de pessoal tanto em termos de licenças médicas quanto por saídas de profissionais. Ao todo foram realizadas **29 substituições que levaram em média 10,8 dias para serem realizadas.**

Tabela 16 – Recomposição de Pessoal						
QUA NT.	DATA RP	UPC DESTINO	FUNCIONÁRIO DESLIGADO/ REMANEJADO	FUNCIONÁRIO CONTRATADO	Data Início	Dias para reposição
1	22/09/2022	BH - Centro	Rafaela Pereira Costa (desligamento)	Evelin Marques dos Santos (remanejamento)	01/10/2022	9
2	22/09/2022	Betim - Centro	Evelin Marques dos Santos (remanejamento)	Rafael Moreira Ramos de Oliveira (remanejamento/processo seletivo)	01/10/2022	9

Tabela 16 – Recomposição de Pessoal						
QUA NT.	DATA RP	UPC DESTINO	FUNCIONÁRIO DESLIGADO/ REMANEJADO	FUNCIONÁRIO CONTRATADO	Data Início	Dias para reposição
3	20/09/2022	Barbacena			03/10/2022	13
4	26/09/2022	BH - Centro			03/10/2022	7
5	20/09/2022	Uberlândia - Morumbi			05/10/2022	15
6	29/09/2022	Ribeirão das Neves - Centro			05/10/2022	7
7	30/09/2022	Contagem - Centro			13/10/2022	13
8	03/10/2022	Cabana			17/10/2022	14
9	27/09/2022	Betim - Jardim Teresópolis			06/10/2022	9
10	27/09/2022	Governador Valadares Centro			13/10/2022	14
11	06/10/2022	Barbacena			20/10/2022	14
12	06/10/2022	Barbacena			20/10/2022	14
13	07/10/2022	Barbacena			20/10/2022	13
14	06/10/2022	Barbacena			20/10/2022	14
15	06/10/2022	Barbacena			20/10/2022	14
16	07/10/2022	Barbacena			20/10/2022	13
17	14/10/2022	Barbacena			20/10/2022	6
18	11/10/2022	Curvelo			20/10/2022	8
19	14/10/2022	Betim - Centro			24/10/2022	10
20	19/10/2022	Financeiro - Sede Administrativ a			24/10/2022	5
21	20/10/2022	Sede Administrativ a Jurídico (compras)			24/10/2022	4

Tabela 16 – Recomposição de Pessoal						
QUA NT.	DATA RP	UPC DESTINO	FUNCIONÁRIO DESLIGADO/ REMANEJADO	FUNCIONÁRIO CONTRATADO	Data Início	Dias para reposição
22	20/10/2022	Vila Pinho			03/11/2022	14
23	24/10/2022	Barbacena			03/11/2022	10
24	24/10/2022	Barbacena			03/11/2022	10
25	24/10/2022	Santa Luzia – Via Colégio			01/11/2022	8
26	24/10/2022	Ribeirão das Neves - Rosaneves			03/11/2022	10
27	24/10/2022	Ribeiro de Abreu			03/11/2022	10
28	26/10/2022	Barbacena			03/11/2022	8
29	24/10/2022	Contagem - Centro			03/11/2022	10
30	28/10/2022	Ribeirão das Neves - Veneza			07/11/2022	10
31	01/11/2022	Betim - Centro			07/11/2022	6
32	04/11/2022	Betim – Citrolândia			16/11/2022	12
33	01/11/2022	Betim – Jardim Teresópolis			16/11/2022	15
34	04/11/2022	Betim - Centro			16/11/2022	12
35	04/11/2022	Uberlândia - Centro			16/11/2022	12
36	04/11/2022	Araguari			16/11/2022	12
37	25/11/2022	Vespasiano – Morro Alto			01/12/2022	6
38	16/11/2022	Ribeirão das Neves - Centro			01/12/2022	15
39	16/11/2022	Ribeirão das Neves - Veneza			01/12/2022	15
40	21/11/2022	Contagem – Nova Contagem			01/12/2022	10
41	16/11/2022	Vespasiano - Centro			01/12/2022	15

Tabela 16 – Recomposição de Pessoal						
QUA NT.	DATA RP	UPC DESTINO	FUNCIONÁRIO DESLIGADO/ REMANEJADO	FUNCIONÁRIO CONTRATADO	Data Início	Dias para reposição
42	21/11/2022	Betim - Centro			01/12/2022	10
43	21/11/2022	Vespasiano – Morro Alto			01/12/2022	10
44	21/11/2022	Curvelo			01/12/2022	10
45	28/11/2022	Contagem - Centro			07/12/2022	10
46	24/11/2022	Ribeirão das Neves - Veneza			05/12/2022	11
47	24/11/2022	Ribeirão das Neves - Veneza			05/12/2022	11
48	25/11/2022	Barbacena			05/12/2022	10
49	25/11/2022	Uberlândia - Morumbi			07/12/2022	12

Foram realizados ao longo do período 29 processos seletivos para ajustes e reposição de equipe. Sendo eles:

QUANT.	DATA	PROCESSO SELETIVO
1	out/22	359 - 2022 Analista Administrativo Financeiro - Sede (Estadual)
2	out/22	363 - 2022 Analista Social - PMC Betim (Estadual)
3	out/22	365 - 2022 Analista Social CEAPA - Barbacena (FUNEMP)
4	out/22	369 - 2022 Técnico Administrativo - BH E RMBH (Estadual)
5	out/22	370 - 2022 Analista Social PRESP - Contagem (Estadual)
6	out/22	371 - 2022 Analista Social PMC - PCD e ou Reabilitados INSS BH e RMBH (Estadual)
7	out/22	372 - 2022 Faxineiro (a) Araguari (Estadual)
8	out/22	375 - 2022 Técnico Administrativo - Uberlândia base local (Estadual)
9	out/22	387 - 2022 Analista Social PMC - Uberlândia (Estadual)
10	out/22	388 - 2022 Motorista - Curvelo (FUNEMP)
11	out/22	389 - 2022 Analista Social PRESP - Betim (Estadual)
12	out/22	401 - 2022 Analista Social PMC - Ribeirão das Neves (Estadual)
13	nov/22	402 - 2022 Analista Social CEAPA - Contagem (Estadual)
14	nov/22	404 - 2022 Técnico Administrativo - Uberlândia base local (Estadual)
15	nov/22	408 - 2022 Analista Social PRESP - BH (Estadual)
16	nov/22	428 - 2022 Analista Social CEAPA - BH (Estadual)
17	nov/22	438 - 2022 Analista Social CEAPA - Contagem (Estadual)
18	nov/22	440 - 2022 Faxineiro (a) BH e RMBH (Estadual)
19	dez/22	449 - 2022 Gestor Social - Pouso Alegre (FUNEMP)
20	dez/22	452 - 2022 Analista Social PRESP - BH e RMBH (Federal)
21	dez/22	461 - 2022 Analista PMC - Pouso Alegre (FUNEMP)
22	dez/22	463 - 2022 Analista CEAPA - Pouso Alegre (FUNEMP)
23	dez/22	465 - 2022 Técnico Administrativo - Pouso Alegre (FUNEMP)
24	dez/22	466 - 2022 Motorista - Pouso Alegre (FUNEMP)
25	dez/22	467 - 2022 Faxineira - Pouso Alegre (FUNEMP)
26	dez/22	468 - 2022 Assistente Administrativo - Departamento Pessoal (Estadual)
27	dez/22	469 - 2022 Analista Social CEAPA - Santa Luzia (Estadual)

QUANT.	DATA	PROCESSO SELETIVO
28	dez/22	470 - 2022 Analista Social PRESP - Sete Lagoas (Federal)
29	dez/22	471 - 2022 Analista Social Fica Vivo! - Contagem (Estadual)

Importante informar que todos os editais estão disponíveis no site do Instituto Elo.

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	
Indicador nº 9.1. Número de relatórios Analíticos das UPC's de base local	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
28	32
Descrição do Indicador	
Descrição: o Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Local consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência dos UPC. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de agenciar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela Gestão Social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPC. Os Relatórios Analíticos serão bimestrais, um para cada UPC, e deverão ser elaborados pelos Gestores Sociais, conforme modelo disponibilizado pela SEJUSP/SUPEC, e entregues em formato PDF à OS, por e-mail, até o décimo dia útil do mês subsequente ao fim do período de referência do Relatório. A OS deverá encaminhar os arquivos dos Relatórios para a SEJUSP/SUPEC. Para fins de aferição do cumprimento da meta, não serão considerados os relatórios entregues pela Gestão Social após o mês de referência de entrega do mesmo. A OS deverá manter em sua sede as fontes de comprovação, contendo os arquivos dos Relatórios Analíticos em formato PDF, os e-mails dos Gestores Sociais encaminhando os Relatórios à OS, bem como o e-mail de encaminhamento à SEJUSP/SUPEC, gravados em unidade de disco removível (CD/DVD). Os Relatórios entregues após o mês de referência também deverão ser juntados às fontes de comprovação do indicador. Unidade de medida: nº absoluto. Fonte de Comprovação: Relatórios Analíticos em formato PDF gravados em unidade de disco removível (CD/DVD). Fórmula de Cálculo: (nº de relatórios encaminhados para a SEJUSP/SUPEC / nº de relatórios previstos para o período avaliatório) Polaridade: manter inalterado. Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios Analíticos em formato PDF gravados em unidade de disco removível (CD/DVD).	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Para a análise do 16º PA considerou-se a entrega de um relatório analítico em novembro referente aos meses de setembro e outubro. Neste período foram entregues pelos gestores sociais 32 (trinta e dois) relatórios relativos às das Unidades de Prevenção de Base Territorial, número que superou a meta para o trimestre. Isso porque considerou-se também a reabertura de 2 Unidades de Prevenção à Criminalidade, sendo elas Jardim Alterosas em Betim e Minas Caixa em Belo Horizonte, bem como uma terceira análise área do Palmital, em Santa Luzia, em razão do aquecimento da dinâmica criminal que conduz discussões específicas em parte do território.

Para a análise do 16º PA considerou-se a entrega de um Relatório Analítico, referente aos meses de setembro e outubro (32 Relatórios). Neste contexto, foram entregues 100% dos relatórios esperados para o período referentes às das Unidades de Prevenção de Base Territorial, quantidade correspondente à meta pactuada.

Os dados analisados nos relatórios, de maneira quantitativa foram: Homicídios consumados relacionados à dinâmica criminal ou relacionados a conflitos interpessoais; Homicídios tentados relacionados à dinâmica criminal ou por relacionados a conflitos interpessoais; Ameaças relacionadas à dinâmica criminal ou relacionados a conflitos interpessoais; Violência contra a mulher; Violência institucional; Conflito entre grupos armados; Violência praticada pelo tráfico (*Justiçamento, disciplina, pau no gato, tortura e etc*); Crimes contra a dignidade sexual e outras violências, bem como leituras sobre operações que impactaram na dinâmica social dos territórios.

No 16º PA foi considerada a análise de 2 meses (setembro e outubro), os números referentes ao 16º PA não devem ser utilizados para comparação com o 15º PA em que são somadas duas entregas de Relatórios Analíticos por UPC.

No atual período foram relatados a respeito dos homicídios consumados: **homicídios consumados relacionados ao crime 15 casos; homicídios consumados relacionados aos conflitos interpessoais 12 casos.**

Em relação aos homicídios consumados, temos relatos de violências que se iniciam por conflitos que começam com uma discussão de trânsito, e se desdobram como juramento de vingança e se desdobram em homicídios como um caso citado pela UPC Vila Pinho BH. A violência se desdobra de um desentendimento interpessoal, para uma situação que afeta a dinâmica social do território, a morte do jovem de 27 anos ocorrida em 11/09/22, aconteceu durante um evento de rua de lazer do território, ferindo uma outra jovem de 16 anos.

Em relação aos homicídios consumados, também temos situações complexas, que precisam ser lidas a partir das especificidades em um mesmo território, como citado pela equipe da UPC PTB em Betim, onde no mês de setembro ocorreram 3 homicídios. Um padrasto matou uma enteada, moça tentou separar uma briga entre a mãe e o padrasto, e foi esfaqueada pelo mesmo, ela com apenas 19 anos e deixou um filho, o caso gerou comoção no território e logo correu o boato de justicamento pelo tráfico, porém o autor foi preso no mesmo dia. Outro caso, foi de um casal executado enquanto dormiam, duas versões surgiram no território, a primeira de uma relação do adolescente morto com o tráfico, e outra que a jovem que estava em sua companhia possuía um outro relacionamento e motivo foi passional. O caso não levantou repercussão no território, mas demonstram a força também a presença da violência de gênero, em ambas motivações

As motivações que resultam em homicídios, em muitos casos estão na relação direta da pessoa ou do grupo no envolvimento criminal, apesar dos resultados positivos da prevenção a criminalidade no Estado de Minas experimentar uma diminuição dos crimes de homicídio, esses continuam ocorrendo. Como por exemplo no território da UPC Jardim Felicidade BH. Segundo o Ranking do Relatório de Homicídios, o número de homicídios em 2022 foi o mesmo de 2021, somando 3 casos ao total, com 0% de alteração. No dia 30/09/22 ocorreu um duplo homicídio, de dois jovens faixa etária dos programas, um de 20 e outro de 24 anos, executados em via pública, por estarem tentando abrir uma nova “boca” de tráfico de drogas.

As questões relacionadas à complexidade da regulamentação do tráfico sugerem aquecimento e rotinas de violência nos dois territórios. Homicídio consumado, bem como outras violências têm sido noticiadas e as equipes tentam vincular a partir de oficineiros e atendimentos aos familiares desses territórios para pensar saídas estratégicas junto ao GEPAR e outras redes na problematização dessas regulamentações em **Uberlândia**, em ambos territórios (Morumbi e Jardim Canaã). O mesmo contexto tem sido lido em Ribeirão das Neves no território de abrangência da UPC **Justinópolis**. O aumento de casos de homicídios têm sido significativos, compreendendo uma escalada no aquecimento e dinâmica criminal - Desde outubro de 2021, o território do Tony tem sido foco de atenção para a prevenção devido às ocorrências de homicídios e outros fatos de violência e/ou criminalidade, razão pela qual a articulação com os oficineiros que atuam nesse território foi intensificada para ampliar leitura sobre tais fenômenos e construir intervenções qualificadas que possam minimizar os fatores de risco presentes. Nesse sentido foi realizada reunião com a Associação Comunitária do bairro Tony – ASCOTON, para reapresentar os objetivos dos programas e pensar estratégias integradas com a comunidade que possam alcançar o objetivo de fomentar espaços de discussão sobre Segurança Pública Cidadã para enfrentamento às violências. O diálogo foi desafiador, pois as pessoas estão num processo de naturalização das violências, inclusive fazendo comparações sobre cenários pretéritos onde a incidência de homicídios era maior. No entanto, trabalhamos na perspectiva de atualizar o contexto atual para sensibilizar a comunidade que as situações são cíclicas e precisamos estar atentos ao dinamismo do território que hoje nos desafia. Ademais entendemos ser importante envolver a rede de proteção social em tais discussões, razão pela qual em setembro na reunião intersetorial, a prevenção, por meio do Programa Fica Vivo conduziu a reunião com a pauta sobre os fenômenos da violência e criminalidade incidentes e em escalada nos territórios da área de abrangência da unidade, o crescimento de homicídios e rivalidades entre os jovens e as repercussões e impactos na atuação dos serviços e na vida das pessoas.

Em relação aos homicídios tentados foram relatados: **homicídios tentados relacionados ao crime 8 casos; homicídios tentados relacionados aos conflitos interpessoais 13 casos.**

Em relação aos homicídios tentados, os casos também ocorrem em relação a conflitos comunitários desentendimentos que surgem, entre grupos que se espera uma maior maturidade devido envolvimento no espaço público e político das comunidades. Segundo um relato da UPC Vila CEMIG BH, dois homens integrantes de uma associação de moradores do Conjunto Esperança, que pertencem à diretoria do grupo, após uma discussão, resultaram em uma tentativa de homicídio por pessoas que também foram tomadas pelo calor da situação.

A UPC Santos Reis em Montes Claros, trouxe um relato de uma tentativa de homicídio que também envolvem um homem atendido pelo PMC, que desferiu golpes de facas contra um Agente do Centro de Zoonoses por suspeita que o homem esteja saindo com a ex-companheira do atendido pelo PMC. Ou seja, mais um caso que não possui uma relação direta com a criminalidade do território, mas perpassa as questões relacionadas ao machismo estrutural.

Por fim, um caso que ganhou muita notoriedade até mesmo devido à repercussão midiática, foi uma situação ocorrida no território da UPC Cabana em BH. Uma violência motivada por questões políticas no período eleitoral, no dia 30/10/22. Um homem que segundo relatos da mídia com questões de saúde mental, saiu armado e encapuzado após o resultado das urnas serem divulgados, e atirou em duas mulheres de 40 e 47 anos, e depois contra um homem de 28 anos, e por fim em uma mulher de 47 anos e uma adolescente de 12 anos. O homem de 28 anos faleceu no hospital e a adolescente posteriormente. Percebemos que o período eleitoral foi muito inflamado com discursos belicosos associado a uma ideologia armamentista.



Fonte:<<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/10/31/policia-investiga-se-acao-que-terminou-com-a-morte-de-um-homem-e-mais-quatro-pessoas-feridas-em-bh-apos-as-eleicoes-tem-motivacao-politica.ghml>>
Pesquisado em 04/01/22.

A respeito das ameaças foram contabilizados: **ameaças de morte relacionados ao crime 12 casos; ameaça de morte relacionado a conflitos interpessoais 5 casos.**

As situações de ameaças também são muito mencionadas, em territórios onde há regulação do tráfico, com normas internas, como proibição de comercialização ou uso de alguns tipos de drogas, roubos, ou a intolerância no tratamento de crimes contra a dignidade sexual. A UPC Jardim Felicidade BH, relata que em setembro um jovem foi gravemente agredido e o espancamento só cessou com a chegada da polícia, a motivação da violência é que segundo os moradores, ele assaltou um supermercado do território e estava sendo acusado de roubar uma casa.

Em outubro outro relato da UPC Jardim Felicidade BH, um homem de 42 anos foi espancado por pessoas envolvidas no tráfico local, após sua irmã espalhar um boato que o homem agrediu a própria mãe. Porém, a história da irmã foi desmentida e agora ela está ameaçada no território, e também relata que seu filho adolescente de 16 anos, já com envolvimento no tráfico também está sob ameaça. A mãe já procurou os equipamentos CRAS e UPC Jd Felicidade para dizer da situação, o caso está sendo acompanhado pela rede de proteção social. E assim como no caso citado pela UPC Citrolândia, percebemos como as relações familiares fragilizadas ou mesmo quando existe algum tipo de distúrbio nas relações familiares e comunitárias, todo um grupo pode ficar em situação de risco e ameaças, demandando um trabalho integrado da rede proteção social, família e comunidade.

A violência de gênero muitas vezes é potencializada quando alguma das partes responde a códigos de conduta de organizações criminosas, nesse sentido o machismo estrutural também deve corresponder, aos pactuados por indivíduos com trajetórias criminais. Como o relato da UPC Jardim Leblon, em que um gerente do tráfico do Funil, que entrou em outro território que a Vila do Índio, para ir até a porta de uma escola com uma metralhadora para intimidar uma jovem, por motivos de ciúmes.

Uma outra situação de ameaça muito peculiar apresentada pela UPC Jd Leblon, foi um caso apresentado em uma reunião de rede sobre o território da Vila Apolônia. Após um aumento significativo de solicitação ao Cadastro Único de jovens na faixa etária entre 18 e 26 anos, com a tentativa de aprovação do Auxílio Brasil. A equipe começou a suspeitar que em alguns casos, era o tráfico que estava organizando os jovens, como forma de controlar o cartão dos jovens que são usuários ou que possuem dívidas, provavelmente sob ameaça os mesmos entregavam os cartões, o que também é uma espécie de violência patrimonial. Assim como outros casos de demanda por auxílio como "família convivente". Houve relatos que chegaram ao CRAS de um neto que ameaçou e agrediu a avó exigindo o cartão de benefícios.

A respeito das ameaças relatadas no período, também podemos ler que é um fenômeno que não atravessa somente as relações entre indivíduos e grupos ligados à criminalidade, mas perpassam relações interpessoais, sejam familiares, comunitárias ou comerciais. Um caso muito complexo por envolver uma família é apresentado pela UPC Citrolândia de Betim. Após a morte do pai, os três filhos se desorganizaram e passaram a apresentar um comportamento de risco que inclui o uso abusivo de álcool e outras drogas.

O grupo familiar em questão, mencionado no relatório da UPC Citrolândia, já se envolveu em trocas de tiros, a partir da tentativa de comercialização de drogas, provocando um conflito entre a região do Cruzeiro e Monte Calvário. A própria região do Cruzeiro onde vive a família é dividida, e uma região conhecida como Baixo Cruzeiro já está em conflito com a área que reside a família, devido os conflitos gerados, pelos três irmãos. As equipes dos programas PMC e FV tentam acompanhar a família, seja por uma tentativa de abordagem direta ou pela rede de proteção social, já existem denúncias que um dos irmãos casados agride sua companheira, que já está buscando apoio na rede de proteção social local.

Sobre os casos de violências relatados: **violências praticadas pelo tráfico 16 casos; violências por outros motivos 07 casos; conflito entre grupos armados 06 casos; outras violências 09 casos; expulsão de pessoas de suas moradias ou território 05 casos.**

As violências nos territórios são multicausais, ainda que ganhem maior visibilidade quando realizada pelo tráfico que muitas vezes promovem seus “tribunais” ou “corretivos” nos espaços públicos, para exibirem de forma exemplar, o resultado do descumprimento de seus códigos de grupo ou de território que muitas vezes a comunidade também está submetida. A UPC Jardim Leblon BH relata que a região da Vila Apolônia havia decidido comercializar crack na região, porém devido a cena de uso e as consequências nas dinâmicas sociais e criminais, decidiram voltar atrás na decisão. Alto número de circulação de pessoas de fora do território, aumento de pequenos furtos, perda de drogas, o que resultou em muitas situações de espancamentos públicos. Os usuários que geram transtornos, eram agredidos a pauladas e pedradas, com a proibição, o território retomou certa normalidade e um esvaziamento desse tipo de usuário.

As violências contra pessoas pacientes de saúde mental ou com algum transtorno, aparecem com frequência nos relatos, sejam pelo uso de álcool e outras drogas associados aos problemas já existentes, ou mesmo pela tentativa de se vincular ao crime e outros problemas interpessoais e comunitários. A UPC Jardim Teresópolis de Betim, relatou um caso de um homem que apanhou e levou golpes de facas, após cometer um roubo e se negar devolver os pertences subtraídos. O homem é assistido pelo PMC e é paciente de saúde mental, porém é alcoolista o que torna a sua situação muito complexa, e em várias situações diminui sua capacidade de avaliar os riscos de suas decisões, mesmo sob ameaça.

A UPC Vila CEMIG BH também relata o caso de um jovem que já foi ameaçado e acredito várias vezes, por furtos, porém o jovem também é paciente de saúde mental. A UPC Santos Reis de MOC apresenta o caso de violência contra um idoso, que foi agredido por um filho, paciente de saúde mental, sem adesão ao tratamento, o jovem além de agressor, pode se tornar vítima de justicamento no território. A UPC Santos Reis, juntamente com a rede de proteção social tem buscado formas de se aproximar do jovem.

A regulamentação violenta dos territórios, também acontece quando a própria comunidade demanda ação do tráfico ou de outros criminosos locais, a respeito das questões referentes ao assédio, abuso e/ou estupro. A UPC Santa Lúcia BH relata dois casos, um em setembro, em que um homem foi executado devido ter participado de uma agressão contra outro homem apontado como agressor de mulher. Este homem que foi espancado após ter agredido sua companheira, foi atrás de seus agressores, o que resultou no homicídio de um homem de 28 anos. O suspeito do homicídio deixou o território juntamente com a companheira vítima de agressões.

Um outro relato também da UPC Santa Lúcia BH diz de um carro de um comerciante que foi alvejado por traficantes locais, dado o boato que o mesmo abusou sexualmente de uma moradora, porém o comerciante, realizou contato com a equipe do PMC buscando orientações, e o mesmo disse que foi vítima de um boato, devido ciúmes da esposa de um amigo, do relacionamento de amizade entre os dois. O caso foi desmentido na comunidade, porém o homem optou em deixar a comunidade após o ocorrido, a comunidade chamou a ação de “Tribunal do Crime”. A UPC Vila CEMIG BH também relata uma ameaça de violência, de um jovem de 24 anos, que a mãe de uma adolescente, procurou pessoas do tráfico local para dizer que o rapaz, importunava sexualmente as moças do bairro, aparentemente o rapaz saiu do território.

Ainda em **Justinópolis**, após a confirmação da morte do “Gaúcho” o local já estava todo fechado e já havia presença maciça da polícia. Durante todo o dia várias informações circularam em grupos de WhatsApp, incluindo áudios e *prints* sobre possíveis ordens do tráfico de drogas impondo toque de recolher, fechamento de equipamentos e restrição de circulação, o que gerou muito medo por parte da população em circular pelos territórios (Mina, Maré, Kátia, Vila Bispo de Maura etc., e pelos bairros vizinhos (Céu Azul, Lagoinha, Lagoa, Jardim Leblon, Céu Anil, Nova Pampulha, entre outros), áreas que estariam sob o comando do “Gaúcho”. O toque de recolher imposto pelo

movimento do tráfico da Mina aos bairros, era para que todos respeitassem e cumprissem o luto pela morte do “patrão”, inclusive na Mina os barracões e comércios estenderam panos pretos para cumprir a determinação. Chegaram informações também que algumas escolas e postos de saúde em Justinópolis fecharam as portas, fato contestado pela polícia e prefeitura. Inclusive, homicídios têm sido registrados e lidos por parte da comunidade e oficineiros como desdobramentos dessa morte de Gaúcho, contudo ainda não contemplados pela leitura da polícia.

Ainda foram citados nos relatórios: **violência patrimonial 04 casos; pessoas desaparecidas com alguma relação ao crime 02 casos; pessoa desaparecida outros motivos 01 caso.** As dinâmicas criminais no território do Palmital estão bem conflituosas. No dia 17/09 houve um homicídio no bairro Duquesa II do jovem Lucas morador do Caldeirão. O fato foi noticiado pela mídia e de acordo com informações da matéria, Lucas estava conduzindo uma moto que havia sido roubada em Belo Horizonte. Em reunião com GEPAR foi confirmado a informação de uma possível “casinha” no bairro Duquesa II e que Lucas era envolvido com o tráfico, entretanto já havia um tempo que o jovem estava afastado do território.



Fonte:< <https://www.otempo.com.br/cidades/homem-em-moto-furtada-ha-dois-dias-e-morto-em-santa-luzia-1.2735535>>. Acessado aos 04/01/2023

Das violências mais relacionadas à questão de gênero e/ou ao machismo estrutural: **violência contra a mulher 25 casos; crimes contra a liberdade e dignidade sexual 8 casos.**

Em Ribeirão das Neves casos de violência contra a mulher, tem demandado de diversas UPCs articulações para proteção e outras intervenções. Em **Justinópolis** uma situação relativa à violência doméstica ocorrida na área limítrofe entre o bairro Maria Helena e Tony, encaminhado pelo gabinete de um vereador do município e chegou para atendimento do PMC. A vítima compareceu à UPC acompanhada por seus quatro filhos, todos menores de idade, e de imediato solicitou abrigo, pois informou estar em situação de violência, com risco iminente de morte por seu companheiro caso retornasse a casa. A partir desse relato várias articulações foram realizadas para entender a situação e buscar proteção para a mulher e filhos. Diante de informações e na impossibilidade de encontrar mecanismos comunitários de proteção e diante da urgência foram realizados contatos com os serviços de proteção à mulher no município, mas sem sucesso, pois segundo os dois equipamentos que são porta de entrada para o acompanhamento, DEAM e CREAS, seria necessário seguir o fluxo de atendimento, ou seja, registro da ocorrência na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - DEAM e atendimento pela equipe do CREAS para solicitação do abrigo, uma vez que o município integra o Consórcio Mulheres das Gerais. Devido ao horário, tal fluxo não foi possível e iniciamos as tratativas junto à diretoria do PMC para articulação junto aos serviços de Belo Horizonte para a solução da demanda. Essa situação deu visibilidade às fragilidades do município em relação à efetiva proteção à mulher vítima de violência, tais como, fluxo de atendimento muito engessado que não contempla os imprevistos e urgências, inexistência de atendimento de plantão na DEAM e inexistência de abrigo municipal. Sendo assim, algumas articulações junto ao Poder Judiciário e Ministério Público e aos serviços do município - DEAM, CREAS, Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, PVD e REVIM estão em andamento para pautar as fragilidades percebidas e tentar construir estratégias no manejo dos casos similares, como fluxos mais qualificados de atendimento à mulher vítima de violência. Ademais faz-se importante salientar que no momento a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher - REVIM, vivencia várias dificuldades e precisa urgentemente ser rearticulada e suas ações fortalecidas, inclusive sendo pautada pela Prevenção a fim de dar novo alinhamento a Rede.

Os relatórios têm dado muita visibilidade a gravidade da violência de gênero nos territórios, e outro aspecto também dessa violência que tem aparecido com maior frequência são relatos de aliciamento para prostituição e exploração sexual de adolescentes e mulheres, além dos casos de abusos. A UPC Vila Pinho BH relata que um espaço, que tem

sido promovido e que nas palavras da comunidade pelas travestis, que atraem os jovens para uso álcool e drogas, e lá os jovens são aliciados para relações sexuais com outros homens.

A gestão social que atua na UPC Vila Pinho BH e também na Vila CEMIG BH, relata um caso semelhante nos dois territórios que compõem a Regional Administrativa Barreiro em BH, onde existe a suspeita de um bar onde há suspeita que no local esteja ocorrendo aliciamento e exploração sexual de adolescentes e jovens. A equipe do FV já tem orientado os oficineiros em como abordarem os jovens que possam estar sendo aliciados ou explorados e tentarem uma vinculação com os mesmos por intermédio do programa.

A UPC Serra BH, da mesma maneira apresenta uma situação de suspeita de exploração sexual e prostituição na Vila Apolônia. Em reunião entre a UPC e o grupamento do GEPAR uma das pautas foi a preocupação com o crescente número de denúncias de abuso sexual infantil no núcleo familiar. E uma outra pauta que apareceu para as equipes do FV e PMC e a possibilidade de uma casa de fachada que oferece atendimentos de beleza na comunidade, mas funciona de fachada para aliciamento das jovens para prostituição.

As violências de gênero e também o abuso sexual de crianças e adolescentes, são demandas que precisam ser respondidos por toda rede de proteção social, para oferecer saída, suporte e apoio para as vítimas e os envolvidos, além da responsabilização dos autores. A UPC Jardim Felicidade relata que em outubro uma criança de 8 anos ao chegar em casa contou para os familiares que foi abusada por dois adolescentes da mesma escola. A polícia foi chamada muitas horas após o ocorrido, o exame de corpo de delito não constatou penetração no abuso, porém a criança foi muito agredida pela própria genitora devido toda situação, o que também gerou muita preocupação a equipe da UPC.

A UPC Minas Caixa BH, relata uma situação de uma adolescente de 15 anos com um quadro de depressão, o seu comportamento mudou desde que foi abusada pelo companheiro de sua avó quando tinha apenas 11 anos de idade. A equipe do PMC identificou o caso, quando desenvolveu o Projeto “É na Base” junto a escolas e alunos no território, e um dos objetivos da proposta é justamente a prevenção à violência doméstica e sexual sofrida principalmente por mulheres. Na mesma escola onde aconteceu o projeto, já houve relato de um professor acusado pelas alunas de assédio.

Mesmo quando as mulheres não são vítimas fatais da violência de gênero, temos casos como na Vila CEMIG BH, as outras faces da violência, como a violência psicológica e patrimonial dentre outras, a mulher em questão conseguiu se proteger do agressor com um facão e fugiu da sua casa, o homem transtornado ateou fogo na moradia e evadiu do local. No PTB Betim, a gestão social relata um caso de violência, motivado pela confissão de uma traição por parte da mulher que está gestante, o homem então decidiu atear fogo no corpo da mulher.



Fonte: <Homem é preso suspeito de atear fogo na companheira grávida - Gerais - Estado de Minas> Acessado em 05/01/22

Em relação a atuação das polícias nos territórios, foram relatados: operações policiais com repercussão ou de conhecimento das UPC's 27 casos; violência policial 15 casos.

No Beco do Fi (Território de abrangência da UPC **Taquaril**) notou atuação mais intensa da polícia em alguns dias específicos, diferente do período anterior, onde a mesma esteve presente o mês inteiro. Observamos que nesta região houve uma grande circulação das guarnições do GEPAR e TÁTICO, que realizavam abordagens dentro e fora

do microterritório, gerando assim o aumento da sensação de insegurança no local, de acordo com relato dos moradores. Destaca-se também que houve investigação da PUMA/PCMG que por sua vez, realizou buscas na referida região.

De acordo com o GEPAR trata de ações de patrulhamento e cumprimento de mandados de busca e apreensão de fortes nomes de lideranças do tráfico local. Um dos resultados dessas ações foi a prisão de Kerleson, conhecido como "Castor". Este último foi apontado como uma forte referência do tráfico de drogas no beco do Fi, o que chamou atenção das equipes visto que esse nome não aparecia antes ao se tratar de lideranças envolvidas na criminalidade. Em relação ao território Araribá de abrangência da UPC **PPL** - Tomou-se conhecimento através do tenente do GEPAR que houve uma diminuição de roubos e furtos na região da Pedreira, informação esta, que nos chama atenção se comparada aos dados recebidos em julho/2022, onde estavam acontecendo inúmeros furtos na região, sobretudo no conjunto IAPI. O que faz pensar sobre o possível não acionamento da comunidade à polícia quando os fatos acontecem. Compreendemos ainda que possivelmente a intensificação da polícia no território no mês anterior (agosto), contribuiu com a inibição de tais ações.

Na Mina, após a confirmação da morte do "Gaúcho" o local já estava todo fechado e já havia presença maciça da polícia. Durante todo o dia várias informações circularam em grupos de WhatsApp, incluindo áudios e prints sobre possíveis ordens do tráfico de drogas impondo toque de recolher, fechamento de equipamentos e restrição de circulação, o que gerou muito medo por parte da população em circular pelos territórios (Mina, Maré, Kátia, Vila Bispo de Maura etc.), e pelos bairros vizinhos (Céu Azul, Lagoinha, Lagoa, Jardim Leblon, Céu Anil, Nova Pampulha, entre outros), áreas que estariam sob o comando do "Gaúcho". O toque de recolher imposto pelo movimento do tráfico da Mina aos bairros, era para que todos respeitassem e cumprissem o luto pela morte do "patrão", inclusive na Mina os barracões e comércios estenderam panos pretos para cumprir a determinação. Chegaram informações também que algumas escolas e postos de saúde em Justinópolis fecharam as portas, fato contestado pela polícia e prefeitura. Inclusive outros homicídios têm ocorrido, lido pela equipe, oficineiros e parte da rede como desdobramentos dessa morte de Gaúcho, contudo, não positivada leitura pela polícia.

Ações de Proteção Social promovidas pelas Unidades: são inúmeras as ações e intervenções realizadas pelas unidades como forma de promoção da política de prevenção à criminalidade, e é importante darmos destaque às ações que vêm ocorrendo nos territórios, nesse sentido seguem algumas ações relatadas nos analíticos. A UPC Jardim Alterosas Betim, o PMC em parceria com Unidade Básica de Saúde realizou duas ações de prevenção ao câncer de mama durante a campanha do Outubro Rosa. Participou das construções e articulações das etapas preparatórias do Fórum Multiterritorial realizado pela UPC Centro Betim e Citrolândia Betim.

Importante destacar ainda que a equipe do PMC Jardim Alterosas em parceria com a Escola Estadual Tito Flavius, está construindo ação de enfrentamento a violência de gênero, assédio sexual e ao *bullying* para ser desenvolvida com os alunos e educadores. Tal ação está sendo acompanhada pela gestão social e supervisionada pela supervisão metodológica do PMC que vem alinhando com a equipe os ajustes necessários para que não haja confusão entre o que é atribuição da escola e o que pode ser construído com a rede.

A UPC PTB Betim, também realizou ações semelhantes, considerando o contexto das violências principalmente de gênero, a equipe dedicou esforços no sentido de fortalecer os espaços de discussão em rede, quais sejam o Fórum Intersectorial do PTB em seus dois níveis de debate, o Fórum de Saúde Mental, e a articulação com os serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, em especial a PPVD e o CREAM.

A UPC Carapina em GOVAL, também tem realizado diversas ações e articulação para promoção da política de prevenção à criminalidade, tais como:

Em setembro Projeto Local do FV, referente ao setembro amarelo, tema de prevenção ao suicídio, bem como reflexões e possíveis encaminhamentos. Tal ação é importante devido aos atendimentos individuais, o qual questões de saúde mental tem - se despontado e sobretudo a pauta suicídio. Ainda neste sentido tem se a preocupação com a relação à rede de saúde pública que não consegue abarcar essa demanda de forma individualizada.

Projeto de Circulação FV, "Cinema e Arte" que ocorreu na praça dos pioneiros, em parceria com a Vale do Rio Doce, e buscou contribuir e facilitar o acesso à cultura, lazer e informação. O cinema acontece em uma carreta com imagem, som digital e poltronas concernentes às salas de cinemas. Os adolescentes e jovens do Programa sempre demandam da equipe uma ida a este espaço, aludindo ao desconhecido e uma experiência nova, haja vista que essa realidade é distante dos jovens e adolescentes atendidos. O momento oportunizado foi único sendo dito pelos adolescentes e jovens, ter sido incrível.

Etapas Preparatórias para o Fórum Multiterritorial, com a temática "Empregabilidade como ferramenta de prevenção a criminalidade". Tal Fórum está sendo construído e será executado pelos 4 (quatro) programas da política de prevenção à criminalidade de Governador Valadares. Os encontros preparatórios estão ocorrendo nas oficinas do FV! e com o público atendido do PMC. Esse é um momento de discussão sobre o tema, levantamento de demandas e mobilização do público para o dia do Fórum.

Parceria com o Programa Descubra – Programa de Incentivo a Aprendizagem Profissional MG – que tem por objetivo qualificar e inserir no mercado de trabalho adolescentes e jovens egressos das medidas socioeducativas e ou em condição de trabalho infantil. A parceria é importante na perspectiva de ser mais uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho de adolescentes e jovens atendidos pelos programas.

Projeto “Copa FV!”, o qual foi escrito projeto para a Vara de Execução Penal, em parceria com o CONSEP, para garantir parte de recurso para execução do projeto, foi aprovado e a verba já está disponível na conta do CONSEP para execução. O Projeto será executado em dezembro/2022. As etapas eliminatórias da Copa FV já estão ocorrendo pelo território, sendo que os semifinalistas e finalistas, disputaram na praça de esportes da cidade com os jovens da UPC Turmalina.

Nos próximos relatórios tentaremos ainda mais tornar visível não apenas os desafios e complexidades dos territórios, mas as diversidades de ações de proteção social fomentadas e promovidas pelas unidades em todo estado.

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	
Indicador nº 9.2. Número de relatórios de gestão dos Programas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
9	9
Descrição do Indicador	
Descrição: A sistematização de informações é uma importante ferramenta para o adequado acompanhamento e avaliação das ações e projetos em desenvolvimento, de modo a ser possível fazer uma análise crítica acerca dos avanços e, principalmente, dos desafios. Este indicador visa mensurar a quantidade de relatórios mensais a serem entregues pela OS, de acordo com cada instrumento definido abaixo. Relatórios de Gestão das Oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! Este Relatório constitui na sistematização das informações dos relatórios das equipes técnicas, de modo a retratar a dimensão e a complexidade da execução das oficinas, que deverá conter, no mínimo: 1) número de oficinas (por UPC, município e geral); 2) percentual de oficinas de acordo com o período do dia (manhã, tarde, tarde/noite e noite); 3) percentual de oficinas de acordo com modalidade (esporte, cultura, arte, educação profissional), bem como o detalhamento de cada modalidade; 4) percentual de oficinas por local de realização (escola; creches; centros e associações comunitárias; igrejas; quadras públicas, campos de futebol e complexos esportivos; espaços alugados; praças e parques públicos; ruas e becos; Unidade de Prevenção; Centros de Referência da Assistência Social; outros); 5) número de oficinas implantadas, suspensas e encerradas (por UPC, município e geral); 6) número e percentual de oficinairos (por UPC, município e geral); 7) percentual de oficinairos por sexo e faixa etária (por UPC, município e geral); 8) número absoluto de jovens em oficinas (por UPC, município e geral); 9) média de jovens por oficina (por UPC e geral); 10) perfil dos jovens que frequentam as oficinas (por sexo e idade); 11) frequência média dos jovens às oficinas (por modalidade e geral); 12) frequência de encontros realizados em oficinas. Estes relatórios deverão, ainda, sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução dos projetos de oficinas no período de análise. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório de Gestão de Oficinas do Programa Fica Vivo a ser encaminhado à SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o vigésimo dia do mês subsequente ao mês de referência. Relatórios de Gestão do Programa Se Liga	

Este Relatório apresenta análises qualitativas e quantitativas das ações realizadas pelas equipes técnicas do Programa Se Liga, que deverá conter, no mínimo:

- 1) Número de atendimentos individuais realizados nas Unidades Socioeducativas com pré-egressos do Sistema Socioeducativo;
- 2) Número de Oficinas Introdutórias realizadas e de participantes;
- 3) Número de Oficinas Temáticas Internas realizadas e de participantes;
- 4) Número de Oficinas Temáticas Externas realizadas e de participantes;
- 5) Número de atividades culturais realizadas e de participantes;
- 6) Número de ações com familiares e de participantes;
- 7) Número de atendimentos individuais à egressos do Sistema Socioeducativo;
- 8) Número de oficinas realizadas com egresso do Sistema Socioeducativo e de participantes;
- 9) Número de discussão de estudo de casos junto às Unidades Socioeducativas;
- 10) Número de encaminhamentos à rede de proteção dos adolescentes atendidos;
- 11) Número de jovens que estão realizando algum curso, considerando a modalidade (aprendiz, qualificação básica para o trabalho, profissionalizante), bem como a situação do curso (andamento, concluído, não concluído, reprovado).

Estes relatórios deverão, ainda, sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução e gestão do Programa no período de análise. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório de Gestão do Programa Se Liga a ser encaminhado à SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o vigésimo dia do mês subsequente ao mês de referência.

Relatórios Gerais do Programa Selo Prevenção Minas

Este Relatório é elaborado a partir dos relatórios de acompanhamento mensais elaborados pelos

Articuladores de Prevenção à Criminalidade, que deverá conter, no mínimo:

- 1) Compilação e análise geral dos números e indicadores apontados nos Relatórios Mensais de Acompanhamento de cada município;
- 2) Análise das principais discussões e encaminhamentos das reuniões das Comissões Municipais de Prevenção à Criminalidade;
- 3) Análise das parcerias firmadas para viabilização do Programa por município, bem como das articulações feitas com as instituições;
- 4) Análise das ações de mobilização comunitária realizadas por município;
- 5) Análise do desenvolvimento das fases do Programa em cada município;
- 6) Descrição dos principais dificultadores e facilitadores da execução do Programa em cada município.

A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório Geral do Programa Selo Prevenção Minas, conforme diretrizes específicas emanadas pelo OEP, a ser encaminhado à SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o décimo dia útil subsequente ao mês de referência.

Unidade de medida: nº absoluto

Fonte de Comprovação: e-mail de encaminhamento dos relatórios para a SEJUSP/SUPEC

Fórmula de Cálculo: somatório de relatórios encaminhados pela OS parceira para a SEJUSP/SUPEC no período avaliatório

Polaridade: manter inalterado

Cálculo de Desempenho (CD): (resultado / meta) x 10

Fonte de comprovação do indicador

E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SESP/SUPEC.

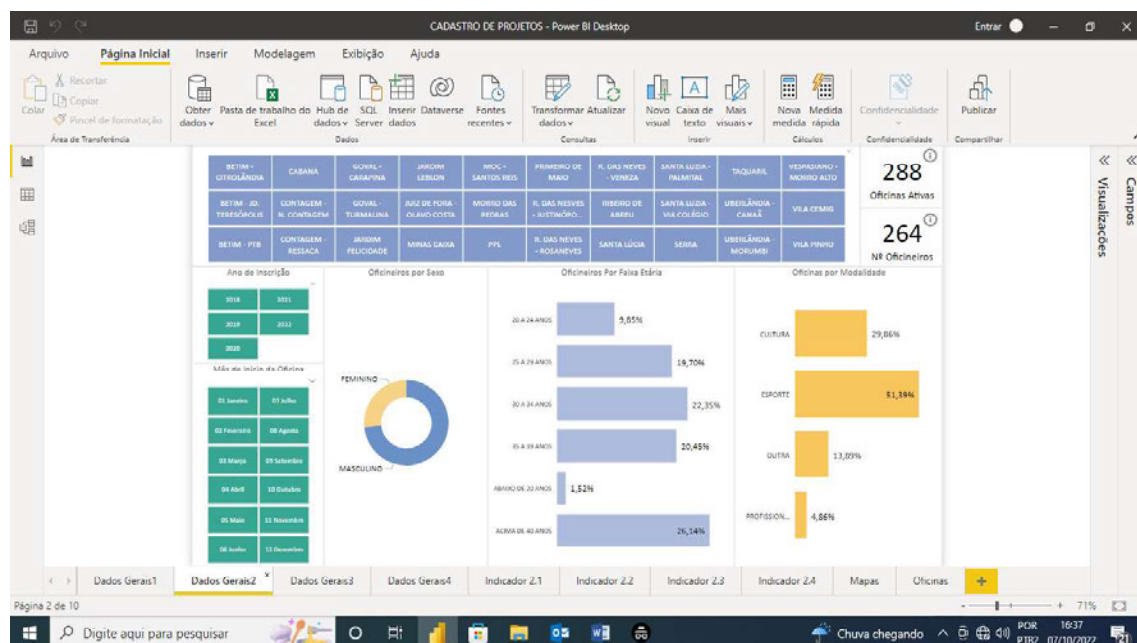
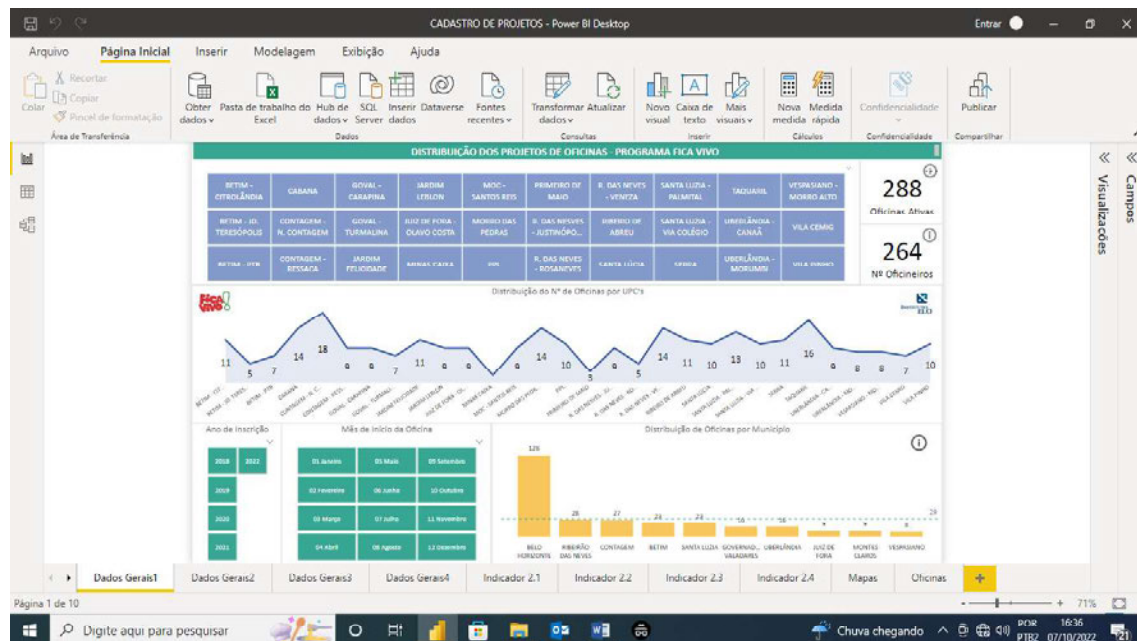
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

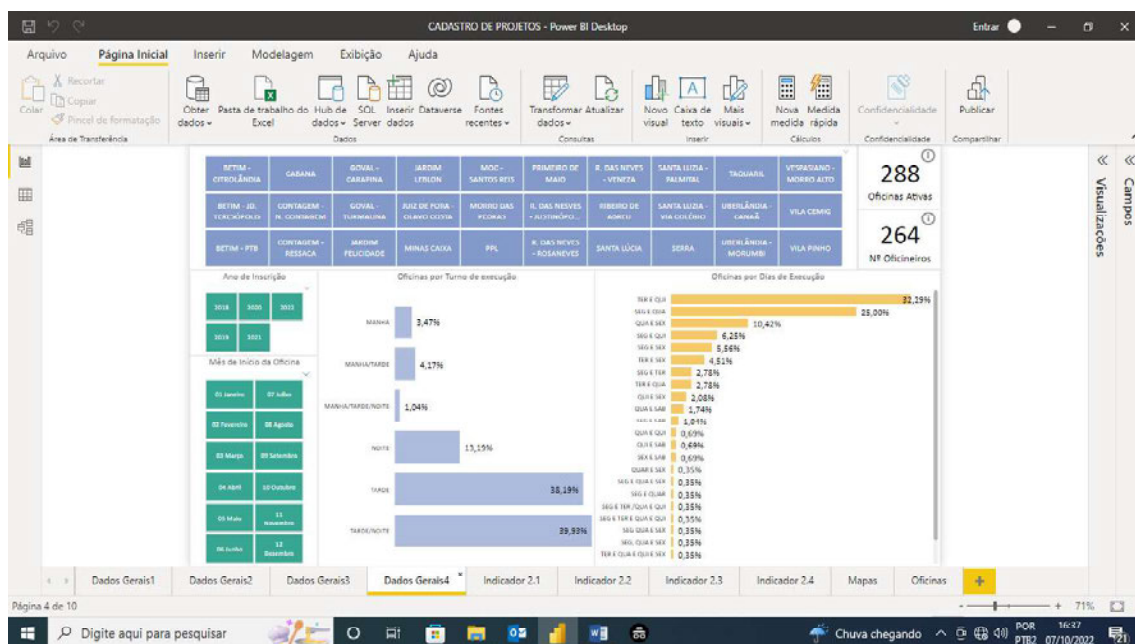
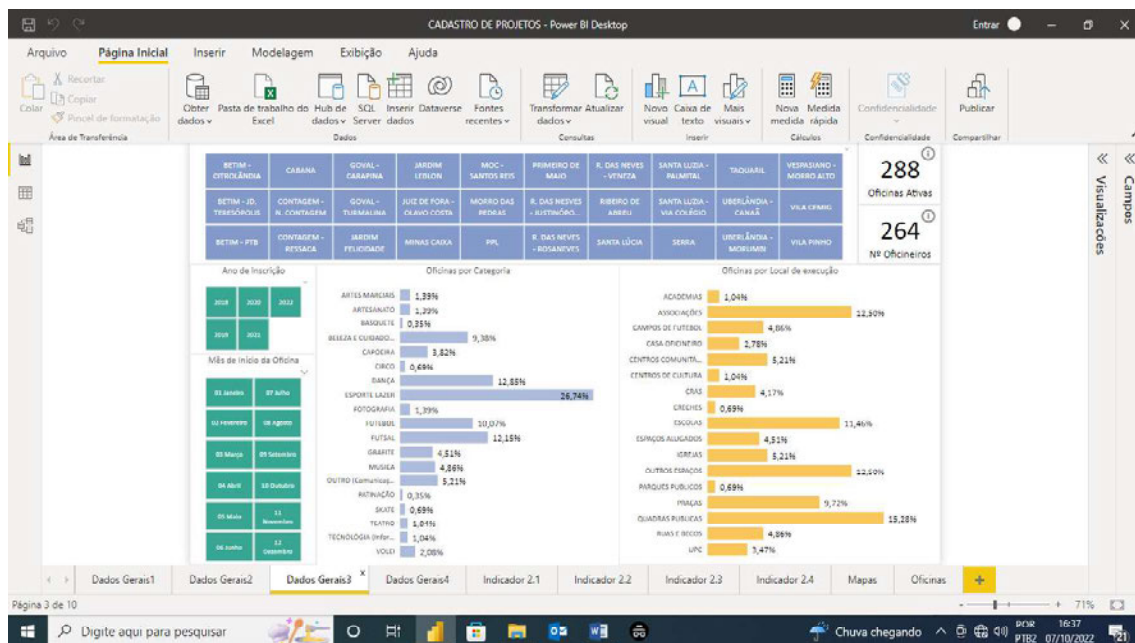
No 16º Período Avaliatório foram entregues 9 relatórios de gestão dos Programas, sendo 3 da Gestão do Programa Selo Prevenção, 3 da Gestão do Programa Se Liga e 3 da Gestão das Oficinas do Programa de Controle de Homicídios *Fica Vivo!*, **cumprindo integralmente a meta estabelecida.**

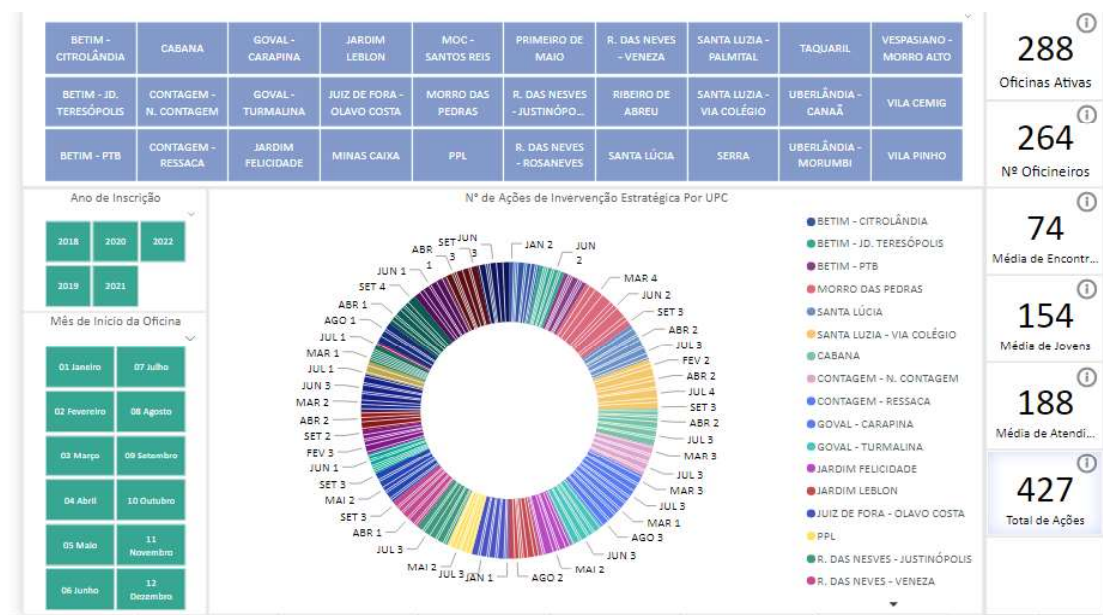
Sobre as atividades do Fica Vivo!, importante destacar que no último trimestre de 2021 o Programa tinha apenas 29 oficinas ativas e 26 oficineiros prestadores de serviço. Já no último trimestre de 2022 tem-se 293 oficinas ativas e 265 oficineiros.

Quanto ao formato de entrega do relatório de Gestão de Oficinas, o Departamento de Monitoramento vem desenvolvendo uma ferramenta de BI (*business inteligente*) para quem sabe substituir o modelo de relatório atual. O modelo proposto trata-se de um painel interativo (*dashboard*) construído no software Power BI da Microsoft que permite aos gestores do programa Fica Vivo visualizar e manipular informações mais atualizadas de forma dinâmica e interativa. Nele são apresentados os dados gerenciais das oficinas temáticas do programa Fica Vivo, bem como os indicadores de atendimentos que são monitorados pelo Instituto Elo segundo requisitos do Programa de Trabalho de execução da Política de Prevenção à Criminalidade do Estado de Minas Gerais.

Abaixo apresentados algumas imagens do projeto que vem sendo desenvolvido:







A expectativa é que essa ferramenta seja replicada para programas da prevenção social – Fica Vivo, PMC, Se Liga, PreEsp e Ceapa) ainda no ano de 2023.

Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 10.1. Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	
Descrição do Indicador	
Uma das atribuições do OEP no acompanhamento e fiscalização do Contrato de Gestão é a realização das checagens amostrais periódicas sobre o período avaliatório, conforme metodologia pré-estabelecida pela SEPLAG, gerando-se relatório conclusivo, que deve ser levado ao conhecimento dos membros da Comissão de Avaliação, quando da reunião desta. A metodologia estruturada pela SEPLAG, que norteia a realização deste procedimento, estabelece que o OEP deve verificar uma amostra de processos de compras, de contratação de serviços, contratação de pessoal, concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas. Deve-se observar se os processos executados estão em conformidade com o Regulamento de Compras e Contratações e com o regulamento interno contendo normas para concessão de diárias e procedimentos de reembolso, e se coadunam com o objeto do Contrato de Gestão. O Regulamento próprio deve ser construído de acordo com o manual disponibilizado no sítio eletrônico da SEPLAG, e aprovado tanto pela SEPLAG quanto pelo Órgão Estatal Parceiro – OEP. O regulamento estabelece procedimentos que devem, obrigatoriamente, ser observados pela entidade em suas compras e contratações. O Regulamento interno contendo as normas de concessão de diárias e procedimentos de reembolso é um documento normatizador da entidade, que deve ser elaborado por esta e submetido à aprovação prévia e formal do OEP e da SEPLAG. Este regulamento estabelece os procedimentos que, obrigatoriamente, devem ser seguidos pela entidade para a concessão de diárias e realização de reembolso de despesas. Para avaliar o percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, a SEPLAG estruturou um modelo de Relatório, que deve ser utilizado pelo OEP para demonstrar os processos analisados. Um dos itens desse relatório é a apuração do percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, que será utilizado para cálculo deste indicador. Importa salientar que, caso exista a necessidade de realização de checagem de efetividade (que verifica a conformidade dos processos considerados inconformes pela equipe de checagem amostral quando da realização deste procedimento), o resultado a ser considerado será o apurado após a finalização do respectivo relatório.	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios de Checagem Amostral e Elaborados pela Comissão Supervisora do Contrato de Gestão.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

As informações acerca do desempenho da OS nesse indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação já que os processos de avaliação ocorrem após a elaboração deste relatório.

Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 10.2. Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	-
Descrição do Indicador	
O objetivo deste indicador é verificar o cumprimento de atribuições de representantes do Órgão Estatal Parceiro e da OS na condução das atividades de monitoramento do Contrato de Gestão durante a execução deste instrumento jurídico. As atribuições inseridas neste documento emanam da Lei Estadual nº 23.081, de 2018, que dispõem sobre a qualificação de pessoa jurídica de	

direito privado como OS e sobre a celebração de Contrato de Gestão entre a entidade qualificada e o Poder Público Estadual, Decreto Estadual nº. 45.969/2002, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, e de boas práticas observadas na gestão de Contrato de Gestão.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

As informações acerca deste indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação, visto que os processos de avaliação ocorrem após a elaboração deste relatório.

3 – QUADRO DE PRODUTOS

Área Temática		Produto		Peso (%)	Início	Término	Período Avaliatório
1	Projetos de Emendas Parlamentares	1.1	Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade	12	Jul/22	Dez/22	16º
		1.2	Formação e Capacitação de Referências Comunitárias para Atuação Como Agentes de Segurança Cidadã	12	Jan/22	Dez/22	16º
		1.3	Capacitação de Oficineiros no Programa Fica Vivo	12	Jul/22	Dez/22	16º
		1.4	Qualificação e empreendedorismo de adolescentes e jovens atendidos pelos programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade	12	Dez/21	Dez/22	16º
		1.5	Projeto Circuito Liberdade: novas conexões com a cidade	12	Jul/22	Dez/22	16º
2	Diagnósticos	2.1	Diagnóstico de Implantação de Unidades de Prevenção à Criminalidade de base local	10	Jul/22	Dez/22	16º
		2.2	Diagnóstico de Implantação da Unidade de Prevenção à Criminalidade de abrangência Regional do Programa Selo Prevenção Minas	10	Jan/22	mai/22	14º
3	Ações do Programa PrEsp	3.1	Pesquisa de Recorrência Prisional de egressos do Sistema Prisional acompanhados pelo PrEsp	10	Jul/22	Dez/22	16º
		3.2	Cursos de qualificação profissional para o público do PrEsp	10	Fev/22	set/22	15º

5. ATRIBUTOS DOS PRODUTOS

Para o 16º Período Avaliatório, realizou-se os produtos descritos abaixo.

Área Temática: PRODUTOS	
Produto 1.1 – Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	94%
Descrição do Indicador	
Os “Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade” serão espaços de participação popular que ocorrerão nos territórios e municípios abrangidos pelas Unidades de Prevenção à Criminalidade. Serão discuti das diferentes temáticas, tais como, segurança pública cidadã e comunitária, fortalecimento da participação social na resolução de conflitos, prevenção à criminalidade, o enfrentamento à violência em razão de gênero, acesso ao Estado Democrático de Direito, juventudes, letalidade juvenil, lazer, políticas penais, entre outras. Deverão ser atendidas as seguintes diretrizes mínimas: a. A delimitação do tema deverá construída em conjunto com atores estratégicos, que por sua vez, devem guardar relação com o fenômeno mais amplo; b. A delimitação da área ou município de intervenção (considerar a área afetada pelo problema, tais como: uma vila, ruas, becos ou recortes específicos dentro da área de abrangência da UPC); c. Cronograma: definição de cronograma das ações de planejamento, execução e avaliação da(s) intervenção(es); d. Distribuição de tarefas operacionais para execução das ações; e. Considerar a necessidade de acionamento de algum órgão externo a comunidade; f. Elaboração dos documentos com as propostas do planejamento de cada fórum a ser realizado; g. Elaboração da intervenção (momento de operacionalização por parte dos colaboradores das UPC's): convites, material de divulgação, mobilização do público, entre outros; h. Registro da execução da intervenção (RGE da Gestão, relatórios qualitativos e quantitativos dos Programas de Prevenção); i. Realização de reunião de avaliação dos resultados das ações junto aos participantes (realizadores e público atendido). A OS será responsável por providenciar os recursos e insumos para a realização dos “Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade”, com atendimento da legislação e normas pertinentes. A OS deverá enviar à SUPEC para aprovação, em até 30 (trinta) dias corridos de antecedência da data de início do evento, o “Plano de Execução dos Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade” que contemple todas as diretrizes emanadas pela SUPEC quanto à sua realização. A OS também deverá encaminhar à SUPEC o Relatório de Execução com todas as informações que demonstrem a regular execução de todos os “Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade”, segundo modelo fornecido pela SUPEC. Após encaminhar o Relatório Circunstanciado, a SUPEC terá até 10 (dez) dias úteis para análise e aprovação. Na análise de aprovação do produto, deverão ser consideradas todas as informações contidas no Relatório, bem como o conjunto de fatores que aferem a qualidade e o cumprimento da finalidade dos Fóruns.	
Fonte de comprovação do Produto	
Critério de aceitação: Relatório de Resultado aprovado pela SUPEC Fonte de Comprovação: Relatório de Execução aprovado e listas de presença	

A seguir está descrita um resumo da execução dos Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade em 15 municípios, quais sejam, Betim, Contagem, Ibirité, Ipatinga, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Juiz de Fora, Montes Claros, Patos de Minas, Sete Lagoas, Uberaba, Uberlândia, Vespasiano, Divinópolis e Governador Valadares. Os encontros visaram promover a discussão de temáticas relevantes ao convívio social e à segurança pública em um espaço de participação popular a partir da integração do público dos programas da Política de Prevenção Social à Criminalidade e das organizações parceiras. Ao todo já participaram mais de 1.256 pessoas e, para fechar o projeto, está prevista a realização do Fórum Multiterritorial de Belo Horizonte em fevereiro de 2023.

Betim:

<i>Data</i>	<i>Dia da Semana</i>	<i>Horário</i>	<i>Município</i>	<i>Tema</i>	<i>Estimativa de público</i>
07/12/2022	quarta-feira	13hs	BETIM	Comunidade, Família, Território e Violência	150 pessoas

O Fórum Multiterritorial de Betim que aconteceu no dia 7 de dezembro no auditório da Prefeitura de Betim, teve como tema “Comunidade, Família, Território e Violência”. Houve uma mobilização e participação significativa do público atendido dos territórios e da rede, com aproximadamente 150 pessoas presentes. O evento contou com duas mesas temáticas: Violência e Rede e a outra Juventude, Masculinidade e Gênero.

**Contagem:**

<i>Data</i>	<i>Dia da Semana</i>	<i>Horário</i>	<i>Município</i>	<i>Tema</i>	<i>Estimativa de público</i>
30/11/2022	quarta-feira	13hs	CONTAGEM	Acessa aí: Articulando Redes.	70 pessoas

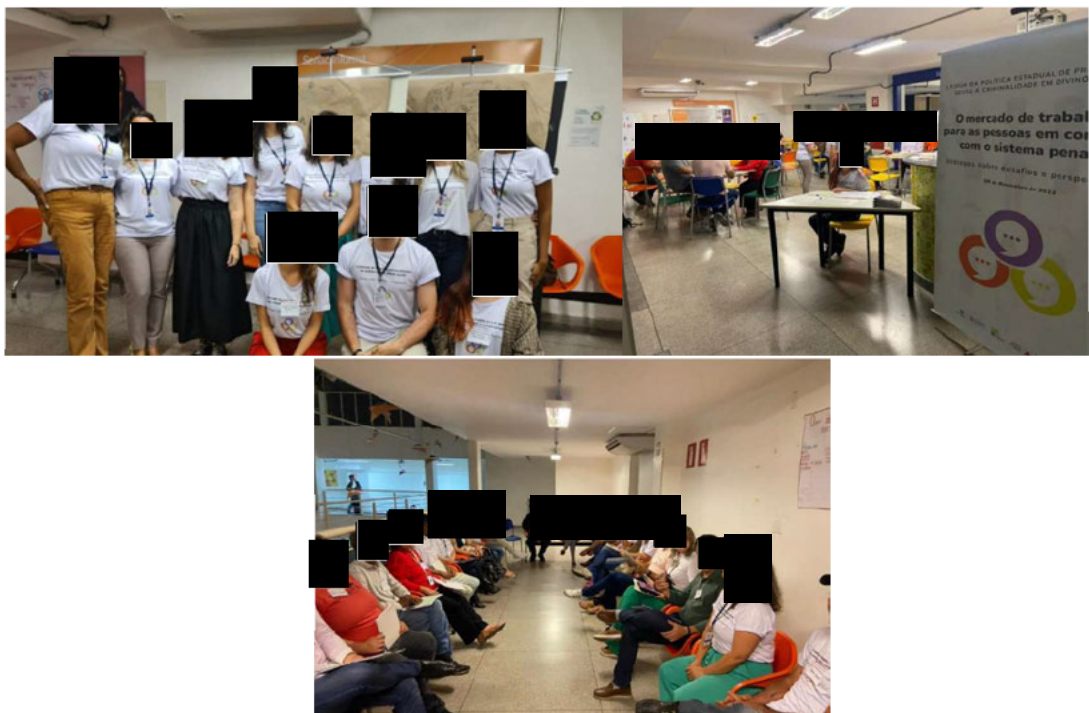
O Fórum de tema “Acessa aí: Articulando rede” aconteceu no município de Contagem, no dia 30 de novembro de 2022. O evento teve a presença de 70 pessoas.



Divinópolis

Data	Dia da Semana	Horário	Município	Tema	Estimativa de público
09/11/2022	quarta-feira	17hs	DIVINÓPOLIS	O mercado de trabalho para as pessoas em contato com o sistema penal: desafios e perspectivas	50 pessoas

O Fórum Multiterritorial de tema "O mercado de trabalho para as pessoas em contato com o sistema penal: desafios e perspectivas" ocorreu em Divinópolis, no dia 9 de novembro de 2022. O evento contou com a presença de 50 pessoas.



Governador Valadares

<i>Data</i>	<i>Dia da Semana</i>	<i>Horário</i>	<i>Município</i>	<i>Tema</i>	<i>Estimativa de público</i>
26/11/2022	sábado	9hs	GOVERNADOR VALADARES	Empregabilidade como ferramenta de prevenção à Criminalidade	80 pessoas

No sábado, dia 26 de novembro, foi realizado em Governador Valadares o Fórum Multiterritorial com o tema: Empregabilidade como ferramenta de prevenção a criminalidade. Tivemos a participação muito relevante do Sebrae e do Banco de empregos, além de outros parceiros da rede que trouxeram uma contribuição positiva contando experiências de empreendedorismo nos territórios e dialogando com o protagonismo do jovem e o recorte racial nas questões do emprego e renda. Também houve espaço para exposição e venda de comidas e artesanato feitos por pessoas acompanhadas pelos Programas (teve chaveiro, tapetes, doces de compota, temperos, panos de prato, amendoim caramelizado e mais).



Ibirité:

<i>Data</i>	<i>Dia da Semana</i>	<i>Horário</i>	<i>Município</i>	<i>Tema</i>	<i>Estimativa de público</i>
07/12/2022	quarta-feira	9hs	IBIRITÉ	Diálogo sobre gênero, raça e acesso a renda entre o público atendido pela UPC Ibirité e a rede de proteção e de alternativas penais no município	50 pessoas

Na data de 7 de dezembro de 2022, foi realizado o Fórum Multiterritorial da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, promovido pela Central de Acompanhamento de Alternativas Penais - CEAPA e pelo Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional - PrEsp, ambos programas estaduais da Unidade de Prevenção à Criminalidade em Ibirité.

O evento ocorreu no espaço do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, sediado na rua Arthur Campos, 146 – Centro, Ibirité/MG (subsolo do Prédio do Juizado Especial) onde foi discutida a temática: “Diálogo sobre gênero, raça e acesso à renda entre o público atendido na Unidade de Prevenção à Criminalidade de Ibirité e a rede de proteção e de alternativas penais no município”.

Ressalta-se que, a participação do público deu-se a partir dos grupos reflexivos

A finalização ocorreu com a participação de 84 pessoas que interagiram durante o diálogo, das quais 46 são pertencentes ao público que vem sendo acompanhado nos serviços da UPC - Ibirité e equipamentos públicos do município e 38 são profissionais da rede parceira.



Ipatinga

<i>Data</i>	<i>Dia da Semana</i>	<i>Horário</i>	<i>Município</i>	<i>Tema</i>	<i>Estimativa de público</i>
-------------	--------------------------	----------------	------------------	-------------	----------------------------------

26/11/2022	sábado	9hs	IPATINGA	“Almoço com a Prevenção” - Vulnerabilidades: Fatores de risco, proteção e suas várias interfaces”	60 pessoas
------------	--------	-----	----------	---	------------

O Fórum Multiterritorial ocorrido em Ipatinga teve como tema “Almoço com a Prevenção” - Vulnerabilidades: Fatores de risco, proteção e suas várias interfaces”. O evento foi realizado no dia 26 de novembro de 2022 e teve a presença de 60 participantes.



Juiz de Fora

<i>Data</i>	<i>Dia da Semana</i>	<i>Horário</i>	<i>Município</i>	<i>Tema</i>	<i>Estimativa de público</i>
-------------	--------------------------	----------------	------------------	-------------	----------------------------------

15/12/2022	quinta-feira	18hs	JUIZ DE FORA	Fortalecendo o Diálogo e a Disseminação sobre a Segurança Cidadã e Comunitária	80 pessoas
------------	--------------	------	--------------	--	------------

No dia 15 de dezembro de 2022, na Faculdade Metodista Granbery, às dezoito horas, teve início o Fórum Multiterritorial de Prevenção à Criminalidade: Fortalecendo o Diálogo e a Disseminação sobre a Segurança Cidadã e Comunitária. O fórum teve como objetivo discutir de forma ampliada a temática da Segurança Cidadã e Comunitária, junto ao público dos cinco Programas da Política de Prevenção à Criminalidade, ofertados nas três Unidades de Prevenção à Criminalidade, de abrangência Territorial (Fica Vivo e PMC), Regional (Se Liga) e Municipal (Ceapa e PrEsp) e junto à Rede, de forma territorial e municipal.

O evento reuniu 120 participantes, entre credenciados, ouvintes e equipe.



Montes Claros

<i>Data</i>	<i>Dia da Semana</i>	<i>Horário</i>	<i>Município</i>	<i>Tema</i>	<i>Estimativa de público</i>
11/11/2022	sexta-feira	14hs	MONTES CLAROS	Participação Social e Cidadania	100 pessoas

No dia 11 de novembro de 2022 no espaço de eventos do Sesc Montes Claros de 14:00 às 17:00hs foi realizado o I Fórum Multiterritorial: participação social e cidadania direcionado aos públicos participantes dos encontros

preparatórios realizados pelos programas CEAPA, PRESP, Fica Vivo e Mediação de Conflitos de Montes Claros. E contou com aproximadamente 78 participantes.

A temática de Participação Social e Cidadania atravessa o trabalho realizado por todos os Programas. É possível identificar que a participação social é normalmente abordada pelo público diante da necessidade de acessar algum serviço ou benefício do governo, sendo necessário promover espaços que favoreçam tais discussões de modo mais aprofundado. Normalmente, pautas relacionadas à participação, elaboração e fiscalização das políticas públicas são mais distantes do cotidiano das comunidades e territórios. Tais discussões entre os públicos atendidos fortalecem a participação social e o exercício da cidadania; algo muito "caro" ao trabalho da Prevenção. Assim, o evento teve por objetivo favorecer uma discussão direcionada à participação Social (a partir das vivências dos participantes) e Cidadania numa perspectiva de acesso a direitos.



Patos de Minas

<i>Data</i>	<i>Dia da Semana</i>	<i>Horário</i>	<i>Município</i>	<i>Tema</i>	<i>Estimativa de público</i>
29/11/2022	terça-feira	13:30hs	PATOS DE MINAS	Patos de Minas - Segurança Cidadã em Patos de Minas - prevenção à criminalidade, trabalho em rede e participação social	50 pessoas

No dia 30 de novembro de 2022 foi realizado o Fórum Multiterritorial Segurança Cidadã: Prevenção a Criminalidade, Trabalho em Rede e Participação Social, do Programa Selo Prevenção Minas/ Patos de Minas.

Promovemos um espaço de participação da sociedade civil, onde atores comunitários, entre eles moradores, usuários e público atendido pelos 4 Cras do município puderam fazer parte de uma mesa de debates. O programa convidou um representante de cada território dos 4 Cras para que pudessem discutir as seguintes temática: Sentimento de pertencimento pelo bairro e pela cidade; Organização popular e comunitária; Segurança para além da repressão- A Importância das Políticas Públicas e acesso aos direitos e A importância dos equipamentos públicos dentro do bairro.

Um momento marcante se refere à fala do Sr. Édson participante da mesa de debates: “ Queria começar falando que tenho 65 anos e nunca vi isso aqui acontecer, poder público dialogar com a gente dessa forma”



Ribeirão das Neves

<i>Data</i>	<i>Dia da Semana</i>	<i>Horário</i>	<i>Município</i>	<i>Tema</i>	<i>Estimativa de público</i>
17/12/2022	sábado	08:30hs	RIBEIRÃO DAS NEVES	Violências e Criminalidades: A Prevenção por meio da Segurança Pública Cidadã	80 pessoas

Em 17 de dezembro de 2022, na Escola CAIC, ocorreu o Fórum de Ribeirão das Neves. O tema foi: “Violências e Criminalidades, a prevenção por meio da segurança cidadã”. Foram realizadas discussões ao longo do último bimestre do ano em seis atos preparatórios nos diversos territórios de Ribeirão das Neves, o que possibilitou a mobilização e discussão de público. Houve uma cena curta teatral que abordou violência contra mulheres e também duas palestrantes abordando o tema proposto. O evento contou com 112 participantes.

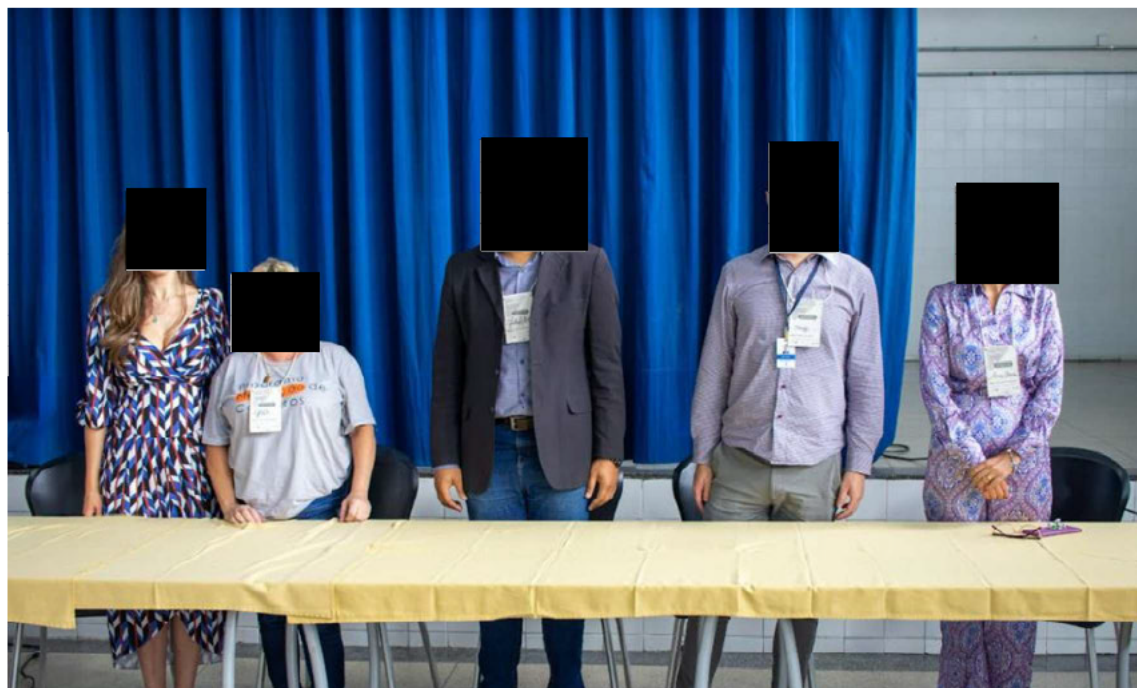
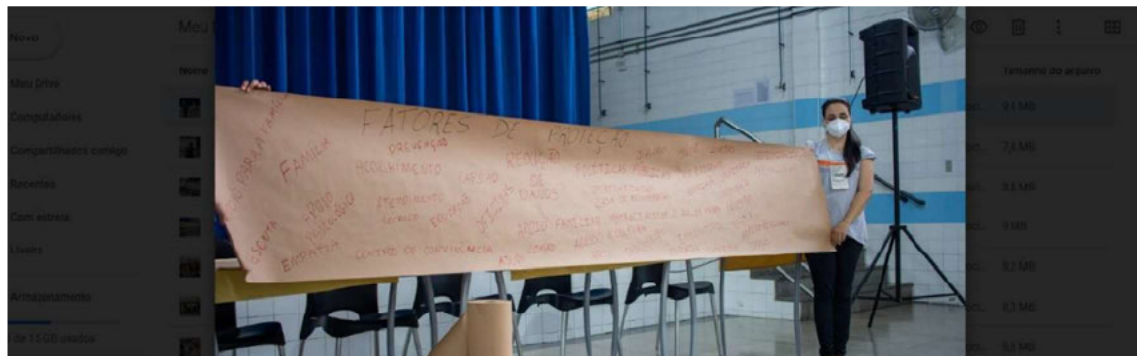


Santa Luzia

<i>Data</i>	<i>Dia da Semana</i>	<i>Horário</i>	<i>Município</i>	<i>Tema</i>	<i>Estimativa de público</i>
07/12/2022	quarta- feira	13hs	SANTA LUZIA	E aí, bora conversar?! Prevenção à Criminalidade no diálogo sobre o uso abusivo de álcool e outras drogas como desencadeador de violências.	70 pessoas

No dia 7 de dezembro de 2022 ocorreu o Fórum Multiterritorial no Sesc-MG, em Santa Luzia. Participaram do evento lideranças comunitárias, oficinas do programa Fica Vivo, jovens da comunidade, representantes de instituições do terceiro setor e da rede municipal de proteção social.

O objetivo era discutir os fatores de proteção relacionados ao uso abusivo de álcool e outras drogas, tendo como palavras norteadoras: “Segurança Cidadã, Família e Violências”. Participaram, aproximadamente, 80 pessoas.



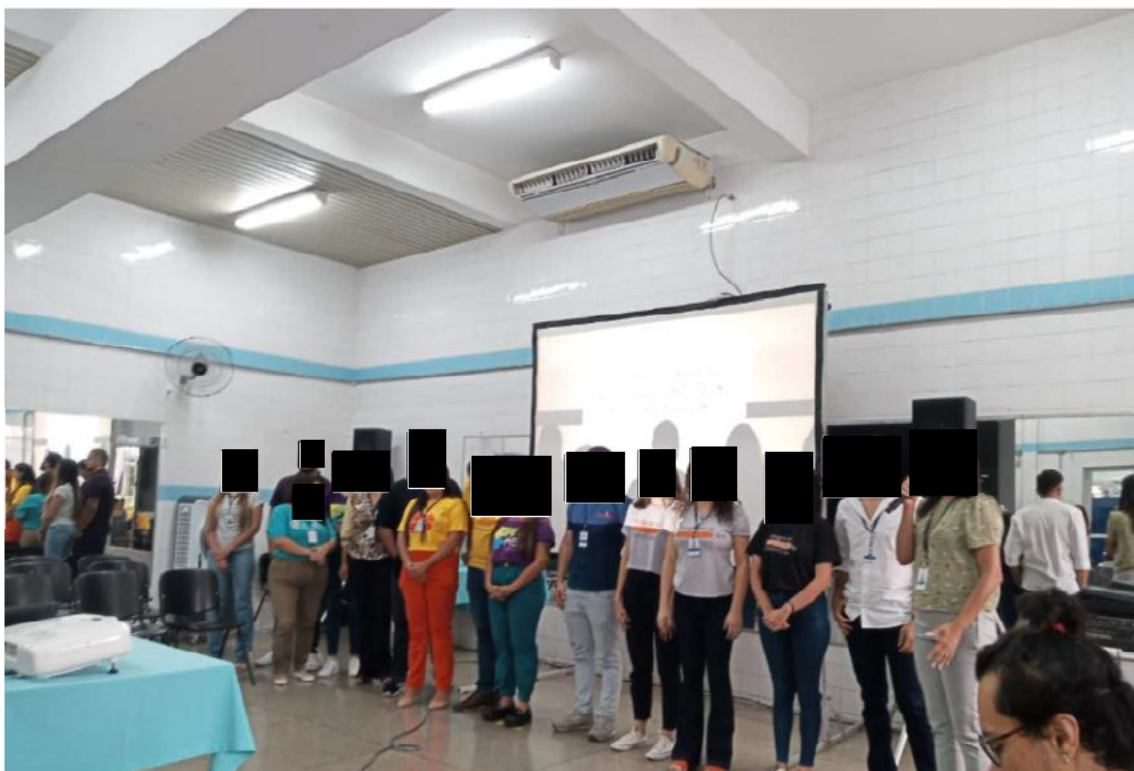


Sete Lagoas:

<i>Data</i>	<i>Dia da Semana</i>	<i>Horário</i>	<i>Município</i>	<i>Tema</i>	<i>Estimativa de público</i>
17/11/2022	quinta-feira	09:30hs	SETE LAGOAS	Segurança Pública Cidadã e Comunitária: O papel da comunidade na prevenção à criminalidade	70 pessoas

O Fórum Multiterritorial de Sete Lagoas ocorreu no dia 17 de novembro de 2022 e tem como tema “Segurança Pública Cidadã e Comunitária: O papel da comunidade na prevenção à criminalidade”. Além disso, pôde contar com aproximadamente 70 pessoas presentes.





Uberaba:

<i>Data</i>	<i>Dia da Semana</i>	<i>Horário</i>	<i>Município</i>	<i>Tema</i>	<i>Estimativa de público</i>
23/11/2022	quarta-feira	17:30hs	UBERABA	Segurança Cidadã e Democracia: a inserção das pessoas egressas do sistema prisional e das pessoas em alternativa penal no mercado de trabalho	30 pessoas

Foi realizado no dia 23 de novembro de 2022, no Município de Uberaba, o Fórum Multiterritorial da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, com o tema: "Segurança Cidadã e Democracia: os desafios das pessoas egressas do Sistema Prisional e das pessoas em alternativas penais no mercado de trabalho". O evento contou com aproximadamente 45 pessoas.

Além disso, buscou-se promover o engajamento e a participação do público acompanhado dos programas PRESP e CEAPA e da rede parceira, para construções de estratégias para sanar os desafios da empregabilidade formal no município. Como produto do Fórum, foi possível construir um documento com a colaboração do público e da rede, contendo proposta de curto, médio e longo prazo, para serem executadas em parceria com diversos atores da rede, a fim de que surjam oportunidades efetivas de acesso ao trabalho.



Uberlândia

<i>Data</i>	<i>Dia da Semana</i>	<i>Horário</i>	<i>Município</i>	<i>Tema</i>	<i>Estimativa de público</i>
22/11/2022	terça-feira	13hs	UBERLÂNDIA	Fórum de Segurança Cidadã e Prevenção à Violência de Gênero para Acesso à Direitos	60 pessoas

No dia 22 de novembro de 2022, foi realizado o Fórum Multiterritorial sobre Segurança Cidadã, Prevenção à Violência de Gênero e Acesso a Direitos em Uberlândia. O evento contou com a presença de referências comunitárias, pessoas atendidas, oficinas/as, defensoria pública, universidade e outros atores que estão envolvidos com o tema proposto.

Presenciaram esse encontro facilitadoras mulheres que estudam e trabalham com a temática de forma interseccional. O encontro foi construído a partir das provocações das unidades de base local e municipal sobre as diversas violências de gênero, reflexões sobre masculinidade hegemônica e questões relacionadas a juventude, etnia e raça.

Estiveram presentes 61 participantes.





Vespasiano:

<i>Data</i>	<i>Dia da Semana</i>	<i>Horário</i>	<i>Município</i>	<i>Tema</i>	<i>Estimativa de público</i>
06/12/2022	terça-feira	16hs	VESPASIANO	Nós invisíveis: quais as violências que nos atravessam	40 pessoas

No dia 06 de dezembro de 2022 no teatro municipal Matilde Maria Fonseca, foi realizado Fórum Multiterritorial da política de Prevenção à Criminalidade no município de Vespasiano. O tema foi “Nós invisíveis: quais violências nos atravessam?”

O evento contou com a presença dos convidados Breno [REDACTED], Dandara [REDACTED] e Mauri [REDACTED], que corroboraram para discussões. Além disso, também teve a presença e participação comunitária do grupo de teatro ONG Abraçar, Mano Ró, Oficina FV! Hip Hop na Veia e Willian [REDACTED].

Foi um evento em que os moradores conseguiram trazer os desafios frente ao enfrentamento das violências, principalmente as naturalizadas socialmente. Ademais, também foram feitas propostas que possam ser postas em prática para avanços no município.



Área Temática: PRODUTOS	
Produto 1.2 – Formação e Capacitação de Referências Comunitárias para Atuação Como Agentes de Segurança Cidadã	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	100%
Descrição do Indicador	
Descrição: O projeto “Formação e Capacitação de Referências Comunitárias para Atuação Como Agentes de Segurança Cidadã” é produto de emenda parlamentar da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais que objetiva promover formação em Segurança Cidadã e Mediação Comunitária à moradores das áreas de abrangência do Programa Mediação de Conflitos, de modo a ampliar o acesso a direitos sobre questões afetas às diversas violências vivenciadas por este público. Ademais, objetiva disseminar os preceitos de segurança cidadã ao fortalecer a premissa da participação social à luz do art. 144 da Constituição Federal, que aduz "A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos(...)". A OS será responsável por providenciar os recursos e insumos para a realização do projeto, com atendimento da legislação e normas pertinentes. A OS deverá enviar à SUPEC para aprovação, em até 30 (trinta) dias corridos de antecedência da data de início do evento, o Plano de Execução que contemple todas as diretrizes emanadas pela SUPEC quanto à sua realização. A OS também deverá encaminhar à SUPEC o Relatório de Execução com todas as informações que demonstrem a regular execução do projeto, bem como as fontes de comprovação, segundo modelo fornecido pela SUPEC. Após encaminhar o Relatório de Execução, a SUPEC terá até 10 (dez) dias úteis para análise e aprovação. Na análise de aprovação do produto, deverão ser consideradas todas as informações contidas no Relatório, bem como o conjunto de fatores que aferem a qualidade e o cumprimento da finalidade do projeto.	
Fonte de comprovação do Produto	
Critério de aceitação: Relatório de Execução aprovado pela SUPEC Fonte de Comprovação: Relatório de Execução aprovado pela SUPEC	

Foi elaborado e entregue para a Supec um relatório completo detalhando todo o processo de execução e sobre as características do público atendido pelo Projeto. A seguir apresenta-se um resumo desse documento.

O documento em questão apresenta os resultados do “Produto 3.2 – Cursos de qualificação profissional para o público do PrEsp”, conforme previsto no Programa de Trabalho do VI Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 02/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo. Tem como objetivo principal trazer informações qualificadas e relevantes sobre o processo de execução do projeto e dos cursistas.

Em 2019, a Supec conseguiu recursos via emenda parlamentar para viabilizar o curso de “Formação e Capacitação de Referências Comunitárias para Atuação Como Agentes de Segurança Cidadã”. Contudo, devido às restrições pandêmicas, somente em 2022 durante os meses correspondentes ao 16º período avaliatório, foi possível ter condições sanitárias relativamente seguras e estáveis para viabilizar a execução do Projeto.

O principal objetivo do curso foi instrumentalizar a atuação de referências comunitárias nas áreas de intervenção do Programa Mediação de Conflitos, a fim de que estes contribuam para a prevenção de homicídios oriundos da violência contra a mulher, dos conflitos de vizinhos, da violência doméstica e familiar e da violação de direitos a partir da promoção de meios pacíficos de gestão de conflitos, estimulando a organização comunitária, aplicando e disseminando princípios e técnicas de mediação, bem como promovendo a cultura de paz em sua comunidade.

Esse projeto teve como objetivos específicos:

1. Fomentar o capital social e a coletivização de demandas;
2. Estimular a participação e a organização comunitária;
3. Fortalecer o vínculo com a rede de proteção local;
4. Disseminar a cultura de paz e os princípios da mediação comunitária;

5. Contribuir para o fortalecimento dos fatores de proteção com foco na prevenção à criminalidade;
6. Favorecer o acesso a direitos;
7. Concretizar ações voltadas à prevenção de homicídios oriundos da violência contra a mulher, dos conflitos de vizinhos, da violência doméstica e familiar e da violação de direitos.

Nesse contexto, o curso teve como público alvo lideranças e referências comunitárias dos territórios em que o Programa Mediação de Conflitos está inserido em Belo Horizonte, na Região Metropolitana e no Interior do Estado de Minas Gerais. Ao todo foram envolvidas 28 UPC's do Programa no estado. Cada uma dessas equipes ficou responsável por mobilizar 8 ou mais Referências Comunitárias ou Moradores que apresentem experiências e/ou potenciais de comprometimento com a busca pela cultura de paz em suas comunidades.

Viabilizar a realização de um curso presencial, com 10 encontros, em 28 UPC's distribuídas pelo estado de Minas Gerais, com um orçamento de 100 mil reais exigiu grande capacidade de articulação, organização, dedicação e criatividade de todos os envolvidos.

A organização dos cursos foi feita minuciosamente a fim de que alunos e alunas se mantivessem presentes nas aulas. Os resultados transparecem tal esforço, de modo que 81% das vagas propostas inicialmente foram finalizadas com alunos e alunas recebendo o certificado, percentual que supera a meta estabelecida em 35%.

De modo geral, a empreitada relatada buscou contribuir de modo a potencializar a atuação dessas referências comunitárias. Estas foram instrumentalizadas como Agentes Comunitários de Cidadania, podendo intervir de forma fundamentada com o principal intuito de prevenir situações de violência e/ou relacionadas à criminalidade. Entende-se, assim, a importância da manutenção do vínculo entre a Política de Prevenção à Criminalidade e tais atores comunitários, uma vez que a atuação desses agentes em comunidade se apresenta como um aspecto imprescindível para o cumprimento dos objetivos da Política.

A partir da análise de perfil dos alunos certificados, denota-se um perfil de sujeitos de considerável parcela feminina. Além disso, aproximadamente 30% do total analisado já teve ingresso no Ensino Superior e a maioria dos cursistas concluintes se autodeclara preta ou parda. Ainda, o grupo é composto por, majoritariamente, pessoas solteiras ou casadas e sua maioria avaliou positivamente a realização da atividade cursada.

Ainda, foi investigada a auto avaliação dos alunos acerca de seu interesse no curso e de seu nível de aprendizado. As notas médias contabilizadas foram, respectivamente, 9,6 e 9,5.

Alguns pontuaram que o tempo poderia ser maior a fim de abarcar o tema de forma mais minuciosa. Quanto às videoaulas, alguns dos comentários assinalaram que poderiam ter ocorrido de forma presencial ou disponibilizadas para consulta em outro momento que não o da aula. Além disso, algumas referências sugeriram aplicações práticas do aprendizado ao longo do curso, argumentando que o envolvimento do território e comunicação com a população poderiam também compor as atividades propostas no percurso do curso. De modo geral, o Projeto foi muito elogiado e correspondeu satisfatoriamente à demanda do público enfocado. Os comentários também mencionaram interesse em dar continuidade no trabalho iniciado no Projeto e nas discussões ali suscitadas, seja em comunidade, seja em mais capacitações que possibilitem ferramentas às referências comunitárias a fim de contribuir na redução e prevenção de violências e tópicos correlatos.

De um ponto de vista objetivo, o projeto apresentou alto nível de sucesso com a qualificação de 182 referências comunitárias em 28 UPC's e excelente avaliação dos cursistas. Ainda, é importante ressaltar os efeitos indiretos e subjetivos do projeto, tais como maior proximidade das equipes do Programa com as lideranças locais, maior conhecimento das equipes sobre a história e o território ao qual atuam, fortalecimento do vínculo entre as lideranças locais (visto que, apesar de se conhecerem, tinham poucas oportunidades de sentar para falar sobre segurança pública de forma orientada e regular) e o fortalecimento do PMC enquanto um equipamento de referência nos territórios. Certamente, mais que formar lideranças, o projeto plantou sementes importantes para atuações mais qualificadas e duradouras com bons frutos a serem colhidos a curto e médio prazo.



Formatura das UPC's de BH e Região Metropolitana

Área Temática: PRODUTOS	
Produto 1.3 – Capacitação de Oficineiros no Programa Fica Vivo	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	100%
Descrição do Indicador	
O projeto "Capacitação de Oficineiros do Programa Fica Vivo" é produto da emenda parlamentar da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais que visa qualificar a discussão sobre letalidade juvenil, criminalização da juventude e segurança pública cidadã; ampliar o compartilhamento de experiências e boas práticas na intervenção com adolescentes e jovens com trajetórias de envolvimento com a criminalidade e/ou adotam condutas de risco; promover o aperfeiçoamento da análise dos conflitos e rivalidades violentas que as juventudes vivenciam em suas comunidades, como estratégia de prevenção e redução de resolução violenta e/ou letal dos conflitos, em especial os homicídios dolosos de adolescentes e jovens. A OS será responsável por providenciar os recursos e insumos para a realização do projeto, com atendimento da legislação e normas pertinentes. A OS deverá enviar à SUPEC para aprovação, em até 30 (trinta) dias corridos de antecedência da data de início do evento, o Plano de Execução que contemple todas as diretrizes emanadas pela SUPEC quanto a sua realização. A OS também deverá encaminhar à SUPEC o Relatório de Execução com todas as informações que demonstrem a regular execução do projeto, bem como as fontes de comprovação, segundo modelo fornecido pela SUPEC. Após encaminhar o Relatório de Execução, a SUPEC terá até 10 (dez) dias úteis para análise e aprovação. Na análise de aprovação do produto, deverão ser consideradas todas as informações contidas no Relatório, bem como o conjunto de fatores que aferem a qualidade e o cumprimento da finalidade do projeto.	
Fonte de comprovação do Produto	
Critério de aceitação: Relatório de Execução aprovado pela SUPEC Fonte de Comprovação: Relatório de Execução aprovado pela SUPEC	

Foi elaborado e entregue para a Supec um relatório completo detalhando todo o processo de execução e sobre as características do público atendido pelo Projeto. A seguir apresenta-se um resumo desse documento.

O documento em questão apresenta os resultados do "Produto 3.2 – Cursos de qualificação profissional para o público do PrEsp", conforme previsto no Programa de Trabalho do VI Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 02/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo. Tem como objetivo principal trazer informações qualificadas e relevantes sobre o processo de execução do projeto e dos cursistas.

O projeto "Capacitação de Oficineiros no Programa Fica Vivo!" teve como objetivo geral contribuir para a formação e qualificação das intervenções de oficineiros e oficineiras do Programa, tendo sido construído de maneira participativa pelo público do projeto e facilitadores convidados a desenvolver as seguintes temáticas: Criminalização

da Juventude; Prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas; Intervenções nas divisões territoriais: rivalidades históricas, culturais e familiares; Juventude: que momento é esse e qual o lugar que a criminalidade pode ocupar nesse tempo?; Masculinidade e virilidade: impactos nos homicídios dolosos; Participação social, política e cultural; Acesso à cidade e outros direitos; Trajetória de vida e condutas de risco. De modo mais específico o curso buscou:

1. Qualificar a discussão sobre letalidade juvenil, criminalização da juventude e segurança pública cidadã;
2. Ampliar o compartilhamento de experiências e boas práticas na intervenção com adolescentes e jovens com trajetórias de envolvimento com a criminalidade e/ou que adotam condutas de risco;
3. Promover o aperfeiçoamento da análise dos conflitos e rivalidades violentas que as juventudes vivenciam em suas comunidades, como estratégia de prevenção e redução de resolução violenta e/ou letal dos conflitos, em especial os homicídios dolosos de adolescentes e jovens.

O projeto se apresentou como uma ferramenta fundamental para qualificar a atuação deicineiros e icineiras em temáticas que perpassam a prática, com potencial para possibilitar maior acesso ao público, aperfeiçoar o atendimento prestado na comunidade e ampliar a integração com os demais Programas de Prevenção, além de promover o potencial das discussões vivenciadas na capacitação nos territórios de atuação do Programa Fica Vivo!

Para cumprir os objetivos do projeto, a Capacitação de Oficineiros do Programa Fica Vivo!” foi construída em formato de workshop - com palestras, grupos temáticos e intervenções artísticas. O evento ocorreu em dois dias consecutivos, nos 20 de dezembro e 21 de dezembro de 2022, no Hotel e Centro de Convenções Daryl, em Belo Horizonte. O espaço concentrou praticamente toda a infraestrutura necessária para a realização do evento, quais sejam, hospedagem dos icineiros e icineiras e analistas vindos do interior, de salas e todos os insumos técnicos e alimentícios para o desenvolvimento das atividades previstas. Esse formato mostrou-se fundamental para otimizar o tempo e toda logística do evento, sobretudo considerando a natureza do curso (seminário intensivo e de curta duração) e complexidade de execução (número alto de participantes e de grupos temáticos, pessoas de várias cidades do estado, hospedagem e vários outros tipos de materiais comprados e serviços contratados).

O evento teve previsão inicial para um total de 266 participantes. Tendo em vista o número de pessoas efetivamente inscritas, o projeto estabeleceu o seguinte cenário: considerando o público alvo, estimou-se a vinda de 42 icineiros/as e analistas do Programa Fica Vivo! dos municípios do interior, os quais tiveram direito a transporte (incluindo o kit lanche para o deslocamento), hospedagem e alimentação (café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar) custeados pelo projeto. Já para Belo Horizonte e da Região Metropolitana, estimou-se um público de 150 icineiros e analistas, 50 pessoas dentre os profissionais da Sejusp/Supec, do Instituto Elo e palestrantes diretamente envolvidos no evento. O público oriundo da capital e região metropolitana teve direito, no primeiro dia, ao coffebreak (manhã e tarde) e ao almoço e, no segundo dia, apenas ao coffebreak de manhã.

Para satisfazê-los foram realizadas palestras, grupos e workshops entre os dias 20 e 21 de dezembro de 2022 que reuniram cerca de 158 icineiros(as) dos municípios abrangidos pela Política de Prevenção à Criminalidade do Estado de Minas Gerais. Destaca-se que o Programa tinha, em novembro de 2022, 248 icineiros(as) com oficinas ativas. Nesse contexto, é possível dizer que o projeto atingiu diretamente cerca de 64% dos icineiros(as) ativos do Fica Vivo!, além de diversos atores transversais à Política de Prevenção como Analistas Sociais, Supervisores Metodológicos, Gestores e representantes os órgãos estatais parceiros. Ao todo foram credenciados a participar do evento 375 pessoas de um total de 481 inscrições realizadas.

No agregado o percentual geral de participação na capacitação foi de 78%, no entanto, a análise demonstrou que no primeiro dia houve adesão maior ainda, cerca de 83%. Esse dado aponta para algumas questões importantes. Primeira porque aponta para o sucesso do evento com um percentual expressivo de pessoas que se cadastraram e fizeram efetivamente o curso. Segundo porque diz de uma queda do número de participantes do primeiro para o segundo dia relativamente esperada, uma vez que os icineiros não funcionários do IElo e da Sejusp e alguns poderiam ter dificuldade de se ausentar das suas outras atividades por dois dias consecutivos. O ponto positivo a esse respeito é que, apesar do segundo ter sido rico e importante para a formação dos icineiros, foi no primeiro dia de evento que tivemos atividades nos dois turnos e aconteceram os principais momentos da capacitação proposta, com palestras e encontros formativos, além de grupos e workshops nas principais temáticas propostas.

Dentre as temáticas abordadas, destacaram-se com maior presença de público as temáticas de “prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas” e “Participação Política, Social e Cultura”.

De modo geral, percebe-se que a execução do Projeto como um todo foi bem avaliada pelos icineiros e icineiras. A satisfação com a formação e sua relevância para o trabalho receberam nota média 4,8, de um valor máximo 5.

Importante ressaltar que todas as 32 Unidades de Prevenção à Criminalidade de base territorial espalhadas pelos 11 municípios onde há o programa Fica Vivo! estiveram representadas por pelo menos um icineiro ou icineira, o que demonstra a capilaridade dessa ação para a prevenção da criminalidade no Estado. Além disso, destaca-se a

importância do intercâmbio de saberes e experiências promovidos entreicineiros(as) de diferentes UPC's, municípios, idades e tempo de atuação no Programa – algo fundamental para essas pessoas que muitas vezes têm poucas oportunidades de entender a política de prevenção e o trabalho das oficinas de forma ampla e para além do seu território.

Além da importância técnica da realização da capacitação é possível dizer que os encontros dos dias 20 e 21 de dezembro marcaram o resgate definitivo do programa Fica Vivo! após quase 2 anos de incertezas em virtude do que representou o contexto da pandemia de COVID-19 para a execução de políticas públicas no Brasil. Espera-se que esse evento (e todas as outras ações construídas conjuntamente pela Supec, Instituto Elo eicineiros ao longo do ano) seja um marco para melhorias profundas no Fica Vivo! e na vida dos milhares de adolescentes e jovens atendidos pelo Programa no estado.



Área Temática: PRODUTOS

Produto 1.4 – Qualificação e empreendedorismo de adolescentes e jovens atendidos pelos programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	100%
Descrição do Indicador	
O projeto Qualificação e empreendedorismo de adolescentes e jovens visa a promover a qualificação, o aperfeiçoamento e a orientação profissional, ampliando sua empregabilidade e/ou capacidade de gerar renda, e utilizando a inclusão no mercado de trabalho como estratégia de prevenção à criminalidade. O público alcançado serão adolescentes e jovens de 14 a 29 anos, do município de Belo Horizonte, atendidos e acompanhados pelos programas Fica Vivo!, Mediação de Conflitos, Se Liga, Ceapa e PrEsp. A OS deverá considerar o projeto básico validado que será disponibilizado pela SEJUSP, bem como todas as diretrizes emanadas pela SUPEC para a execução do projeto. A OS deverá elaborar o Relatório de Resultados para avaliar as contribuições efetivas do projeto para a empregabilidade e a geração de renda dos adolescentes e jovens atendidos. O relatório deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: I. Perfil I do público (sexo, faixa etária, escolaridade, cor/etnia, renda familiar, UPC de origem); II. Fotografias de todas as turmas de qualificação executadas; III. Avaliação dos indicadores do projeto; IV. Nível de satisfação com o projeto: satisfação (em escala de 1 a 10) dos participantes com a qualificação recebida; V. Frequência média de participação: percentual de presença médio dos participantes nos encontros de qualificação; VI. Avaliação de aprendizagem: desempenho médio dos participantes nos cursos; VII. Obtenção de renda: percentual de participantes que obtiveram renda proveniente da atividade para a qual foram qualificados em até 6 meses; VIII. Outros itens definidos no momento da contratação	

O Relatório de Resultados deverá ser entregue à SUPEC até 8 meses a partir do último dia de qualificação ofertada para aprovação do produto, no qual conste as fontes de comprovação ou qualquer outro documento que ateste as informações prestadas no instrumento.

Na análise de aprovação do produto, a SEJUSP/SUPEC considerará todas as informações contidas no Relatório, bem como o conjunto de fatores que aferem a qualidade e o cumprimento da finalidade do projeto.

Fonte de comprovação do Produto

Critério de aceitação: Relatório de Resultado aprovado pela SUPEC

Fonte de Comprovação: Relatório de Resultado aprovado pela SUPEC

Foi elaborado e entregue para a Supec um relatório completo detalhando todo o processo de execução e sobre as características do público atendido pelo Projeto. A seguir apresenta-se um resumo desse documento.

O documento em questão apresenta os resultados do “Produto 3.2 – Cursos de qualificação profissional para o público do PrEsp”, conforme previsto no Programa de Trabalho do VI Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 02/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo. Tem como objetivo principal trazer informações qualificadas e relevantes sobre o processo de execução do projeto e dos cursistas.

Nesta seção serão apresentados o resumo dos resultados do Produto entregue logo após a finalização dos cursos e os resultados da Pesquisa de Acompanhamento dos Alunos Certificados sobre Obtenção de Renda e Empregabilidade. Essa última teve como principal intuito conferir a situação do aluno após o curso no que diz respeito ao mercado de trabalho, fonte de renda e sua autoestima. Seis meses após a conclusão do projeto, restabeleceu-se o contato com os jovens que concluíram algum dos cursos. Os concluintes foram consultados acerca de sua experiência laboral e no mercado de trabalho após o término do curso, a fim de conferir os efeitos do Projeto na empregabilidade destes jovens.

Ocorrido entre os dias 13/12/21 e 08/06/22, o Projeto Qualificação e empreendedorismo de adolescentes e jovens atendidos pelos programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade” visou promover a qualificação, o aperfeiçoamento e a orientação profissional, ampliando sua /empregabilidade e/ou capacidade de gerar renda, utilizando a inclusão no mercado de trabalho como estratégia de prevenção à criminalidade. O público pretendido teve como composição adolescentes e jovens de 14 a 29 anos, do município de Belo Horizonte, atendidos e acompanhados pelos programas Fica Vivo!, Mediação de Conflitos, Se Liga, Ceapa e PrEsp. Esse empreendimento foi financiado com recursos de emenda parlamentar da deputada estadual Laura [REDACTED] e executado pela Supec e pela Organização Social coexecutora da Política, Instituto Elo.

Nesses termos, estabeleceu-se uma divisão de cursos profissionalizantes em 3 temáticas distintas: beleza, culinária e tecnologia. Tais temáticas se subdividiram nos seguintes cursos: barbearia e barboterapia, depilação, manicure e pedicure; garçom, padeiro, salgadeiro e montagem e manutenção de celulares. O arranjo da execução destes compreendeu 3 lotes, com dois ciclos para cada curso, sendo 12 alunos por turma. Ao final, a partir da constatação de sobra de recursos do projeto, foi possível a realização de uma turma extra do curso de Montagem e manutenção de celulares, na área de tecnologia.

Foram 180 inscritos titulares e 128 jovens concluíram e receberam certificado. Isso significa um percentual de formandos no projeto Qualificação e Empreendedorismo de 71,11%, ultrapassando em muito os indicadores estabelecidos de 150 jovens inscritos e 60% de formandos.

A carga horária de cada curso correspondeu a 40 horas, divididas em 10 dias. A empresa forneceu o material necessário para o andamento das aulas e foi realizado um controle rígido relacionado à frequência dos cursistas, a fim de aferir o cumprimento da carga horária para a emissão de certificado. A organização para o andamento do curso demandou contato direto com os jovens, público do Projeto. Além da captação de interessados, o acompanhamento desses adolescentes foi feito extensivamente, de modo a incentivar e auxiliar o aluno a concluir o curso. Além disso, foram repassados auxílio alimentação (R\$10,00) e auxílio transporte (R\$18,00) no valor conjunto de R\$28,00, entregues no local do curso, diariamente. Tal fator foi fundamental para a viabilização da participação desse público notadamente vulnerável, bem como para o baixo índice de desistência do projeto.

O curso de salgadeiro apresentou a maior parcela de alunos formados. O curso de manutenção e montagem de celulares também ostentou uma alta porcentagem de concluintes, além de contar com o maior número absoluto de alunos certificados. O curso de manicure, junto ao de salgadeiro, exibiram as menores proporções de alunos reprovados por falta. Enquanto isso, o curso de depilação sustenta a menor parcela de formados e, coerentemente, as maiores proporções de jovens reprovados e inscritos que não foram em nenhuma aula. O curso de padeiro e barbearia tiveram o mesmo desempenho, com 15 alunos formados de um total de 24.

Os homens são a maioria dos frequentes nos cursos e apresentam média de faltas menor em relação às mulheres. Deste modo, enquanto que os homens tiveram 1,8 faltas em média, as mulheres superaram a medida de 2 faltas (2,04 em média). O Fica Vivo! é o programa da Política de Prevenção à Criminalidade de maior público e a ele também é atribuído o maior número de jovens que finalizaram o curso. Em seguida, está o Programa Mediação de Conflitos, o Ceapa, o PrEsp o Se liga, nesta ordem.

No que se refere a alguns aspectos do curso, nota-se que o item pior avaliado é a atenção da coordenação, enquanto que o interesse pelo curso e a aplicação prática do conteúdo foram os tópicos melhor avaliados. Além destes, as notas mínimas observadas dizem respeito ao interesse em esclarecer dúvidas e ao atendimento da secretaria. No que concerne à avaliação geral média dos cursos, tem-se que os cursos melhor avaliados são da temática de beleza e com público sobretudo do sexo feminino: Depilação e manicure e pedicure. Por outro lado, o terceiro curso da área de beleza, barbearia e barboterapia, é curso com a pior nota média para os jovens que responderam à pesquisa. Apesar disso, a variação entre os cursos é pequena, sendo a nota média mínima de 9,79 e a nota média máxima de 10.

Finalmente, segundo a Pesquisa de Acompanhamento de Alunos Certificados sobre Obtenção de Renda e Empregabilidade, 128 formados, foram entrevistados por telefone 40 jovens, 31% dos casos focalizados¹. Do total de entrevistados, 40, foram contabilizados 27 jovens que fizeram ou ainda fazem alguma atividade remunerada após a finalização do curso (68%). Além disso, tem-se 11 jovens cujo trabalho está situado no âmbito da temática do curso referente, isto é, 41% dos que faziam ou fazem alguma atividade remunerada ou 28% da amostra empregada.

A seguir é possível observar a síntese dos resultados:

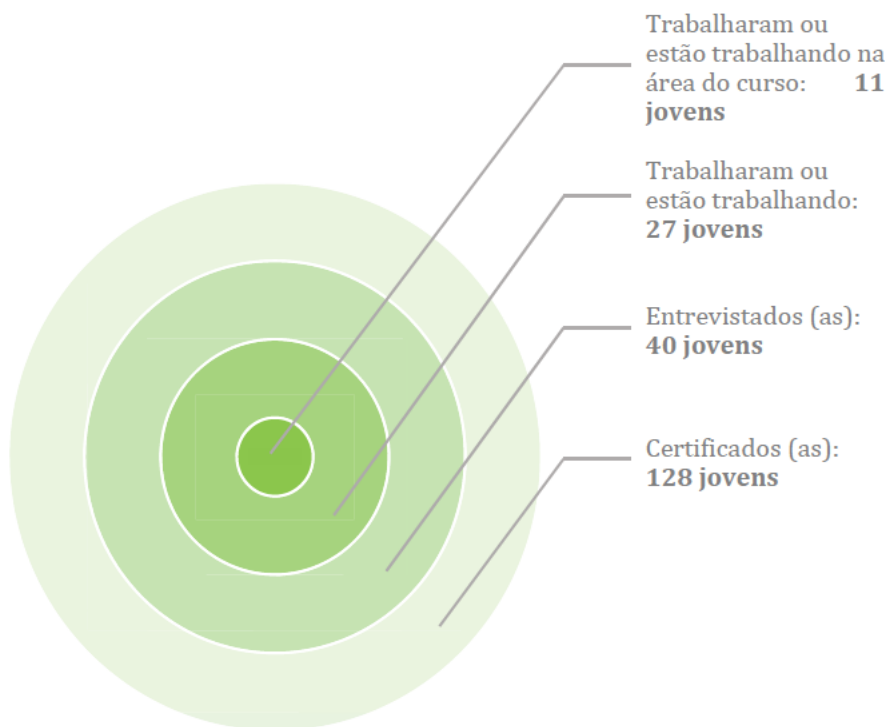


Diagrama 1 - Síntese dos resultados

Em seguida, discorre-se detalhadamente acerca dos resultados mencionados.

A maioria dos jovens entrevistados nessa segunda abordagem é público dos Programas de base local, quais sejam, Fica Vivo! e PMC.

¹ A pesquisa foi realizada entre os dias 05 a 19 de dezembro de 2022. Foram realizadas, em média, 7 tentativas de contato com todos cursistas que receberam certificados ao longo do período do estudo. Não houve recusas de entrevistas, a impossibilidade de acesso a todos os alunos foi devido a indisponibilidade ou inexistência do telefone cadastrado. Possivelmente, esse grupo de alunos perdeu ou trocou o contato telefônico após a conclusão do curso.

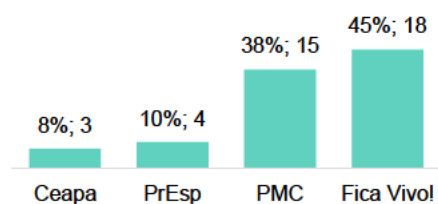


Gráfico 1- Entrevistados (as) por Programa de referência

A seguir, observa-se se os entrevistados e entrevistadas estão realizando ou realizaram alguma atividade remunerada após a finalização do curso. A maioria das respostas indica estar fazendo ou ter feito algum trabalho. Uma parte menor, mas relevante, pontuou que a atividade está situada no mesmo âmbito temático dos respectivos cursos que receberam profissionalização, 41% dos que fazem alguma atividade remunerada atualmente e 40% dos que fizeram no passado.

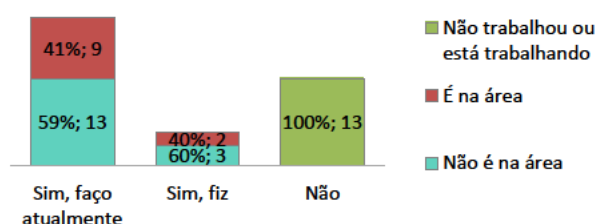


Gráfico 2 - Se está fazendo alguma atividade remunerada e se ela é na área do curso em que tem certificado

É possível notar que as atividades remuneradas que estão conformadas no âmbito das temáticas dos cursos são maioria informal e autônoma. Para as demais já se observa que a maior parte respondida pelos jovens corresponde a atividades com carteira assinada e informal. Destaca-se que, dentre os 11 alunos que trabalharam ou trabalham em área correlata à do curso que concluiu, 1 jovem afirmou trabalhar de Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada.

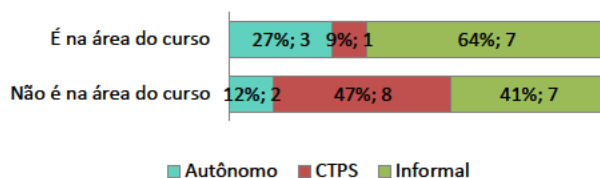


Gráfico 3 - Modalidade da atividade, segundo área temática

Nota-se que grande parte dos cursistas que recebeu certificado concluiu o Ensino Médio. Destaca-se que aqueles que têm até o 2º ano do Ensino Médio completo agrupam mais de 50% de jovens que estão trabalhando ou trabalharam após a realização do curso. Em dissonância, uma parte considerável de jovens com o Ensino Médio completo não está trabalhando e nem trabalhou no período disposto.

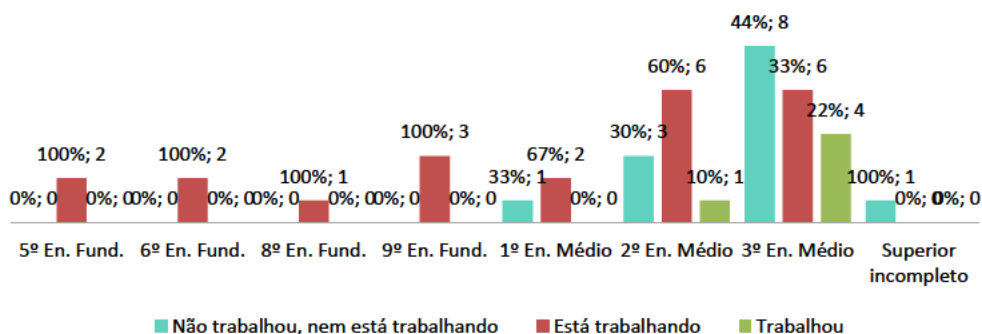


Gráfico 4 - Jovens formados por nível de ensino (anos completos) e status de atividade de trabalho

Dentre as pessoas que estão trabalhando ou trabalharam na mesma área temática, Manicure e pedicure é o curso que teve mais incidência de casos, 3 jovens, de maneira absoluta e relativa, mesmo não sendo o tópico com maior número de entrevistados.

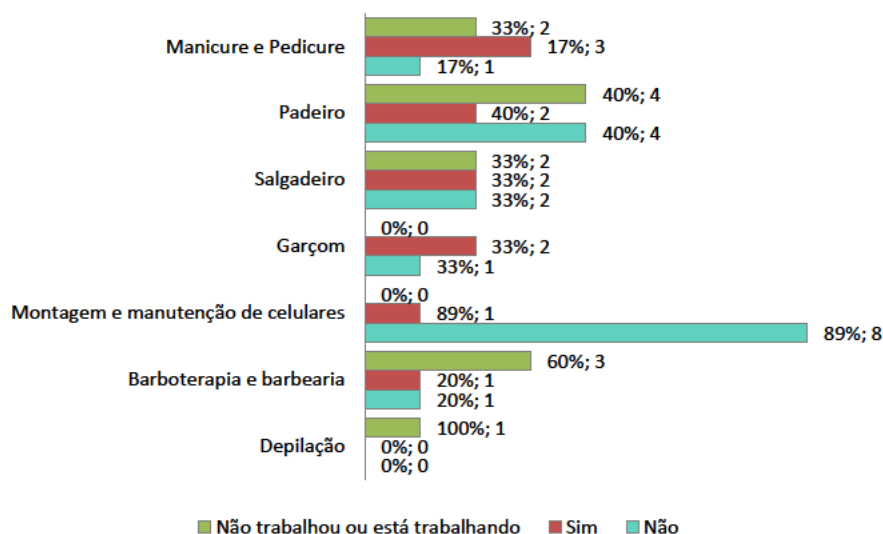


Gráfico 5 - Se a atividade remunerada é na área ou não, por curso

Dentre os entrevistados que trabalham ou que trabalharam, mas não na área de formação, pouco mais da metade afirmou que a conclusão e certificação do curso influenciou positivamente de modo a contribuir no ingresso em atividade remunerada.

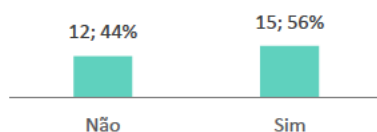


Gráfico 6 - Se ter concluído o curso influenciou no ingresso em atividade remunerada

Além disso, 22 de 27 jovens disseram se sentir mais confiantes e seguros para conseguirem a atividade remunerada que praticam ou praticavam.

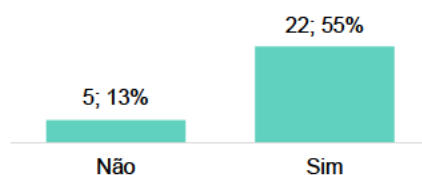


Gráfico 7 - Se ter feito o curso fez se sentir mais confiante e seguro para conseguir o emprego

Ainda, 95% dos jovens entrevistados declararam que gostariam de fazer outro curso profissionalizante.

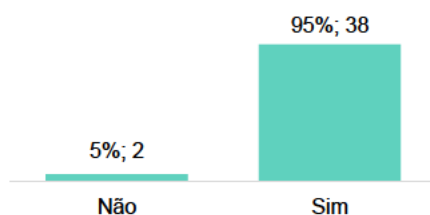


Gráfico 8 - Se tem vontade de fazer outro curso profissionalizante

Quanto à renda familiar desses jovens, quase 75% da amostra afirmou ser de até um salário mínimo ou entre 1 a 2 salários mínimos. Apenas 2 pessoas apontaram ter a renda familiar superior a 2 salários mínimos e 8 argumentaram que não tinham informação sobre o tópico.

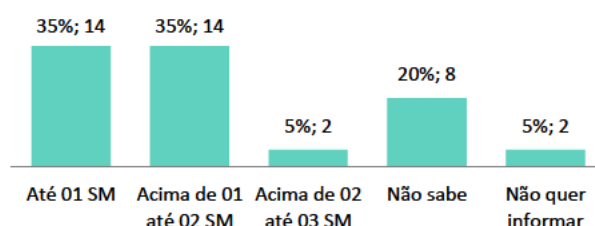


Gráfico 9 - Renda familiar

Como era esperado, os níveis de maior renda apresentam uma média maior de residentes no domicílio. A nível de comparação, os domicílios que têm renda familiar até 1 salário mínimo têm em média 3 residentes, já domicílios que se encontram na categoria de 2 a 3 SM têm em média 6 residentes.

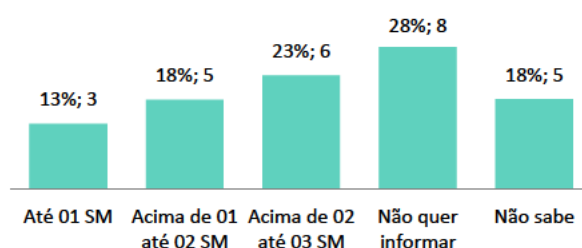
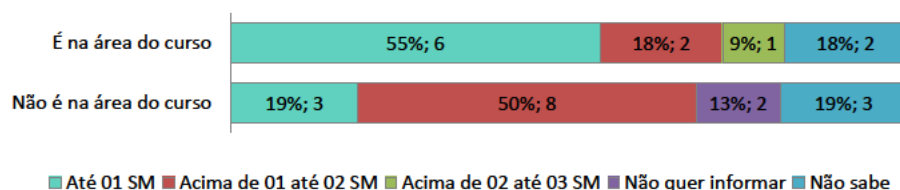


Gráfico 10 - Número médio de residentes no domicílio segundo nível de renda familiar

A maior parte dos jovens que fizeram ou fazem atividade remunerada informou ter renda familiar total de até 1 salário mínimo (6 jovens). Quanto aos demais, a maioria se situa na faixa de 1 a 2 salários mínimos por família.



■ Até 01 SM ■ Acima de 01 até 02 SM ■ Acima de 02 até 03 SM ■ Não quer informar ■ Não sabe

Gráfico 11 - Renda familiar segundo informação acerca do jovem estar trabalhando ou não na mesma área que fez o curso

Com relação aos jovens que afirmaram ter outra fonte de renda, 8 (62%) deles assinalaram benefício social.

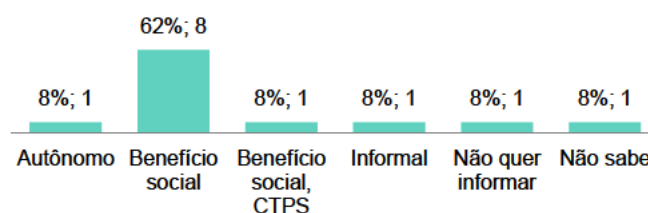


Gráfico 12 - Modalidade de fonte de renda secundária

A seguir, evidencia-se alguns casos de destaque na investigação proposta.

Como já foi dito, 9 jovens disseram estar realizando alguma atividade remunerada na área. Alguns outros jovens também fizeram observações importantes sobre sua trajetória. Elenca-se uma síntese:

O Jovem 9 declarou que conseguiu o emprego de pizzaiolo logo depois que concluiu o curso. O contratante queria alguém com certa experiência e decidiu fazer um período de teste. Hoje ele está trabalhando há 6 meses no local de carteira assinada.

O Jovem 8 contou que está abrindo um salão de beleza especializado em estética masculina, que terá também serviço de manicure e pedicure, área do curso a que se dedicou.

Jovem 7 disse ter gostado bastante do curso e que comprou os materiais, além de trabalhar por conta própria em casa consertando celulares. Porém, o jovem argumenta que são poucos os trabalhos que aparecem e que seu desejo é ser contratado para a função.

Dois jovens que não atuam na área mencionaram fazer alguns consertos esporádicos de celular após terem frequentado o curso de Manutenção e montagem de celulares.

Embora não esteja trabalhando atualmente, uma jovem contou que fez salgados por algum tempo para vender. Depois que parou, passou o conhecimento que adquiriu no curso para sua mãe, que, hoje, trabalha com a venda dos salgados que faz.

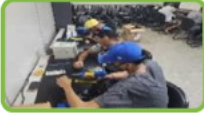
	Jovem 1 Ceapa Salgadeiro/ Função: Salgadeira (Autônoma)
	Jovem 2 Fica Vivo! Salgadeiro/ Função: Atendente em loja de açaí, frita salgados, etc (Informal)
	Jovem 3 Fica Vivo! Manicure e pedicure/ Função: Manicure (Informal)
	Jovem 4 PMC Barboterapia e barbearia/ Função: Cabeleireiro e corte de cabelo (Informal)
	Jovem 5 PrEsp Garçom/ Função: Garçom aos finais de semana (Informal)
	Jovem 6 PMC Garçom/ Função: Garçonete, faz drinks (informal)
	Jovem 7 PrEsp Montagem e manutenção de celulares/ Função: Conserta alguns celulares (Autônomo)
	Jovem 8 Fica Vivo! Manicure e pedicure/ Função: Estética (Autônomo)
	Jovem 9 Fica Vivo! Padeiro/ Função: Pizzaiolo (CTPS)

Figura 7 - Concluintes dos cursos que atualmente realizam

De modo geral, não houve recusas de entrevistas, a impossibilidade de acesso aos alunos foi devido a indisponibilidade ou inexistência do telefone cadastrado. Possivelmente, esse grupo de alunos perdeu ou trocou o contato telefônico após a conclusão do curso, o que se configurou como uma dificuldade que já era prevista nesta etapa.

Em conclusão, nota-se na amostra uma parcela considerável de jovens realizando alguma atividade remunerada relativa à temática do curso que concluiu: 28% de 40 jovens entrevistados. A maior parte relatou a influência positiva do certificado do curso na contratação e disseram estar mais confiantes e seguros na busca de um emprego. Além disso, constatou-se que o curso contribuiu também de maneira indireta, como no caso da filha que ensinou o que aprendeu nas aulas para a mãe que hoje segue na função de forma autônoma.

Pondera-se ainda que, apesar de quererem continuar na área, algumas condições incertas do trabalho informal e por conta própria também se apresentam como um obstáculo para a empregabilidade desses jovens. Apesar disso, assume-se resultados bastante promissores, com jovens interessados em se profissionalizar ainda mais, seguindo o aprendizado que obtiveram nos cursos e confiantes em seu conhecimento, habilidades e competência.

Área Temática: PRODUTOS	
Produto 1.5 – Projeto Circuito Liberdade: novas conexões com a cidade	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	-
Descrição do Indicador	
O Projeto “Circuito Liberdade: novas conexões com a cidade” é produto de emenda parlamentar estadual, cujo objetivo é realizar ações de circulação em Belo Horizonte e RMBH, para egressos e pré egressos das medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade, atendidos pelo Programa Se Liga, com o objetivo de promover conexões entre o adolescente/jovem e a cidade, após seu cumprimento de medida. Organizado em dois eixos, tem como perspectiva um convite aos adolescentes e jovens, para se vincularem à espaços culturais, de lazer, aprendizagem e de qualificação profissional, prescindindo do ato infracional e do cumprimento de medida socioeducativa. OS deverá enviar à SUPEC para aprovação, em até 30 (trinta) dias corridos de antecedência da data de início do evento, o Plano de Execução que contemple todas as diretrizes emanadas pela SUPEC quanto a sua realização. A OS também deverá encaminhar à SUPEC o Relatório de Execução com todas as informações que demonstrem a regular execução do projeto, bem como as fontes de comprovação, segundo modelo fornecido pela SUPEC. Após encaminhar o Relatório de Execução, a SUPEC terá até 10 (dez) dias úteis para análise e aprovação. Na análise de aprovação do produto, deverão ser consideradas todas as informações contidas no Relatório, bem como o conjunto de fatores que aferem a qualidade e o cumprimento da finalidade do projeto.	
Fonte de comprovação do Produto	
Critério de aceitação: Relatório de Execução aprovado pela SUPEC Fonte de Comprovação: Relatório de Execução aprovado pela SUPEC	

Em ofício 010-2022 enviado à Supervisão do Contrato de Gestão 002/2019 no 30 de setembro de 2022, a OS se manifestou no sentido de apresentar a situação, a justificativa e o consequente pedido de dilação para alguns produtos pactuados no Plano de Trabalho do 6º Termo Aditivo que não poderiam ser concluídos dentro do prazo estabelecido, isto é, dezembro de 2022.

Ante ao exposto, a Comissão analisou os argumentos e decidiu por estender o prazo do “Produto 1.5 – Projeto Circuito Liberdade: novas conexões com a cidade” tendo início em janeiro de 2022 e término em junho de 2023 (18º PA), conforme publicação do Plano de Trabalho do VII Termo Aditivo.

Importante destacar que o novo cronograma e escopo de atuação do projeto foi validado também com os agentes financiadores externos e, dentre as novidades, está a inclusão do público atendido pelo Programa Se Liga da Zona da Mata. Até o momento, já foram realizadas 19 das 23 atividades de circulação previstas. A próxima etapa do projeto envolve a realização de cursos profissionalizantes com o público alvo do Programa.

Área Temática: PRODUTOS	
Produto 2.1 - Diagnóstico de Implantação de Unidades de Prevenção à Criminalidade de base local	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	-
Descrição do Indicador	

O produto consiste na elaboração de 1 (um) diagnóstico para a implantação de nova Unidade de Prevenção à Criminalidade-UPC de base local em Minas Gerais. A implantação de uma UPC de Base Local é definida pela incidência da concentração territorial de homicídios (na faixa etária de 12 a 24 anos). A partir de dados estatísticos oficiais e diante da disposição de recursos, inicia-se uma discussão para a viabilidade de implantação dos Programas de base territorial: Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo! e Programa Mediação de Conflitos. Direcionado o território após estudo estatístico e viabilidade de implantação, o diálogo com o poder público municipal é pautado para pensar estratégias de articulação, contrapartidas e validação dos dados somados às informações do município. Após esta articulação institucional é iniciado a contratação da equipe e gestão que atuará no território. Desta forma, a chegada da Política de Prevenção Social à Criminalidade no território é subsidiada pelo levantamento de dados, mas é necessário conhecer os aspectos culturais, sociais, econômicos, que compõem a história do território, sua infraestrutura social, potencialidades, grupos formais e informais, políticas públicas, referências e lideranças comunitárias, e fatores que incidem na concentração dos homicídios e outras violências, formas de socialização juvenis (grupos, gangues e aspectos da organização comunitária local).

O Diagnóstico será composto por quatro etapas.

Primeira etapa: levantamento de dados secundários, com busca por acervo de materiais como textos, livros, documentos, vídeos, entre outros – que tragam um registro histórico e também atual do território, a fim de se ter um primeiro conhecimento – que subsidie estratégias para a realização do Diagnóstico.

Segunda etapa: mapeamento da rede institucional e comunitária presente na área de atuação da Unidade, para entrevistas, grupos focais e outras formas de sistematização das informações colhidas com os atores. Durante a realização das entrevistas, a equipe estabelece contato com as instituições e com moradores do território de atuação e agregam a leitura realizada no levantamento de dados secundários. As entrevistas ainda permitem estabelecer contatos institucionais, apropriação das políticas, projetos, programas e serviços que atuam no território. Identificação dos desafios e possibilidades apresentados por esses equipamentos, bem como apresentar a Política de Prevenção à Criminalidade, articulação de rede e estabelecer parcerias. O contato com os moradores da região é fundamental para a leitura qualificada quanto ao território, pois permite compreender, a partir do olhar de quem nele mora, das pessoas que enfrentam os desafios e possibilidades no contexto comunitário, bem como da relação com os equipamentos públicos locais, formas de organização comunitária e a percepção em contextos de violências. Para a realização das entrevistas são necessários suporte técnico, elaboração de instrumental e estratégias que garantam representatividade, bem como planejamento, meta, cronograma, sistematização de dados e consolidação do diagnóstico. Sendo assim, é necessário que essa equipe seja capacitada e orientada quanto a elaboração e aplicação de diagnósticos pesquisas durante todo o processo de realização do Diagnóstico de implantação.

Terceira etapa: Sistematização final. O produto final deverá incluir todos os dados quantitativos e qualitativos que farão parte do Diagnóstico, não restringindo apenas a um consolidado de dados. O documento final deverá trazer uma análise dos dados secundários levantados e acessados, em conjunto com as conclusões extraídas das entrevistas com os diversos atores locais envolvidos no processo. Espera-se ainda que se aponte um plano inicial de trabalho que contemple:

- mapear a rede sócio comunitária;
- mapear a rede de proteção social;
- evidenciar os problemas, os temas, os riscos e as tendências relativas aos homicídios de adolescentes e jovens, bem como outras violências, como por exemplo a violência contra a mulher;
- identificar potenciais prioridades e oportunidades para uma ação preventiva à criminalidade;
- identificar áreas prioritárias/foco para implementar oficinas, ações e intervenções.

O resultado final dessa etapa deverá ser entregue a SEJUSP/SUPEC para validação.

Fonte de comprovação do Produto

Critério de aceitação: diagnóstico aprovado pela SEJUSP/SUPEC.

Fonte de comprovação: e-mail ou ofício da SEJUSP/SUPEC de aprovação do diagnóstico.

Em ofício 010-2022 enviado à Supervisão do Contrato de Gestão 002/2019 no 30 de setembro de 2022, a OS se manifestou no sentido de apresentar a situação, a justificativa e o consequente pedido de dilação para alguns produtos pactuados no Plano de Trabalho do 6º Termo Aditivo que não poderiam ser concluídos dentro do prazo estabelecido, isto é, dezembro de 2022.

Ante ao exposto, a Supervisão analisou os argumentos e, tendo em vista que ainda não há uma definição de qual município que irá receber a UPC, decidiu por estender o prazo do “Produto 2.1 – Diagnóstico de Implantação de Unidades de Prevenção à Criminalidade de base local”. Esse produto tem previsão de início em janeiro de 2022 e término em dezembro de 2023 (20º PA), conforme publicação do Plano de Trabalho do VII Termo Aditivo.

Área Temática: PRODUTOS	
Produto 3.1. - Pesquisa de Recorrência Prisional de egressos do Sistema Prisional acompanhados pelo PrEsp	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	-
Descrição do Indicador	
Com a finalidade de avaliar a efetividade do acompanhamento de egressos do sistema prisional a partir dos atendimentos realizados pelo PrEsp, esse produto visa avaliar a contribuição do Programa para a redução da recorrência prisional de egressos do Sistema Prisional no Estado de Minas Gerais. Será considerada para fins de recorrência prisional, ou reentrada no sistema prisional, a admissão em unidade prisional registrada no Sistema de Informações Penitenciárias, desde que este registro se dê em data posterior à inscrição do egresso no PrEsp. Para o cálculo da taxa de recorrência prisional esta pesquisa deverá utilizar os dados dos relatórios quantitativos do PrEsp (referentes aos atendimentos realizados) e os dados do Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN, para verificar se, após os atendimentos realizados pelo Programa houve, ou não, reentrada do egresso no sistema prisional. Fica vedada a contratação de serviços de terceiros em qualquer etapa deste produto. Importante ressaltar que caso a OS sugira alterar a forma ou acrescentar outras informações nos relatórios quantitativos a serem utilizados para esta pesquisa, tais alterações deverão ser previamente aprovadas pela SEJUSP/SUPEC. Para atingir o fim proposto nesta pesquisa, caberá a OS, a partir da definição prévia da amostra, encaminhar as listas de egressos de cada município no qual o PrEsp atua com os seguintes dados: Nome, nº do INFOPEN, nome da mãe, data de nascimento e nº do RG para a SEJUSP/SUPEC. A OS deverá se atentar às regras de sigilo de informações contidas em legislações e instrumentos normativos. A fim de estabelecer a taxa de recorrência prisional de egressos a partir do trabalho realizado pelo PrEsp, deverá ser estabelecida a amostra válida para fins desta pesquisa (considerando o relatório quantitativo alimentado mensalmente pelas equipes técnicas), bem como realizar o cruzamento dos dados desta amostra com os dados de recorrência prisional coletados no INFOPEN, diferenciando as seguintes variáveis: Diferença das taxas de recorrência de egressos inscritos que foram atendidos apenas uma única vez e de egressos acompanhados. Para fins desse produto serão considerados egressos acompanhados aqueles que foram atendidos pelo menos 04 vezes no Programa; 2) Diferença das taxas de recorrência de egressos por município, considerando as especificações do item 1; 3) Diferença das taxas de recorrência de egressos por sexo, considerando as especificações do item 1; 4) Diferença das taxas de recorrência de egressos por faixa etária, considerando as especificações do item 1; 5) Diferença das taxas de recorrência de egressos por nível de escolaridade, considerando as especificações do item 1; 6) Diferença das taxas de recorrência de egressos por tipo de ocupação profissional, considerando as especificações do item 1; 7) Diferença das taxas de recorrência de egressos por remuneração, considerando as especificações do item 1. Para iniciar a execução do produto a OS deverá encaminhar previamente a metodologia de pesquisa e de tratamento dos dados, bem como a amostra a ser considerada.	
Fonte de comprovação do Produto	
Critério de aceitação: Produto final aprovado pela SEJUSP/SUPEC. Fonte de comprovação: pesquisa aprovada	

Em ofício 010-2022 enviado à Supervisão do Contrato de Gestão 002/2019 no 30 de setembro de 2022, a OS se manifestou no sentido de apresentar a situação, a justificativa e o consequente pedido de dilação para alguns produtos pactuados no Plano de Trabalho do 6º Termo Aditivo que não poderiam ser concluídos dentro do prazo estabelecido, isto é, dezembro de 2022.

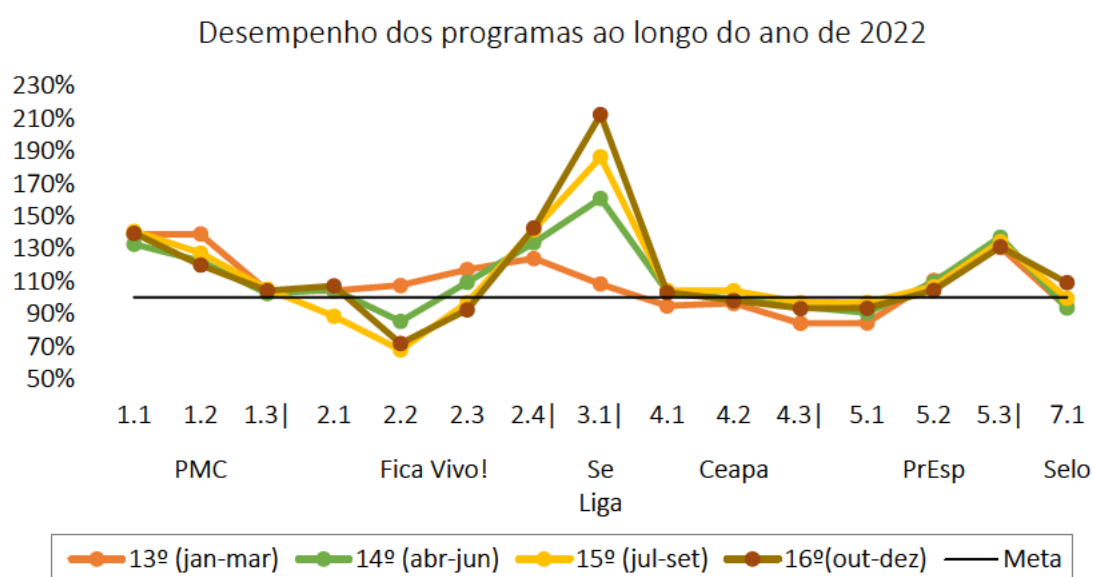
Ante ao exposto, a Supervisão analisou os argumentos e, tendo em vista a necessidade de algumas adequações metodológicas e de escopo, decidiu por estender o prazo do “Produto 3.1. - Pesquisa de Recorrência Prisional de egressos do Sistema Prisional acompanhados pelo PrEsp”. Esse produto tem previsão de início em janeiro de 2022 e término em dezembro de 2023 (20º PA), conforme publicação do Plano de Trabalho do VII Termo Aditivo.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento apresentou os resultados do 16º Período Avaliatório (01/10/2022 a 31/12/2022), do Contrato e Gestão 002/2019. Ao todo, foram considerados 26 indicadores e 7 produtos. Do total de indicadores, 17 tiveram suas metas alcançadas plenamente e outros 2 indicadores terão seus resultados mensurados após a entrega desse relatório. Como a implantação do Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher ocorreu apenas no município de Curvelo em 28/06/22 e Barbacena em 20/10/22, pede-se a desconsideração dos indicadores 6.1 e 6.2 na apuração da nota final desse período avaliatório. Ainda, importante destacar que, em 5 casos em que a meta não foi alcançada, Indicadores 2.2; 2.3; 4.2, 4.3 e 5.1, nota-se que seus resultados chegaram próximo ao objetivo, com uma média de cumprimento de 90%. No que se refere aos produtos, 3 foram cumpridos integralmente, 1 perto da integralidade e os outros 3 foram adiados para 2023. Sendo assim, seguindo a tendência do 13º, 14º, 15º PA, o período avaliatório atual manteve o padrão de resultados positivos.

O gráfico abaixo possibilita analisar comparativamente os períodos avaliatórios ao longo do ano de 2022. As medidas representadas correspondem ao percentual atingido da meta, de modo que estar abaixo de 100% significa que o indicador não atingiu a meta como se espera. Nesse cenário, é possível perceber algumas consistências que são próprias de cada Programa ou, até mesmo, de cada PA. O PMC é um dos exemplos. Trata-se de um Programa que atingiu 100% das metas integralmente ao longo do ano em questão e o percentual desse alcance pouco variou no que se refere ao resultado de cada indicador ao comparar os períodos. De modo similar, o Programa Se liga conseguiu superar as metas estabelecidas, mas com alta variação entre os períodos. Já o PrEsp também manteve o percentual de alcance das metas constante no que diz respeito aos PA's. Destaca-se ainda o indicador 5.1, o único do Programa que não pontuou 100% da meta, mas que, positivamente, delineou um aumento ao longo do ano. O Fica Vivo! apresenta alguns indicadores abaixo da meta por dois ou três períodos, sendo o 2.2 o maior desafio. Porém, há de se mencionar o 13º PA que agrupa todos os indicadores do Programa acima da meta determinada. O Ceapa, apesar de conter algumas medidas

abaixo do esperado em alguns dos períodos, manteve-se constante e próximo ao 100% almejado para os resultados em todos os PA's e em todos os indicadores. Ademais, há de se ressaltar a capacidade e empenho de todos os Programas (cada um com suas especificidades e desafios) para atingir patamares esperados, superando o contexto pandêmico e suas consequências ainda persistentes na execução das atividades previstas.



Por fim, para além dos resultados positivos dos indicadores e do reestabelecimento dos atendimentos e das metodologias dos Programas ao seu formato tradicional, o 16º PA e o ano de 2022 como um todo apresenta marcas históricas e um extraordinário volume de produtos e ações executados. Ao longo do ano, realizou-se: **206.314 atendimentos² realizados pelos Programas** que compõem a Política de Prevenção à Criminalidade; a **qualificação de 182 referências comunitárias** em 28 UPC's com a "Capacitação de Referências Comunitárias para Atuação Como Agentes de Segurança Cidadã"; a **certificação de 128 jovens de BH e RM em diversos cursos profissionalizantes** pelo "Projeto Qualificação e empreendedorismo de adolescentes e jovens atendidos pelos programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade"; a participação de

² Este montante foi obtido pela soma do número acumulado de atendimentos de cada um dos 6 programas da Política de Prevenção à Criminalidade, com exceção do Programa Selo, pois seus indicadores não medem atendimentos, ações e encaminhamentos realizados.

43 adolescentes egressos e pré egressos do sistema socioeducativo no Projeto Circuito Liberdade; a certificação de **158 oficinairos(as)** no Projeto de Capacitação dos Oficinairos do Programa *Fica Vivo!*; a formação de **175 egressos do sistema prisional e familiares** nos “Cursos de qualificação profissional para o público do PrEsp” e a participação de **1.256 pessoas nos “Fóruns Multiterritoriais de Prevenção à Criminalidade”** em 15 municípios.

Houve em 2022 também um aumento da capilaridade da Política de Prevenção com a **implantação de 4 UPCs e reimplantação de outras 5**, além de importantes inovações em termos metodológicos - com **Implantação de 1 UPC de abrangência Regional do Programa Selo Prevenção Minas** – e de Projetos – com a **Implantação de 2 Unidades do “Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência”**. Ainda no âmbito da inovação, destaca-se a **implantação de novas ferramentas de *Business Intelligence*** com o objetivo de aprimorar o processo de coleta, organização, análise, compartilhamento e monitoramento de informações dinâmicas e tempestivas sobre os projetos de oficinas do Programa *Fica Vivo!*, somada a essa ação de aprimoramento da gestão, acredita-se que a maior proximidade da OS e OEP com os oficinairos e o **reajuste de R\$ 1030 para R\$1330 reais no valor pago pelos projetos de oficinas** ajudarão a promover maior qualidade e ampliação do quantitativo de oficinas nos territórios em 2023 - um dos grandes desafios do Fica Vivo pós pandemia da Covid-19.

Finalmente, importante destacar que, se 2020 e 2021 foram os anos de resiliência e inovação para se adequar à dura realidade pandêmica e garantir os atendimentos e o pleno funcionamento dos programas, 2022 foi o ano da superação e das conquistas. Olhar para esse passado recente da Política de Prevenção com todos os seus desafios, erros e vitórias enche de orgulho as centenas de pessoas envolvidas na parceria Sejusp e IELO e motiva a todos e todas a fazerem muito mais em 2023.

4 – COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO ELO
CNPJ: 07.514.913/0001-75

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:17:06 do dia 11/11/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/05/2023.

Código de controle da certidão: **0B80.BE2B.D2B8.4EF3**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 07.514.913/0001-75

Certidão nº: 42001598/2022

Expedição: 28/11/2022, às 09:56:18

Validade: 27/05/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **07.514.913/0001-75**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.514.913/0001-75
Razão Social: INSTITUTO ELO
Endereço: R DOS GUAJAJARAS 40 SALA 1003 /
CENTRO / BELO HORIZONTE / MG / 30180-
100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/12/2022 a 27/01/2023

Certificação Número:
2022122901150345864411

Informação obtida em 05/01/2023 09:17:50

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS****CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS****Negativa**CERTIDÃO EMITIDA EM:
28/11/2022CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
26/02/2023

NOME: INSTITUTO ELO

CNPJ/CPF: 07.514.913/0001-75

LOGRADOURO: RUA JUIZ DE FORA

NÚMERO:

COMPLEMENTO:

BAIRRO: BARRO PRETO

CEP: 30180060

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2022000596421156



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

DOCUMENTO AUXILIAR DA CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA JURÍDICA

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **ABEENNHQOJ**

Documento/Certidão nº **22.163.354** Exercício: **2023**

Emissão em: **03/01/2023**

Requerimento em: **16:22:20**

Validade: **02/02/2023**

Nome: **INSTITUTO ELO**

CNPJ: **07.514.913.0001.75**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA OS

Declaro, para todos os fins, que são verídicas todas as informações contidas neste Relatório Gerencial de Resultados. Acrescento, ainda, que as fontes de comprovação dos indicadores e produtos estão organizadas e arquivadas junto ao Instituto Elo e podem ser consultadas a qualquer momento pela Comissão de Monitoramento, por representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública ou representantes de órgãos de controle e auditoria do Governo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 10 de janeiro de 2023.

**GLEIBER GOMES
DE OLIVEIRA**

Assinado de forma digital por
GLEIBER GOMES DE OLIVEIRA
Dados: 2023.01.10 17:57:41
-03'00'

Gleiber Gomes de Oliveira

Diretor Presidente

Instituto Elo